



Cristiano de França Lima

RECUPERAÇÃO DE FÁBRICAS POR TRABALHADORES: o quotidiano do trabalho no labirinto do capital

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de
Coimbra.
Setembro de 2012



• U C •
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cristiano de França Lima

RECUPERAÇÃO DE FÁBRICAS POR TRABALHADORES:

**o quotidiano do trabalho no labirinto do
capital**

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof^o Doutor Elísio Guerreiro de Estanque.

Coimbra, 2012

Nossa grande tarefa, hoje, é a elaboração de um novo discurso, capaz de desmitificar a competitividade e o consumo e de atenuar, senão desmanchar, a confusão dos espíritos. (Milton Santos, Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal, São Paulo: Record, 55)

À todos e todas, sonhadores e sonhadoras, que a cada dia, de forma incansável, por meio de novas ações e atitudes, fazem possível um outro mundo, dedico este trabalho.

Agradecimentos

Este trabalho tem como marca a pluralidade da contribuição recebida durante todo o processo de desenvolvimento da pesquisa. Pluralidade esta permeada por saberes teóricos e práticos que se completam, produzindo outros saberes e olhares. Foram estes saberes e olhares que fizeram desse trabalho um resultado não exclusivamente meu, mas de muitos e muitas que de alguma forma, tornaram-se importantes no decurso de sua realização.

Em primeiro lugar agradeço a minha família – minha mãe, meu pai, meus irmãos e minhas irmãs e ao meu pequeno sobrinho – que nas últimas fases da pesquisa, me acolheu incondicionalmente, apoiando pacientemente as minhas aflições e desencontros no desenrolar da pesquisa empírica. Sem falar, na compreensão do isolamento necessário à escrita. Família imprescindível na minha trajetória acadêmica e militante por ser a minha primeira escola de vida.

À Lúcia, Nuno e à pequena Júlia, minha família portuguesa, que me acolheram com tanto carinho, estando sempre disponíveis nos momentos que mais precisei; não mediam distâncias e esforços. Lúcia, uma grande amiga incondicional que favoreceu apoio e tranquilidade desde quando desembarquei em terras portuguesas.

Aos colegas do grupo de estudo Ecosol-Ces, com quem partilhei o primeiro ano de doutoramento. Além da amizade construída, ajudaram-me a traçar os primeiros passos para o tema deste trabalho.

Aos amigos e a amiga do Grupo de Pesquisa, Estudos e Intervenção Brasil/Portugal – Igor, Júlio e Carolina – que desde o ano de 2009 temos vindo a partilhar sonhos, ideais e projetos. Foram importantes na partilha da experiência de campo neste estudo.

Aos meus amigos de residência, Rosebel, Renata, Fernanda, Andrea, Eduardo, Leandro, Liliane, Acilino, Rosa e Jucelino com quem além de ter compartilhado o lar, partilhei alegrias, tristezas e vários momentos distintos do doutoramento.

Aos amigos portugueses António, Francisco, Laura, Conceição (Ção) e Ana que, estando fora da realidade académica, propiciaram momentos de descontração e relaxamento que contribuíram para o meu bem estar, influenciando no bom desenvolvimento da pesquisa. Grandes amigos.

À Oriana, Ruy, Lécio, amigos que descobri em Coimbra que de forma tão especial fazem parte de minha vida, pois me acolheram tão bem em seu país, fazendo-me em muitos momentos sentir-me em “casa”. Foram por meio deles que descobri o estudo de caso português.

Ao António Jorge, um amigo incondicional que se tornou um irmão em terra

portuguesa, sempre incentivando-me e fazendo-me sentir capaz nos meus sonhos e ideais.

À Lucília Oliveira quem possibilitou a minha estadia em Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, com quem pude compartilhar e intercambiar impressões sobre o caso estudado em Portugal regado à deliciosas xícaras de chás.

Ao Carlos, Fátima, Sara e Pedro, amigos de longo tempo no Brasil que logrei reencontrar em Portugal na etapa final do doutoramento, abrindo mais uma porta de acolhimento e apoio.

Às operárias da Fábrica Afonso Confecções Lda., que foram minhas interlocutoras, sem as quais não teria a pesquisa. Em especial agradeço à D^a Rosa e D^a Júlia quem me forneceram fontes informativas importantes; D^a Cândida que gentilmente me deu boleia à fábrica, propiciando minutos de conversa sobre a fábrica e o cotidiano laboral; D^a Miquelina e seu Marido, Armindo, que também se dispuseram a dar-me boleia sempre que precisei.

À proprietária da Fábrica Afonso Confecções Lda., D^a Conceição Pinhão, que autorizou a minha entrada no chão da fábrica, tornando, dessa forma, possível a realização empírica da pesquisa no contexto português.

Ao Arnaldo Liberato, um dos ex-assessores da Usina Catende que proporcionou a pesquisa exploratória nesta, abrindo as portas para o desenvolvimento da parte empírica do estudo em terra brasileira.

Aos operários da Usina Catende que, da mesma forma das operárias da Afonso, foram meus interlocutores, sem os quais não teria a pesquisa. Em especial, agradeço a Lubenilton quem me ajudou na aproximação dos demais operários, sendo uma fonte de informação preciosa no trabalho de campo.

À equipe do Centro das Mulheres da Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, que no último ano de escrita da tese forneceram-me contato importante com a realidade sociopolítica na subregião da Zona da Mata, o que enriqueceu a análise do estudo de caso.

Às minhas colegas e meu colega do programa de doutoramento, Juliana, Cristiane, Andreia, Ana, Sandra e Luis com quem, nos primeiros dois anos do programa, mutuamente, partilhei conhecimentos e questionamentos, contribuindo de forma direta no amadurecimento do projeto de pesquisa.

Ao corpo docente do programa de doutoramento Democracia no Século XXI que me proporcionaram um aprendizado ímpar.

À Maria José e ao Acácio Machado (bibliotecários do CES) que de forma simpática, paciente e carinhosa sempre me atenderam às vezes que recorri ao auxílio dos dois.

Ao meu orientador, Elísio Guerreiro do Estanque que depositou em mim, confiança no desenvolvimento de todo o processo, estimulando-me sempre.

Ao professor Luiz Inácio Germany Gaiger, da UNISINOS, que apoiou e contribuiu de maneira significativa para o desenvolvimento da pesquisa no Brasil.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pela concessão da bolsa de estudo no âmbito deste doutoramento, permitindo não apenas a dedicação exclusiva ao estudo, mas por ter atribuído crédito de confiança e possibilitado diversas oportunidades para o meu aperfeiçoamento acadêmico.

Resumo

As fábricas recuperadas têm vindo a ganhar visibilidade no cenário socioeconómico, no qual se depara frente às situações de incertezas e inseguranças emergidas da reestruturação produtiva por que passa a economia global. Têm vindo a constituir-se num mosaico de formas distintas, configurando em graus diferentes de participação dos trabalhadores no processo decisório no chão de fábrica. O interesse por pesquisar estas fábricas surge à medida que o seu desenvolvimento se confronta com o modelo e a relação de trabalho hegemónico capitalista.

O chamado trabalho associado que vem sendo vivenciado naquelas fábricas reporta-se a um contexto no qual os trabalhadores associam-se, em unidades de produção 'autogestionárias', para realizar o trabalho de forma autónoma e cooperada, anulando os aspectos mais proeminentes da exploração e da subordinação capitalista sob o trabalho. Logo, balizam-se por relações laborais distintas das do capital, ou seja, do trabalho assalariado.

O objetivo principal consistiu em analisar em que medida a realidade de trabalho nas fábricas recuperadas por trabalhadores, nos contextos português e brasileiro, se distancia dos arcabouços e arranjos sociais do trabalho assalariado, e se gera mecanismos de redução e/ou supressão dos aspectos mais proeminentes da relação capital *versos* trabalho.

Através de estudos de caso empíricos em Portugal – a fábrica Afonso – e no Brasil – a Usina Catende – o presente estudo procurou contribuir para responder ao seguinte problema: em que medida a realidade de trabalho nas fábricas recuperadas fomenta outros princípios ordenadores do comportamento socioeconómico distintos do paradigma dominante nas relações de trabalho no capitalismo, propiciando ao trabalhador, o exercício de novas sociabilidades e sentido de pertença a uma classe?

Pautando-se na chamada ciência reflexiva, de viés qualitativo, onde intenta-se compreender os sujeitos da pesquisa a partir da realidade empírica, a metodologia elegida se aproxima do método de estudo de caso alargado *Extended Case Method* (M. Burawoy). No presente trabalho, este se delineia na perscrutação dos pontos de diálogo e diferenciação das dos dois casos estudados.

Enquanto resultados, o estudo permitiu, entre outros, identificar aspectos que obstaculizam o exercício do trabalho associado tais como: a estrutura da produção industrial e as dinâmicas de relações, de definição de papéis, funções e hierarquias dela derivadas. Somados ao sistema de valores e tradições e aos *habitus* dos coletivos de trabalhadores estes aspectos acentuam o labirinto das relações de poder no interior daquela estrutura. Chega, entre outras conclusões que o trabalho associado, em especial nas fábricas recuperadas por trabalhadores atenua o antagonismo da relação capital e trabalho, uma vez que substancia este (a organização coletiva do trabalho) como um fator capaz de assegurar autonomia política aos trabalhadores, onde se estrutura um conjunto de princípios e preceitos reguladores da vida social e econômica.

Palavras-chave: Fábricas recuperadas, Trabalho associado, Autogestão, Heterogestão, Classe trabalhadora.

Abstract

The recuperated factories have been gaining visibility in the socioeconomic scenario, in which faces forward to situations of uncertainty and insecurity emerged from the restructuring that is productive for the global economy. Have come to constitute a mosaic of different ways, by setting different degrees of employee participation in decision making on the shop floor. Interest in researching these factories comes as its development is confronted with the model and working relationship hegemonic capitalist.

The so-called associated work that has been experienced in those factories refers to a context in which workers are associated in the production units 'self-management', to perform work independently and cooperatively, nullifying the most prominent aspects of exploration and of subordination under capitalism work. Therefore, guiding themselves by the different relations of capital, ie, wage labor.

The main objective was to examine to what extent the reality of working in the recuperated factories by workers in the Portuguese and Brazilian contexts, leads away from frameworks and social arrangements of wage work, and creates mechanisms to reduce and/or suppression of aspects most prominent lines of the capital work.

Through empirical case studies in Portugal - Afonso factory - and Brazil – Catende sugar factory - the present study sought to contribute to answer the following problem: to what extent the reality of working in the factories recovered encourages other other principles of the behavior of different socioeconomic dominant paradigm in labor relations in capitalism, giving the employee the exercise of new sociability and sense of belonging to a class?

Basing on the so-called science reflexive, qualitative bias, which attempts to understand the subjects from the validade empirical methodology approaches the elected method of extended case study Extended Case Method (M. Burawoy). In the present work, this is outlined in perscrutação points of dialogue and differentiation of the two cases.

As results, the study allowed for, among others, identifies items that obstacularizam

the exercise of the associated work, such as the structure of industrial production and the dynamics of relationships, defining roles, functions and hierarchies derived. Added to the system of values and traditions, and collective habitus of workers emphasize the labyrinth of power relations within that structure. Enough, among other findings associated with the work, especially in the factories recovered by workers reduces the uneasiness of the relationship between capital and labor, since this substance (the collective organization of work) as a factor capable of ensuring political autonomy to workers, where structure a set of regulatory principles and precepts of social and economic life.

Keywords: Recuperated factories, Associated work, Self-management, Conventional management, Working Class.

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	viii
Abstract.....	x
Lista de Tabelas, Quadros e Figuras.....	xv
Lista de acrônimos.....	xvi
Introdução.....	1
Quanto vale o trabalho? A razão da tese	1
As inquietudes juvenis sobre o trabalho. A aproximação à temática	7
Parte 1 – Enquadramento teórico.....	12
Capítulo I: O que há de novo e velho no cotidiano de trabalho diante da reestruturação produtiva?.....	13
1. Trabalho enquanto significados produzidos na interação dos sujeitos.....	13
1.1. A intensificação da mercantilização do trabalho.....	13
1.2. Por um tratamento político do trabalho.....	20
1.3. A constelação heterogênea de trabalhadores: Portugal e Brasil.....	28
1.4. Democracia, poder e trabalho, uma conjugação difícil?.....	37
1.4.1. Relações de poder na fábrica.....	37
1.4.2. Heterogestão e democracia.....	39
2. Autogestão, possibilidades no espaço fabril.....	50
2.1. A fábrica não é lugar para a política?.....	50
2.2. Autogestão como forma de luta (de classe).....	54
2.3. A economia solidária e a economia social: “debate ainda em aberto”...	64
2.3.1. A economia social em Portugal.....	66
2.3.2. A economia solidária no Brasil.....	71
2.3.3. Síntese comparativa: Portugal e Brasil.....	75
2.4. O trabalho associado no labirinto do capital: por uma nova disciplina e cultura.....	79
Capítulo II – A classe trabalhadora em (re)elaboração de suas experiências no trabalho associado.....	90

1. Da singularidade à pluralidade da classe trabalhadora.....	90
1.1. Classe trabalhador, uma “unidade simbólica”.....	90
1.1.1. Projeto político e identidade coletiva no campo do trabalho associado.....	108
1.2. Classe e capitalismo na 'periferia' do mundo.....	112
2. Associando-se para o trabalho: o movimento de uma classe ou uma classe 'em movimentos'?	124
Parte II - Procedimento metodológico.....	129
Capítulo III: Metodologia de investigação.....	130
1. O ponto de partida: as hipóteses e a opção metodológica.....	130
1.1. Hipóteses.....	130
1.2. Metodologia.....	134
2. À porta da fábrica e da usina: a abordagem e os procedimentos seguidos....	138
3. Do tecido à cana: rotas, percursos e procedimentos.....	144
Parte III – Estudos de caso.....	153
Capítulo IV: A fábrica e a usina: do tecido à cana.....	154
1. O território da fábrica e da usina.....	154
2. Afonso Produção de Vestuário Lda. - o caso português.....	156
2.1. O setor têxtil e de vestuário em Portugal.....	156
2.2. Região Norte. Um território tecido pelos têxteis.....	166
2.3. “A fábrica comprada por 1€”.....	172
2.4. A organização, o controle e o ritmo do trabalho.....	176
2.5. O coleguismo com a patroa: desenhando as relações interpessoais e os comportamentos.....	188
2.6. Fragmentos do Diário de Campo: retrato falado de uma experiência – Fábrica Afonso.....	192
2.7. Os intervenientes no processo: a idealização da 'autogestão'.....	197
3. A Usina Catende – o caso brasileiro.....	205
3.1. O setor canavieiro no Brasil.....	205
3.2. O Nordeste. Retrato da monocultura da cana.....	217
3.3. O maior empreendimento em 'autogestão' no Brasil.....	223

3.4. Fragmentos do Diário de Campo: retrato falado de uma experiência: Usina Catende.....	232
3.5. O processo interrompido: a cooperativa fora da usina.....	236
3.6. A organização, o controle e o ritmo do trabalho.....	244
3.7. Os intervenientes no processo: a participação dos “operários do açúcar” no Projeto Harmonia-Catende.....	252
Capítulo V: Análise integrada dos casos: diferenciação e aproximação.....	262
1. O caso de reversão e a experiência interrompida.....	262
2. Do trabalho associado.....	266
3. Das identidades e da posição de classe.....	268
4. Do deslugar do conflito.....	270
5. Da presença e ausência do sindicato e entidades mediadoras.....	272
Conclusão Geral.....	278
Glossário.....	290
Referências Bibliográficas.....	297
Anexos.....	331

Lista de Tabelas, Quadros e Figuras

Quadro 1 – O interesse político e acadêmico pela economia solidária no Brasil.....	75
Quadro 2 – Elementos dissonantes entre a relação capital do trabalho e relação política do trabalho.....	89
Tabela 1 – Evolução dos principais indicadores na última década.....	161
Gráfico 1 – Evolução da filiação sindical em Portugal 1978/2012.....	163
Tabela 2 – Sindicalização dos trabalhadores da ITVC.....	164
Figura 1 – Região Norte e suas sub-regiões.....	167
Gráfico 2 – Taxa de desemprego (% - Médias Anuais).....	171
Tabela 3 – Desemprego registrado em Portugal em setembro 2008 e de 2012 por região NUTS.....	171
Tabela 4 – Resultados das operações de fiscalização móvel para erradicação do trabalho escravo.....	213
Figura 2 – Localização da Zona da Mata pernambucana.....	217
Gráfico 3 – IDH por regiões brasileiras.....	220

Lista de acrônimos

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ACR – Animação dos Cristãos no Meio Rural
AJPAZ – Acção para a Justiça e Paz
ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário
ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
ANIVEC/APIV – Associação Nacional das Indústrias do Vestuário e Confecção
APIM – Associação Portuguesa das Indústria de Malha e Confecção
AST – Adequação Sociotécnica
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAM – Computer Aided Manufacturing
CCT – Contratos Colectivos de Trabalho
CENESTAP – Centro de Estudos Têxteis Aplicados
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESE - Comité Económico e Social Europeu
CIRIEC – Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão da Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECOSOL/CES – Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais
EFTA – European Free Trade Association
EUA – Estados Unidos da América
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBES – Fórum Brasileiro da Economia Solidária

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FESETE – Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado de Portugal
FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
FEUC/CES – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Sociais.
GNR – Guarda Nacional Republicana
IAA – Instituto do Álcool e do Açúcar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFP - Ford Foundation International Fellowships Program
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPPS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ITVC – Indústrias Têxteis, Vestuário e Confecção
JOCB – Juventude Operária Cristã Brasileira
LCP – Liga dos Camponeses Pobres
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPT – Ministério Público do Trabalho
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NUT's – Unidades Territoriais Estatísticas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG's – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto Lei
PLANFOR – Plano Nacional de Formação
PME's – Pequenas e Médias Empresas
PNAD/IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PRÓ-ÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIC – Sociedade Independente de Comunicação

Introdução

Quanto vale o trabalho? A razão da tese

A atual sociedade em que vivemos é, em sua essência, uma sociedade do trabalho sob um paradigma social determinado pela acumulação do capital. A construção processual dessa sociedade demandou uma série de transformações históricas que emergiram na Europa ocidental a partir de finais do século XVIII. A subordinação à racionalidade econômica, mercantilização do trabalho, uma ética do trabalho, a legitimação social da acumulação sem o intento do valor de uso (Weber, 2005), tornando o trabalho, conforme demonstra Langer (2004), um fator primordial para a conformação de novas relações sociais e culturais. Isso aconteceu porque, primeiro, o trabalho é o fator que mais ocupa o tempo social na contemporaneidade ocidental; segundo, por sua natureza, suas funções e seus modos de organização, tais como entendemos hoje, devem-se ao sistema do capital.

No início do século XXI, as transformações pelas quais vem passando a sociedade capitalista revelam novas contradições na relação histórica entre formação social, capital e trabalho. Vale sublinhar que o trabalho, ao longo do desenvolvimento desta sociedade, foi perpassando por metamorfoses desde a sua concepção à sua configuração até os dias atuais, culminando com a noção de 'trabalho-emprego'. O trabalho-emprego, tendo como cerne a produção e o acúmulo de riqueza a sociedade capitalista, é incapaz de se reproduzir ou conservar sem a mediação do mesmo. Porém, é nas entrelinhas das transformações emergentes que este tipo de trabalho se visualiza ante a tendência declinante frente ao crescimento multifacetado do capital.

Recuando no tempo para compreender as vicissitudes que o trabalho humano veio tendo ao longo da formação socioeconômica dos modos de produção material da vida, é possível salientar que uma das proezas da modernidade consiste no fato de ter conseguido enquadrar toda a atividade humana na categoria do trabalho. Conforme Langer afirma “o termo 'trabalho' serve como uma espécie de guarda-chuva que abriga todas as atividades humanas” (2004:51).¹ Porém, nem

¹ Grifos do próprio autor.

sempre na história da humanidade o conceito de trabalho possuiu a condição e conotação que lhe atribuímos na contemporaneidade.

No percurso de mudanças socioeconômicas desde o meado do século XVIII, o trabalho-emprego se constituiu como a modalidade hegemônica, conformando-se como uma condição fundamental para a ocupação dos trabalhadores numa produção de massa e uma economia suportada pelo sistema industrial. A noção de trabalho associa-se às noções de mercado e produtividade. O trabalho torna-se parcelado e mecanizado, passando a ser considerado enquanto força motriz capaz de gerar riqueza e progresso. Distancia-se, de uma vez por todas, dos outros aspectos da vida: do doméstico, do lazer, do tempo livre. Toda a atividade realizada fora do âmbito dessa noção é concebida como secundária e residual.

Mas, olhando para a realidade atual, o trabalho como forma de sobrevivência de muitos trabalhadores e trabalhadoras tem vindo a “encarar um mundo de mensagens agressivas e socialmente fragmentadas, as quais compreendem as novas articulações sociais sobre o trabalho humano” (Alves, 2008:15). O trabalho tem sido o alvo central das políticas da chamada globalização neoliberal (Alves, 2008; Estanque, 2012). Quanto mais se fala em democracia, acompanhamos “as desconstruções do trabalho” (Antunes, 2011a) em escala mundial. Em decorrência da globalização intensificada nos últimos 20 anos, somada aos efeitos diretos do avanço tecnológico na realidade laboral, assistimos ao surgimento de novas ocupações/especializações profissionais demandadas pelo 'mercado' em paralelo ao 'desaparecimento' de outras.

É no interior desse processo de transformações que se encontram milhares de pessoas, famílias, comunidades e grupos sociais que, de forma bastante impactante, são afetadas negativamente devido ao “[...] relaxamento de normas, sub-contratações ao infinito, salários medíocres, discriminações ao sabor dos indivíduos e organizações contratantes, migrações forçadas em troca de quase nada” (Alves, 2008:17). Estas são consequências provocadas por tal processo, alterando relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A equação da atual fase do sistema do capital implica que em uma

extremidade se tem a financeirização da economia e em outra a intensificação da exploração do trabalho, resultando numa nova onda de desemprego estrutural e precarização das condições laborais e da vida. Tal resultado não se limita apenas aos países periféricos. De acordo com Elísio Estanque (2012), no 'velho' continente, tal processo tem se materializado num retrocesso brutal das conquistas alcançadas pela classe trabalhadora, ou seja, esta tem sido conduzida a um “quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, desemprego, individualização e precariedade” (id., 12). Tal situação tem, como denotam Estanque e Costa (2012), colocado em xeque a centralidade do trabalho, especialmente no continente europeu.

No momento atual de crise por qual passa a União Europeia (UE),² segundo pesquisa realizada pela *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD),³ a tendência é que as chamadas economias desenvolvidas desacelerem mais em 2012. Como é possível extrair do *World of Work Report 2012*,⁴ por conta do carácter estrutural da crise mundial do emprego, aumentará o desemprego e a precarização do trabalho, uma vez que hoje estes fatores são duas faces de uma mesma moeda. Na contramão, os países emergentes (Brasil, Índia, China e África do Sul) apresentam um crescimento moderado.

Abro parênteses para destacar o alerta feito por Guy Standing (2011) sobre o fato da maioria dos socialdemocratas, em especial da Europa, ancoram-se em respostas e retóricas atreladas a uma sociedade industrial do século XX, não

² No panorama econômico mundial, 2011 é o ano marcado por uma crise econômica na UE, tendo como principais causas, o elevado endividamento público, principalmente de países como Portugal, Espanha, Grécia, Itália e Irlanda, e, a total falta de coordenação política da UE para resolver tal questão. As ações de solução desta situação empreendidas pela UE não leva em conta a vida da classe trabalhadora do bloco econômico: implementação de pacote econômico que reduz os gastos públicos; maior envolvimento do FMI e do Banco Central Europeu nas ações dos países do bloco, etc. Para maior entendimento desta crise e de suas consequências, consultar: ILO (2012a) e Paula e Filho (2011).

³ Esta conclusão é do relatório *Economic Outlook* da OECD, divulgado em 22 de maio de 2012. Para maiores informações consultar: http://www.oecd.org/document/18/0,3746,en_2649_33733_20347538_1_1_1_1,00.html

⁴ *World of Work Report 2012 – Better jobs for a better economy*. International Labour Office/International Institute for Labour Studies, Geneva: ILO. Para maiores informações, consultar http://www.ilo.org/global/publications/books/world-of-work/WCMS_179553/lang-es/index.htm

alcançando os problemas reais de uma sociedade em que grande parte da humanidade esta trabalhando nas 'atividades' chamadas de serviços.

O intenso processo de precarização laboral em Portugal, bem como nos demais países da comunidade europeia, coloca em relevo duas características marcantes da atual fase do sistema do capital: por um lado, o aumento dos trabalhadores temporários e, por outro, a redução da categoria dos trabalhadores permanentes.⁵

No Brasil, nos últimos 15 anos, tem se assistido ao retorno de uma tradição de política desenvolvimentista,⁶ com uma nova roupagem, instituindo o que se tem denominado de neo-desenvolvimentismo. Intenta-se ser uma 'alternativa' ao neo liberalismo, apesar de preservar elementos de continuidade deste. Alinhado no eixo trabalho-produção-consumo, resgata a conciliação do capital e trabalho em vista do 'interesse nacional' (Castelo, 2010). Contudo, tal fenômeno na política econômica do país se inscreve no mesmo quadro social indicado no continente europeu por Estanque (2012), visto que, como evidencia o sociólogo Ruy Braga, “[o] modelo de desenvolvimento brasileiro coloca o futuro da economia brasileira sob risco e com a oferta de vaga de baixa remuneração” (2012:20).

Antunes (2000; 2005a) tem vindo a afirmar que, face às mudanças provocadas pela globalização e financeirização da economia, uma nova morfologia do trabalho se conforma na atualidade. A terceirização, subcontratação, *part-time*, entre tantas outras modalidades de trabalho, desprovidas de direitos (2011a), tem se expandido em escala mundial e participando da cadeia geradora de valor e do processo de valorização do capital.

Mas, será que neste panorama tudo se converte a essa ordem 'hegemônica' do sistema do capital? Nas entrelinhas dessas mudanças, emergem práticas socioeconômicas que 'prometem' novos valores, sentidos e novas narrativas no

⁵ Segundo o portal Precários Inflexíveis, em 2010, em Portugal, somavam-se 400 mil trabalhadores na categoria temporários. Para consulta, vide <http://www.precariosinflexiveis.org/2011/02/400-mil-trabalhadores-temporarios-em.html>

⁶ A indução à política desenvolvimentista no país veio sendo aprofundada e consolidada nos dois mandatos (2003 a 2010) de governo de Lula, mas tem início em governos anteriores.

exercício de outras dinâmicas e organizações laborais e produtivas. Muitas delas estão localizadas na periferia dos grandes centros, têm como sujeitos grupos sociais e/ou coletivos de trabalhadores e trabalhadoras relegados a invisibilidade na macroeconomia.

Em muitas dessas práticas socioeconômicas, o trabalho ocupa espaço primordial, constituindo um eixo condutor de toda a sua organização. Isto se deve, entre outros fatores, à falta de capital daqueles coletivos de trabalhadores e trabalhadoras possuidores da 'vontade' de trabalhar. A percepção das condições objetivas e subjetivas das relações estabelecidas no interior daquelas práticas podem revelar todo o potencial e/ou todas as possibilidades das mesmas face ao contexto de desemprego e precarização. Mas, numa perspectiva transformadora, podem implicar em outras formas de produção e trabalho distintas das hegemônicas.

A questão do trabalho é recolocada no debate público e político alinhada aos problemas de consumo, de gênero, de raça, de imigração, da sustentabilidade do planeta, da preservação da natureza, entre tantos outros. A retomada desta problemática se inscreve, como a análise aqui empreendida indica, num movimento crítico de 'repensar' o trabalho e a forma de produção material. À categoria do trabalho, e em especial, às relações e aos sentidos imersos (e emergidos) em toda a diversidade, heterogeneidade e complexidade que a compõe, torna-se imprescindível abranger os diversos aspectos da atividade humana que se mesclam e se reconstituem na relação ser humano-trabalho. É assim que se traz à superfície da análise a lógica do trabalho que perpassa por todas as esferas da vida humana.

O repensar o trabalho – tendo como pano de fundo as mudanças nos vários quadrantes da vida socioeconômica, considerando as especificidades de cada contexto e de cada coletivo de trabalhadores e trabalhadoras e, também, as práticas socioeconômicas empreendidas por este – implica recolocar o desafio da organização da classe trabalhadora, esta em pleno movimento de fazer e refazer-se a si mesma, na articulação de lutas comuns dos variegados coletivos de trabalhadores e trabalhadoras que a conformam.

A problematização e análise dos temas laborais, sobretudo na linha dos

estudos críticos desenvolvidos em Portugal e no Brasil sugere uma abordagem interdisciplinar na qual diversas perspectivas das Ciências Sociais e Políticas fornecem importantes contributos para a compreensão desta questão, sendo o trabalho assalariado e os seus direitos considerado um elemento-chave da coesão social e, conseqüentemente, da consolidação da democracia política no século XXI. Importa ter isso em consideração para o estudo deste tema, seja na Europa (Portugal) seja na América Latina (Brasil), realidades que refletem grandes diferenças mas também algumas similitudes.

É com esta base que se pretende neste estudo perscrutar as práticas democratizantes no chão de fábrica. Se, de um modo geral os trabalhadores tendem a considerar a fábrica como a 'casa do patrão' (o espaço por excelência do patrão, do capital), pode perguntar-se se, será possível este espaço ser susceptível às práticas democratizantes que alterem a relação capital e trabalho, patrão e trabalhadores? Será que a fábrica pode vir a deixar de ser 'a casa do patrão', e nela os trabalhadores organizarem-se para o exercício de outros modelos de produção e de trabalho? A fábrica pode ser um lugar para a 'política'?

Estas são as primeiras perguntas com as quais me deparei no processo de definição deste estudo, que, por sua vez, me conduziram ao interesse particular pelas chamadas fábricas recuperadas. Será que encontro respostas a estas e tantas outras perguntas nas experiências das fábricas recuperadas por coletivos de trabalhadores e trabalhadoras?

As fábricas recuperadas apresentam peculiaridades em comparação às demais experiências de produção associada. Primeiro, por considerar que são nas fábricas que as relações sociais se baseiam em dinâmicas e organizações estruturadas por uma administração 'científica' do trabalho. Segundo, por ser nelas que, de forma direta, o capital e o trabalho conflituam e encontram modos de gerir e regular esses conflitos construindo os consensos mínimos para a harmonizar as suas relações.

O amadurecimento da reflexão em torno da temática levou que a economia solidária ganhasse neste estudo um novo *status*, visto ser esse o principal 'campo' em que se localizam, particularmente no Brasil, as fábricas recuperadas, enquanto que

em Portugal o estudo de caso remete ao que aqui se considera o 'campo' da economia social.

Adentrar numa realidade complexa e 'em processo' como das fábricas recuperadas, me demandou muitos cuidados na análise e interpretação face às questões teóricas propostas na investigação. Neste sentido, todo o esforço empreendido nesta pesquisa intentou ser capaz de proporcionar um contributo na construção de novos paradigmas da vida em sociedade, sustentados por outras ordens de princípios, valores e ética contrários ao do paradigma hegemônico vigente. E também em fornecer elementos de reflexão menos parciais e mais concatenados às possibilidades concretas das práticas sociais, seja para os sujeitos sociais, seja para o conhecimento científico.

O texto desta tese está estruturado e organizado em três partes, subdivididos em capítulos que apresentam os resultados da investigação, bem como a trajetória teórica, metodológica e analítica. Na primeira parte, encontra-se sistematizado o referencial teórico e metodológico com ênfase na conformação do trabalho enquanto mercadoria nas sociedades contemporâneas e a conseguinte eliminação do 'político' nas relações sociais estabelecidas na fábrica. Na segunda parte, procede uma reflexão acerca da problematização da visão epistemológica embasada na concepção da posição privilegiada atribuída ontologicamente à classe trabalhadora enquanto "classe universal", em relação às condições e possibilidades da constituição de outra(s) identidade(s) coletivas dos trabalhadores em contexto do trabalho associado. Na terceira parte, são apresentados e discutidos os dois estudos de caso: português (Fábrica Confecções Afonso Lta.) e brasileiro (Usina Catende), procedendo a uma reflexão integrada dos dois casos. Por fim, na conclusão geral apresenta uma síntese e um comentário integral aos resultados da investigação, reconectando pontos discutidos ao longo da tese.

As inquietudes juvenis sobre o trabalho. A aproximação à temática

O desafio de repensar o trabalho é aqui reconhecido como parte da minha

performance acadêmica e militante. Desde muito jovem, em busca do chamado 'primeiro emprego', ao envolver-me com jovens militantes do movimento Juventude Operária Cristã Brasileira (JOCB), tive consciência de minha origem de classe trabalhadora. “Filho de peixe, peixinho é. Logo, filho de trabalhador, trabalhador é”, é com este slogan, dito a mim por um militante, que integro naquele movimento. Foi no envolvimento prático na organização e luta de grupos de jovens pertencentes à classe trabalhadora que descobri a minha identidade de trabalhador. A realidade de trabalho diante dos meus olhos passa a ter outras nuances; passo a olhá-la por outros prismas.

Inspirado pelo lema “um jovem trabalhador vale mais do que todo o ouro do mundo” e embasado na metodologia Ver-Julgar-Agir,⁷ apreendi a compreender que a minha vida de jovem pertencente à classe trabalhadora liga-se a de demais jovens por todo o mundo. Ampliando, portanto, a minha visão e percepção local da realidade que me cercava.

No final dos anos de 1990,⁸ tive a oportunidade de presenciar o surgimento de cooperatos no estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. Na ocasião coordenava e acompanhava as ações do movimento da JOCB nesta região. Na aproximação aos jovens trabalhadores destas falsas cooperativas tive acesso às suas narrativas laborais, das quais inquietava-me a hipóstase criada entorno da suposta apropriação e participação efetiva dos mesmos nos processos estabelecidos naquelas. Percebia o quanto o capital pode representar um 'labirinto' para os processos de 'emancipação' do trabalho, uma vez que,

[o] modo como as pessoas chegam a ocupar total ou parcialmente, transitória ou estavelmente, um lugar e um papel em relação ao controle das instâncias centrais do poder, é conflituoso. Ou seja, consiste numa disputa, violenta ou não, em derrotas e em vitórias, em resistências e em avanços e

⁷ Este método, aplicado e vivenciado por vários movimentos populares, em sua maioria de origem pastoral, objetiva, além de preparar os sujeitos envolvidos, numa capacitação metodológica às ações, prepará-los para sentirem-se sujeitos de todo o processo destas.

⁸ Para Lima (2004), é a partir da década de 1990 que o Brasil assiste a multiplicação de cooperativas de trabalho e produção industrial, devido a adoção de políticas neoliberais e o processo de reestruturação produtiva e econômica no país.

retrocessos (Quijano, 2009:102).

Fui, enquanto um dos coordenadores daquele movimento, no entanto, desafiado a compreender aquela realidade de trabalho e buscar respostas à organização e articulação daqueles jovens. Debrucei-me no estudo do cooperativismo e associativismo para subsidiar as ações do movimento face à organização de grupos de renda e trabalho de jovens desempregados.

O fato de ter sido militante⁹ de um movimento de jovens pertencentes à classe trabalhadora no Brasil me imbuíu de motivação para contribuir neste processo de 'repensar o trabalho' e buscar respostas ao desafio de resgatar lutas comuns dos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras. Também, em contribuir a uma teoria crítica renovada com capacidade de reduzir o fosso que separa de um lado o movimento social e suas práticas e ações – enquanto produtor de conhecimento não reconhecido pela ciência ortodoxa –, e de outro, o universo acadêmico – enquanto único e possível construtor de conhecimento válido.

O afastamento da militância e do próprio Brasil para frequentar o Programa de Doutorado Governança, Conhecimento e Inovação, na Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (FEUC/CES), em 2005, no intento de graduar-me no mestrado, numa perspectiva sociológica, proporcionou o aprofundamento, a teorização e a análise da catalogação de minhas experiências e impressões sobre elas.

A grade curricular do programa propiciou-me, metaforicamente, uma lupa pela qual comecei a olhar a realidade laboral por me apreendida, desde o Brasil, por prismas distintos até então.

Vale sublinhar que no início instalou um conflito entre a minha percepção militante, ou seja, ideológica, e a 'acadêmica' por parte de alguns professores. O que, por meio de um processo reflexivo, logrei identificar os limites das duas visões e os pontos de encontro e diálogo das mesmas. Extraindo, portanto, a

⁹ No Brasil as pessoas filiadas e participantes de movimentos sociais e/ou políticos são chamados de militantes. Na Europa são conhecidos pela denominação de ativistas.

complementariedade entre as duas e os saberes necessários à prática social transformadora.

A análise da chamada economia solidária no Brasil, tendo como ponto central de análise a categoria do trabalho, afirmou-se como tema de minha dissertação de mestrado em Sociologia. Estudei as transformações da realidade laboral e das suas influências no cotidiano da classe trabalhadora, apreendendo os sentidos atribuídos ao trabalho pelas distintas alternativas de sobrevivência. Esta dissertação é, no entanto, a primeira incursão sobre um movimento em formação e consolidação no Brasil, o movimento da economia solidária (França Lima, 2008).

Destaco que a minha estadia em Portugal e, principalmente, a concessão de duas bolsas de estudos, a da *Ford Foundation International Fellowships Program* (IFP) no âmbito do mestrado, e a da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no doutoramento, foram essenciais para a ampliação do campo de estudo e de visão sobre as práticas sociais levadas a cabo por trabalhadores e trabalhadoras. Em primeiro lugar, assinalaram a oportunidade de um 'afastamento' de uma realidade presumida como 'conhecida' por mim, para uma mirada com perspectivas mais problematizadoras do meu próprio olhar e saber sobre tal realidade.

Em segundo lugar, facilitaram a construção de uma rede de colegas e investigadores de temas afins na troca, partilha e intercâmbio de focos e perspectivas distintos sobre a temática.

Dois fatores primordiais que, cada um a seu modo, contribuíram no amadurecimento e aprimoramento do tratamento da temática, foram o Grupo Ecosol-CES e o Coletivo de Estudos, Pesquisa e Intervenção Brasil/Portugal.¹⁰ O primeiro, constituiu em um espaço privilegiado para discussões iniciais sobre o tema a ser abordado em minha pesquisa. O segundo, além de possibilitar o estabelecimento de uma rede de contatos com colegas de interesses afins, o que veio a reforçar a minha performance ao que concerne ao tema, tornou-se (e ainda é)

¹⁰ No Grupo Ecosol-CES participei apenas no seu primeiro ano de formação (2008/2009). Em seguida, juntamente com três colegas doutorandos, formamos o Coletivo de Estudos, Pesquisas e Intervenção Brasil/Portugal que segue em processo de constituição de sua identidade e institucionalização. Destaco que este nome é provisório, mas é com o qual nos apresentamos no momento.

referencial para o aprofundamento da complementariedade e dos saberes necessários a minha prática sócio-política.

A inserção no Programa de Doutorado em Democracia no Século XXI foi primordial para uma aproximação interdisciplinar à temática da democracia na contemporaneidade. Propiciando embasamento para a problematização deste tema em relação ao do trabalho, levando-me, ao desafio de olhar para realidades distintas em suas origens e formações socioeconômicas – o caso do Brasil e Portugal –, para a formulação de uma análise crítica aos próprios desafios que nelas surgem face aos modelos e às práticas democratizantes experimentadas no seio de cada uma delas.

O conteúdo curricular, os debates com os colegas e docentes do programa, os seminários e eventos promovidos pela FEUC/CES, somando-se às análises e aos estudos feitos no Coletivo de Estudos, Pesquisa e Intervenção Brasil/Portugal e o contato com algumas experiências em Portugal (Banco do tempo, cooperativa Mó de Vida, Manifesta, etc.), forneceram elementos teórico-práticos que ampliaram a minha análise e perspectiva de estudo sobre a economia solidária, com uma das possibilidades no campo da 'economia plural'. Nesta, lógicas, racionalidades e formas múltiplas de produção e trabalho coexistem (Polanyi, 2000; França Filho e Laville, 2004; Laville, 2009).

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O trabalho, ao longo da história da humanidade e da formação das sociedades, foi (e continua sendo) algo de determinante, tanto para a manutenção da vida individual, quanto coletiva. Está sempre imbuído de representações e sentidos que lhe são atribuídos pela humanidade e em consonância com a cultura e o modo das sociedades se organizarem. Assim, os seus conceitos e as suas modalidades são sempre situados numa temporalidade, propiciando-lhe características singulares, concretas e históricas.

Esta primeira parte da tese consiste em dois capítulos. No primeiro, analiso a conformação do trabalho enquanto mercadoria nas sociedades contemporâneas e a conseguinte eliminação do 'político' nas relações sociais estabelecidas na fábrica. Abordo a temática da autogestão e das possibilidades da reorganização do chão de fábrica embasada por 'processos democratizantes' e o resgate do político na esfera da produção. Heterogestão, economia solidária e social, democracia, trabalho associado são conceitos visitados e analisados.

No segundo capítulo, discorro acerca das condições e possibilidades que o trabalho associado, em especial nas fábricas recuperadas, tem apresentado para a constituição de outra(s) identidade(s) coletivas (de classe) aos trabalhadores. A problematização da visão epistemológica embasada na concepção da posição privilegiada atribuída ontologicamente à classe trabalhadora, como uma 'classe universal', se faz primordial para apreender as características que ensejam um processo dinâmico e não passível de quantificação dos coletivos de trabalhadores que tomam posições e comportamentos, ora divergentes, ora convergentes, no interior de uma classe em constante refazer-se.

Capítulo I: O que há de novo e velho no cotidiano de trabalho diante da reestruturação produtiva?

1. Trabalho enquanto significados produzidos na interação dos sujeitos

1.1. A intensificação da mercantilização do trabalho

O trabalho constitui uma categoria organizada e gerida pela sociedade, à medida que esta desenvolve as suas próprias formas de divisão e organização dos modos de produção. Moldam-se regimes de regulamentação laboral e de relações entre os trabalhadores.¹¹ Não é, portanto, uma atividade abstrata ou sem localização histórica.

Analisar a realidade laboral na contemporaneidade exige que percorramos uma variada rede de relações sociais historicamente tecida. O estudo sociológico das relações de trabalho não pode ser realizado sem levar em consideração as diversas conformações sociais, culturais, políticas e econômicas tecidas nas sociedades pelos variados coletivos de trabalhadores. São nestas conformações que poderemos encontrar as matrizes das várias configurações assumidas pelo trabalho. Por esse motivo, é necessário analisar as características atribuídas ao trabalho à luz das ideias historicamente hegemônicas nas sociedades. Assim, com a primazia conferida à teoria econômica no século XVIII, em detrimento de todas as demais, o trabalho assume uma configuração particular na contemporaneidade.

Segundo Lavige (2004), a supremacia de uma determinada forma de produção – logo, de um arquétipo de trabalho –, se deve a três reducionismos criados pela compreensão estreita de economia desde o século XIX: a) a redução de toda economia à economia de mercado; b) a redução de todo o mercado ao mercado autorregulado, e c) a redução de toda a empresa econômica à empresa capitalista. Além disso, para o mesmo autor, a economia é plural, ou seja, “uma economia que

¹¹ Em vista a importância do reconhecimento da igualdade de gênero também em termos ortográficos, a partir deste tópico, todas as vezes que se utilizar os termos “trabalhador” e “trabalhadores”, leva-se em consideração, tanto o gênero masculino quanto o feminino. Esta posição é extensiva às demais expressões que se referir às pessoas.

não se reduz à sociedade de capitais e ao mercado, na qual várias lógicas econômicas podem se desenvolver” (Chanial e Laville, 2001:20). A economia, dessa forma, foi “confiada apenas ao mercado” (França Filho e Laville, 2004:43),¹² isto é, na mesma linha de Karl Polanyi que estudou a grande transformação do capitalismo como um processo que alterou radicalmente a velha concepção da economia da troca simbólica, o sentido da dádiva, da partilha e da solidariedade, revertendo a economia de mercado em “sociedade de mercado” onde aquela se submete a este (Polanyi, 2000).¹³

Os economistas clássicos,¹⁴ como Adam Smith, além de conceber a noção de trabalho, partindo do pensamento científico de sua época, acrescentaram uma outra noção, mais abstrata: a aceção do trabalho enquanto “substância homogênea idêntica em todos os tempos e todos os lugares e infinitamente divisível em unidades quantitativas” (Méda, 1999:65). É este trabalho, enquanto “atividade desenvolvida tendo em vista a troca mercantil e que é necessariamente objeto de um cálculo contábil” (Gorz, 2003:135), que promove radicalmente uma alteração da percepção de vida em sociedade na realidade e no imaginário social.

Segundo Langer, esta noção reduz o “trabalho ao trabalho produtivo, excluindo todas as outras formas laborais que, algumas delas, mais tarde passariam a ser chamadas de *serviços*. Produtivo é só aquele trabalho que produz valor” (2004:23).¹⁵ O uso do adjetivo 'produtivo' denota o quanto é restrita a noção de

¹² Laville para a formulação da sua teoria da economia plural inspira-se nos estudos do antropólogo Karl Polanyi (2000). Trata-se de uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas (Laville, 2009). Segundo França Filho e Laville (2004), a economia plural admite outros princípios além do mercado.

¹³ Como demonstra Hespanha, a trajetória da implantação e consolidação do capitalismo “levou séculos e está marcado por acontecimentos que mudaram dramaticamente a vida das pessoas e das comunidades em que viviam, atacando as bases da sua reprodução económica [...]” (2009: 52).

¹⁴ Ligados à “Escola Clássica” - definição dada por Marx a fim de diferenciar as teorias de Adam Smith e de David Ricard do que chamou de “economia vulgar”. Os principais autores dessa escola foram além destes últimos, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus, John Stuart Mill, Johann Heinrich von Thünen e Anne Robert Jacques Turgot, os quais tinham frequentes divergências entre as suas obras e análises.

¹⁵ Grifos do próprio autor.

trabalho estabelecida pela racionalidade econômica.¹⁶ Em primeiro plano, explicita uma lógica dicotômica das relações laborais, balizadas, portanto, pela divisão do trabalho em produtivo/improdutivo, intelectual/manual, formal/informal, qualificado/não qualificado. Em segundo plano, dar sustentação a hierarquização valorativa entre os trabalhadores enquadrados nestas relações. Uma análise baseada nestas dicotomias tende a tratar de maneira uniforme e mensurável, fenômenos diversos e complexos em contextos como do Brasil e de Portugal.

Associado a este, esteve o conceito de “força de trabalho” o qual também alimentou longas polêmicas entre marxistas (por exemplo, N. Poulantzas e E. Olin Waight) na definição das fronteiras de classe, vista em ligação à distinção trabalho produtivo/trabalho improdutivo. De forma simples a “força de trabalho” significa a capacidade de os trabalhadores produzirem riqueza material, mas tal noção afirma-se segundo conceito do trabalho enquanto uma mercadoria, haja vista que seu valor é determinado pelas leis do mercado: onde a força de trabalho é posta à venda.

O mercado cumpre papel crucial para a conformação do trabalho em mercadoria (Polanyi, 2000). Como consequência, este se torna alienante, já que passa exclusivamente a fins de acumulação de riqueza, visando a produtividade máxima (Rosenfield, 2004). O ato de trabalhar perde qualquer sentido, impedindo o desenvolvimento do trabalhador como um ser político e pensante. Enquanto os indivíduos trabalham não satisfazem as suas próprias necessidades e vontades, se alienando nesse processo.

Com as transformações e a reestruturação do processo produtivo que têm ocorrido na realidade laboral internacional a partir de 1970,¹⁷ algumas perspectivas centraram a análise na emergência da chamada 'sociedade pós-industrial' que, por

¹⁶ Weber denota que a racionalidade à base de um cálculo rigoroso é uma das características fundamentais da empresa capitalista individual, precavida e circunspectamente orientada para o resultado esperado (2005:68). Segundo Gorz, a racionalidade econômica jamais pôde expressar-se plenamente antes do capitalismo: ela só existia, anteriormente, como enclave, presa e vilipendiada no grande comércio e na usura (2003:123).

¹⁷ A reestruturação produtiva tem sido estudada por diversos autores como Antunes (1995; 2000), Mattoso (1995), Almeida e Alencar (2001), Harvey (2006), Rifkin (1995), entre outros.

consequência, redesenha o lugar e a própria ocupação dos trabalhadores no processo produtivo.¹⁸ Logo, novos arranjos organizacionais e sistemas de trabalho e produção tomam forma no contexto laboral e societal: “[...] uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma” (Harvey, 2006:140). Nestas novas experiências, segundo Kasmir (2007), diversas formas de contrato de trabalho têm se constituído permitindo o máximo de flexibilidade e empregos instáveis. Ou seja, um novo modelo de acumulação capitalista tem lugar nas sociedades hodiernas, chamado por Harvey de “acumulação flexível” (2006).

Ao contrário de assumirem um caráter totalizante, essas mudanças provenientes desse novo modelo de acumulação incorporam um leque de situações distintas em cada país e região. Não implica no abandono ou na substituição integral de outros modelos existentes nos países centrais e/ou periféricos.¹⁹ Dessa forma, concordo com Kovács e Castilho,

[...] não se trata tanto da passagem de uma economia centrada na indústria para uma economia de serviços, mas do fim do fordismo no contexto de uma “economia pós-indústria” em que a indústria e os serviços convergem cada vez mais em direção a um sistema produtivo complexo, intensivo em capital, orientado para a qualidade e flexibilidade (1998:6).²⁰

Quer isto dizer que, em vez de se falar em modelos antagônicos pode assumir-se que não há uma ruptura nos modos de produção, um 'antes' e um 'depois', mas “processos

¹⁸ A década de 1970 (anos em que deram sinais os sintomas da crise de acumulação do capital), autores como Santos (1989), Touraine (1979) e Bell (1997) a analisam como o período em que mudanças ocorridas no seio das sociedades contemporâneas levaram a conformação de outros modelos de sociedades, tais como: sociedade pós-moderna, sociedade do conhecimento e da informação. Autores como Lazzarato (2005) elabora o conceito de capital cognitivo para explicar aquelas mudanças.

¹⁹ É interessante ressaltar que vários estudiosos argumentam que, de fato, não estamos diante de um novo modo de acumulação oriundo da crise da década de 1970, mas que esta propiciou novos arranjos na economia e no modo de produção, adequados a serem chamados de neo fordismo. A aceitação de um novo paradigma é defendida pelos teóricos regulacionistas que associam a crise do capitalismo ao esgotamento do modelo fordista taylorista.

²⁰ Grifos dos próprios autores.

complexos” (ibid.) em que o modelo taylorista-fordista continua a ser dominante, uma vez que, apesar das mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas, não há ruptura nos princípios que fundamentam a organização e funcionamento das empresas nem no conteúdo das relações sociais de trabalho. Estes continuam a ser determinados pela lógica do modo de produção capitalista (1998:1). Esta percepção serve, nesta análise, como lupa para olhar a atual recomposição do sistema do capital. Não se trata de desindustrialização global, mas de um 'novo arranjo na geoeconomia do capital' que se configura numa diversidade de trajetos experimentais na organização e gestão da produção e da vida.

[...] nem todas as empresas ou sectores estão pressionados da mesma maneira para flexibilizar a sua produção. Pode haver uma especialização dentro das redes empresariais, cabendo às empresas centrais as funções-chave, ao passo que as subcontratadas realizam as funções complementares e as operações rotineiras (Kovács e Castilho, 1998:7).

Apesar destes novos arranjos organizacionais, o conceito de trabalho – enquanto categoria sociológica – continua enviesado pela teoria econômica (emergida a partir do século XVIII), pela exaltação da atividade material produtiva,²¹ isto é, da macro empresa industrial que florescera na sociedade burguesa.²² A fábrica moderna e os seus corolários continuam como contexto estruturante da sociedade.

Ao olhar para a realidade de trabalho de países periféricos, como Brasil e Portugal, as mudanças que ocorrem na esfera da produção não eliminam as 'formas' passadas de organização e gestão da produção de mercadorias. Ao contrário, se somam e tiram proveito da heterogeneidade do contexto da produção e reprodução social da classe trabalhadora, no intuito de mercantilizar outras formas de trabalho.

²¹ É a partir dessa exaltação que os economistas clássicos, como bem indica Albornoz, “viram o trabalho humano apenas por sua utilidade exterior e não por seu entrosamento com o homem. Dissociaram o operário do homem concreto que é, ou seja, fizeram uma imagem de homem apenas como '*homo oeconomicus*' (2000:61).

²² Contrário a análise de Dowbor e Lazzarato, a qual supõem que o capitalismo não tem, como se tinha no passado, o seu cerne na produção de mercadorias, mas no conhecimento (incorporado ao processo produtivo) e na fabricação do desejo. Chegam a denominar de capital cognitivo. Vide Dowbor, 2011; Lazzarato, 2006 e 2007 .

Por outra palavra, o sistema do capital, na sua condição *sine qua non* de controlar o trabalho, cingiu todas as diferentes relações e formas de organização da produção coexistentes: “[...] o trabalho assalariado existe hoje, como no início da sua história, ao lado da escravidão, da servidão, da pequena produção mercantil, da reciprocidade. E todos eles se articulam entre si e com o capital” (Quijano, 2009: 81).

Nesta linha de raciocínio, dois conceitos de Burawoy (1985) me parecem chaves para ajudar na reflexão aqui desenvolvida, são eles: “política de produção” e “regime de fábrica”. O primeiro, Burawoy considera um conceito mais amplo que a de processo de trabalho desenvolvido por Marx.²³ Aquele conceito leva em conta não apenas a organização social das tarefas na cadeia produtiva, mas, também, fatores políticos de regulação das relações sociais. Estas últimas, são captadas pelo conceito de “regime de fábrica”. Além de fazer menção ao processo de trabalho esta noção inclui a política salarial, a atividade sindical, as políticas de gestão da força de trabalho, o mercado de trabalho, interno e externo, ou seja, está relacionado às instituições que regulam os conflitos existentes no processo laboral, os quais têm ligações aos valores, condutas e normas socializadas.

No processo atual da chamada reestruturação produtiva, aqueles dois fatores – a política de produção e o regime de fábrica – ajuda-nos a compreender o quanto o processo de trabalho é invariante. A fábrica e o modo de trabalho a ela relacionado se constituíram numa modalidade hegemônica (mas, não totalizante) para as demais formas de produção da vida em sociedade.

Segundo Mészáros (2002) e Novaes (2011), outras formas de produção e de trabalho passam a mercantilizar-se. “O avanço do capital é hoje tão intenso que quase não sobra mais espaço para o convívio não mercantilizado” (Novaes, 2011:53). Por seu lado, Ricardo Antunes, ao estudar a nova reestruturação produtiva, afirma que, “enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais” (2000:14). Quem está responsável

²³ Para Marx ([1867] 2004), o processo de trabalho extingue-se na mercadoria, ou seja, no objeto fabricado.

pela restante percentagem da produção?

Sob o prisma da organização e gestão do trabalho neste “novo movimento do desenvolvimento capitalista” (Cornforth, 2007:48), se torna importante a análise da emergência de formas de organização e produção (e reprodução) econômicas que foram relegadas a nichos da vida em sociedade, consideradas pela economia clássica, “de pré-capitalistas como se fossem mero preâmbulo da economia dita superior do capital” (Gaiger, 2007:60).

Por meio da precarização, da terceirização, da privatização setores da classe trabalhadora estão encontrando 'seu lugar' no sistema do capital. Este tem encontrado no setor de serviços e na subcontratação de trabalhadores, de micro e médias empresas, de 'cooperativas', oportunidades de manutenção da sua taxa de lucro. Como já mencionado, o capital tem se intensificado, ultrapassando o espaço físico da produção, no intento de mercantilizar outras esferas da vida socioeconômica.

Portanto, em resposta à pergunta acima, afirmo que são aqueles setores da classe trabalhadora provavelmente os responsáveis pelos 75% da produção não realizada nas fábricas toyotistas. Com o regime de fábrica, tal como compreendido por Burawoy (1985), o capital alarga-se a setores da economia e da vida até então marginalizados. Reconfiguram-se, dessa maneira, os valores, as condutas e as normas no interior destes setores, suplantando-as à racionalidade econômica do capital. Por outro lado, a intensificação do processo de mercantilização, levado a cabo na reestruturação produtiva, tem propiciado à atual regulação social laboral associa-se a uma visão assistencialista das relações de trabalho. Objetivando estabelecer a) a “integração por subordinação” (Castel, 1998) dos sujeitos que coexistem e conformam as relações sociais nas mais diversas formas socioeconômicas e b) a despolitização do espaço de produção e, também, das outras esferas socioeconômicas.

1.2. Por um tratamento político do trabalho

Segundo os economistas clássicos, o trabalho é igual a força de trabalho. Segundo aquela, o emprego desta força na produção de bens materiais (que satisfazem as necessidades econômicas da humanidade) está condicionada pelos seguintes elementos: gasto de energia humana e consciência desse gasto de energia, com um fim determinado. Pelo contrário, em Marx, a força de trabalho é definida como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (1975:31).

Também Polanyi (2000), embora num perspectiva própria, contesta que o trabalho seja uma mercadoria como qualquer outra. Para ele, o trabalho constitui-se, no sistema do capital enquanto uma “mercadoria fictícia”.²⁴

O trabalho é apenas outro nome para uma atividade humana que é parte da própria vida, a qual por sua vez não é produzida para a venda mas por razões inteiramente diversas, e esta atividade não pode ser destacada do resto da vida, ser armazenada ou mobilizada [...] A descrição do trabalho [...] como mercadorias é inteiramente fictícia (ibid., 94).

É, portanto, fundamental para o que Mészáros (2002) chama de “sistema de sociometabolismo do capital”, a garantia que, ideologicamente, o trabalho seja tratado e 'consumido' como uma mercadoria. Só, desta forma, o capital logra controlar e submeter o trabalho à sua lógica. “[...] o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio” (ibid., 16). Sustenta-se, dessa maneira, uma *relação capital do trabalho*, expressão que, segundo este autor, é justificada devido a que “o capital, antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de

²⁴ Assim como o conceito de mercantilização, o de mercadoria fictícia também se encontra – com menor destaque – nos escritos de Marx. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem de “O Capital”: “Coisas que, em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo, a consciência, a honra, etc., podem ser postas à venda por dinheiro por seus possuidores, e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria” (1975:67).

suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital (Mészáros, 2002:16).

Nesta *relação capital do trabalho*, não é suficiente a compra/venda da força de trabalho no mercado (mercantilização), mas em fazê-la produzir trabalho, ou seja, controlá-lo por meio de uma “técnica de dominação” (Laclau e Mouffe, 1985).²⁵

Considero relação capital do trabalho a forma como o trabalho é utilizado e regulado por meios econômicos a fim de manter a acumulação de capital. Normas e regras são os meios pelos quais se processa aquela relação. Trata-se do aspecto condicionante do trabalho enquanto restritamente meio de sobrevivência: se constitui num fim em si mesmo.

A relação capital do trabalho consiste na 'despolitização' das formas de produção e reprodução. Podendo ser moldável às realidades e aos contextos distintos e específicos. Adaptando-se às particularidades territoriais, sociais, identitárias, etc. Na atualidade, esta relação vem se constituindo da precarização, terceirização e informalização do trabalho em todo o globo terrestre.

Os resultados de pesquisas e relatórios de organismo internacional, como as da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2012a), certificam o avanço daquela relação e seus impactos: cada vez mais o número de trabalhadores com emprego tem se tornado instável ou precário. O emprego a tempo parcial e temporário tem aumentado nas chamadas economias avançadas. São, como demonstra a OIT, nesta conjuntura, as mulheres e os jovens os mais afetados pelo desemprego e pela precarização laboral. Estas tendências mostram que em Portugal, “as novas desigualdades têm vindo a consolidar-se” (Estanque, 2012:28).

No caso do Brasil, por seu lado, segundo o Anuário das Mulheres Brasileiras,²⁶ 58% dos trabalhadores não remunerados eram, em 2010, mulheres. Apesar do crescimento da formalização do trabalho no país, o aumento do número de mulheres que trabalham sem remuneração e sem carteira assinada evidencia a

²⁵ Para Laclau e Mouffe (1985), o processo de trabalho não é só o lugar em que se exerce a dominação do capital sobre o trabalho, mas o terreno de uma luta.

²⁶ Este anuário foi editado pela primeira vez pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2011.

precarização a que está exposto este segmento social (OIT, 2010). No segmento jovem, a taxa mundial de desemprego segue alta. De acordo com a OIT (2012b), em seu informe *Global Employment Trends for Youth 2012*, aproximadamente 75 milhões de jovens encontram-se desempregados, cifras que, segundo o informe, tendem a manter-se elevada nos próximos anos.²⁷ O referido relatório ainda chama a atenção para a situação, nos países em desenvolvimento, da dificuldade de muitos jovens em encontrar um 'trabalho decente'.

O conceito de 'trabalho decente' (adotado pela OIT, durante a sua 87ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1999) sintetiza quatro objetivos e princípios fundamentais, historicamente formalizados, na função da própria OIT, são eles: a geração de empregos de qualidade, a garantia dos direitos do trabalho, a proteção de quem depende do trabalho para viver e a promoção da organização e representação dos sujeitos do trabalho.²⁸ Para Abramo (2011), trata-se de uma noção multidimensional e prende-se às dimensões quantitativa e qualitativa do emprego.

Face a realidade vivenciada nas sociedades contemporâneas e aos resultados das pesquisas acima mencionadas, as relações de trabalho e emprego estão bastante distante desse conceito.

Diante dessa realidade, estudiosos, tais como Sousa (2008) e Germer (2006), têm vindo a defender a tese de que as experiências associadas de produção oriundas de vários coletivos de trabalhadores, ao contrário de diferenciar-se dessa relação capital do trabalho,

relacionam-se intimamente com formas atuais de desenvolvimento econômico e industrial, caracterizando-se como estratégias de controle sobre o trabalho [...] tornando-se estratégias para satisfazer as necessidades atualizadas do capital (Sousa, 2008:54).

Indicando, portanto, que aquelas experiências se integram, em primeiro lugar, aos

²⁷ De acordo ao Eurostat (2010), mais da metade do segmento jovem que encontra no mercado de trabalho europeu ocupam postos de trabalho sob condições precárias, além de serem os mais afetados pelo desemprego estrutural.

²⁸ Para uma maior compreensão do conceito, consultar: <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/lang--en/index.htm>

processos de precarização, terceirização e informalização. Traduzindo-se, por suposição, em alternativas capitalistas ao atual modelo econômico capitalista. Não se pode negar que no momento em que mais se tem debatido, estudado, publicitado experiências 'democráticas', 'participacionistas', 'autogestionárias', 'co-gestionárias', etc., mas se esvazia o conteúdo social e político dessas práticas. O sistema do capital tem, cada vez mais, vindo a se apropriar e incorporar em sua retórica reivindicações populares contrárias a ele próprio.

Assim, o que temos hoje é um 'tratamento social do trabalho', numa perspectiva reducionista e simplista do 'social'. O trabalho é visto por suas características ocupacionais (custo de produção, força de trabalho, etc.) e por seu aspecto na atualidade de empregabilidade. Deixa-se para trás todo um leque de necessidades pautadas pela realidade de trabalho ao longo das últimas décadas, como por exemplo, a redução da jornada de trabalho.

Nas sociedades contemporâneas, baseadas pela lógica da mercantilização, o social é elaborado pelo Estado, facilitando a viabilidade do crescimento da economia de mercado através da sua conciliação com a cidadania dos trabalhadores (França Filho e Laville, 2004).

Levando-se em consideração a posição conferida à economia mercantil, as fraturas introduzidas por esta devem ser corrigidas pelas intervenções reparadoras de um Estado protetor, daí a concepção de um direito social composto de um direito de trabalho na empresa e de uma proteção social destinada a proteger contra os principais riscos (ibid., 55).

Partindo desta percepção é importante adotar um 'tratamento político do trabalho', em vez do mero trato assistencialista e protecionista. Neste sentido, só uma perspectiva política sobre o trabalho contribuirá para: i) o reconhecimento dos trabalhadores enquanto 'participantes políticos', seja na esfera da produção, seja nas demais esferas da vida; ii) a identificação das relações de poder e na elaboração de formas de transformá-las em relações de autoridade partilhada (Santos, 1995); e, iii) questionar a infraestrutura institucional jurídica que tem como base a busca da

harmonização da relação capital/trabalho com vista a um processo de democratização na esfera da produção.

Castel, na introdução de sua obra *As Metamorfoses da Questão Social*, declara que ele não pensa no “trabalho enquanto relações técnicas de produção, mas como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (1998:24). Suponho, que o tratamento político do trabalho contribuirá na perspectiva do entendimento do ato de trabalhar enquanto significados produzidos na interação dos sujeitos/cidadãos. Pois, a inscrição destes na estrutura social depende tanto da postura e decisão política da classe dominante quanto dos mais diversos coletivos de trabalhadores.

O Relatório Global sobre discriminação da OIT,²⁹ lançado em 2011, demonstra o quanto a 'vontade política' ainda é um elemento negativo para a eliminação da discriminação no campo do emprego e da profissão, em todo o planeta. “A discriminação acontece como resultado de actos de empregadores, da legislação e das práticas nacionais, de factores sociais e culturais, e de diferentes percepções sobre as causas dos problemas económicos e sociais” (OIT, 2011:9).

É preciso, no contexto atual, redescobrir o lugar do político nas novas configurações da realidade de trabalho, dos seus conflitos e das suas questões (problemas) emergentes. O político tem haver com 'visibilidade' e/ou invisibilidade, com problemas e/ou solução de problemas. Partindo desta perspectiva, o tratamento político do trabalho não é possível sem o político. Nele, não há lugar para o 'deslugar do conflito'.

A redescoberta do lugar do político no chão de fábrica proporcionará uma releitura do econômico – não do economicismo – na esfera da produção. Resgatará uma dimensão identitária, por via do trabalho, que considere aspectos culturais dos trabalhadores e os significados (os quais não se enquadram nas normas) constituídos pelos diversos grupos sociais; uma dimensão educativa, que por sua vez a) relaciona-se com o reconhecimento de saberes e conhecimentos acumulados pelos trabalhadores e, também, pelas comunidades envolvidas, e b) com o aspecto

²⁹ Este relatório pode ser encontra em várias idiomas em http://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/100thSession/reports/reports-submitted/WCMS_154779/lang--en/index.htm

educativo da participação;³⁰ uma dimensão comunitária que se remete à participação popular e social nas decisões sobre os modos e meios laborais/productivos no seu território.³¹

Estas dimensões – em um registro de regulações não mercantis – não se oporão à dimensão do econômico, mas acabarão com o hiato entre o político e o econômico na esfera da produção. O capital subtrai da linguagem democrática os aspectos de transformação das relações de poder, o que pode ser traduzido, segundo a afirmação da filósofa Chantal Mouffe em sua obra *O Regresso do Político*: “na realidade é o político, e a possibilidade da sua eliminação, que está aqui em jogo” (1992:12). O político aqui é tomado no sentido arendtiano, ou seja, enquanto pluralidade como meio para conseguir o consenso. É nesta perspectiva que a reflexão sobre o trabalho implica o reconhecimento da sua dimensão política “ligada à existência de um elemento de hostilidade entre os seres humanos” (Mouffe, 1996:13). Portanto, redireciona os conteúdos e as questões inseridas na realidade de trabalho para a afirmação da constituição de uma fronteira política.

É no estabelecimento desta fronteira política, na esfera da produção, que se tem em marcha o processo de autodeclaração dos trabalhadores como participantes políticos, não meramente, como 'colaboradores' e 'força de trabalho' naquela esfera. “A ausência de uma fronteira política, longe de ser um sinal de maturidade política, é sintoma de um vazio que pode pôr em perigo a democracia [...]” (idib., 16).

Estabelecer um tratamento político do trabalho infere, por consequência ao reconhecimento daquela dimensão política, que se pode conceber nas suas múltiplas dimensões:

- no reconhecimento do papel do Estado, por se tratar de uma questão política, portanto, de escolha entre padrões de desenvolvimento, de

³⁰ A questão da participação será tratada no capítulo IV.

³¹ Para Tragtenberg, a participação autêntica é aquela “onde a maioria da população, através de órgãos livremente eleitos e articulados entre si, tem condições de dirigir o processo de trabalho e participar da decisão a respeito das finalidades da produção e outros aspectos da vida social que tenham significado” (1987:30).

envolvimento de novos sujeitos sociais e de (re)elaboração e coordenação de políticas públicas;

- na adoção de um novo sistema de regulação social capaz de (re)ordenar dinamicamente as regras arbitradas pela lei da economia, de modo a expandir outras formas socioeconômicas, além de viabilizar as iniciativas de pequena dimensão existentes;
- na visibilidade de grupos sociais que encontram-se submetidos à marginalização e aos índices de desocupação e/ou inação produtiva. Para os quais, segundo a ordem econômica hegemônica, não se pressupõe a aquisição de competências e/ou qualificações;
- na democratização das relações de trabalho à medida que os trabalhadores tornam-se sujeitos autônomos, críticos e reflexivos, distanciando-se da perspectiva de indivíduo-massa (Oliveira, 2001);
- no desvelamento da alienação do trabalho no sentido clássico do termo, ou seja, busca colocar ao controle dos coletivos de trabalhadores o “[...] ritmo, a concepção e o *status* do trabalho” (Tragtenberg, 2005).³²

Dessa forma, a adoção do tratamento político do trabalho poderá suscitar ferramentas teórico-práticas para o descortinamento da “lógica de não-existência” que se refere à “lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista” (Santos, 2006:97). Uma vez que grande parte das outras formas de trabalho e produção são traduzidas como

[...] formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam

³² Aqui, como prerrogativas do tratamento político do trabalho, poder-se-á ser enumerado um leque vasto de fatores, mas indico estas por entender que são, a primeiro plano, provocadores de outros.

estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes [...] São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe (ibid. loc. cit.).

Em suma, acredito que o tratamento político do trabalho, em nossas sociedades hodiernas, contribuirá para a emergência de uma nova racionalidade econômica, (re)conhecendo as várias formas de produção coexistentes na realidade de trabalho. Assim sendo, aproxima-se da “sociologia das ausências” formulada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos.³³ Esta, por conseguinte,

[t]rata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. [...] O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (2006:95).

Dessa maneira, poderá desconstruir o espaço de silêncios e invisibilidades 'políticas' em que a realidade de trabalho em particular no campo da economia, se configura, bem como nas ciências sociais. Revelar à superfície do campo social a pluralidade de formas de trabalho e produção, implica, antes de tudo, não centrar-se apenas na constituição do trabalhador 'flexível', mas, na constelação de coletivos de trabalhadores e de suas estratégias de produção e reprodução.

Tratar o trabalho como uma questão política e não meramente 'social' e/ou economicista, pode ser um referencial na perspectiva da desconstrução da 'confusão' tão socializada do trabalho enquanto uma mercadoria.

³³ O sociólogo Boaventura de Sousa Santos elabora em sua teoria uma nova racionalidade para o conhecimento que em seus próprios argumentos sustenta como prerrogativa a expansão do presente e a contração do futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje. Nesta perspectiva, ele propõe a sociologia das ausências que contribui para expandir o presente, e a sociologia das emergências para contrair o futuro (2006:87-125). Aqui atento-me como pano de fundo da reflexão teórica na sociologia das ausências.

1.3. A constelação heterogênea de trabalhadores: Portugal e Brasil

Em Portugal, o tratamento social do trabalho pode ser averiguado por via da adoção da institucionalização de novas formas de trabalho com características precarizantes (Estanque e Costa, 2012), como é o caso do trabalho temporário. Considerando a atual conjuntura da UE, aquele tipo de tratamento pode também ser traduzido na “dissociação entre condições profissionais e vínculos laborais [que] está de facto a pôr em causa os velhos critérios e formas de diálogo, os valores de solidariedade e no fundo o modelo de contrato social inspirado pela filosofia iluminista e consolidado desde o pós-guerra” (Estanque, 2012:23).

Nestes parâmetros, o que se tem chamado de 'medidas de austeridades' exigidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela UE aos países como Portugal, Grécia, Espanha, entre outros, tratam nada mais do que a retirada das conquistas sociais e econômicas à classe trabalhadora. O trabalho é então tratado como um 'objeto social' num jogo em que a finalidade é 'recuperar' o fôlego financeiro do mercado das economias 'avançadas'. Em outras palavras, aquele é tratado como mera atividade de fator de produção.

No Brasil, com o neo-desenvolvimentismo experimentado, o tratamento social do trabalho reveste-se da 'promessa' de empregabilidade por via da industrialização em andamento, principalmente nas regiões, até então, menos industrializadas (Norte e Nordeste) e das novas ocupações profissionais tão propagandeadas. Tanto estas ocupações quanto aquela promessa estão alicerçadas em traços históricos de flexibilidade na regulação do trabalho neste país. Um exemplo disto é o trabalho de *call centers* e *telemarketing*, que segundo retratam Antunes e Braga (2009), na obra “Infroproletários”,³⁴ enquadra-se num dos setores considerados na modernidade como mais dinâmico, o informacional. Porém, com

³⁴ Nesta obra, os autores procuram desmitificar a tese de que haveria um “estrato social” (Schaff, 1993) e/ou “minoría privilegiada” (Gorz, 1982) fruto da era da tecnologia da informação que gozaria de condições melhores e avançadas de trabalho. Os autores, por meio de pesquisas realizadas com trabalhadores do Brasil, Espanha e Inglaterra, concluem que à aparência de um trabalho da tecnologia da informação, os trabalhadores deste setor têm condições bastantes severas encontradas no séculos XX e XIX.

uma vivencia brutal da alienação do trabalho entre os trabalhadores destes setores: “[...] se trata de uma modalidade de trabalho que articula tecnologias do século 21 [...] em condições de trabalho herdeiras do século 20” (Antunes, 2011a).³⁵ Outro exemplo reporta-se ao aumento considerável da quantidade de serviços prestados por trabalhadores das agências dos correios e das casas lotéricas, sem acréscimo de suas remunerações.

O que não se pode deixar de ter em consideração nesta análise é o fato do reduzido investimento financeiro na produção, tão bem demonstrado no *World of Work Report*, em seu capítulo 4, tem alcançado níveis sem precedentes. As pequenas empresas, nas chamadas economias 'avançadas', seguem com dificuldades de acesso ao crédito, o que inviabiliza a criação de postos de trabalhos. Aquele relatório denota que os investimentos têm sido mais voláteis provocando o aumento da precariedade laboral, tanto nos países centrais quanto nos emergentes.

Neste cenário, o tratamento social do trabalho atribuí ao direito do trabalho um “reconhecimento como um instrumento fundamental de integração da classe trabalhadora a uma sociedade organizada” (Biavaschi, 2005:33). Em linhas gerais, aquele direito teve como base a busca da harmonização da relação capital/trabalho, se empenhando num processo de democratização na esfera do capitalismo. É o que, como já mencionei, objetiva, no Brasil, o neo-desenvolvimentismo.

No caso brasileiro, como da América Latina, o mercado de trabalho, em comparação aos países centrais e em relação ao padrão de emprego, desde a sua constituição se alicerçou na inexistência de um sistema universal de proteção social, elevada disparidade dos níveis de renda e percentagem de trabalhadores no chamado setor informal (França Lima, 2008).³⁶ Com este panorama ao fundo, hoje, no Brasil, tem taxas de desemprego historicamente baixas comparadas à décadas passadas, mas isto não quer dizer que o emprego formal gerado seja de qualidade (Braga, 2012).

³⁵ Segundo Antunes (2011a), 70% do contingente de trabalhadores destes setores, no Brasil, é feminino.

³⁶ Segundo Braga (2012), os direitos trabalhistas no Brasil tem baixo impacto, não tem ampla cobertura como em países da Europa.

A Sociologia do Trabalho,³⁷ desde o seu surgimento, tem se centrado no estudo das relações sociais na realidade laboral. As transformações e a reestruturação da atividade produtiva na contemporaneidade e os seus impactes na dinâmica social têm sido as abordagens conceituais e as linhas analíticas que balizam recentemente este ramo científico. Porém, do ponto de vista aqui adotado, incorre-se no risco de se analisar por uma ótica da “monocultura do tempo linear, a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos” (Santos, 2006:96).

A partir do levantamento bibliográfico e da investigação aqui realizada, afirmo que a maior parte da literatura relacionada ao tema aqui tratado se assenta sob o tipo do trabalho assalariado, os processos e as relações de trabalho no interior das empresas modernas, a qualificação dos trabalhadores e as formas organizativas conformadas pelo sistema do capital. Deixa-se de fora, por assim dizer, as outras formas de trabalho e a constelação heterogênea de trabalhadores nas nossas sociedades.³⁸

Como bem declara Sennett (2001), os últimos anos não foram os melhores para os trabalhadores fabris. Estes têm um aumento considerável no volume de atividades produtivas sem a devida elevação de seus salários. O autor ainda destaca, enquanto preocupação, a perda de identidade. O trabalhador requerido pelo trabalho flexível³⁹ é alguém que, simultaneamente, seja polivalente, tenha a capacidade de trabalhar em equipe e de aceitar novos riscos, esteja apto a lidar com a fragmentação e a viver sob a égide dos “laços fracos” (ibid.).

Estamos, de fato, diante da formação de um 'novo' trabalhador – polivalente,

³⁷ Segundo Souza-Lobo (2011) e autores dedicados à sociologia do trabalho, é com a emergência do ramo da sociologia industrial, entre os anos 1920 e 1930, que situa-se as fontes e/ou origens da sociologia do trabalho.

³⁸ Um estudo que demarca bem a visão homogênea da classe trabalhadora, ocultando a pluralidade desta, é de Souza-Lobo (2011), debruçando na invisibilidade em particular do trabalho feminino e da questão gênero no mercado de trabalho.

³⁹ Para compreender o que significa, de fato, trabalho flexível deve-se partir das características adotadas pelo sistema do capital nas últimas décadas do século XX. Como tão bem demonstra Sennett na sua obra, “A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo”, são identificados três pontos importantes para a análise da questão do capitalismo flexível: a reinvenção contínua das instituições, a especialização flexível da produção e a concentração do poder sem centralização (Sennett, 2001).

mais qualificado e portador de capacidades criativas de utilizar a sua 'força de trabalho' de forma mais versátil – exigido pela reestruturação da produção nas fábricas e grandes empresas. Como enfatiza Lucena (1992), as características desse novo trabalhador transferem a ênfase da especialização para uma visão mais integradora do trabalho, mas esta integração não se processa através do aspecto social e político dos trabalhadores, mas sim, funcional.

Contudo, ao se deparar com uma realidade de trabalho heterogênea e, principalmente, com uma classe trabalhadora complexa, fragmenta e heterogênea (Antunes, 2000), observa-se a coexistência, dentro deste contexto, de uma diversidade de trabalhadores que não enquadram-se neste registro do 'novo trabalhador'.

Este novo trabalhador de forma alguma é o retrato geral dos coletivos de trabalhadores nas sociedades contemporâneas em mudança. E, ao centrar-se em sua conformação, incorremos no grande risco de ignorar “as manhas com que os grupos humanos produzem sua própria sobrevivência” (Freire, 2010:81).

Ao deitar o olhar na realidade de trabalho de países da América Latina e da própria Europa, poder-se-á perceber que muitos coletivos de trabalhadores não estão 'regidos' por aquelas características exigidas. Como já analisado no início deste capítulo, a reestruturação produtiva não implica abandono de outras formas e relações de produção capitalistas, muito menos na sua totalização na realidade.⁴⁰

Ao se referir a um 'novo trabalhador' fala-se de uma parcela de trabalhadores em escala minoritária. Esta convive com uma massa de trabalhadores precarizada, 'sem qualificação' que, de uma forma direta, se defronta com as consequências da ameaça do desemprego estrutural. Segundo OIT (2012a), o número de trabalhadores informais aumentaram nos ditos países emergentes, atingindo uma média de 45% em

⁴⁰ Esta afirmação relaciona-se à quarta lógica da produção da inexistência proposta por Santos: a lógica da escala dominante. A impressão que se tem é que tudo se globalizou, como bem denota o autor, a não-existência se produz sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global (2006:96-97).

oito dos países do G20.⁴¹

As análises de pesquisadores como Ricardo Antunes (2009, 2011a, 2011b, Antunes e Braga, 2009), entre outros, indiciam que mesmo no interior da parcela dos novos trabalhadores existe uma diferenciação. Os autores referidos identificam aqueles que estão ligados aos “núcleos tecnologicamente mais desenvolvidos da indústria e serviços” (Antunes, 2011a:30), enquadrados no chamado “infroproletariado” (Antunes, 2011a; Antunes e Braga, 2009). Aqueles que trabalham no sistema de *software*, *call center* e *telemarketing* “são uma variante do novo proletariado de serviços”, afirma Antunes (2011a:30).

De acordo com a OECD (2012), os níveis de qualificação dos trabalhadores inseridos no subemprego também têm estado a aumentar. Tal situação leva os assalariados a estarem em constante instabilidade em todos os aspectos da vida, tendo em vista que são eles submetidos ao trabalho precário, temporário, informal e quem mais são atingidos negativamente em situações de crise econômica. O exemplo atual disto, pode ser visto na realidade de trabalho no continente europeu.

Há, ainda, parcelas da massa de trabalhadores que não tendo acesso ao emprego assalariado, desenvolvem trabalhos e outras formas de produção consideradas como residuais, inferiores, locais e improdutivos.⁴² Estes últimos, e em certa medida os demais, pela ênfase na valorização do 'produtivo' (como visto no início deste capítulo), passam a “não-existência [...] sobre a forma do improdutivo que [...] aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional” (Santos, 2006:97).

Com um olhar que não perpassa pela lógica da precariedade, Santos (1979) identifica o desenvolvimento nos países periféricos de um circuito inferiorizado da economia, alimentado por formas não convencionais do capitalismo nas sociedades contemporâneas. Este circuito, segundo o autor, se caracteriza por emprego do trabalho intensivo, por escassez de capital, por pequenos lucros em relação ao

⁴¹ O Grupo dos 20, conhecido por G20, é um grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a UE.

⁴² Neste cenário, é possível encontrar comunidades de ciganos, imigrantes, quilombolas, indígenas, entre outras.

volume de negócios, e por relações diretas e pessoais entre trabalhadores e empregadores e/ou usuários e consumidores. Ainda acerca das atividades no interior deste circuito, o autor destaca as reduzidas relações com instituições financeiras e a quase nula intervenção governamental no que se refere ao apoio ou estímulo às atividades dos trabalhadores.⁴³

Nesta linha de raciocínio, tais atividades podem ser consideradas como subsistema da economia que, por sua vez, engendra alternativas socioeconômicas para trabalhadores não integrados no mercado de produção, consumo e financeiro dominados pelas grandes corporações empresariais.

Em países como o Brasil, por exemplo, no qual não se chegou a se constituir uma sociedade salarial, tal qual definida por Castel (1998), aqueles trabalhadores desenvolvem formas econômicas com outras racionalidades e outros sentidos (Gaiger, 2007), nas quais, por suposição, outros fatores tornam-se tão essenciais quanto o trabalho em si. É o caso dos sujeitos – trabalhadores ou produtores associados – de diversos empreendimentos socioeconômicos inseridos no que vem sendo denominada de economia solidária.⁴⁴ Esta “[t]rata-se de um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais, nas quais as pessoas se associam e cooperam reciprocamente” (Tiriba, 2008:77). Tratarei mais adiante sobre esta questão.

O que se apresenta de forma clara e inegável é o fato de que tanto os trabalhadores da 'era fordista' quanto os da 'flexibilidade' coexistirem numa mesma sociedade integrada que os subjugam. E convivem com aqueles que, com outras

⁴³ A argumentação do autor sobre este circuito aproxima-se à teoria da Economia plural de Polanyi, 2000 e 1977. O autor utiliza o termo economia da sobrevivência que está voltada à preocupação com o prazo da reprodução material das sociedades. “[...] fato elementar que os seres humanos, como todos os outros seres vivos, não podem existir sem um ambiente físico que os sustente” (1977:19). Assim, podemos trazer os termos da economia natural, economia popular, economia solidária, etc., que indicam o quanto a economia é plural.

⁴⁴ Segundo Laville e Gaiger (2009), a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com significados distintos que permeiam a ideia de solidariedade. O termo foi cunhado na década de 1990. Este conceito será melhor aprofundado mais adiante. Refere-se a um conjunto de atividades econômicas que abrange as cadeias de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito.

formas de subsistência e produção, estão invisibilizados social e politicamente.

Na atual fase do sistema do capital, em especial a reestruturação produtiva, tem se verificado uma certa 'formalização' ou 'legalização' de formas precárias de trabalho. Os trabalhadores terceirizados são exemplos dessa formalidade. Em sua grande maioria, ao contrário do que se afirma sobre o novo trabalhador, eles podem ser classificados como 'sem qualificação', sem nenhuma participação no cotidiano laboral, e que cumprem rotineiramente suas funções e recebem baixos salários.⁴⁵

Abro parênteses para exemplificar um caso de 'legalização' da precarização do trabalho no contexto português, com os chamados 'falsos recibos verdes' (Estanque e Costa, 2012). Consistem em trabalhadores prestarem serviços à outrem, sem que estes tenham qualquer responsabilidade tributária e trabalhista com aqueles. O trabalhador torna-se independente. Porém, além dessa modalidade ter se tornado normal para cada um em cinco trabalhadores portugueses, de terem horários fixos de trabalho, de comparecer ao local laboral diariamente, os patrões são apenas seus clientes a quem lhe prestam serviços.⁴⁶

No caso da sociedade portuguesa, a precariedade toma forma em duas modalidades principais: os recibos verdes, acima referidos, os contratos a prazo e o trabalho a tempo parcial. Portugal tem a terceira maior taxa da UE considerando as diferentes formas de trabalho precário: 25% (Estanque e Costa, 2012).

O caso se torna mais grave pela instituição das chamadas Empresas de Trabalho Temporário (ETT's) que atualmente são cerca de 250 empresas licenciadas

⁴⁵ Para Gennari, a terceirização consiste num movimento do capital que tem conhecido, basicamente, duas situações complementares. De um lado, setores inteiros são deslocados do processo de trabalho instalado em grandes unidades produtivas para uma rede de pequenas e médias empresas, de oficinas artesanais ou, ainda, para o trabalho domiciliar. De outro, parte dos serviços que integram direta ou indiretamente o processo de trabalho (limpeza, manutenção, restaurante, etc.) são entregues a empreitadas que passam a desenvolvê-los no espaço da empresa contratante, mas utilizando-se de uma força de trabalho por elas contratada, treinada e gerenciada (1997:43).

⁴⁶ Os recibos verdes foram criados em 1980 para trabalhadores independentes e profissionais liberais. Segundo um artigo publicado no jornal francês *Le Monde*, "Au Portugal, les "recibos verdes" incarnent l'extrême précarité du travail (Em Portugal os recibos verdes encarnam o extremo da precariedade laboral), em 03 de junho de 2009, 1 milhão de trabalhadores portugueses vivem nesta situação.

para tal atividade, segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).⁴⁷ Estas empresas, de acordo o IEFP, têm o papel de responder à necessidade de trabalhadores pontuais ao mercado de trabalho.

Além de descortinar a não-existência a qual são legados, a massa de trabalhadores à margem do mercado de trabalho formal, o binário qualificado/não qualificado merece aqui destaque. Gennari enfatiza “que a exigência de um grau de estudo mais elevado não é sinônimo de maior qualificação” (1997:37). E, tampouco, se trata de uma condição *sine qua non* à inserção no mercado de trabalho.⁴⁸

No contexto português, um dos estudos de caso desta pesquisa, é visível perceber o quanto a exigência de qualificação pode ser considerada como um fetiche. O tecido empresarial português não procura operários com grandes qualificações. Segundo uma diretora de um Centro de Emprego, no Norte de Portugal, os empresários ao procurar por operários, não os querem qualificados, dizem que eles mesmos ensinam o que estes precisam saber para o exercício de suas funções.⁴⁹

Logo, poucos serão os 'qualificados' que terão “um lugar ao sol”, no topo da hierarquia do novo modelo de produção do sistema do capital. É uma das novas contradições desde sistema. A qualificação tornou-se no mais novo fetiche na contemporaneidade. Antunes (2011a) ressalta o cuidado que se deve tomar com afirmação da falta de trabalho qualificado. Há de fato setores da economia que demanda novas modalidades de trabalho, mas, há também uma carga ideológica sobre a qualificação. “Uma lógica destrutiva na qual os assalariados são diretamente

⁴⁷ O trabalho temporário encontra-se regulado pelo Lei n° 7/2009, nomeadamente pelos seus artigos 140° e 172° até 192°. E também pelo Decreto-Lei n° 260/2009, de 25 de setembro, que estabelece este tipo de trabalho nas ETT's. Para maior informações consultar, <http://www.iefp.pt/emprego/SolucoesEntidades/TrabalhoTemporario/Paginas/TrabalhoTemporario.aspx>. Também pode ser consultada, Kovács, 2004.

⁴⁸ Para o autor em causa, a qualificação trata-se, para a maior parte dos trabalhadores polyvalentes, apenas de uma condição que lhes permitem intervir de maneira ativa no interior de sua equipe de trabalho e, após um treinamento básico, de repetir com segurança o conjunto de operações desejadas pela empresa, bem como de reconhecer no menor tempo possível os problemas que implicam na intervenção de um setor de programação ou de manutenção corretiva (1997:37)

⁴⁹ A diretora do Centro de Emprego de Arcos de Valdevez concedeu uma entrevista durante a investigação empírica à fábrica Confecções Afonso Lda.

prejudicados” (id., 31).

Ao que concerne a análise aqui tecida, a questão está em perceber em que medida a 'qualificação' influencia na maior participação dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Ou seja, como ela qualifica, de fato, o papel político dos trabalhadores.

Diante do que vem sendo exposto, no sistema do capital a qualificação tende apenas a facilitar o controle da força de trabalho a atender exclusivamente a produtividade e o acúmulo do capital. Para Biondi Lima, os processos circunscritos na qualificação são “como um campo de forças e de luta [...] onde as disputas pelo controle de objetivos, conteúdos, métodos e recursos se desenrolam” (2011:33).

Tanto os novos quanto os velhos trabalhadores, inseridos no mercado de trabalho, em espaços funcionais distintos no novo arranjo da geoeconomia do capital, encontram-se subjugados numa mesma racionalidade econômica. Enquanto que outros trabalhadores, não integrados e/ou integrados naquele mercado, buscam em práticas tradicionais renovadas (França Filho e Laville, 2004) novos sentidos para os seus trabalhos.

Diante do que até aqui foi elaborado, parece-me, portanto, mais adequado em se referir às novas posturas que estes trabalhadores tomam (e/ou tendem a tomar) perante às atuais realidades e relações sociais de, e no, trabalho. Levando-os a uma diversidade de formas de práticas de classe.⁵⁰

No entanto, essa constelação de trabalhadores, além de envolver as questões do trabalho com demandas diversas (gênero, etnia, território, identidades, etc.), propicia uma leitura diferenciada a respeito da unidade historicamente atribuída à classe trabalhadora. Versarei sobre esta questão na segunda parte deste estudo.

⁵⁰ Sobre a diversidade de formas de práticas de classe tratarei no segundo capítulo.

1.4. Democracia, poder e trabalho, uma conjugação difícil?

1.4.1. Relações de poder na fábrica

Como visto no início deste capítulo, a divisão do trabalho baseada em binômios como produtivo/improdutivo, intelectual/manual, formal/informal, qualificado/não qualificado reflete uma relação de dominante e dominado, de quem manda e de quem é mandado. Constituem, portanto, numa relação de poder. Tal relação se sustenta, na esfera da produção, da existência do mercado de trabalho. Baseando-se no 'sentido da obrigatoriedade do trabalho', uma vez que sem este os cidadãos “se veem excluídos da proteção social, expostos a todas as consequências sociais, políticas, econômicas e psicológicas causadas por estarem fora da realidade do trabalho-emprego” (França Lima, 2008:102).

Analisar as relações de poder constituídas a partir dos modos de produção equivale a abordar o poder em sua vertente econômica política, ou seja, os interesses que emergem naqueles, envolvendo a propriedade e o controle dos meios de produção – a alienação do trabalho. Um dos maiores expoentes dessa vertente consiste em Karl Marx (1818-1883). Este denota que as relações basilares de qualquer sociedade residem nas relações de produção (a forma como os trabalhadores utilizam os recursos, as técnicas e como organizam as relações de produção e reprodução da vida).

Como afirmado anteriormente, a base da sociedade capitalista consiste na posse do capital e dos meios de produção por parte de uma classe social, configurando a relação entre o capitalista e os trabalhadores. Estes, despossuídos dos meios de produção, possuem apenas a ‘força de trabalho’, a qual é vendida àquele no mercado laboral. Esta interação traduz-se, portanto, num conflito de interesses entre dois setores sociais – os capitalistas e a classe trabalhadora – configurando a luta de classes. É a posse dos meios de produção detida pelos primeiros que lhes propicia o poder dentro e fora da organização capitalista da produção, isto é, da indústria.

Como bem demonstra Galbraith (1983), no período da configuração do

capitalismo enquanto modelo econômico, o poder constituiu-se sob a sua forma compensatória, visto que para implantar a nova forma de relação de trabalho, foi necessário que os trabalhadores vendessem a sua força de trabalho aos capitalistas. Dessa forma, o poder deriva da propriedade, uma vez que a industrialização institucionalizou a relação capital *versus* trabalho.

Contudo, também foi necessário o uso da persuasão para que os trabalhadores fossem submetidos às ordens do novo paradigma de produção estabelecido. A meu ver, a forma de poder compensatória, num contexto de industrialização da produção, mescla-se com o poder condicionado,⁵¹ também demonstrado por Galbraith (1983), que remete ao poder exercido através da persuasão, da educação, da crença, no intuito de submeter seja um indivíduo, seja um grupo, à vontade de outrem. Por outras palavras, os trabalhadores foram conduzidos a uma adaptação àquele modelo laboral, propiciando o abandono de práticas de trabalho coletivo e de outros modos de vida.

Na perspectiva weberiana, o trabalhador, mesmo não usufruindo da propriedade dos meios de produção, por possuir um conhecimento e/ou saber acumulado de sua experiência laboral, dispõe da possibilidade de conduzir relações sociais conformes aos seus interesses no interior da indústria (Santos Filho, 2002). Segundo Santos Filho (2002), a perspectiva weberiana amplia a noção marxista de poder por conferir a este uma característica relacional-intencional.

Ao abordar-se a historicidade do trabalho poder-se-á perceber o quanto o modelo vigente de trabalho foi sendo imposto, em contraposição a outros modos de produção e reprodução da vida. Atos de resistência face a esta imposição foram levados a cabo por coletivos de trabalhadores, mas estes, ao longo da história, foram introduzindo outros fatores que propiciaram a ampliação da luta da classe trabalhadora, constituindo a urgência da ressignificação do trabalho e transcendendo o mero desejo de reapropriação dos meios de produção.

Sustento a ideia de que o poder aliado ao sistema de organização do trabalho,

⁵¹ Segundo Silveira (2000), o poder condicionado é fundamental nas sociedades hodiernas por fazer funcionar e perpetuar o poder.

no sistema do capital, não se processa apenas de forma subjetiva, mas concomitantemente, intencional. Não é por acaso que, na contemporaneidade, no interior das sociedades, outras formas de trabalho, tais como as informais, domésticas, entre outras, se viram negadas de reconhecimento legal e desprovidas de garantias de acesso aos direitos trabalhistas, os quais são atribuídos à modalidade do trabalho-emprego.⁵²

No que concerne ao âmago desta análise, o processo de educação dos trabalhadores constitui um fator importante para que se possa alterar o lugar, a natureza e a importância do trabalho na vida societal.

Diante do que até agora foi argumentado, a indústria consiste no espaço em que a interação e associação de racionalidades econômicas e, até mesmo sociais, confluem em relações de poder.

As relações de poder entre o capital e o trabalho vão além, hoje em dia, da esfera da organização e gestão do processo laboral, pois afetam o próprio sentido e a significação do trabalho, que foram, como demonstrado nos itens anteriores, alterados pela racionalidade economicista atribuída a este.

1.4.2. Heterogestão e democracia

O desenvolvimento da relação dominante e dominado na esfera da produção serviu de fonte para a conformação de um sistema administrativo nas empresas e indústrias, denominado de heterogestão.⁵³ Segundo Motta (1981), este sistema verifica-se na empresa moderna pela “direção autoritária, o excesso de regulamentações em benefício daqueles que ficam com a parte intelectual do bolo –

⁵² Um exemplo de luta por reconhecimento do trabalho consiste no caso dos catadores de material reciclável que, apesar de terem sido reconhecidos enquanto profissionais do setor, ainda veem o seu trabalho ser estigmatizado como sujo e impróprio. Outro exemplo reside na luta contínua pelo reconhecimento do trabalho doméstico realizado sobretudo por mulheres.

⁵³ Motta (1986) e Faria (2004) elaboram uma crítica à teoria das organizações, segundo o primeiro autor, esta é fruto de uma mutação na teoria da Administração. Para estes autores aquela teoria vê reproduzindo e fortalecendo o sistema capitalista ao legitimar a diferenciação entre aqueles que gestam e aqueles que são geridos, entre aqueles que planejam e decide entre aquele que executam e obedecem.

os executivos, supervisores e capatazes” (1981:16).

A heterogestão é, pois, uma visão unidimensional da realidade social. O aparente desdobramento traduz a incapacidade de ver o agente social enquanto ser complexo. A heterogestão aparece como redutora de tal complexidade na medida em que a limita a funções univalentes, dirigente ou dirigido (ibid., 22)

Para o autor mencionado, a heterogestão “serve ao sistema capitalista como garantia de sua própria reprodução ampliada” (ibid., loc. cit.), haja visto que tal modelo de gestão não se limita às paredes da fábrica. Estende-se à outras esferas da vida em sociedade.

[...] a heterogestão não funciona apenas como reprodutora das relações sociais, como também as naturaliza na medida em que a separação dominante-dominado ou dirigente-dirigido é fundamental em todo o ordenamento social (ibid., 24).

Singer (2002) afere que a heterogestão constitui um processo histórico e cultural de educação vertical e um padrão social fundado na administração hierárquica. As relações neste processo não são equânimes, caracteriza-se, no aspecto da relação entre os trabalhadores, pela competitividade; no aspecto do meio de produção, pela propriedade (capital) privada; no aspecto da comunicação, pela concentração do conhecimento sobre a empresa nos cargos que ocupam postos hierarquicamente superiores, propiciando ordens e regulamentos de cima para baixo.

A organização do trabalho nestes moldes legitima “a dualidade entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla, e o que executa, sendo portanto planejado, organizado, comandado e controlado [...]” (Motta, 1981:24).

É possível falar em democracia no local de trabalho assentado nesta forma de gestão e administração? Em que medida a chamada 'democracia industrial' conflitua com tal forma? Como a democracia industrial favorece ao processo de participação dos trabalhadores no chão de fábrica no contexto de heterogestão? Essas perguntas

emergem a partir da afirmação de Motta (1981) de que a heterogestão inibi o desenvolvimento do ser humano, uma vez que não permite a ação deste enquanto sujeito. Aquela exige a adaptação do trabalhador a uma função pré estabelecida e determinada por outrem.

A democracia industrial⁵⁴ reconhecida em tal modelo de gestão está atrelada ao arcabouço jurídico-político (sindicatos, partidos, direitos trabalhistas, etc.) que fornece sustentação à relação capital do trabalho.⁵⁵ Touraine expressa bem o quanto a democracia industrial está associada à negociação coletiva, e, esta por sua vez, aos sindicatos:

la negociación colectiva y, más ampliamente, la democracia industrial, fueron una de las grandes conquistas de la democracia: la acción de los sindicatos permitió que los asalariados negociaran con sus empleadores en la situación menos desigual posible (2000:21).

Sartori (2008) percebe a democracia industrial como o 'estado' no qual os trabalhadores têm um controle sobre o local laboral. Nesta perspectiva, a democracia industrial, tal qual concebida na contemporaneidade, consiste numa falacia por não colocar em xeque a heterogestão enquanto modelo gestor. Diferente deste autor, Guimarães (1995) caracteriza a democracia industrial por um processo contínuo, no qual avanços e retrocessos ocorrem, possibilitando aos trabalhadores enquanto “grupos dirigidos” ampliar a sua participação nas decisões no processo produtivo. Partindo desta visão, afirmo que, por ser um processo, a democracia é multiforme, isto é, está sujeita a variar de formas. Em outras palavras, é um processo contínuo e polimórfico.

A democracia econômica e social poderá ser um instrumento eficaz para a

⁵⁴ Sartori (2008) apesar de abordar a democracia apenas no aspecto governamental, argumenta que hoje em dia novos adjetivos foram postos ao termo, chegando, assim à: democracia social e democracia econômica. Para explicar que esta última trata-se da democracia no local de trabalho, ele recorre a Sidney Webb e Beatrice Webb. Estes foram quem introduziram o termo democracia industrial nas Ciências Sociais, com a publicação em 1897, da obra *Industrial Democracy*.

⁵⁵ Guimarães (1995), em sua tese de doutoramento, especificamente no capítulo 3, faz uma revisão da literatura acerca das origens históricas da democracia industrial. Vide <http://www.eps.ufsc.br/teses/valeska/index/>

dominação e controle. Não trata-se, simplesmente, do grau ou da dimensão que ela assume num determinado contexto, mas sim, da sua natureza. Como bem assegura Burawoy (1990), o capital logra, no século XX, formas diversas de controlar o trabalho. Neste sentido, concordo com a afirmação de Santos e Avritzer (2002) e Gugliano (2004) que é necessário ampliar o cânone democrático a fim de promover a maior inclusão cidadã nas esferas de decisão por via da democracia econômica e da social.

Na atual reestruturação produtiva, o campo cultural tem sido mudado para dar suporte aos novos modelos de organização da produção, simulando a 'democratização' do/no ambiente laboral. Porém, estes arquétipos criam uma aparente quebra da hierarquia na gestão e administração do trabalho. Em comparação às relações laborais baseadas na “autogestão”, Novaes (2007) destaca o fato da diferença na participação dos trabalhadores no sistema flexível de trabalho encontra-se, justamente, não apenas no grau da participação, mas sim na natureza desta. No caso do trabalho flexível,⁵⁶ por meio de um conjunto de novos padrões de comportamento, diferentes níveis de participação dos trabalhadores são incentivados, mas apenas permitem uma liberdade possibilitadora de maior produtividade. Em outras palavras, os trabalhadores decidem sobre vários aspectos do trabalho, menos o essencial, ou seja, nas decisões sobre os modos e meios laborais/produtivos (como, quando e o que produzir).⁵⁷ Tratando-se, por sua vez, de uma pretensa participação (França Lima, 2008).

Historicamente, “[e]l poder industrial impuso la normalización, la organización llamada científica del trabajo, la sumisión del obrero a cadencias de trabajo impuestas [...]” (Touraine, 2000:22), dessa forma, se forja o “consentimento sem consentimento” (Chomsky, 1997) dos trabalhadores.

⁵⁶ Para compreender o que significa trabalho flexível deve-se partir das características adotadas pelo sistema capitalista de produção nas últimas décadas do século XX. Como tão bem demonstra Sennett na sua obra, *A Corrosão do Caráter*, são identificados três pontos importantes para a análise da questão do capitalismo flexível: a reinvenção contínua das instituições, a especialização flexível da produção e a concentração do poder sem centralização (2001).

⁵⁷ Esta afirmação remete-nos, também, à dimensão comunitária como fiz ver no item 1.2. do Capítulo I.

Pego emprestado a expressão “consentimento sem consentimento” do sociólogo e economista norte-americano Franklin Henry Giddings, para indiciar o quanto a relação capital do trabalho logra, em certa medida, controlar a força de trabalho pelo consenso.

[...] se em anos vindouros (o povo conquistado) vier a admitir que a relação disputada fora pelo mais alto interesse de todos, será possível sustentar razoavelmente que a autoridade foi imposta com o 'consentimento dos governados', da mesma forma quando um pai impede a criança de correr para uma rua movimentada (ibid., 260).⁵⁸

Na esfera laboral pode aferir que este tipo de consentimento forja-se na visão 'hegemônica' da gestão e administração do trabalho dos que, de um lado, são considerados aptos ao exercício do controle e da gestão, e por consequência, do outro lado, aqueles 'incapazes' de tal exercício. É importante aqui sublinhar que esta visão encontra suporte na 'ciência'.⁵⁹

Para Burawoy (1979), o controle capitalista se traduz num “jogo” no seio da produção, e nele os trabalhadores também participam. É por meio deste “jogo” que se conforma o consentimento do coletivo de trabalhadores ao que venho chamando de relação capital do trabalho. Ainda segundo o autor, os trabalhadores são levados a consentir com as regras e normas do capital à medida que participam das escolhas postas por este.⁶⁰

M. Burawoy, A. Friedman e P. Edwards chamam a atenção para a importância de considerar a participação criativa dos trabalhadores também em oposição ao controle e mando da gerência (Ramalho, 1991). Neste sentido, a conflitualidade existente no interior da fábrica deve ser analisada em suas facetas no cotidiano laboral em relação a heterogestão – como e de que maneira ela se expressa nas

⁵⁸ Grifos do próprio autor.

⁵⁹ Taylor (1982) expressa a importância de “medir o grau de estupidez” como um método de recrutamento dos trabalhadores. Fayol (1981) fala de uma rígida hierarquia para lidar com as “classes inferiores”.

⁶⁰ Burawoy (1979) chama a atenção para o aspecto que a análise do processo de trabalho não pode apenas centrar-se em termos da conflitualidade e resistência, mas levar em conta a geração do consentimento.

relações de produção, no chão de fábrica, contribuindo ou não com aquela participação.

No atual contexto da reestruturação produtiva e das suas consequências para os trabalhadores, as fábricas recuperadas supõe-se que numa direção efetivamente diferenciada, têm-se vindo a desenvolver procedimentos instituintes de democratização das relações de trabalho. Distanciando, dessa forma, da democracia funcional incorporada pelo capital no seu novo modelo de produção.

Em sua maioria, os coletivos de trabalhadores que associam e assumem as fábricas optam pela forma coletiva de gestão, ou seja, pelo trabalho associado. Segundo Murúa e Abelli, tal processo “resulta de uma mistura de 'clima social' e uma saída para trabalhadores que não encontravam mais na luta sindical tradicional uma saída para sua reprodução social” (2004, apud Novaes e Lima Filho, 2006:3).

As fábricas recuperadas “integram um grupo heterogêneo de unidades produtivas ou de serviços que tenham passado por graves processos de falências ou fechamento” (Fjan, 2009:193),⁶¹ apropriadas pelos trabalhadores. Surgindo num período de uma “crise estrutural do capital” (Mészáros, 2002) – que se instala durante a década de 1970, cujos processos de desemprego em massa e precarização da vida de uma grande parcela da classe trabalhadora têm vindo a intensificar –, têm cumprido um importante papel na defesa dos postos de trabalho no cenário da reestruturação produtiva.

Para vários autores e estudiosos (Singer, 2004; Vieitez e Dal Ri, 2001; França Filho e Laville, 2004), a novidade do trabalho realizado nestas fábricas se trata da expressão política. Esta traduzida na reafirmação da “autogestão” como alternativa à heterogestão. “A heterogestão é o exato oposto da autogestão [...]” (Guillerm & Bourdet, 1976:20).

Segundo Pinto, aquela expressão política se dá “como prática capaz de produzir engajamentos voluntários e solidariedades sociais ativas” (2006, 15), e consiste no “resgate do sentido de democratização das relações econômicas” (ibid., 45). Decorrendo, portanto, na reivindicação do exercício ampliado da cidadania

⁶¹ Ver também Nunes e Souza (2007).

nestas relações, o que, por sua vez, leva também a reivindicar novos sentidos e significados da produção, do trabalho, do mercado, do consumo, etc.

Enquanto fenômeno social (Vieitez e Dal Ri, 2001, e Novaes, 2007), as fábricas recuperadas proporcionam possibilidades privilegiadas para a intervenção – no sentido democratizante – dos trabalhadores no espaço laboral. Desse modo, aquelas fábricas implicam nivelamento da estrutura organizativa à medida que a participação ativa dos trabalhadores nas tomadas de decisão é incentivada cotidianamente.

Mas, por estas fábricas estarem “sujeitas, como qualquer outra empresa, às irracionalidades e oscilações econômicas dos mercados” (Vieitez e Dal Ri, 2001:20), – visto que aquelas são produtoras de mercadorias, se envolvendo com as regras do mercado: adequação dos produtos; a competitividade dos preços; as características dos mercados consumidores; a estabilidade dos produtos; política de vendas, etc. – “são exemplo de possibilidades de criação de descontinuidades na continuidade” (Novaes, 2007:37).

Diferente do que demonstra Sennett (2001) acerca da perda da noção de estabilidade pelos trabalhadores na reestruturação produtiva, Vieitez e Dal Ri (2001) denotam que nas fábricas recuperadas estes logram uma “estabilidade no posto de trabalho”, estabelecendo, dessa forma, a sua permanência continua numa comunidade de trabalho. Para os mesmos autores, os aspectos da organização, gestão e relações de trabalho sofrem mudanças no interior destas fábricas, facilitadas pela “implantação de novas regras e normas de comportamento para o coletivo” (id., 50). Mas, afirmam que tais mudanças não são suficientes para a transformação da essência destas fábricas, isto é, 'elas continuam sendo produtoras de mercadorias e seguem regras e normas ditadas pelo mercado'. Como bem afirma Rosenfield (2007:106), “as relações de trabalho modificam-se, mas uma empresa é sempre uma empresa e precisa crescer e se manter como todas as outras”. Concordando com esta autora, Jacob (2007) denota os limites estabelecidos pelo mercado ao aspecto da autonomia dos trabalhadores nos diversos empreendimentos cooperativos.

Tal situação leva a formulação de uma linha argumentativa que se distancia

dos autores mencionados: que nada no interior daquelas fábricas alterou-se, nada mudou (Vieitez e Dal Ri, 2001; Holzmann, 2001). Mas, como indicam Vieitez e Dal Ri (2001), a integração destas fábricas no sistema econômico de troca é ambígua: “[v]árias de suas atividades reiteram a natureza desse sistema. Outras, no entanto, a negam, uma vez que esse tipo de empresa introduz transformações radicais em aspectos econômico-sociais [...]” (id., 19).

De um extremo ao outro, o que se deve ter em consideração é justamente o que Gaiger (2002) chama à atenção: as variadas formas de produção desenvolvidas por coletivos de trabalhadores (inscritas na economia solidária e/ou social) são atípicas, porém, podem conviver, sem provocar abalos, com o sistema do capital. Além de, ainda segundo o autor, “as fábricas solidárias tendem a recuperar vocações regionais, a ocupar nichos de mercado parcialmente protegidos da grande concorrência” (2003:18).

Distintas lógicas, práticas e relações de produção e trabalho colocam-se em tensão, o que torna relevante a reinvenção contínua dos processos democráticos, evitando a modularidade destes que pressupõe numa padronização e/ou fixação, tendenciando às novas formas hierárquicas de poder e aos novos centros de controle e mando. Acredito, portanto, que o real desenvolvimento desses processos está intrinsecamente concatenado à 'forma' em que os trabalhadores se envolvem (participam) na tomada de decisão e poder nas relações de produção. Ou seja, de como o poder se torna solúvel e pulverizado no cotidiano laboral.

Trata-se da plasticidade política do exercício da democracia no chão de fábrica. Acredito que esta plasticidade política seja um dos fatores importantes na criação de novas regras e dispositivos de participação dos trabalhadores nas relações de trabalho e, por conseguinte, se diferencia das formas participacionistas incorporadas pela reestruturação produtiva do capital.

O termo 'plasticidade política' aqui é adotado como modelo interpretativo para o funcionamento e desenvolvimento do exercício da democracia, em especial, nas relações laborais. Entendendo-se que a requalificação dos vínculos sociais gerados pelo trabalho prende-se à expressão política que o associativismo tem a si

atribuída na atualidade, uma vez que este sempre esteve circunscrito à esfera econômica e social (Freire, 2001). O que consiste no resgate da dimensão política ao campo econômico, antes extirpada pela predominância das lógicas de mercado.

Aquela plasticidade será facilitada por uma 'estética democrática' no espaço da produção.⁶² Esta implica estruturas que tornem possível o desenvolvimento criativo e dinâmico de instrumentos e práticas democratizantes; possibilitando o surgimento de novas dinâmicas de trabalho. Tornando, dessa maneira, o local de trabalho, como Kant dizia em relação a um objetivo estético, “aquele que proporciona prazer e conforto ao ser” (*apud* Galvão e Meffe, 2010). Logo, aquela estética se conota com padrões valorativos distintos, como tratarei mais adiante.

Uma estética democrática, conforme aqui expressa, não se limita aos mecanismos institucionais de participação no interior das fábricas e outras unidades de produção. Mas, principalmente, à coexistência destes com outros mecanismos informais. Estes, possibilitam o surgimento de novos sujeitos sociais e políticos, a emergência de novas identidades coletivas. Isto se deve, porque aqueles mecanismos incentivam e impulsionam o desenvolvimento de novas formas de organização e gestão, e também de novas formas e novos conteúdos para a luta de classes.

Dessa maneira, a ideia de estética democrática se aproxima da discussão sobre a problemática tese da neutralidade tecnologia, contribuindo e somando-se às análises que demonstram o quanto as novas tecnologias levam à intensificação do trabalho e à exploração (Dagnino, 1999, 2007; Burawoy, 1989, 1990; Novaes, 2007; Bernardo, 2004; Mészáros, 2002). Segundo Dagnino (1991, 2007). É preciso criar tecnologias que satisfaçam as necessidades sociais com eficiência. Mészáros (2002) e Bernardo (2004) atestam que as novas tecnologias no sistema do capital reforçam a fragmentação da classe trabalhadora.

Em linhas gerais, a estética democrática trata-se de uma questão política, por abarcar, entre outras, as críticas ao uso da tecnologia convencional – em especial, nos

⁶² Baseio-me no conceito de estética da filosofia que ao designar uma dimensão da experiência e da ação humana que permite caracterizar algo como belo, agradável, sublime, grandioso, alegre, poético, referi-se ao que embeleza a existência humana.

empreendimentos ditos 'autogestionários'⁶³ – compreendendo o conceito de Adequação Sociotécnica (AST) que consiste no processo de um radical redesenho dos artefatos tecnológicos em consonância à participação democrática no processo de trabalho, saúde dos trabalhadores, questões ambientais/ecológicos, etc.⁶⁴

A estética democrática tal qual a plasticidade política não inviabiliza o conflito, haja visto que o cotidiano de trabalho no se constitui apenas por conflitos e resistências, mas por interesses diversos, ora em conflitos ora em harmonia. São estes interesses que também organizam aquele cotidiano. Neste caso, é imprescindível perquirir as condições que possibilitam que estes interesses (do capital e do trabalho) se tornam antagônicos e, por vezes, sinérgicos.

As fábricas recuperadas por constituírem-se num mosaico de formas distintas, configuram graus diferentes de participação dos trabalhadores no processo decisório no chão de fábrica (Vieitez e Dal Ri, 2001). “[...] o mundo das fábricas e empresas recuperadas apresenta heterogeneidade, complexidade e diversidade interna” (Fajn, 2009:193), resultando num leque de formas e métodos de participação dos coletivos de trabalhadores no processo de produção e reprodução social, distanciando, de certa forma, das lutas sindicais tradicionais, mas condicionadas à reprodução de mercadorias. Não se pode deixar de considerar que, como bem elucida Novaes, “o ato de recuperar a fábrica significa para o trabalhador recuperar algo no qual ele se sente participante, que ajudou a construir, que faz parte da sua história de vida” (2007:51).

Desta forma, duas facetas da conflitualidade aqui se tornam relevantes. Pressuponho que nestas fábricas se constitui uma arena em que conflito e/ou equilíbrio entre as lógicas, racionalidades, práticas e relações distintas de trabalho se processam. A respeito desse conflito, se pode indagar em que medida nele são requalificados os procedimentos democratizantes no cotidiano daquelas fábricas e

⁶³ No que concerne ao uso das tecnologias, Novaes (2007) demonstra o quanto estas são determinadas pelas relações sociais de produção, propiciando a sua fetichização à medida que os defensores da autogestão aderem a utilização delas sem problematizar a sua neutralidade na sociedade industrial.

⁶⁴ Para maior compreensão sobre o conceito de AST consultar Dagnino (2007) e Novaes (2007).

como são pavimentados estes procedimentos nas relações de/na produção.

Segundo Vieitez e Dal Ri, “[d]o ponto de vista do poder, o conflito aparece sob a forma de uma oposição entre o coletivo [de trabalhadores] e a direção de quadros” (2001:111). Pode-se, portanto, ser traduzido como o conflito entre os trabalhadores e os dirigentes ao que concerne à condução política do processo produtivo.

São nestes termos da conflitualidade que, aqui, se concatena à democracia no local de trabalho, dado que, não se trata apenas de considerar a participação e o consenso (Touraine, 2000), mas da possibilidade do conflito, no qual a liberdade e a diversidade são respeitadas. A democracia não pode ser entendida como a elisão do dissenso e/ou conflito, mas sim, a consolidação de espaços para o exercício da manifestação dos diferentes pontos de vista. Ela se constitui num processo de inclusão, num processo permanentemente promotor de conflitos/tensão.⁶⁵

Para autores como Schmitt (2007), Arendt (2008) e Mouffe (2007), o conflito é – cada um a seu modo – uma condição fundante para a vida política. A política aqui se refere à dimensão do político, este, por sua vez, trata-se do campo no qual o conflito emerge.

Do ponto de vista aqui assumido, além do controle, consenso e negociação, como apontam os autores acima mencionados, para a análise da democracia no chão de fábrica, o conflito é um elemento que não se pode deixar de lado. Pois, ele depreende-se das condições da participação. Seja qual for o espaço social em que novos sujeitos sejam integrados e/ou participem, o conflito emergirá.

A democracia pode, dentro da lógica do sistema do capital, ser menos (ou nada) ameaçadora, se as opções políticas e organizacionais para os trabalhadores estiverem fechadas. Logo, na relação capital do trabalho o que se tem é uma 'ortopedia democrática' que está a serviço da preservação e restauração anatômica daquele sistema. Tal ortopedia anula os elementos de oposição no seio da fábrica, despolitizando, dessa forma, a conflitualidade presente no local de trabalho.

⁶⁵ Parto do pressuposto que a inclusão é, em si mesma, um processo conflitivo. À medida que novos sujeitos sociais são inseridos, novos problemas, novas demandas, novas narrativas emergem.

Será a dimensão e o alcance da conflitualidade que, supostamente, possibilitará uma redistribuição do poder no chão de fábrica: podendo, palavreando Vieitez e Dal Ri, “evoluir para um conflito mais ou menos aberto entre a base e a direção” (2001:113).

2. Autogestão, possibilidades no espaço fabril

2.1. A fábrica não é lugar para a política?

Para Marglin (2001), o surgimento das fábricas não se deve pelo avanço das técnicas de produção, mas sim pela necessidade dos capitalistas em alargar o seu controle e poder sobre os trabalhadores. Está em jogo o domínio, por parte daqueles, do 'saber-fazer' destes.

A hierarquia e a disciplina no trabalho são condições fundantes para a implantação do que aquele autor chama de 'sistema de fábrica'. Por meio deste sistema, os capitalistas vetam aos trabalhadores o acesso ao mercado. Isto é, estes não podem obter matéria-prima e tampouco comercializá-la.⁶⁶

O imperativo do surgimento das fábricas é mais de ordem organizativa do que técnica. Para os trabalhadores, além de saber-fazer em “doses homeopáticas” (Saviani, 1993),⁶⁷ está colocada a questão do 'saber-ser', pois lhes são exigidos aspectos comportamentais para e na produção.

Em Weber (2005), Thompson (1967) e Polanyi (2000) retrata-se o quanto o trabalho dos artesãos se torna numa atividade economicamente racional com a introdução destes nas fábricas. Significando uma transformação nos hábitos e costumes da população pobre da época. Thompson, em particular, remete-nos para a origem da noção do 'tempo útil', o que leva a classificar o tempo fora da fábrica, o

⁶⁶ O acesso ao mercado estava permitida aos trabalhadores enquanto estes se colocava como mercadoria, ou seja, mão de obra para ser vendida e comprada.

⁶⁷ Para Saviani, “o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber; mas, sem saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas 'em doses homeopáticas', apenas aquele mínimo para poder operar a produção” (1993:157).

tempo da não produção, o tempo do ócio. A fábrica é um *locus* do controle do tempo dos trabalhadores.

Introjetar um relógio moral no coração de cada trabalhador foi a primeira vitória da sociedade burguesa, e a fábrica apareceu desde logo como uma realidade estupefacente onde esse tempo útil encontrou o seu ambiente natural, sem que qualquer modificação tecnológica tivesse sido necessária (Decca, 2004:10).

Nas palavras de Estanque, “[s]endo a fábrica industrial o lugar por excelência das relações de produção capitalistas, é nela que se estrutura o antagonismo fundamental entre o capital e o trabalho” (2000:317).

Na atual fase do sistema do capital, como já assinaléi no início deste capítulo, o que se logra reconfigurar-se no ambiente fabril são a disciplina e os padrões de comportamento. Em outras palavras, o controle alcança o tempo fora da fábrica. A sociedade segue, em outros moldes, a refletir o regime de fábrica nas mais diversas práticas sociais e produtivas.

A fábrica, enquanto fornecedoras de mercadorias e de trabalho assalariado, segue como contexto estruturante da sociedade. “A servile system in industry inevitably reflects itself in political servility and in a servile society” (Cole, 1918:35).

Partindo do que até aqui foi abordado, e concordando com Burawoy (1985) ao afirmar que a realidade na fábrica não é unidimensional (não está restrita a uma dimensão econômica, ou seja, à produção de mercadorias, mas envolve também as dimensões política e ideológica),⁶⁸ posso aferir que a política sempre foi (e continua sendo) um elemento presente no ambiente fabril, e tem vindo a conformar a dinâmica e a divisão do trabalho, consoante às necessidades da reprodução do sistema do capital – à política do capital.

Os métodos de gestão, os mecanismos de controle e de envolvimento, as bonificações por produtividade, a distribuição de funções e cargos, os tipos de máquinas e de tecnologia usados, etc., são decisões políticas e não meramente

⁶⁸ A dimensão política implica na reprodução e transformação das relações estabelecidas na realidade de trabalho, e a ideológica, na experiência emergida nesta relações.

econômicas e/ou técnicas. Levam, portanto, “o carimbo e a marca das relações sociais nas que estão inseridas e nas quais foram sendo produzidas” (Coriat, 1976:84). O quando, o como e o para quem produzir não se restringem apenas à esfera econômica, mas também, à política.

Aqui não se aplica o princípio da 'neutralidade'. No processo do desenvolvimento das forças produtivas, como fiz notar no item anterior, os tipos de máquinas e/ou as inovações tecnológicas, como nos demonstra Burawoy (1989; 1990) atendem à necessidade do capital, e além de ter sob seu controle cada vez mais o trabalho, aumenta a sua eficiência.⁶⁹

Se a tecnologia na realidade não é neutra e seu desenvolvimento é um processo não só econômico, mas também político, é importante analisar porque se fabrica e se comercializa uma determinada máquina em vez de outra (Burawoy, 1989:233).

Contudo, trata-se de uma política sem o político (Mouffe, 1996). Em outras palavras, se funda na eliminação dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos *do e no* processo produtivo. Novos discursos e léxicos são socializados no cotidiano das fábricas e empresas modernas,⁷⁰ que tendem, além de dissimular formas participacionistas, a camuflar a relação hierárquica de trabalho entre estes e os seus empregadores. Ou seja, eliminar a luta de classe no interior da produção.

Não implica afirmar que, por parte dos trabalhadores, na fábrica, não haja formas de resistência. Estanque (2000), ao estudar uma fábrica de calçados em Portugal, percebe que, apesar das situações que demarcam a divisão de “quem manda e quem obedece” e sua derivação nas relações, sobressaem no cotidiano laboral “[...] sinais de rebeldia tácita, sutil e latente [que] estão abundantemente presentes e

⁶⁹ Por haver uma vasta literatura que trata sobre a questão da neutralidade das forças produtivas, em especial da novas tecnologias utilizadas na produção, não me deterei aqui a aprofundá-la. Para aprofundamento da questão vide: Dagnino & Novaes, 2007; Novaes, 2007; Dickson, 1980; Coriat, 1976; Gorz, 1974.

⁷⁰ Colaborador, líder inovador, excelência empresarial, empresa cidadã, responsabilidade social, otimização de recursos, responsabilidade, trabalho em equipe, entre tantos outros vocabulários têm vindo a se tornar comum e consensual nas empresas e fábricas. Revestidas de sentido ideológico, estas palavras ao serem socializadas entre os trabalhadores alteram a percepção cultural que estes fazem das relações de trabalho.

assumem as mais variadas formas” (ibid., 318).

Decca assinala que a criação das fábricas teve como um dos seus fundamentos a supressão dos vários tipos de “sabotagem” que os trabalhadores, em suas casas, desenvolviam:

[...] nenhuma tecnologia muito avançada determinou a reunião dos trabalhadores no sistema de fábrica [...] possibilitou a disciplina e a hierarquia na produção, já que o “putting-out system”, baseando-se na dispersão dos trabalhadores domésticos, criava algo muito problemático para o capitalista, isto é, o desvio de parte da produção, a falsificação dos produtos, a utilização de matérias-primas de qualidade inferior às aquelas fornecidas pelo capitalista etc. etc.; enfim, vários tipos de “sabotagem” (2004:23).⁷¹

Contudo, os trabalhadores seguem elaborando estratégias cotidianas de 'desobediência' ao mando do patrão e/ou gestores. É possível ir além das sabotagens no chão de fábrica? É possível na fábrica os trabalhadores se assumirem como políticos em todo o processo produtivo? É possível a adoção de uma outra forma e concepção de política na fábrica? É possível uma estética democrática, conforme defendida anteriormente, no ambiente fabril? As estruturas de autoridade na fábrica podem ser democratizadas?

Para Cole (1918), a fábrica fornece espaços de participação dos trabalhadores na tomada de decisões sobre questões que eles conhecem bem por vivenciá-las diretamente. É no local de trabalho, como afirma o autor, que os indivíduos se envolvem cotidianamente em relações de superioridade e subordinação. Logo, também aprendem a elaborar estratégias não só de sabotagens e de desobediência ao mando e controle de outrem, mas alternativas de inverter a ordem hegemônica imposta pela relação capital do trabalho.

É preciso, no entanto, que haja espaços em que as experiências cotidianas sejam lidas e interpretadas pelos coletivos de trabalhadores à luz de sua própria história e vivência. Como se verá mais à frente, as organizações de classe têm o

⁷¹ Grifos do próprio autor.

desafio de ajudá-los neste aspecto, forjando, dessa forma, saberes e conhecimentos que enunciam significativos contributos no tratamento político do trabalho e suas relações sociais.

O local de trabalho precisa ser reorganizado ao abrigo de sociabilidades em que se desfaça a separação do econômico do político e, também, a desnaturalização da lógica hierárquica, do cumprimento das regras do jogo social – estabelecidas de 'cima para baixo'.

2.2. Autogestão como forma de luta (de classe)

O debate em torno da autogestão não é algo recente na história da organização da classe trabalhadora. A autogestão como forma de organização e gestão da produção, esteve sempre no horizonte da luta de classes, objetivando sucumbir o sistema do capital. Ganha, no século XIX, a forma de associações e cooperativas operárias. Estas últimas, segundo Namorado,

Tem uma relação complexa com o capitalismo, pois pode rever-se nele, quer como uma compensação do que no capitalismo seja mais insuportavelmente predatório, quer como um foco de resistência à lógica dominante, quer como um verdadeiro alfofre de alternatividade (2007: 3).

Não podendo ser desmembradas da história da classe trabalhadora, as várias experiências inscritas no processo histórico – buscando dar respostas às questões/condições políticas, econômicas, sociais, culturais da época – trouxeram para o debate e à prática novos tipos de relações sociais que permeiam e substanciam 'projetos emancipatórios'.

Sublinhar a importância histórica dessas experiências de organização, de resistência e de vivência de novas formas socioeconômicas, experimentadas pela classe trabalhadora, é um contributo para o debate de anticapitalista em duas vertentes: 1) na elaboração de alternativas ao atual sistema hegemônico do capital; e 2) na percepção da classe trabalhadora em constante movimento entre avanços e

retrocessos. Esta analisarei na segunda parte desse estudo.

Nesta etapa do estudo (compreendendo um modesto resgate), apresentarei alguns teóricos e pensadores que colaboram, numa perspectiva emancipatória, com o debate e o desenvolvimento da proposta de autogestão.

A palavra autogestão torna-se conhecida a partir da década de 60, na França, a aludir à experiência vivenciada na Iugoslávia, logo após do rompimento com as políticas e ideias stalinistas (Guillerm e Bourdet, 1976).⁷²

O histórico do que se pode chamar de movimento autogestionário está ligado aos socialistas utópicos e libertários:⁷³ no movimento cooperativista incentivado por Robert Owen (1771-1858); na instalação dos falanstérios por Charles Fourier (1772-1837) e na chamada democracia industrial sugerida por Pierre Proudhon (1809-1865).⁷⁴

Robert Owen é considerado um dos fundadores do movimento cooperativo no século XIX. O termo 'cooperação' foi utilizada pela primeira por ele, em 1811, como sinônimo de 'socialismo' e 'comunismo', opondo-se à 'concorrência' (Secco, 2003). Inspiradas em suas ideias publicadas no livro *Report to the County of New Lanark*, em 1820, muitas cooperativas, neste período, foram criadas na Inglaterra (ibid.).

Segundo Owen, numa empresa cooperativa, a intervenção dos trabalhadores em todos os aspectos deveria ser direta, ou seja, não deveria haver formas representativas da participação dos mesmos nos assuntos daquela empresa.

⁷² Nos anos 40, na Iugoslávia tem lugar a um modelo paradigmático de autogestão que ficou bastante conhecida e que durou bastante tempo. Guillerm e Bourdet (1976), contrariamente a tal opinião, descrevem esta experiência como resultado de um compromisso firmado entre a burocracia política e o proletariado do país, não havendo uma participação plena das massas populares. Cedeño (2004) classifica a experiência Iugoslava como *autogestão* estatal. Para a autora, esta é promovida pelo governo e surge como uma necessidade do país de garantir autonomia na sua relação com outros países.

⁷³ O socialismo utópico é a designação de um conjunto de ideias defendidas pelos referidos pensadores e outros mais. A denominação foi cunhada pelos seus críticos marxistas. Os socialistas utópicos visavam a transformação da sociedade de forma lenta e gradual, não vendo no desenvolvimento histórico a chave para a compreensão das transformações sociais e econômicas. Aqui faço um rápido recorte para tratar de forma lacônica três pensadores mais lembrados e mencionados na literatura e debate acerca da autogestão.

⁷⁴ Para maior aprofundamento dessas experiências ligadas às ideias dos socialistas utópicos vide Nascimento (1986).

Diferentemente de Pierre Proudhon e Charles Fourier, em suas ideias não havia o questionamento aos dispositivos de hierarquização, sendo motivo de críticas por parte autores e estudiosos do século XIX.

Charles Fourier foi um dos pensadores franceses que teve grande influência no movimento cooperativo. Foi um dos críticos de Owen, por acusar a obra deste de ingênua e pouco científica. Em sua obra *Le nouveau monde industriel et sociétaire* (O novo mundo industrial e societário), escrita em 1829, formulou o “Falanstério” que consistia em espécie de comunas de moradia e produção, abrigando cerca de 400 famílias, além de dedicarem à produção agrícola e industrial, também promoveriam atividades lúdicas e de aprendizado intelectual.

As ideias de Fourier dissiparam-se rapidamente na Europa, mas em países da América Latina e do Norte tiveram boa aceitação. Por exemplo, no Brasil, experiências como o Falanstério do Saí em Santa Catarina e a Colônia Cecília no Paraná, ambas na região sul, foram desenvolvidas por imigrantes europeus.

Outro francês que, segundo Loks Filho (2009), é o autor mais referenciado na literatura sobre a autogestão econômica é Pierre Proudhon. Este, em 1838, publicou a obra *Qu'est-ce que la propriété?* (Que é propriedade?) em que se auto-afirma anarquista e desenvolve uma crítica à propriedade privada.⁷⁵ Wolfgang Abendroth (1977) denota que o mérito de Proudhon está em romper com as ideias de Owen e Fourier nas quais negavam a existência de conflitos entre classes.

No pensamento de Proudhon, as fábricas poderiam ser administradas com base em princípios democráticos por “associações de trabalhadores”, daí resulta a sua grande influência na teorização da “auto-administração” chamada também de “autogestão”, ao fim do século XIX e início do século XX.

As ideias de Proudhon teve grande aceitação na Europa, influenciando organizações de trabalhadores e movimentos sindicais em países como Portugal, Espanha, Itália, França e Rússia.⁷⁶

Desde a difusão das ideias destes socialistas utópicos, entre outros,

⁷⁵ Proudhon, em *Qu'est-ce que la propriété?*, definiu anarquia como a ausência de um mestre, de um soberano.

⁷⁶ Sobre a influência das ideias proudhonianas em Portugal, ver Fernandes, 2001.

experimentos diversos na busca de maior controle dos trabalhadores sobre os meios de produção vêm sendo desenvolvidos. Associações e cooperativas de trabalhadores, como já assinalei, foram criadas e estimuladas.

Autores como Guillerm e Bourdet (1976) e Nascimento (1986, 2000) elaboram relatos e análises das experiências de coletivos de trabalhadores, em vários países da Europa e América Latina, que esboçam ou aproximam-se de 'práticas autogestionárias'.

Pode dizer-se que em momentos agudos da luta de classes, a autogestão é uma tendência forte: na Comuna de Paris (1871), na Revolução Russa (1917), na guerra civil espanhola (1936/39) ou na conhecida Revolução dos Cravos em Portugal (1974). Por se tratar num dos estudos de casos, neste país, não se pode olvidar que após o 24 de abril de 1974 houve uma grande quantidade de fábricas em que os trabalhadores entraram em regime de autogestão, em geral devido a fuga dos proprietários para o estrangeiro. É conhecida a forte mobilização popular e a dinâmica de processos participativos da população nas decisões políticas e económicas, que estimularam, na época, a formação de comissões de trabalhadores por todo o país (Nascimento, 2000).

Vale apenas aprofundar um pouco mais o caso português, pois é bastante aludível ao que aqui está em causa. Várias foram as empresas industriais e agrícolas, no período 24 de abril, em que os trabalhadores tomaram, sob sua responsabilidade, a gestão e organização do processo produtivo. Áreas cobertas pelo latifúndio são ocupadas e administradas coletivamente por trabalhadores agrícolas.⁷⁷ Segundo Bruno (1990), em agosto de 1975, somam-se 308 fábricas em 'autogestão' na zona urbana. No início da década de 70, estas fábricas, em seu auge, empregaram mais ou menos 44.100 trabalhadores a tempo integral e 27.800, em tempo parcial (Baum, 1998)⁷⁸.

⁷⁷ Em Baum (1998) encontra-se uma análise das experiências de autogestão, no tocante à Reforma Agrária, na região do Alentejo.

⁷⁸ No início da década de 1970, em Portugal, 55% da classe operária industrial estava agrupada na zona do Porto-Braga-Aveiro. Das 33.000 fábricas industriais existentes, menos de 1.000 empregavam mais de 100 operários e somente 156 tinham mais de 500 operários. Outra região de forte presença operária era nos canteiros navais de Lisboa e

Em Férias (2005), é possível perceber o que significa para os empresários e militares que apoiam o regime fascista de então:

[...] viram-se surpreendidos por um tsunami de movimentos coletivos e ativos [...] Mas não foi apenas na esfera da produção que as instituições se viram questionadas. Nas administrações públicas, nas escolas e liceus, no âmbito da produção cultural, no sistema judiciário, no exército, na Igreja e na família, processos intensos de ruptura com a herança cultural do fascismo insinuaram-se e aceleraram efetivamente a história em Portugal (2005:227).

Contudo, como indica Bruno, as experiências em Portugal ficam “restritas a setores relativamente periféricos da economia. Elas ocorreram principalmente nos setores têxtil, gráfico, hotelaria e turismo” (1990:35). Para a autora, esta restrição, é um dos fatores cruciais à tais iniciativas terem recorrido ao Estado, em vista da viabilidade das mesmas. As iniciativas tornam-se dependentes das instituições capitalistas para poderem manter-se. O que “correspondia à fragilidade de um movimento que havia se generalizado, mas não unificado, a ponto de criar uma rede de relações sociais fundadas nos critérios proletários de luta [...]” (Bruno, 1990:36).

Pimentel *et al* (1977) elucidam a experiência de autogestão, no pós-25 de abril, na Fábrica Simões & Companhia, localizada em Lisboa, na qual os operários promovem uma longa greve, iniciada antes e que se prolonga após o 25 de abril. A fábrica, conforme os autores, sofre, meses depois, a intervenção do Estado. Uma das conclusões dos autores, acerca desta fábrica, é de interesse à análise aqui desenvolvida. Aqueles inferem que no interior daquela fábrica “não se produziu o exercício coletivo da decisão: pelo contrário, há uma autonomização dos representantes dos trabalhadores em relação às 'bases'” (Pimentel *et al*, 1977:409).⁷⁹

Tal constatação tem muito a alertar, em primeira instância no esmero que se deve ter ao analisar experiências como estas na atualidade. Como já dito, o sistema do capital tem vindo a incorporar em seu 'metabolismo' expressões e reivindicações

de Setubal. Consultar <http://silenciodospoetas.wordpress.com/2009/04/02/portugal-as-comissões-de-trabalhadores-na-revolucao-dos-cravos/>

⁷⁹ Grifos meus.

da classe trabalhadora.

Na América Latina e Caribe pode ser indicadas, entre outras, experiências surgidas, por trabalhadores urbanos, camponeses e indígenas, nas Revoluções Cubana (1959), Chilena (1972), Nicaragüense (1979), e experiências vivenciadas no Peru (1986), Bolívia (1952), na instalação da República Libertária no México (1911) – neste com os indígenas em Chiapas –, no Brasil com as comissões de fábricas no final da década de 1970 que proporcionam o fortalecimento e a unificação do movimento operário (conduzindo a formação de um sindicalismo de base, classista e autônomo).

Abro parênteses para sublinhar que as comissões de fábricas para alguns autores tomam expressão, no século XX, como certificam Pedreira Filho (1997) e Bruno (1990), de relações mais avançadas de organização dos trabalhadores no chão de fábrica.⁸⁰ Enquanto para Faria (1987), no Brasil, elas não podem ser designadas como revolucionárias e/ou reformistas. Resultam, segundo este autor, de “práticas de classes muito particulares” (id., 182) e de “uma prática específica de classes em presença e constituem-se, neste sentido, ao mesmo tempo, em um avanço do movimento operário organizado e em um veículo através do qual a gerência administra os conflitos internos” (ibid, 195).⁸¹

Ao longo do século XX, o debate sobre autogestão é silenciado, dado que, por via da interpretação do movimento socialista internacional face à repressão ao processo 'revolucionário' – como à Comuna de Paris – as associações e cooperativas de trabalhadores são bruscamente criticadas por seu caráter anódino frente às transformações em curso do capitalismo (Namorado, 2007).

Paralelamente a este debate, de forma gradativa, a social-democracia alemã avança no âmbito parlamentar, optando na estratégia a organização dos operários nas *trade unions* e na conquista da construção do partido da classe operária, tendo como prioridade a tomada do poder político, ou seja, do Estado.

⁸⁰ Para maior aprofundamento sobre comissão de fábrica vide Antunes e Nogueira (1982) e Bruno (1990).

⁸¹ Para Faria (1987), as comissões de fábricas têm um papel político acomodado às realidades objetivas no interior das fábricas e, de forma geral, às relações de produção vigentes, mas também aos instrumentos estatais de repressão.

Dessa forma, segundo Mészáros, tem lugar uma “separação do “braço industrial” do movimento operário (os sindicatos) de seu braço político (os partidos socialdemocratas e de vanguarda)” (2002:23).⁸² Resultando, conforme o autor, no aprofundamento das “atitudes defensivas” por parte daquele movimento.

Para Santos “[...] nem a prática cooperativa nem o pensamento associativo que lhe serve de base chegaram a ser predominantes” (2002:34). Hirst declara que “[o] associativismo nunca amadureceu até o ponto de se converter em uma ideologia coerente [...]” (*apud* Santos, 2002:34).

De acordo com o que acima é exposto, a autogestão não se restringe às relações de produção dentro dos limites de uma unidade produtiva. Consiste na direção por parte dos trabalhadores da economia e da sociedade em sua totalidade (Tragtenberg, 1987).

Para Burawoy (1990) e Mészáros (2002), a autogestão não pode ser reduzida a um sentido estrito, ou seja, a uma dimensão microeconômica – seu exercício no interior da fábrica. Mas, insere-se num contexto de luta por transformações na sociedade como um todo. Neste sentido, o conceito de autogestão está intimamente relacionado à ideia de uma forma de organização social, na qual a autonomia dos sujeitos é um pressuposto fundamental em todas as instâncias da vida.

Como afirma Bruno,

[a] autogestão, enquanto expressão da autonomia da classe operária frente ao capitalismo, não pode ser vista como uma particularidade desta ou daquela empresa. Tampouco pode ser reduzida à solução provisória para tempos de crise (1990:36-37).

Contorna-se, portanto, de um sentido político, econômico e ideológico.

Autonomia aqui é dita, tal qual expressa Pinto, como “um processo contínuo de experimentação e realização de si a partir da interação social” (2006:128).

Compartilhando da mesma perspectiva acima, Castoriadis (1983) salienta que a autogestão em sentido macro concatena-se a tomada coletiva de decisões, “[...] um

⁸² Grifos do próprio autor.

sistema onde aqueles que realizam uma atividade decidem coletivamente o que devem fazer e como fazê-lo nos limites exclusivos que lhes traçar sua coexistência com outras unidades coletivas” (id., 212).

Dessa forma, às questões pertinentes à autogestão liga-se a alienação do trabalho. A condição de produtoras de mercadorias das fábricas recuperadas, implicando-as na garantia de funcionamento determinado “pelos leis de valorização do capital” (Vieitez e Dal Ri, 2001:20), indica que um dos problemas-chave refere-se ao 'carácter heterodeterminado do trabalho', visto que este continua tendo como fim a eficácia produtiva (Méda,1999). Por outras palavras, aquelas fábricas de formas isoladas não logram suprimir tal alienação (Storch, 1985).

A alienação, no pensamento marxista, é um fenómeno que transcende os limites da firma individual. Mesmo que uma firma passe a ser de propriedade dos trabalhadores, a alienação dos mesmos persistirá, porque o regime de propriedade privada no restante da economia continuará determinando preços e salários, através das forças impessoais de mercado (Storch, 1985:145).

É preciso tomar atenção ao conceito de autogestão e suas variantes (por partirem do pressuposto de autonomia e democracia ativa dos trabalhadores) no atual contexto da reestruturação produtiva. Várias são as formas, utilizadas pelas novas tecnologias 'toyotistas' (por exemplo, as ilhas de produção, onde o trabalho é realizado por equipas de operários) que preconizam maior autonomia e gerência dos trabalhadores no processo de produção.

Lia Tiriba chama atenção à noção de autogestão centrada na unidade produtiva: “[p]enso que chamar, de antemão, esses processos de autogestionários é reduzir o significado da autogestão a um processo que é vivido apenas entre quadro paredes de um estabelecimento” (2002 *apud* Novaes, 2007:39). Preferindo, a autora, afirmar que “os trabalhadores se inspiram nos princípios da autogestão para poder repensar a organização do trabalho” (ibid. loc. cit.).

Dessa forma, é salutar a importância do esmero que, conforme Marx – ao teorizar o materialismo histórico –, é preciso ter ao usar certas categorias,

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas (1978:120).

Autogestão, para Bruno, “não significa apenas gerir de forma diferente um capital produtivo para que o seu produto venha a ser distribuído de maneira mais eqüitativa entre os trabalhadores”, e sim a realização de “uma alteração profunda ao nível das relações de trabalho, destruindo os processos de valorização do capital” (1990:37). Uma vez que práticas baseadas na autogestão, em exercício na atual conjuntura político-econômica, encontram-se inseridas no sistema do capital, a autogestão torna-se um meio de luta (ibid.).

Ao interpretar aquelas práticas, especialmente em países como Portugal e Brasil, enquanto formas de luta (de classe), desvia da análise sobre elas a tendência de 'idealização' das mesmas. Tal idealização escamoteia os limites e as contradições vivenciadas no interior,⁸³ em particular, das fábricas recuperadas, por serem: “[...] um exemplo de possibilidades de criação de descontinuidades na continuidade [...]” (Novaes, 2007:37).

Em relação às fábricas recuperadas, Guimarães *et al* indiciam dificuldades evidentes no tocante ao choque cultural vivido pelos trabalhadores:

Habitados com um estrutura rígida e autoritária, a passagem para uma administração 'autogestionária' no 'mesmo ambiente de trabalho' acarreta muitas dificuldades para a participação plena na tomada de decisão, autonomia e controle do processo de trabalho (2006:308/309).⁸⁴

⁸³ Ao estudar a vasta bibliografia sobre as alternativas de produção geridas por trabalhadores, verifica-se uma certa unanimidade acerca das dificuldades que os empreendimentos enfrentam: a falta de recursos, a baixa escolaridade dos trabalhadores (associados), a fragmentação do trabalho, a intensificação do uso da mão de obra, a defasagem tecnológica, as diferenças na distribuição das retiradas, etc. Estas dificuldades são apontadas tanto por aqueles que defendem aquelas alternativas quanto por aqueles que são céticos destas.

⁸⁴ Grifos meus.

Enquanto forma de luta, a autogestão não se apresenta como “um objetivo a ser atingido na sociedade capitalista” (Bruno, 1990:37), mas como algo dinâmico e em pleno desenvolvimento contínuo (Novaes, 2007). Neste sentido, investe-se de fundamentos que levam-nos a perceber que “o trajeto em direção à autogestão não pode ser posto como um desígnio ou uma certeza” (Meira: 2011:2).⁸⁵

Nesta linha de raciocínio é preferível falar que os coletivos de trabalhadores nas mais diversas experiências socioeconômicas em desenvolvimento, como já assinalai, vêm assumindo novas condutas/novos comportamentos no cotidiano laboral (Pinto, 2006) que consubstanciam-se na experimentação do que tem sido chamado de 'trabalho associado'.

Não se trata, portanto, de processos determinados e concluídos de autogestão,⁸⁶ mas na (re)significação do trabalho (na formulação de outros sentidos, de um outro conceito, de uma outra cultura) em processo por alguns coletivos de trabalhadores. Estes por novos parâmetros vão dando um novo contorno ao ato de trabalhar.

Por as fábricas recuperadas, segundo Novaes, ser um campo de “encontro de lógicas distintas” (2007:217), se estabelece uma arena de disputa no interior daquelas. A organização do processo de trabalho constitui, como poderá ser visto na análise dos estudos de caso (parte III), um dos entraves para o desenvolvimento de processos democratizantes no interior daquelas. Conforme tem sido apontado por diversos especialistas, é necessário recordar que no atual contexto de rearranjo do sistema econômico vigente, o capital tem se utilizado de cooperativas e de outras experiências associativas para atender às necessidades e exigências da acumulação flexível (Lima, 2002, 2008; Vainer, 2000).⁸⁷

Por exemplo, Tavares (2004) destaca o fato, na atualidade, das cooperativas

⁸⁵ O autor ao analisar as fábricas recuperadas numa existência intersticial entre a heterogestão e a autogestão, afere que é justamente esta existência que constitui a transição como problema.

⁸⁶ Pode-se considerar a adoção nos empreendimentos alguns aspectos autogestionário, mas que não pode ser traduzido como autogestão em sua totalidade.

⁸⁷ Segundo Vainer (2000), tais experiências contribuem funcionalmente com o sistema capitalista por se tornarem uma forma de “controle dos miseráveis”.

têm vindo a se incorporar na cadeia produtiva – na lógica da flexibilização – à medida que são contratadas por grandes empresas. Facilitando, dessa forma, a diminuição de custos da produção, isentando estas últimas do vínculo empregatício com os trabalhadores cooperados. Resulta daqui que, como já destacado, aquelas experiências, em primeiro lugar, se integram aos processos de precarização, terceirização e informalização das relações de trabalho, visto que várias cooperativas de trabalho são subcontratadas por empresas capitalistas. Em segundo lugar, por consequência, afasta os trabalhadores da luta de classe direta, ou seja, invisibiliza o capital no conflito de classe. Voltarei a este ponto adiante.

Tal interpretação permite conceber as várias experiências levadas a cabo por coletivos de trabalhadores como um processo, ou seja, como práticas ainda em curso, condicionadas ao tempo e espaço em que se desenvolvem e às condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores.

Por essa razão, antes de falar em processos autogestionários (como fiz ver anteriormente, tratam-se de processos amplos), em particular nas fábricas recuperadas, é preferível colocar em relevo a experimentação do que se vem chamando de trabalho associado. Dado que as alternativas desenvolvidas por coletivos de trabalhadores caracterizam-se, na fase atual, por ensaios e experimentações de novas relações possíveis na esfera da produção.

Antes de tratar pormenor nesta questão, deterei em algumas breves considerações ao 'campo' em que estas experiências têm vindo a se inserir, em especial nos contextos brasileiro e português, respectivamente a economia solidária e a economia social.

2.3. A economia solidária e a economia social: “debate ainda em aberto”

Neste item, não pretendo aprofundar o(s) conceito(s) e/ou as controvérsias em torno da economia solidária e/ou economia social. Há uma vasta bibliografia que trata sobre tais questões (Moreno, 1996; Carpi, 1997; Defourny, Fravreau e Laville,

1997; Chaves, 1998; Defourny, 2001; Barea e Monzón, 2002; Santos e Rodríguez, 2002; Singer, 2004; França Filho e Laville, 2004; Namorado, 2004, 2006, 2009; Monzón, 2006; Moreno e Chaves, 2006; Gaiger, 2003, 2007; Lima, 2007; Sousa, 2008), além de revelar o quanto de dissenso existe em suas conceptualizações e delimitação de suas fronteiras. O intento aqui é indicar as principais diferenciações na forma como se desenvolvem a economia solidária, na América Latina, tendo como pano de fundo, o Brasil, e a economia social, na Europa, neste caso, em Portugal. Além disto, farei uma análise sobre como tem se dado no aspecto político no interior daquelas economias a relação das entidades de apoio com os trabalhadores, protagonistas daquelas.

Antes de iniciar a reflexão aqui sugerida, é importante destacar que, nos últimos anos, o debate e a análise sobre o crescimento de práticas socioeconômicas organizadas com base na cooperação e livre associação têm sido incorporados nas agendas e pautas dos movimentos sociais, ONG's, organismos governamentais e organizações internacionais.⁸⁸ Face a este fato e à vasta literatura sobre este campo de práticas e experiências, é preciso ter em atenção à aproximação e ao hiato entre as várias denominações dadas às experiências da economia social e economia solidária que as tentam definir e quantificar, bem como entre tais denominações e realidades substantivas em que estão inseridas.⁸⁹ Serva e Andion, do ponto de vista científico, chamam a atenção para “a coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apóiam em ideologias distintas e, em alguns casos, até contraditórias” (2006:39). Os mesmos autores denotam que “a pluralidade de um campo teórico em formação é, em grande medida, o reflexo de um campo da práxis formado por múltiplos atores, interesses e estratégias, em constante disputa” (id., 85).

Enquanto na América Latina a denominação usada seja economia solidária, na Europa se faz uso da de economia social. Segundo França Filho e Laville, apesar do “fundamento comum tanto na organização associativa ou cooperativa” (2004:9)

⁸⁸ Defourny, Favreau e Laville (1997) lançam a ideia de que a proliferação destas práticas podia se compreendida como novas respostas da sociedade civil à crise do Estado de Bem-Estar e do emprego.

⁸⁹ Moreno (1996) descreve minuciosamente a diversidade terminológica referente ao campo das experiências da Economia Social.

entre a economia solidária e a economia social, há particularidades nas suas formas de constituição e desenvolvimento. Em suma, conforme se pode verificar, há uma diversidade de nomenclatura que busca dar conta da conceptualização das alternativas em desenvolvimento naqueles continentes: economia popular solidária, socioeconômica solidária, entre outras. Por opção, adoto o termo economia solidária, mas, de forma breve, tentarei ilustrar como alguns autores analisam as diversas expressões.

2.3.1. A economia social em Portugal

Nos países francófonos (França, Bélgica e a região do Quebec no Canadá) a expressão 'economia social' tem forte incidência nas abordagens teóricas e as atividades enquadradas nesta economia possuem um arcabouço legal na UE. Em Portugal, entre outros países europeus, esta designação tem maior aceitação (CIRIEC, 2000, 2007; Defourny, 2001).

Segundo Namorado (2004), a economia social compreende o setor cooperativo e social,

abrange todas cooperativas, todas as entidades compreendidas no sector comunitário, todas as unidades produtivas que integram o sub-sector autogestionário, bem como as misericórdias, as mutualidades, além das fundações, das associações e de quaisquer outras entidades que tenham como objecto a solidariedade social (2004:9).

Ligando-se, portanto, ao chamado Terceiro Setor.⁹⁰ As Misericórdias e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS), enquadradas na economia social, são casos próprios/específicos de Portugal, o que levam-nos a perceber que as formas

⁹⁰ Para Namorado, a expressão terceiro sector é uma espécie de definição minimalista que não pretende transmitir mais do que a ideia de que há um sector que nem é público nem é privado, dispensando-se de significar mais do que isso. Uma espécie de noção-recipiente, onde caiba tudo aquilo que notoriamente nem seja público, nem privado lucrativo. Uma espécie de saco, onde caiba tudo enquanto não se alcançar um maior amadurecimento conceptual que nos abra a porta a noções mais consistentes e mais substanciais (2004:6). Ao contrário do caso português, no Brasil, a economia solidária se distingue claramente das atividades designadas como Terceiro Setor.

institucionais da economia social diferenciam-se entre os países da UE.

Tal qual o conceito de economia solidária, como bem explicita Namorado (2004), o de economia social, está “em amadurecimento”: “[o] conceito de economia social tem feito o seu caminho, sem, no entanto, ter ainda alcançado verdadeira legitimidade, com base do autoconhecimento das organizações por ele potencialmente abrangidas” (2006:6). Porém, o autor pondera prudência e cuidado ao buscar um conceito fechado para a economia social, em particular, no caso português. Mas, ainda segundo o autor, “no seio do qual reforça a ideia de que estamos perante um campo fecundo, elemento de uma globalização diferente daquela que predomina hoje” (id., 7).

Acompanhando a análise que Namorado (2004) faz sobre a origem da economia social na França, vê-se, claramente que se trata também do que no Brasil se chama de economia solidária. Porém, o desenvolvimento e as formas como se dão em cada contexto é o que as distinguem. Entretanto, como bem afirma o mesmo autor, “[m]ais recentemente, tomou corpo uma noção próxima da economia social, a de economia solidária” (2006:5). Contudo, tal aproximação não logra dissipar, no contexto português, a ligação por vezes desta economia ser designada por terceiro setor, economia não lucrativa, economia comunitária, entre outras (Namorado, 2009).

Na Europa, a denominação economia solidária é bastante recente, apesar que, como afirmam França Filho e Laville, “a ideia de uma economia social e solidária é muito antiga na realidade europeia” (2004:177). Com uma “mesma origem na crise do desemprego e precarização das relações de trabalho” (ibid., 9),⁹¹ características solidária, comunitária e não lucrativas das experiências, apesar das distintas formas que tomam, propiciam uma sinergia entre a economia solidária e a economia social (Namorado, 2006). Rui Namorado, face a conjuntura atual em Portugal, ver todo sentido em perceber a “economia solidária como uma expressão que no essencial é sinónima de economia social” (2009: 66).⁹²

⁹¹ Para Singer a economia solidária também cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país (2002:86).

⁹² O Relatório sobre economia social 2004-2009, da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais do Parlamento Europeu, reconhece a abrangência do conceito de economia social que toca à denominações “economia solidária” e “terceiro setor”. Vide

O Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC) define a economia social como

*conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles (2007: 9).*⁹³

O reconhecimento jurídico e político da economia social tem vindo a inscrever em âmbito da UE por normativas e diretrizes da Comissão Europeia, tais como: uma série de conferências sobre economia social (sendo a primeira realizada em 1989); a criação do Intergroup Economia Social no Parlamento Europeu, em 1990; a divulgação de relatórios e pareceres sobre o contributo da economia social, por parte do Comité Económico e Social Europeu (CESE), etc.

A esse propósito vale a pena mencionar as empresas sociais, também conhecidas como empresas de inserção social (Perista e Nogueira, 2004) que vêm ganhando notoriedade na Europa e, em especial, Portugal.⁹⁴ Conforme Namorado, estas consistem em “todas as [empresas] que, não sendo públicas, não têm por finalidade a repartição dos lucros” (2006:12). O autor ainda atenta para uma certa particularidade desse tipo de empresa: “[...] o facto de a titularidade de uma empresa pertencer a uma sociedade comercial, cujas participações sociais são detidas por entidades que integram a economia social. Quando tal acontece, estamos perante uma empresa social” (ibid. loc. cit.).

Segundo Perista e Nogueira estas empresas têm como objetivo,

<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2009-0015+0+DOC+XML+V0//PT>

⁹³ O CIRIEC parte do Manual da Comissão Europeia para a delimitação deste conceito, destacando o reconhecimento jurídico e político da economia social a nível da comunidade europeia.

⁹⁴ As empresas sociais teve início em Portugal em 1999 aquando da publicação de uma medida de política ativa de emprego no ano anterior.

[...] o desenvolvimento local através da promoção social e do desenvolvimento de um novo espírito empresarial, que permita a resolução de problemas, como o desemprego, as baixas qualificações e formações, a pobreza e a exclusão social, através da criação de empregos e actividades económicas que visem a satisfação de necessidades sociais não satisfeitas, como sejam apoio domiciliário, serviços de proximidade, arranjo de espaços verdes, reabilitação e restauração do património (2004:31).

Por sua finalidade primeira, consistem na inserção social e profissionalmente de pessoas desfavorecidas face ao mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de uma atividade produtiva (Quintão, 2004). Apresenta uma alternativa em momentos de crises, ou seja, de alto desemprego. É, por esta razão, que entre o conjunto de medidas adotado pela Comunidade Europeia que visa o crescimento econômico e de emprego, apoia e reforça as empresas sociais.

Por serem promovidas por entidades sem fins lucrativas: associações, cooperativas, fundações ou instituições privadas de solidariedade social (Perista e Nogueira, 2004), se enquadram na economia social. Porém, são bem distintas das fábricas recuperadas na América Latina.

Um dos aspectos importantes a ser destacado trata-se do papel que a economia social e/ou solidária tem vindo a desempenhar em Portugal, proporcionando novas sociabilidades ou solidariedades “primárias”, nas quais o tripé Estado, mercado e comunidade se reconstitui, balizado pela mistura do econômico e do social (Estanque, 2012).⁹⁵ Em sua construção teórica, Boaventura de Sousa Santos tem afirmado que devido a fatores, entre outros, como a existência de modelos de povoamento tradicionalmente desconcentrado, de agricultura familiar agregada à pluriatividade, de fluxo de emigração harmonizado com a fixação territorial, de um Estado autoritário, paternalista e patrimonial do que providencial, na sociedade portuguesa foram se consolidando padrões diferenciados de sociabilidades e solidariedades (Sousa Santos, 1993, 1994).⁹⁶

⁹⁵ Estanque (2012) analisa o fenômeno da economia solidária, em Portugal, face ao fraco desempenho do Estado-Providência português, o que abriu portas para a formação de uma sociedade-providencia forte.

⁹⁶ Para Santos, dos três princípios (Estado, Mercado e Comunidade), o princípio da Comunidade é o “mais bem colocado para instaurar uma dialéctica positiva com o pilar

No caso português, as experiências da economia social não logram, até então, na conformação de um movimento tão demarcado quanto o brasileiro. Porém, passos já vêm sendo dados. Um dos exemplos, reporta-se à Manifesta, evento nacional que em sua origem toma duas dimensões, a primeira, de uma feira, na qual “pôde mostrar aos visitantes *stands*, uns com informação sobre projectos [...] desenvolvidos pela acção de diferentes associações [...]” (ANIMAR, 2009:12).⁹⁷ Nesta dimensão, enquadra-se seminários, encontros e colóquios temáticos. A segunda, trata-se de uma festa, “[...] passa pelo encontro de visitantes habituais e de ocasião e militantes/profissionais da animação [...]” (ibid. loc. cit.).⁹⁸

Na sua 7ª edição, em 2009, que realiza-se em Peniche, a Manifesta incorpora a economia solidária no seu tema: A inovação social na resposta à crise – contributos do desenvolvimento local e da economia solidária. Tendo como objetivo estabelecer uma rede entre experiências e proporcionar uma maior visibilidade e reconhecimento das mesmas.⁹⁹

Registra-se, também, em território português, a forte presença de organizações, em âmbito nacional, que objetivam assessorar e ampliar as práticas socioeconômicas solidárias, tais como a Acção para a Justiça e Paz (AJPAZ),¹⁰⁰ o movimento internacional de mulheres (GRAAL) – atuante no país desde 1957, desenvolve, entre vários projetos, desde 2001, o Banco do Tempo –,¹⁰¹ entre outros movimentos.

Com essas entidades e outras, é possível visualizar uma rede com outras organizações de países como França, Espanha e Itália que vão, ao longo de sua

da emancipação, e restabelecer assim a vinculação da regulação e da emancipação” (1991:27).

⁹⁷ Para o maior conhecimento deste evento, consultar <http://www.animar-dl.pt/manifesta>.

⁹⁸ A Manifesta, desde a sua origem, vem tendo como foco central o desenvolvimento local, compreendendo com esta expressão: Economia social e solidária; práticas de comércio justo e solidário, entre tantas outras práticas sociais e econômicas (ANIMAR:2009). É promovido, principalmente pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), em parceria com outras entidades públicas e privadas.

⁹⁹ Participei desta edição, na qual em parceria com outros doutorandos e membros da cooperativa Mó-de-Vida desenvolvimento entrevistas com os participantes, no intento de perceber como estes veem e interpretam a economia solidária naquele evento.

¹⁰⁰ Para maior conhecimento deste movimento, consultar <http://www.ajpaz.org.pt>

¹⁰¹ Para maior conhecimento deste movimento, consultar <http://www.graal.org.pt>

articulação, estreitando laços e fortalecendo a sinergia entre si. Exemplo disto, é a cooperativa MÓ de Vida, localizada em Almada, que se dedica ao comércio justo.¹⁰² Esta em parceria com demais organizações locais e nacionais funda a Coordenação Portuguesa do Comércio Justo.¹⁰³

No final de 2010, surge a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), sendo uma nova estrutura cooperativa em âmbito nacional, tendo em vista um conjunto de ações prioritárias destinadas, além de promover e dinamizar o setor desta economia, busca garantir a interface entre o Estado português e as organizações que integram aquele setor.¹⁰⁴

2.3.2. A economia solidária no Brasil

As primeiras formas associativas no Brasil remontam ao início do século XX, com as associações de pescadores. Desde então, outras formas de associação e cooperação foram surgindo (cooperativas agrícolas, cooperativas de crédito rural, cooperativas de consumo, entre tantas outras). Até 1995, estas iniciativas eram 'periféricas', expandindo e ganhando visibilidade entre os anos 1996 a 2002. Neste período, o conjunto dessas iniciativas são enquadradas, no campo teórico, na chamada economia solidária. Esta corresponde, portanto, a um conjunto de atividades econômicas que abrange as cadeias de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito (Paula, 2004). Nestas atividades supõe-se haver uma organização horizontal das relações estabelecidas, tendo como pressuposto a propriedade coletiva dos meios de produção e a gestão democrática.

Singer (2000), um dos grandes expoentes da economia solidária no Brasil, a considera como uma das estratégias de luta e organização contra as desigualdades

¹⁰² Para maior conhecimento desta cooperativa e sobre o comércio justo em Portugal, consultar <http://www.modevida.com/modevida.html>

¹⁰³ A ideia de um comércio justo surgiu, nos anos de 1960, na Holanda, culminando na criação da *Fair Trade Organisatie*. Dois anos seguintes, inaugurou a primeira loja de comércio justo. A experiência, desde então, vem se espalhando pela Europa. O comércio justo busca estabelecer entre a produção e o consumo, práticas justas de produção, comercialização e consumo. Respeitando os produtores quanto os consumidores, diante de preços justos e produção que respeitem o meio ambiente.

¹⁰⁴ Para maiores detalhes, consultar: <http://www.cases.pt>

sociais e, principalmente, o desemprego. “Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente” (id., 138). Por seu lado, Mance (1999) considera que a noção de economia solidária agrega a percepção de uma colaboração solidária que desprende-se da geração de postos de trabalho e liga-se ao sentido moral e a ampliação do “exercício concreto da liberdade pessoal e pública” (id., 178). Por outras palavras, pode dizer-se que a designação de economia solidária surge por conta dos “novos valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação de capital” (Paula, 2004:23) nas referidas atividades.

Um elemento importante a ser levado em consideração diz respeito às atividades da economia solidária que confluem em certas realizações e organizações, mas que entre si se “diferenciam em múltiplos caminhos e resultados, engendrando diversidades que entretanto mantêm características similares e singularidades distintas” (Mance, 2004:3). Para Singer (2004), no Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional.

Singer (2004), Quijano (2002) e Tiriba (1998) tendo o contexto latino-americano, diferenciam a economia solidária da economia popular. Apesar destas duas formas econômicas serem “iniciativas oriundas dos setores populares que mesclam, nas suas ações organizacionais, uma dimensão social e uma dimensão econômica” (França Lima, 2008:116), segundo os autores mencionados, na atualidade, elas entre si possuem fisionomias distintas. Para Tiriba (1998), nem toda a economia popular é solidária e nem toda a economia solidária é popular. A autora apresenta um conjunto de elementos que nos fazem perceber que nem todas as iniciativas são populares ou coletivas na dita economia solidária e que nem todas as desenvolvidas na economia popular têm como pressuposto a característica solidária. É o caso, por exemplo, das microempresas familiares de cunho capitalista que se enquadram na economia popular.

Aqui é importante registrar que no Brasil é possível vislumbrar concepções distintas acerca da economia solidária. Há quem defendem-na como processos e instrumentos de transformação sistêmica; outros reconhecem-na apenas como solução frente ao grande nível de empobrecimento. Estas duas visões estão presente no interior do próprio movimento da economia solidária.

Uma terceira concepção, que circula fora do movimento da economia solidária, argumenta que ela representa a invisibilidade do capital no conflito de classes, não sendo, portanto, um novo modo de produção não capitalista (Menezes, 2006; Germer, 2006; Sousa, 2008; Wellen, 2008).

Apesar da falta de um consenso na formação teórica da economia solidária, na esfera pública, a partir do ano de 2005, verifica-se um 'maior amadurecimento' em torno da economia solidária configurando-a em um movimento social.¹⁰⁵

Em âmbito nacional, a economia solidária promoveu a criação do Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES) que vem aglutinando empreendimentos, militantes, entidades de apoio, investigadores acadêmicos. Consistindo num espaço de debate e defesa da economia solidária.¹⁰⁶

Diga-se a proposito, da força mobilizadora que o FBES tem ganho nos últimos anos. Exemplo disto, é a articulação nacional deste fórum face ao Projeto Lei 865 (PL 865) que cria a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (FBES, 2011a), pretendendo igualar perante a lei os empreendimentos da economia solidária às micro e pequenas empresas. Além do que, o referido projeto ignorava todo o processo histórico do movimento da economia solidária no país. Audiências públicas são realizadas em todo o país, ampliando o debate à sociedade. A vitória de toda mobilização ocorre quando o governo federal retira as atribuições da economia

¹⁰⁵ Estes dados foram extraídos da Oficina “A Economia Solidária no Brasil: gênese, presença atual e questões de pesquisas”, ministrada pelo Profº Luiz Inácio Gaiger (UNISINOS/Brasil), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em 15 e 16 de julho de 2008.

¹⁰⁶ O FBES é resultado do I Fórum Social Mundial realizado em 2001. Neste a oficina realizada e denominada 'Economia Popular Solidária e Autogestão' obteve o maior número de participantes de todo o evento, 1.500 participantes. Atualmente está organizado em todo o país, com mais de 3.000 empreendimentos, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios. Para maiores informações vide <http://www.fbes.org.br/>

solidária do PL 865, em 25 de agosto do 2011 (FBES, 2011b).¹⁰⁷

Em 2003, cria-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES),¹⁰⁸ ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a qual estabelece um programa intitulado Economia Solidária em Desenvolvimento.¹⁰⁹ Destaco que, a SENAES não tem caráter de ministério, cumprindo um papel ainda bastante tímido e limitado.

Somando-se ao conjunto de organizações criadas em torno da economia solidária, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) cria a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS).¹¹⁰ Outros tantos organismos são criados. Aqui, é importante fazer a menção a fundação, em 1994, da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), a qual, no decorrer de suas atividades, adquire experiência na assessoria e capacitação de trabalhadores, se constituindo em uma rede associada ao movimento da economia solidária.¹¹¹

O quadro abaixo sintetiza a conformação da economia solidária no Brasil e o desenvolvimento de suas interfaces com o movimento social e o campo acadêmico.

¹⁰⁷ Para o maior conhecimento desta questão podem ser consultados: http://www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=1452 e http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6374&Itemid=62

¹⁰⁸ A SENAES está subordinada ao MTE, tendo como função coordenar e articular informações e decisões que envolvam a economia solidária. É coordenada desde a sua criação pelo professor Paul Singer. Teve seus trabalhos iniciados a 27 de Julho de 2003, na III Plenária de Economia Solidária, na qual, também foi instituído o FBES.

¹⁰⁹ O referido programa tem como objetivos: dimensionar e dar visibilidade dos empreendimentos da economia solidária no Brasil; qualificar os sujeitos envolvidos na implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão; promover a economia solidária no âmbito dos empreendimentos de autogestão; facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre os empreendimentos e. Contribuir para a organização da autogestão na geração de trabalho e renda dos trabalhadores. Para maiores detalhes sobre este programa, consultar http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_default.asp

¹¹⁰ A ADS foi criada no ano de 1999. Tem como um dos seus objetivos a implementação de uma política de organização sindical articulada à economia solidária, tendo a CUT como condutora. Esta última agrega mas duas entidade que atual em conjunto com a ADS no objetivo de fomentar a economia solidária, são elas: a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e a Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol). Para maior conhecimento consultar: ADS, 2002; 2004; 2005.

¹¹¹ Para o maior conhecimento sobre a ANTEAG, vide ANTEAG, 2007.

Quadro 1 - O interesse político e acadêmico pela economia solidária no Brasil

Configuração da Economia Solidária	Características do ativismo social e político	Características da produção acadêmica
Iniciativas singulares e “periféricas” (até 1995)	Restrito	Desconhecimento
Expansão e visibilidade (1996 – 2002)	Interesse e adesão crescentes	Ceticismo vs militantismo
Institucionalização (2003 – 2008)	Constituição de um campo social	Objeto de estudo

Fonte: Oficina “A Economia Solidária no Brasil: gênese, presença atual e questões de pesquisas”, ministrada pelo Profº Luiz Inácio Gaiger (UNISINOS/Brasil), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em 15 e 16 de julho de 2008.

2.3.3. Síntese comparativa: Portugal e Brasil

Apesar do “debate ainda em aberto” em torno da conceitualização seja da economia solidária, seja da economia social, o número de investigadores portugueses (ibid.) e de brasileiros que se ocupam destas economias têm vindo a crescer. Propiciando, dessa maneira, um intercambio dessas experiências e de suas controvérsias, aproximações e sujeitos, no âmbito do Brasil e Portugal.

As tradições em que se inscrevem as atividades ligadas a estas economias, se prendem às “manifestações de solidariedade social ligadas aos mecanismos de protecção social institucionalizados. Manifestações radicadas na benemerência e no voluntariado constituem uma vasta zona de práticas solidárias [...]” (Namorado, 2004) e, também, como delinea Gaiger,

práticas associativas, comunitárias ou de classe, quer trata-se de uma experiência legada à memória, um sentimento ainda que difuso a evocar uma tradição e um estilo de comportamento arraigados no tempo, quer trata-se da experiência viva, de mobilizações e lutas vivenciadas pelos protagonistas da economia solidária [...] (2004:3).

Em suma, as experiências levadas a cabo por coletivos de trabalhadores, em contextos brasileiro e português, se assentam na construção histórica de alternativas contra a relação capital do trabalho.

As críticas não são restritas às atividades da chamada economia solidária, a

qual como visto, é tão difusa nos países da América Latina. Alcança também à economia social em desenvolvimento na Europa. Vainer (2000), em relação a estas duas economias, posiciona-se contra à defesa destas enquanto alternativas à crise de emprego e, Castel certifica que “[...] na situação atual, trata-se mais de declarações de intenção do que da afirmação de uma política. [...] só como eufemismo é que se pode chamá-las de 'políticas de emprego’” (1998:575).¹¹² Contudo, este último autor, reconhece que entre as várias “realizações” dessas experiências, há aquelas (apesar de poucas conforme afirma) “inovadoras e portadoras de futuro” (ibid., 574).

Defendo que é preciso tomar cautelas na análise da diversidade de experiências que são enquadradas como parte da economia solidária e da economia social. É preciso ter em conta o processo de origem daquelas, identificando de onde e de qual processo são oriundas. Como bem denotam Santos e Rodríguez, “os múltiplos tipos de iniciativas [...] criam espaços econômicos em que predominam os princípios de igualdade, solidariedade ou respeito à natureza” (2002:29). São nestes conteúdos e nas potencialidades que a análise deve centrar-se, pois “[a] realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas (Santos, 2000:23).

No campo jurídico-institucional, tanto em Portugal quanto no Brasil, as diversas atividades inseridas na economia social e na solidária, apesar do reconhecimento conferido as mesmas, ainda estão distante da abrangência dos princípios e valores que as balizam noutras esferas da vida sociopolítica, uma vez que carecem de um novo sistema de regulação social – capaz de ordenar dinamicamente as regras arbitradas pela lei da economia – e também da tomada de uma posição política por parte do Estado, nomeadamente, português e brasileiro, na escolha de outros padrões de desenvolvimento socioeconômico (França Lima, 2008).

As organizações nacionais com suas mobilizações e articulações em redes, vão consubstanciando as diversas experiências da economia solidária e social, em

¹¹² O autor entende que as experiências de tais economias possuem grandes limites para avançarem de um estágio “experimental. O mesmo critica o conceito de serviços de proximidade de Laville por os veem que oscilam entre uma neo filantropia paternalista e formas pós-modernas de exploração da mão de obra.

cada contexto, contribuindo efetivamente para o aspecto ideológico daquelas alternativas. Este aspecto se trata da consideração do projeto emancipatório destas alternativas, rompendo, por assim dizer, com uma visão “apenas como paliativo de certas imperfeições transitórias do mercado” (Caneiro, 2007:633).

É devido a “presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e 'autogestionárias'” (Gaiger, 2004:3),¹¹³ que estas logram romper com o isolamento, com o qual se restringem apenas ao local, isto é, à comunidade. Disso dependerá a interpretação dos valores e sentidos (re)significados na prática cotidiana dos coletivos de trabalhadores no desenvolvimento das experiências. Contribuindo na sistematização destas, os grupos de mediação proporcionam sustentabilidade, formação técnica e organizacional aos coletivos de trabalhadores envolvidos nas experiências, cabendo-lhes o papel de ligação entre conhecimento e prática ao que se refere aos empreendimentos da economia solidária (Pinto, 2006).

Contudo, estas entidades e grupos se tornam bastante influentes no interior daquelas experiências, visto que, ao oferecer assessoria, formação técnica e política, acompanhamento aos processos de tomada de decisão e à implementação das atividades econômicas, investem-se de um certo poder e reconhecimento. Tal análise é apontada por V. N. Guimarães *et al* (2006) ao destacar, no tocante as experiências fomentadas por ONGs e órgãos governamentais, as relações de dependência existente dos vários empreendimentos para com tais entidades e grupos. Indicia, principalmente, dependência no aspecto da gestão, trazendo implicações, em certa parte, aos processos de tomada de decisão, obrigando a uma corresponsabilização no processo de gestão dos empreendimentos.

Entidades e grupos de mediação atuando no campo da economia solidária podem ser entendidos como ONGs (Organizações Não Governamentais), Fóruns, Lideranças de movimentos sociais, Sindicatos, Universidades, entre outros que apoiam e envolvem-se de forma 'ativa' na promoção, expansão, sustentação das experiências ligadas à economia solidária e social. Por vezes, a intervenção de

¹¹³ Grifos meus.

entidades e grupos de apoio pode ser traduzida pela lógica “da monocultura do saber e do rigor do saber” (Santos, 2006:95), isto é, a relação entre os sujeitos das variadas experiências inscritas nas economias solidária e social pautam-se por uma verticalização na troca entre ambos.

Pinto alerta sobre o debate existente no interior do movimento da economia solidária no Brasil acerca do papel daquelas entidades e grupos:

Discute-se em que medida tais assessorias não 'limitam o acesso dos empreendimentos à palavra, à expressão de seus próprios interesses', acabando por reproduzir relações de subordinação e dependência desses em relação àquelas (2006:79).¹¹⁴

A lógica da hierarquização, por vezes, permeia os espaços de debate, as redes, as pesquisas universitárias, os congressos, os fóruns voltados às práticas sociais e experiências levadas a cabo por trabalhadores. Estes passam a ser meros espectadores do conhecimento organizado naqueles espaços, onde a atenção são para membros e militantes de entidades e grupos de mediação.

Quem são os interlocutores das variadas experiências socioeconômicas nas redes, fóruns, entidades? Qual(is) a(s) posição(ões) ou lugar(es) que nestes espaços aqueles experiências ocupam? Como no processo da elaboração de conhecimentos e saberes os trabalhadores (sujeitos da economia solidária e social) participam?

Recorro mais uma vez, à Sociologia das ausências, do professor Boaventura de Sousa Santos, para dar relevo a redução da 'presença' e 'participação' dos próprios trabalhadores no processo da conceitualização, compreensão e interpretação das suas práticas socioeconômicas.

Fazendo uso da sociologia das ausências, uma vez que esta, “visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social” (Santos, 2006:97), é possível interrogar: quem são aqueles que sempre falam em nome daquelas experiências? Quem nos espaços reservados às grandes decisões nos fóruns, nos congressos, nas plenárias, etc., acerca da economia

¹¹⁴ Grifos meus.

solidária, exercem a direção, a coordenação? Como os coletivos de trabalhadores são reconhecidos como produtores de saberes e conhecimentos, e não meros objetos de estudo e análise?

Tais indagações se remetem ao tratamento político do trabalho, uma vez que a ideologia atribuída àquelas experiências precisam ser vivida, ou seja, interiorizada não apenas por quem está no desenvolvimento direto dos empreendimentos, mas por quem os defendem e apoiam.

Não se trata aqui, em desconsiderar a importância e o papel que têm vindo a cumprir as várias entidades de apoio no desenvolvimento econômico e político da economia solidária e social, ora no Brasil, ora em Portugal. Mas, em problematizar a própria prática daquelas entidades na interação com as mais diversas experiências socioeconômicas, no intuito de propiciar que nesta interação os padrões valorativos da economia solidária e social sejam também cotidianizados por elas.

Um dos desafios que aqui se apresenta, em especial para as entidades de apoio e assessoria, no campo da economia solidária e/ou social, é a criação de espaços nos quais 'em conjunto' com os trabalhadores sistematizem as experiências e interprete-as mediante um reconhecimento daqueles enquanto partícipes na elaboração de saberes e conhecimentos acerca de suas próprias vivências e práticas.

2.4. O trabalho associado no labirinto do capital: por uma nova disciplina e cultura

Na bibliografia que trata sobre as experiências intituladas de 'autogestionárias' (Tiriba, 2001; Vieitez e Dal Ri, 2001; Santos, 2000; Singer, 2004), a expressão trabalho associado designa os processos laborais que se caracterizam, entre outros fatores, pela distribuição igualitária dos resultados do trabalho realizado, pela gestão democrática das decisões no âmbito da produção e, principalmente, pela apropriação coletiva dos meios de produção.

Vieitez e Dal Ri (2001) afirmam que as relações de trabalho nas fábricas

recuperadas são distintas da relação capital, ou seja, do trabalho assalariado. Diante das ilações destes autores, o trabalho associado se reporta a um contexto no qual os trabalhadores associam-se, em unidades de produção “autogestionárias”, para realizar o trabalho de forma autônoma e cooperada, anulando os aspectos mais proeminentes da exploração e da subordinação capitalista sob o trabalho.

Porém, parece-me necessário avançar com tal elaboração para caracterizar o processo em curso no interior das fábricas recuperadas. Principalmente por seus trabalhadores terem vivenciado um cotidiano laboral inscrito na relação capital e trabalho, de forma tão próxima.

Recorrendo à historicidade da evolução do conceito e da prática de trabalho em nossas sociedades contemporâneas (Marx, 1975 e 1978; Smith, 1958; Ricard, 1982; Langer, 2004; Arendt, 2001; Polanyi, 2000; Albornoz, 2000), ver-se o quanto é necessário a criação de todo um arcabouço institucional para dar sustentação ao trabalho em sua forma assalariada.

Estratégias são criadas e aprimoradas para 'habituar' os trabalhadores ao paradigma de trabalho forjado com o advento da industrialização.¹¹⁵ Aprendizagens, gestão de recursos humanos, competências, qualificações, entre outros são meios para levar a classe trabalhadora à adaptação ao trabalho assalariado. Kuenzer afirma que as estratégias administrativas, imbuídas de um “projeto pedagógico explícito”, educam os trabalhadores ao “processo produtivo racionalmente organizado, com mecanismos de controle e de difusão da ideologia conveniente aos interesses do capital” (2002:67).

A mobilização de conhecimentos (saber), habilidades (fazer) e atitudes (querer) são elementos-chave necessários para a adaptação dos trabalhadores às relações laborais no interior das fábricas e indústrias.

Numa fábrica de confecção, um dos estudos de caso desta pesquisa, em

¹¹⁵ Entendo por paradigma às diversas formas de ver o mundo, o que como consequência, orienta as formas de está nele. Este entendimento ancora-se na obra de Thomas Khun, *The Structure of Scientific Revolutions*. A concepção desse autor é a de que “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham” (1970). Logo, ao problema aqui analisado, esta percepção, servi para classificar elementos que constituem as relações socioeconômicas estudadas.

Portugal, as operárias reconhecem a disciplina por qual passaram (e ainda passam) para se adaptarem ao trabalho assalariado e suas relações sociais.

Ele [o patrão] não era mau... ele queria disciplinar a gente, nós viemos do campo... lá podemos falar quando trabalhamos. Nós aqui, não podemos ficar com a boca fechada. [...] ele queria respeito nosso, ele nos ajudava sempre que era preciso... teve que disciplinar mesmo (Interlocutora J-Afonso).

O padrão administrativo do trabalho gestado, por Taylor e aperfeiçoado por Ford, no início do século XX, toma como base a disciplina e o controle no processo laboral. Tal padrão, conta com um forte embasamento na ciência – a administração científica.¹¹⁶

Um dos princípios da chamada Organização Científica do Trabalho pregoa que cabe a gerência selecionar e treinar os trabalhadores à realização das tarefas, de acordo com as ordens dela. Primando, antes de mais nada, pela garantia que aqueles estejam 'aptos' a obedecer e executar.

A disciplina imposta aos trabalhadores, em vista ao empenho do modelo de produção industrial, é uma condição *sine qua non* para a submissão daqueles à heterogestão e à sua derivação nas demais esferas da vida em sociedade.

Há todo um processo de 'educação' dos trabalhadores, tornando-os em 'bons trabalhadores': aqueles que cumprem o horário de chegada e as ordens pré-determinadas, enfim, que logram garantir o sucesso de produtividade da empresa. Para o estímulo desses 'bons trabalhadores' têm-se os mecanismos de bonificações e, até mesmo, a promessa de ascensão na hierarquia no interior da fábrica.

O disciplinamento pelo qual os trabalhadores passaram e ainda passam inscreve-se na interioridade destes, naturalizando saberes corretivos e normalizações que, num processo, logram modelá-los em conformidade ao modelo de indivíduo de

¹¹⁶ Frederick Winslow Taylor criou, no fim do século XIX, um modelo de administração baseado na aplicação do método científico, objetivando garantir o melhor custo/benefício ao sistema produtivo. Os princípios fundamentais da administração científica, ele assim enumera: princípio de planejamento, princípio de seleção/preparado dos trabalhadores, princípio de controle e princípio da execução. Henry Ford utilizou os mesmos princípios de Taylor, mas desenvolveu outras técnicas, aperfeiçoando a linha de montagem. O primeiro criou o modelo Taylorista e, o segundo, o Fordista de produção.

que o capital necessita. Aqueles saberes e aquelas normalizações 'rotulam e dão sentido' às atitudes e aos comportamentos dos trabalhadores.

Na reestruturação produtiva são elaboradas “novas variáveis” (Kuenzer, 2002) no disciplinamento e controle dos trabalhadores, são elas: “liderança, motivação, clima organizacional, satisfação no trabalho” (ibid., 66), o que não implica alterações na hierarquia no local de trabalho.

A hierarquia não é suprimida, mas se dá de outra forma; admite-se certo grau de liberdade e iniciativa ao operário, mas controla-se o seu grau de integração à ideologia da empresa. Em última instância, o poder continua com o capital (ibid., 67).

Uma determinada 'cultura' é engendrada (e socializada) na sociedade, fazendo com que o comportamento e a atitude dos trabalhadores atendam às necessidades e ao desenvolvimento do modelo de produção capitalista. Alcança, dessa forma, a formação de

[...] indivíduos dotados do sistema de esquemas inconscientes (ou profundamente internalizados), o qual constitui sua cultura, ou melhor, seu “habitus”, ou seja, em suma, “de transformar a herança coletiva em inconsciente individual e comum” [...] (Bourdieu, 2004:346).¹¹⁷

O conceito de “habitus”, sistematizado por Bourdieu, por assimilar as relações do comportamento dos sujeitos entre os condicionamentos e estruturas sociais, diz muito ao que aqui está sendo abordado. “Os 'habitus são os princípios geradores de práticas distintas e distintivas [...] são também esquemas classificatórios, os princípios de hierarquização, os princípios de visão e divisão” (2007:20).¹¹⁸ Tal noção ajuda a perceber o quanto a construção identitária do trabalhador, no sistema do capital, é produto de uma mediação cultural, traduzida em valores e referências identitárias.

Tomando por base a noção de “habitus” – ao indicar que os comportamentos,

¹¹⁷ Grifos meus.

¹¹⁸ Grifos do próprio autor.

as atitudes, as escolhas são construções sociais, regidas por disposições estruturadas socialmente – concatenada às relações sociais estabelecidas nas fábricas recuperadas por trabalhadores, deparo com as seguintes questões: para o trabalho associado, atribuindo-o características que o distancia do trabalho assalariado, é preciso a elaboração de uma nova disciplina? Dita de outra maneira, o estabelecimento de uma “subjetividade socializada” para o exercício do trabalho associado se faz necessário?

Segundo Kuenzer (2002), são nas próprias relações objetivas de trabalho que os trabalhadores se percebem enquanto explorados e, também, apreendem modos de enfrentamento face a esta condição. Dessa forma, conforme a autora, aqueles elaboram um saber que propiciam

um conjunto de explicações e de formas de ação que lhe permitem enfrentar ou escapar do controle do capital, com os modos de disciplinamento que lhe são próprios; aprende a se organizar, a sabotar, a dissimular, a reivindicar, e assim por diante (ibid., 183/184).

Então, no contexto da fábrica recuperada é possível os trabalhadores apreenderem novas atitudes e novos comportamentos face às relações sociais pautadas por outras racionalidades.

Nas experiências das fábricas recuperadas em andamento está se formulando novos esquemas simbólicos que tendem a serem internalizados no cotidiano dos coletivos de trabalhadores? Constituindo-se, por sua vez, em disposições de outras formas de agir e estar dos trabalhadores?

As experiências laborais dos coletivos de trabalhadores fabris estão circunscritas à disposições estruturadas e estruturantes da relação capital do trabalho. Sendo, portanto, aqueles cotidianamente orientados a agir, pensar, sentir e interpretar em consonância a padrões valorativos difundidos pelo sistema do capital.

Um conjunto de preceitos, regras e condutas, por suposição, é necessário para a prática do trabalho associado, e se vincula ao que chamei anteriormente de *estética democrática*.¹¹⁹ Acredito que disposições estruturadas e estruturantes são exigências

¹¹⁹ Suponho que a *estética democrática* e o novo padrão valorativo interagem mutuamente na coordenação das experiências dos trabalhadores.

para o desenvolvimento de relações sociais distintas da do capital, sem as quais novos valores e princípios dificilmente são cotidianizados e/ou socializados. Ou seja, se faz necessário viver valores (responsabilidade mutua, autonomia, bem comum, participação consciente e ativa, entre outros) diferentes do individualismo, utilitarismo e da competição.

Para que se possa ter uma observância por parte dos trabalhadores dos novos preceitos e novas condutas a serem tomadas no exercício do trabalho associado, é preciso que estes sejam concebidos numa estrutura horizontal de poder. É preciso, portanto, que esta estrutura (e os mecanismos democratizantes) estejam em constante reflexividade por parte dos sujeitos envolvidos.¹²⁰ Pinto supõe que, no trabalho associado, a “reflexividade interpela relações desiguais e opressoras, que, de resto, ainda definem as circunstâncias da produção e reprodução social” (2006:72).

Como demonstrarei mais adiante, a criação de 'espaços de reflexividade' em que os trabalhadores possam refletir, avaliar e interpretar as experiências vivenciadas é fundamental para a produção de 'interpretantes' (aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém). Ou seja, a criação de signos e sentidos que motivam um certo padrão de conduta socialmente apropriado à realidade do trabalho associado.

A configuração de um novo padrão de conduta e atitude, necessária ao desenvolvimento e amadurecimento do trabalho associado, permeia o sentido de autonomia. Segundo Pinto este estaria

[...] exatamente no fato de que o indivíduo passa a se orientar por objetivos e percepções construídos por ele na interação social e não mais por fins coletivos que lhes são estranhos ou alheios e por papéis sociais fundados na tradição ou no costume (2006:127).

A disciplina para o trabalho associado se prende, por consequência, ao estabelecimento de competências, as quais contribuam significativamente com a

¹²⁰ Pego emprestado o conceito de reflexividade de Bourdieu (1997) para retratar a auto-reflexividade que suscita o questionamento sistemático e contínuo sobre o que se observa e se vive.

eficiência participativa e, também, do empreendimento em si. O processo de recuperação de fábricas por trabalhadores, como qualquer outro, se constitui como instância de educação, de criação de saberes práticos e habilidades técnicas. Ambos precisam ser sistematizados e interpretados pelos próprios trabalhadores, afim que possam “buscar allí nuevos saberes que contribuyan para dar sentido a su trabajo y a la vida en sociedad” (Tiriba, 2001a).

Segundo Tiriba (2001b), para que os trabalhadores possam ter em 'suas mãos' a gestão e a organização do trabalho, pressupondo baliza-se por outros princípios que não o da produção capitalista, é imprescindível que reúnam condições para administrar o processo produtivo de acordo com os interesses coletivos.

Desenvolver no cotidiano novas dinâmicas e divisão do trabalho requer a formulação de um conjunto de competências produtivas e no envolvimento mútuo dos trabalhadores na esfera de decisão. Aquele conjunto, diferentemente das competências tão difundidas na atualidade,¹²¹ se centra na mobilização e articulação de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos coletivos de trabalhadores em vista a incitar condições a estes de gerarem as atividades produtivas, suplantando a divisão típica da empresa capitalista: trabalho manual e intelectual. “[...] propiciando aos trabalhadores ir mais além do conhecimento prático imediato [...]” (ibid., 225).

Aquele conjunto de competências, na perspectiva do trabalho associado, corresponde à educação simultânea dos trabalhadores à participação ativa e ao processo produtivo. Acredito que este conjunto poderá contribuir – no atual processo em que estão os coletivos de trabalhadores naquelas fábricas e nos demais empreendimentos ligados ao movimento da economia solidária e social – com três aspectos: i) atendimento das demandas concretas (imediatas) dos sujeitos sociais das experiências da produção associada; ii) enfrentamento das estruturas de exclusão destes sujeitos e, iii) construção de novas estruturas (nova produção não balizadas na relação capital e trabalho).¹²²

¹²¹ Estas centram-se apenas nas exigências do mercado de trabalho.

¹²² Estes três aspectos foram mensurados tendo em vista o horizonte do movimento da economia solidária pelo filósofo Euclides Mance, em uma reunião com o grupo Ecosol/CES, na data de 26 de Março de 2008, na ocasião de uma palestra na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, promovida pelo grupo.

Logo, o trabalho associado, tal qual o assalariado, precisa da construção social de uma identidade de trabalhador, ou seja, de um outro tipo de trabalhador. Um trabalhador que conforme Tiriba, “possa liberar-se das amarras da organização capitalista do trabalho” (2001:215).

Entretanto, a elaboração teórica e prática de uma disciplina e de um conjunto de competências destinado à socialização das relações sociais baseadas numa racionalidade não mais do capital, não se dá num processo livre de tensões e disputas. Por se encontrarem num contexto de mercado, as fábricas recuperadas se veem num labirinto do capital.

O termo labirinto aqui usado está intrinsecamente ligado à noção expressa por Ruivo (2000):

compreende, assim, que o labirinto constitua simultaneamente o lugar mais fechado e o mais aberto. Mais aberto, porque qualquer pessoa pode nele penetrar. Não existe, porém, garantia de que o resultado de tal acto redunde em algo diferente de uma repetição infinda de passos que a nada levam, de um rodeio cego em torno de um centro que se não vislumbra. Por esta razão, primando a sua essência pela complexidade, ele será também ao mesmo tempo, em termos sistêmicos, o lugar mais fechado (em torno do seu centro) (2000:25).

Labirinto do capital se reporta, portanto, as emboscadas do atual rearranjo do sistema do capital às experimentações levadas à cabo pelos coletivos de trabalhadores na produção e reprodução da vida: “[o]s caminhos são múltiplos, contraditórios, descontraídos e repletos de armadilhas” (Frigotto, 2001:21). A tecnologia, a automação, a reterritorialização da produção, os mecanismos de participação, entre outros, consistem nestas ciladas.

Contudo, não se pode negar que o trabalho associado, mesmo enviesado pelas dinâmicas do mercado, coloca em revisão (e em problematização) as formas e técnicas de gestão e organização da produção nas fábricas recuperadas. Elas “são revistas à luz da exigência de se incrementar a cooperação e 'autogestão' no âmbito dos empreendimentos, adequando-as igualmente aos novos sentidos impressos ao

produto do trabalho associado” (Pinto, 2006:76).¹²³

A realidade de trabalho associado se insere num “espaço social” e “simbólico” (Bourdieu, 2007) no qual estabelece movimentos/dinâmicas de tensão e conflitualidade entre racionalidades, lógicas e sentidos distintos. Espaço este que, num movimento duplo, de fora para dentro e vice-versa, demarca limites para o avanço da prática de processos democratizantes no interior fabril.

Não se deve observar apenas o labirinto do capital como elementos externos que interverem negativamente no cotidiano das fábricas recuperadas. Mas, as atitudes, as ações, os comportamentos tomados pelos trabalhadores no 'fazer e refazer' de suas relações sociais no seio do processo laboral influenciam significativamente o desenho das relações de produção. Como já dito, o capital tratou de socializar comportamentos e atitudes que o favorece.

Como se comportam os trabalhadores que assumem os postos de direção? Como estes se posicionam em relação aos demais trabalhadores, e vice-versa? Em que medida, aqueles 'representam' os anseios e as vontades do coletivo de trabalhadores no interior da fábrica? Em que medida os trabalhadores estão dispostos a mudarem de práticas, de comportamentos, de ações?

As regras do mercado inibem, atrapalham, limitam o desenvolvimento de experiências práticas de outras formas de trabalho e produção da vida. Como será visto mais adiante, partindo dos estudos de casos, internamente os comportamentos e as escolhas adotados pelo coletivo de trabalhadores podem contribuir ou não com a intensidade do processo democratizante no chão de fábrica.

Aqui se apresenta mais um desafio, o de substanciar um 'novo saber-ser' dos trabalhadores no cotidiano laboral e social face às exigências de um outro modo de produção e trabalho. Da mesma forma em que se é exigido mudanças nos hábitos e comportamentos para adaptação ao trabalho assalariado, o mesmo se processa ao trabalho associado, novos padrões comportamentais são exigidos dos sujeitos envolvidos.

No marco de um tratamento político do trabalho, palavreando Tiriba, “[a]

¹²³ Grifos meus.

construção de novos conhecimentos e valores que possam dar um novo sentido às relações sociais e econômicas têm como horizonte a instauração de uma nova cultura do trabalho” (2001:229).

Esta nova cultura do trabalho, conforme Palenzuela (1995), se define enquanto um

[c]onjunto de conhecimentos teórico-práticos, comportamentos, percepções, atitudes e valores que os indivíduos adquirem e constroem a partir de sua inserção nos processos de trabalho e/ou da interiorização da ideologia sobre o trabalho, todo o qual modula sua interação social mais além de sua prática laboral concreta e orienta sua específica cosmovisão como membros de um coletivo determinado (apud Tiriba, 2001:230).

Em suma, falar em trabalho associado me parece mais apropriado para se referir ao que vem sendo posto em prática nas vastas experiências de 'outras' formas de produção. O que se vive nas fábricas recuperadas por trabalhadores são experiências que se encontram no tempo e espaço que permitem articular continuidades e descontinuidades. Em outras palavras, tais experiências são marcadas por uma interação, na qual se conforma uma tensão continua no fazer e refazer da organização e gestão do trabalho. Esta tensão, dependendo de como é interpretada e interiorizada pelos sujeitos sociais e políticos, pode vir a proporcionar o '(re)pensar' a relação capital e trabalho, revelando os seus não-ditos, os seus silêncios e as suas exclusões que a concepção e o modelo convencional de trabalho camuflam no cotidiano do chão de fábrica.

O trabalho associado, na atualidade, apresenta limites aos mecanismos de exploração do trabalho por parte do sistema do capital, mas estes limites precisam ser reinventados e revisados criativamente no cotidiano das relações sociais forjadas, em especial, nas fábricas recuperadas. É a partir desses limites que, em contrapartida ao novo procedimento comunicativo concebido nas fábricas e empresas modernas, o exercício prático daquele trabalho poderá elaborar novos discursos enquanto estratégias ideológica e cultural.

Por fim, o Quadro 2, partindo do que foi visto neste capítulo, apresenta

elementos dissonantes da “relação capital do trabalho” para o que aqui sugiro enquanto “relação política do trabalho”.

Quadro 2 - Elementos dissonantes entre a relação capital do trabalho e relação política do trabalho

Relação capital do trabalho	versus	Relação política do trabalho
Trabalho enquanto mercadoria		Trabalho enquanto significados produzidos na interação dos sujeitos
Tratamento social do trabalho (despolitização das formas de produção)		Tratamento político do trabalho (fim do hiato entre o econômico e o político)
Ortopedia democrática		Estética democrática
Heterogestão (trabalho flexível)		Trabalho associado
Preceitos e condutas embasadas no individualismo, utilitarismo e competitividade		Preceitos e condutas embasadas na responsabilidade mútua, autonomia, bem comum, participação consciente e ativa
Elisão e/ou invisibilidade do conflito		Visibilidade do conflito

Capítulo II: A classe trabalhadora em (re)elaboração de suas experiências no trabalho associado

1. Da singularidade à pluralidade da classe trabalhadora

1.1. Classe trabalhadora, uma “unidade simbólica”

A análise marxista sobre classe operária aponta para duas caracterizações polares que se baseiam nas condições econômica e política. Trata-se, portanto, da “classe em si” e “classe para si”. A primeira condiz a existência da classe em si mesma, se reporta à massa de trabalhadores que vive uma situação comum – prende-se a condição econômica; a segunda se liga à identidade subjetiva, ou seja, a consciência enquanto sujeito histórico (consciência de classe) – se concatena a condição política.

Nesta concepção marxista se verifica um certo determinismo econômico, uma vez que, a definição de “classe em si” se apoia na 'condição econômica'. Parte-se de uma cisão entre o fenômeno econômico e o político,¹²⁴ além de conceber uma transição necessária e mecânica da “classe em si” para a “classe para si” (Przeworsky, 1989). Laclau e Mouffe (1985) denotam que alguns textos marxistas tentam preencher o hiato entre aquelas classificações, idealizando a unidade entre a inserção econômica e a organização política.

Por um lado, o que aqui interessa-me é perceber o quanto “classe em si” e “classe para si” se baseiam numa ideia linear da configuração da classe trabalhadora. Deixando, portanto, opaca a complexidade de fenômenos que também interagem para esta configuração. Perante a linha de raciocínio aqui elaborada, ficam negligenciados, por aquelas definições marxistas, fenômenos culturais, questões

¹²⁴ Não pretendo aqui adentrar no debate em torno do determinismo econômico da teoria marxista, mas, deste os estudos empreendido por mim, no mestrado, tenho interpelado a forte conotação deste determinismo naquela teoria. Para maior aprofundamento França Lima, 2008; Thompson, 1987 e Wagner, 2002.

relacionadas a gênero, à raça e, em particular, à constituição das identidades.¹²⁵

Por outro lado, guiando-me pela perspectiva dos estudos de Thompson (1987) que a classe é construída no cotidiano, num processo de 'fazer-se' a si mesma, as ações, as práticas e os comportamentos adotados por ela são aqui observados como elementos que refletem e constroem a(s) posição(ões) que ela, em determinado momento da história, ocupa na sociedade. A formação social da classe trabalhadora não é linear, apresenta avanços e regressões, já que ela não é um conjunto homogêneo.

A unidade da classe operária¹²⁶, para Laclau e Mouffe (1985), é uma unidade simbólica.¹²⁷ Estes autores problematizam a universalidade que a teoria clássica atribuiu a esta classe: *“Is only waiving any privilege based on the alleged epistemological ontologically privileged position of a “universal class” that the degree of current validity of marxist categories can be seriously discussed”* (ibid., 12).¹²⁸

As formulações conceituais sobre a estrutura e formação das atuais configurações vigentes no interior da classe trabalhadora se constituíram numa temática atual, a qual suscita diferentes interpretações pelos estudiosos do assunto.

Destarte, a análise aqui elaborada parte da refutação da ideia da negação do conceito de classe social e/ou da extinção da classe trabalhadora tão amplamente defendida por autores tais como Gorz (1982) e Schaff (1993).¹²⁹ O britânico Patrick

¹²⁵ Aldeia e Estanque (2011) denotam o reducionismo operado pelo determinismo econômico marxista ao subordinar todos os problemas sociais à relação burguesia e proletariado, levando à invisibilidade das outras formas de desigualdade e injustiça social.

¹²⁶ Embora assumindo sentidos semânticos análogos no cotidiano, as expressões 'classe trabalhadora' e 'classe operária', na literatura clássica, apresentam designações distintas. A primeira tem sido utilizada para se referir ao conjunto de trabalhadores assalariados, urbanos e rurais, enquanto a segunda equivale ao proletariado, ou seja, àquele que está inserido no processo produtivo de modelo fabril.

¹²⁷ Costa (2005) partindo do estudo de Richard Hyman, leciona que não só o proletariado se revelou incapaz de libertar a classe operária da opressão capitalista, como a sua homogeneização não se concretizou.

¹²⁸ Grifos dos próprios autores.

¹²⁹ Gorz defende que diante das transformações microeletrônicas implementadas nas unidades de produção, o trabalho tende a permanecer exterior ao trabalhador, tanto quanto o seu ser-de-classe lhe é externo. Nesta mesma linha de raciocínio, Schaff advoga que as classes sociais desaparecerão, deixando espaço para a criação de um

Joyce argumenta que a noção de classe deixou de ser uma “categoria superior de explicação histórica” (*apud* Savage e Milles, 1994).

Tais ideias se pretendem ser justificadas pela ilação da superação da sociedade industrial, o que por consequência, proporcionaria a impossibilidade de explicar e compreender a sociedade atual a partir do conceito de classe. Na refutação desta justificativa, Nova leciona que

[...] a vigência do conceito de classe na sociedade industrial, não se dava por ser industrial. O significado da existência de classe e seu sentido antagônico não foram estruturados, então, pela existência da indústria, mas sim pelo modo de produção capitalista [...] e sua inerente e antagônica contradição [...] (2009:5).

Segundo Thompson (1987), o conceito de classe está implicitamente relacionado com as 'experiências partilhadas' pelas pessoas que resultam na formação de uma identidade forjada em interesses comuns. Tais experiências são determinadas, na sua maioria, pelas relações de produção. Dessa maneira, a noção de pertença a uma classe surge ligada ao papel social, ocupado pelo trabalhador, ou ao modo como ele veio a desempenhar esse papel, numa determinada organização social. O autor conclui que a única definição de classe é estabelecida pelas próprias pessoas, enquanto vivem a sua história.

O sentido do termo experiência aqui utilizado tem o mesmo entendimento dado por Thompson: “[...] resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (1981:15), uma vez que me parece apropriado por permitir a junção ou ligação do que é vivido (as trajetórias) e a representação (consciência) feita pelos sujeitos sobre o que vivem. O que enfatiza, na perspectiva aqui adotada, a importância dos espaços de reflexividade, como indiciei no item 2.4. do Capítulo I.

Numa perspectiva diferenciada e, até contrária a de Thompson, Jones (1989)

estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços.

questiona a formação identitária de classe a partir da estrutura econômica – tendo esta como o fator primordial. Segundo as próprias palavras deste autor,

[...] o termo 'classe' é uma palavra incrustada na linguagem e por isso deve ser analisada em seu contexto linguístico; e em segundo lugar, dado que há diferentes linguagens de classe, não se deve partir do pressuposto de que 'classe' como elemento básico da descrição social de caráter oficial, 'classe' com efeito do discurso teórico sobre as relações de distribuição ou produção, 'classe' como resumo de um grupo de práticas culturalmente significativas ou 'classe' como espécie de autodefinição política e ideológica compartilhando um único ponto de referência em uma realidade social anterior (1989: 7).¹³⁰

Enfatizando a linguagem como fator central para a expressão das experiências de classe, Stedman Jones discorda de Thompson ao assumir que a noção de experiência é insuficiente e incapaz à análise da formação histórica da classe trabalhadora. Aquele autor argumenta que a classe deve ser analisada como um produto discursivo, invés de uma realidade ontológica, “centrando o esforço em explicar as linguagens de classe a partir da natureza política” (1989: 8). Não é a consciência de classe que delimita e define as necessidades, as vontades e a(s) identidade(s) coletiva(s), mas “a estrutura discursiva da linguagem política” (id., 21). Dessa maneira, para Jones deve-se estudar “a produção do interesse, a identificação, a ofensa e a aspiração dentro das próprias linguagens políticas” (ibid. loc. cit.).

Influenciado pela teoria pós-moderna, Jones ao afirmar a primazia da linguagem apoia-se em termos dualistas que, por sua vez, indicam que esta se constitui independentemente da realidade social e, acima de tudo, adota um determinado período histórico – o Cartismo na Inglaterra – enquanto uma proposição universal.

Não coloco em dúvida que a(s) linguagem(ns) possa(m), por vezes, ser um fator constitutivo da realidade, mas afirmar que não exista(m) realidade(s) fora dela(s) não concordo. Gramáticas, discursos, símbolos e significados não podem ser, a meu ver, dissociados do(s) contexto(s) em que os sujeitos estão inseridos.

¹³⁰ Grifos do próprio autor.

Partindo de uma epistemologia pós-colonial, Quijano (2009) demonstra que a ideia de classe esteve, no século XVIII, interligada a priori aos estudos sobre a natureza e a posteriori, a sociedade. Ao ser transferida para o conhecimento desta, aquela ideia de botânica passa a ser social. Balizadas pelo pensamento eurocêntrico, como afirma o autor, “as classes sociais foram pensadas como categorias já dadas na 'sociedade' como acontecia com as classes de plantas na 'natureza' (ib., 97).¹³¹

Admitindo que há problemas e insuficiências na abordagem mais antiga do conceito de classe, Savage (2011) procura “defender o conceito de classe na análise histórica” (id., 7). Seguindo o raciocínio deste autor, concordo com o mesmo, no sentido que se deve tomar cuidado com a concepção estruturalista de classe de alguns autores, como a de Mancur Olson (1999).¹³²

Observando as atitudes dos trabalhadores por uma ótica da escolha racional, Olson (1999) elucida que há circunstâncias em que o indivíduo racional,¹³³ visando maximizar seus ganhos pessoais (estes podem ser de ordem econômica, cultural, etc.), prefere não agir coletivamente, deixando que outros membros do grupo arquem com o custo (emocional, organizacional, político, etc.) da obtenção do benefício coletivo, visto que ele de qualquer maneira terá acesso a este sem ter dito custo algum. O autor utiliza da expressão, em inglês, *free riding*,¹³⁴ para designar a atitude daquele indivíduo.

Outro fenômeno que Olson (1999) destaca é o da “exploração do grande pelo pequeno” que pode ocorrer devido à grande assimetria entre os membros de um

¹³¹ Grifos do próprio autor.

Segundo Quijano, a ideia de classes sociais é elaborada no pensamento eurocêntrico, entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, quando a percepção da totalidade a partir da Europa, nessa altura o 'centro' do mundo capitalista, tinha já sido definitivamente organizada como uma dualidade histórica: a *Europa* (e neste caso sobretudo a Europa Central e Inglaterra) e a *Não-Europa* (2009:99).

¹³² Focando no comportamento de indivíduo em grupo, defende a ideia que nem sempre o interesse comum dos membros de um grupo pela obtenção de um benefício coletivo é suficiente para garantir que todos contribuam para tal finalidade.

¹³³ Vale explicitar que “indivíduo racional” para Olson (1999) é aquele que procura alcançar seus objetivos por meios e/ou recursos eficientes e efetivos, implicando na utilização de formas racionais para a realização de objetivos, sejam estes egoístas ou altruístas. Ele define “benefício coletivo” como aquele benefício que adquirido por qualquer membro de um grupo, será da mesma forma adquirido por os demais membros.

¹³⁴ Em Portugal esta expressão é traduzida por boleia, enquanto no Brasil por carona.

grupo ao que tange aos níveis de interesses pelo alcance do benefício coletivo. A exploração se dá quando o “membro grande”¹³⁵ assume uma parte proporcionalmente maior do custo – pela garantia do bem coletivo – em comparação às vantagens provindas do benefício.

Segundo Savage, nesta concepção “há claros problemas em explicar os tipos de ação não instrumental que aparecem muito comumente na vida social [...] a ação coletiva baseada em classe não pode ser explicada racionalmente” (2011:10/11). O autor procurando entender de que forma as coletividades sociais são formadas, recorre à teoria de rede, uma vez que, nas palavras dele, “[a] formação de classe tem uma dinâmica dual” (id., 14): (i) ela pode ser analisada na perspectiva da criação de “redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes – locais de trabalho, vizinhanças residenciais, pontos de encontro de lazer e assim por diante” (ibid. loc.cit.) e (ii) pode ser analisada ainda na “construção de vínculos densos que permite a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal” (idid.).¹³⁶

A abordagem para formação de classe assentada na construção de redes sociais indicada por Savage corrobora a ideia oferecida por Thompson (1987) que a classe não é uma estrutura dada e pronta, mas um processo. Processo este que se constitui por práticas coletivas – promovidas pelas várias coletividades sociais da classe trabalhadora – que decorrem em movimentos econômico, político e ideológico cultural. Em suma, a classe trabalhadora é (e estar) sujeita de experimentar e/ou adotar concomitantemente diferentes comportamentos e ações coletivas no decorrer de sua formação histórica. É no percurso histórico de uma classe social e nas suas ações políticas e culturais que, segundo o autor, a análise deve se concentrar.

A formação social daquela classe não decorre de forma unívoca e diretamente

¹³⁵ Segundo Olson, o membro grande é “aquele que, mesmo que fosse por sua própria conta, proveria a maior quantidade do benefício coletivo” (1999: 47).

¹³⁶ Tal abordagem remete-nos à noção de rede oferecida por Mance enquanto relações entre as diversidades que se integra, “[...] nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam por toda a rede” (2004:4).

do lugar que ela ocupa nas relações de produção, mas na mediação feita pelas esferas política e cultural. A “divisão e [a] unidade coabitam a classe, não se excluem, e a análise da relação entre os dois aspectos deve ser sempre contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica” (Batalha *et al*, 2004:15).

A formação social da classe trabalhadora constitui num processo *continuun* de (re)elaboração do conjunto 'plural' de experiências e manifestações políticas e culturais experimentado no cotidiano da realidade de trabalho e, também, fora dela. É a partir desse registro que se configura o nexo entre identidade e cotidiano de trabalho. Este nexo propicia uma noção de identidade que implica processualidade, mudança contínua. Neste sentido, as identidades coletivas que emergem das relações de trabalho se circunscrevem num movimento constante do 'fazer e refazer-se'. Assim, a classe neste movimento vai se modulando em consonância com os espaços e tempos vividos: “[...] não existe qualquer identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida” (Mouffe, 1996:106).¹³⁷

A ideia de identidade que permeia esta investigação, em primeiro lugar, é elaborada da percepção desta categoria enquanto uma construção social (Sainsaulieu, 1988). Em segundo lugar, é abordada na pluralidade que a constitui, isto é, são identidades que se forjam em interesses comuns, uma vez que a classe trabalhadora não goza de uma homogeneidade. Concordo com Gadotti (1983), para quem, aquela é um processo histórico vinculado ao conjunto das relações que circundam a vida cotidiana. Para Castells, “a identidade é a fonte de significado e experiência de um povo” (2003:2), constituindo, como continua o autor, “fontes de significados para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização (id., 3). Logo, a 'identidade coletiva' pode ser considerada como um processo social e político contínuo de constituição de valores, representações e ações que criam e recriam formas de pertença social. O que, por sua vez, por meio da mesma dinâmica é capaz de criar novos sentidos para e da realidade social. “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por

¹³⁷ Neste mesmo raciocínio, Kirk (2004) assertiva que nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo.

numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (Melucci, 1988:342).¹³⁸

Assim, na perspectiva aqui adotada, identidades coletivas são percebidas em duas linhas analíticas: a primeira, a significação dada a uma certa realidade social e política e, a segunda, a organização da ação coletiva levada a cabo por um determinado segmento social. Por essa forma, reconheço, com Aldeia e Estanque (2011) que ao olharmos à história das sociedades, sem uma visão determinista, “há actores-protagonistas contextuais mas não grupos como que predestinados a ocupar lugares proeminentes predeterminados numa forma de organização social [...]” (id., 48).

Por se fazer necessário, esclareci, por agora, a noção de identidade coletiva. Uma vez esclarecido este ponto, sigo a discussão pertinente deste item.

Do que aqui se tem abordado e apoiado na literatura aqui mencionada, prefiro falar em coletivos de trabalhadores que conformam a classe trabalhadora.¹³⁹ Estes, longe de adotarem uma unicidade em seu constante movimento de se (re)fazerem nas experiências diárias dentro e fora do local de trabalho, têm vindo a adotar formas múltiplas de resistência, luta e ação.¹⁴⁰ As transformações por quais passam as sociedades contemporâneas têm feito com que os conflitos, antes restritos à esfera econômica, além de avançarem a outros aspectos da vida, tomem dimensões simbólicas como bem elucidada Touraine, “o conflito não está mais associado a um

¹³⁸ É acertado afirmar que a construção da identidade coletiva é uma experiência conflituosa. Pois nela estão inclusas motivações, interesses, projetos, identidades, ora divergentes ora convergentes entre si. Segundo Mouffe (1999), a formação de identidades coletivas está imbricada com a política, uma vez que esta objetiva a criação de 'nós' em um contexto de diversidade e de conflito. É nesta plataforma que a constituição de identidades coletivas liga-se ao tratamento político do trabalho, já que como sugerido na primeira parte deste estudo, este entre outras inferências, possibilita a visibilidade de grupos sociais na esfera pública e política. Tal invisibilidade implica no reconhecimento da diversidade e do conflito.

¹³⁹ Thompson (2001) mostra que é impossível falar de classe social sem considerar os múltiplos grupos que a compõe. Por sua vez, Savage (2011), de forma genérica, denota que a formação de classe pode ser mais bem entendida como a criação de classes como “coletividades sociais”.

¹⁴⁰ Para Mouffe (1996) é impossível falarmos do agente social como se estivéssemos a lidar com uma entidade unificada e homogênea. Em vez disso, teremos de abordá-lo como uma pluralidade, dependente de várias posições de sujeito através das quais se constitui em várias formações discursivas.

setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte (1989: 13).¹⁴¹

Falar em coletivos de trabalhadores se reporta à multiformidade do social e do político, no sentido em que, na atualidade, seja nos países centrais, semi periféricos e periféricos, assistimos uma constante redefinição das fronteiras políticas. É nesta redefinição que emergem 'possibilidades' para a articulação das lutas contra as diferentes formas de subordinação (de classe, de sexo, de etnia, etc.) no sistema do capital. Destarte, corroboro a afirmação de Aldeia e Estanque (2011) que, face à

actual situação de crise da esfera do trabalho e a sua perda de exclusividade enquanto factor de agregação de interesses, identidades e lutas coletivas [...], torna-se insustentável continuar a ignorar teoricamente e na praxis a centralidade de que se revestem outros eixos de identificação e luta (ib., 52).

As ações coletivas na perspectiva de Thompson (1987) são constituídas e/ou articuladas por elementos tais como, cultura popular, ação política, literatura e classe social.

Dada a atual crise estrutural por qual passa as economias centrais do sistema do capital, verifica-se exemplos variegados da multiplicidade de ações e resistência dos coletivos de trabalhadores: as lutas dos trabalhadores precários, em Portugal, somando-se aos protestos dos sindicatos, ao movimento *MayDay* (Estanque, 2011), entre tantos outros.¹⁴² Estanque ressalta que a razão desses movimentos não restringe-se apenas às “motivações materiais e a razões econômicas, mas foi em boa medida impulsionada por factores de natureza cultural e identitária” (2011:12). E isto

¹⁴¹ Segundo Melucci (1989) 'os novos movimentos sociais' são frutos da própria mudança da sociedade contemporâneas – novos modos de produção, novas formas de dominação, etc.

¹⁴² Vários têm sido os protestos, as manifestações e greves, no primeiro trimestre do ano de 2011, que demonstram o descontentamento social pela precarização das formas de trabalho que aumentam as desigualdades e o empobrecimento da classe trabalhadora portuguesa. Em 11 de fevereiro de 2011, cerca de 300 mil pessoas de todo o país, protestaram em Lisboa. Segundo o líder sindical da Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP), foi a maior manifestação jamais vista em Lisboa nos últimos 30 anos”. As manifestações têm vindo a acontecer desde então. cf. <http://visao.sapo.pt/mais-de-300-mil-em-lisboa-contr-a-desigualdade-fotos=f645961>

se aplica a onda de protestos e manifestações por todo o continente europeu: os protestos dos jovens na França, em 2010, contra as mudanças nas regras da reforma (aposentadoria); em 2011, o surgimento do movimento dos indignados na Espanha que, de forma rápida, estende-se por toda a Europa (Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Portugal, etc.), entre tantas outras ações coletivas.¹⁴³

Como elucida Standing (2011), os sujeitos, chamados de “os precários”, que fazem o movimento *MayDay*, na Europa, são caracterizados por falta de uma 'identidade profissional', por levarem uma vida insegura – dentro e fora do emprego de curta duração –, além de não possuírem um 'senso' de controle sobre as dimensões do trabalho e lazer. Dessa maneira, constituem-se coletivos de trabalhadores emergentes no seio da classe trabalhadora que, por sua vez, vêm definindo suas reivindicações (id.).¹⁴⁴

O que vêm se sucedendo, enquanto mobilizações em vários continentes, aproximam-se, a meu ver, ao que concebia Charles Tilly (1978) acerca de mobilizações ao referi-las como movimentações de pessoas sem histórico e/ou filiação partidária que se juntam e manifestam-se por objetivos comuns. O autor em causa não entendia ações coletivas apenas como movimentos políticos contrários a uma ordem estabelecida seja ela política, econômica e social. Adotando como base para seus estudos os séculos XVIII e XIX, Tilly destaca as mudanças nas formas das mobilizações políticas dos sujeitos sociais, concluindo que em cada período histórico há um “repertório de ação coletiva” diferenciado, isto é, as mobilizações existentes no século XVIII foram menos eficientes e organizadas em comparação ao século posterior.

¹⁴³ Estanque e Costa (2012) trazem uma análise contextualizada desses movimentos face às principais transformações sociais em pleno desenvolvimento na esfera do trabalho e aos desafios postos àqueles movimentos sociolaborais. A onda desses protestos também alcança os Estados Unidos, com o movimento *Ocupy Wall Street*. Na maioria desses protestos, são jovens que ocupam o espaço público e responsabilizam a atual 'financeirização da economia' que vem desmontando direitos da classe trabalhadora já conquistados nos países centrais no sistema do capital.

¹⁴⁴ Guy Standing (2011) denomina os precários de “classe perigosa”, ainda não no sentido marxista de “classe em si”, mas como uma “classe em formação”, em que grupos distintos encontram-se divididos politicamente em direções distintas.

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas podem, em princípio, empregar seus recursos ao perseguir fins comuns. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978: 151-152).¹⁴⁵

O repertório de ação coletiva consiste, desse modo, em um conjunto de 'formas' de ação. Segundo o autor em causa, os repertórios são aprendidos em processos de conflito/confronto e, estes, por sua vez, modificam os repertórios continuamente. Nesta perspectiva, o conceito tillyano de repertórios privilegia a capacidade dos sujeitos sociais em modificar as performances de repertório em conformidade à circunstâncias e aos contextos. Assim, as novas formas de mobilização e manifestação social na atualidade diferenciam-se das dos séculos XVIII e XIX.

Ricardo Antunes, em sua obra “Continente do labor”, ao destacar o empoderamento das comunidades indígenas e camponesas na Bolívia; na Venezuela, a criação dos conselhos comunais; na Argentina, o movimento dos piqueteros e a ocupação de fábricas por trabalhadores; no Brasil, as ações organizadas pelo MST, entre tantos outros movimentos, indaga se não está em ebulição “um novo desenho de poder popular construído pela base, pelos camponeses, indígenas, operários, assalariados urbanos e rurais [...]” (2011b:31). Ainda segundo o autor, esses movimentos, na América Latina, são respostas ao que ele denomina de “genocídio neoliberal” que teve lugar, desde a década de 1980, em quase todos os países deste continente.

Tem-se, no entanto, o surgimento de “novos sujeitos” que não se enquadram no conceito 'tradicional' de classe, mas são grupos marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural que, assumindo em comum um comportamento/uma

¹⁴⁵ Tilly (1995) demonstra em vários artigos publicados as mudanças que o repertório sofreu em contextos históricos, como por exemplo no século XIX que com a consolidação dos Estados Nacionais e da sociedade industrial na Europa, gerando nova forma de política, o repertório passa a ser nacional, voltado à questões ligadas à localidade e aos direitos de minorias, reformas parlamentares, etc.

atitude de oposição (Touraine, 1989),¹⁴⁶ tendem a politizar o cotidiano, na medida em que desloca para este a atuação que antes se articulava nos 'espaços convencionais' de conflito político. Reivindicações e problemas macros (etnia, gênero, democracia, inclusão, etc.) são (re)articulados à questões como trabalho, moradia, saúde, etc. (Guattari e Rolnik, 2005).

Nestas manifestações, todos os seus protagonistas estruturam-se enquanto “classe ativa”. Tal conceito foi elaborado por Bourdieu ao referir-se à classe que socialmente se manifesta na esfera pública: “[...] elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação [...]” (2007:28). Para ele, “as classes sociais não existem [...]. O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (2007:24-25).

Cada coletivo de trabalhadores, a partir de suas experiências concretas no cotidiano, elabora interpretações e leituras de suas próprias vivências concretas que consubstanciam em ações, práticas, comportamentos, escolhas, etc., resultando em novas identidades coletivas e campos de luta. Entretanto, palavreando Bourdieu (2007), dependerá de um “trabalho político” à condução das escolhas dos trabalhadores frente aos conflitos. A política implica na possibilidade de alternativas reais postas aos sujeitos políticos, ou seja, baseia-se na “matéria-prima da experiência como na consciência” (Thompson, 1987:9).

No primeiro capítulo, tratei da constelação de tipo de trabalhadores que coexistem na contemporaneidade que reforça, de certa forma, a opção feita por mim a utilizar o termo coletivo de trabalhadores. Considerando as múltiplas experiências e suas interpretações no interior destes coletivos, corroboro a afirmação de Antunes (2000) que a classe trabalhadora se complexificou, fragmentou e heterogeneizou.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Touraine lista estes grupos marginais (minorias excluídas): negros, índios, homossexuais, mulheres, jovens, hispânicos, etc).

¹⁴⁷ É a partir dessa afirmação que o autor aposta na noção ampliada de classe trabalhadora hoje, ao utilizar a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” visando “dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha” (Antunes, 2000:101). Esta expressão compreende o conjunto dos assalariados, ou seja, todos que dependem da

Nesta linha de raciocínio, concordo com Aldeia e Estanque (2011), ao denotarem que

[...] um tal sujeito colectivo só pode existir pela articulação de elementos heterogéneos em condições muito específicas e com vista a fazer face a necessidades muito particulares: nunca podemos estar a falar de um proletariado homogéneo mas, eventual e hipoteticamente, de diferentes grupos diferentemente oprimidos que se juntam numa luta emancipatória concreta (id.,47).

O tratamento político do trabalho, sugerido na primeira parte desta tese, alinha-se com esta visão de classe pluralizada (ou seja, uma classe articulada pela constelação de coletivos de trabalhadores) à medida que poderá contribuir a trazer à superfície da análise sobre a vicissitude da classe de trabalhadores o que Batalha *et al* lecionam,

[...] a distribuição desigual de recursos materiais na sociedade torna os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, 'a resposta a isso é a constituição de redes comunitárias, a formação de identidades locais, envolvendo relações familiares e de vizinhança, o desenvolvimento de inúmeras estratégias de sobrevivência' [...] (2004:14).¹⁴⁸

Estas estratégias não se limitam apenas às lutas estabelecidas no local de trabalho, se estendem à todas esferas da vida, uma vez que “o capitalismo é um sistema tanto económico como político, cultural e epistemológico, sendo a interdependência total destas dimensões que permite a sua adaptabilidade e reprodução sistémica” (Aldeia e Estanque, 2011:43).

Desta forma, aquele tratamento confere importância aos 'nódulos complexos de mediação' que articulam e co-determinam a diversidade de fenômenos políticos, económicos, sociais, culturais no cotidiano dos coletivos de trabalhadores. Aqueles nódulos propiciam a reinserção desses fenômenos enquanto práticas de regulação e

venda da sua força de trabalho para sobreviver. Contudo, a noção ainda é insuficiente para abarcar a diversidade de trabalhadores, por exemplo, aqueles que não estão inseridos na forma assalariada de trabalho.

¹⁴⁸ Grifos meus.

emancipação social – que, em certa medida, recoloca-os na esfera das escolhas e decisões, isto é, os politizam.

Portanto, as experiências de luta e organização e os seus espaços de reflexividade (leitura e interpretação) propiciam aqueles nódulos que contribuem diretamente para a formação política dos coletivos de trabalhadores.

Neste sentido, os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores têm papel primordial, primeiro, em não permitir que o conjunto de fenômenos e estratégias desenvolvido pelos mais variados coletivos de trabalhadores se inscreva exclusivamente em 'práticas corporativistas' e se reduza as quatro paredes da unidade de produção. Segundo, em inibir a 'condição de invisibilidade'¹⁴⁹ que aquele conjunto tende a obter no sistema do capital. Terceiro, proporcionar condições à agregação àqueles processos do caráter pedagógico.¹⁵⁰ E, por último, contribuir no resgate das lutas comuns dos coletivos de trabalhadores. Voltarei a tratar dos movimentos sociais e sindicatos no último capítulo.

É preciso observar as 'práticas de classe' dos coletivos de trabalhadores no seu cotidiano, tanto dentro quanto fora da unidade produtiva, uma vez que a própria morfologia do trabalho oferece a nova morfologia dos protestos, das ações daqueles coletivos (Antunes, 2000; 2005a). Aquelas são reinventadas pelos trabalhadores na concretude da realidade de vida. As experiências concretas que são a base para tais práticas. Segundo Estanque, estas experiências, independentes dos seus resultados alcançados, logram incidir nas condições das ações futuras: “[o] vivido encerra ele próprio elementos de reflexividade constituintes do envolvimento cognitivo dos atores nas lutas emancipatórias” (2005:364).

Os trabalhadores, partindo de uma leitura e interpretação de suas experiências, vão conformando 'comunidades' que não são engessadas numa determinada dinâmica de resistência e confronto. Vão encontrando formas múltiplas

¹⁴⁹ Neste aspecto, os movimentos sociais e sindicais ligados à classe trabalhadora também adotarão o tratamento político do trabalho conforme explicitado no primeiro capítulo desta tese.

¹⁵⁰ Considero o processo pedagógico um fator fundamental à construção da autonomia dos sujeitos políticos, possibilitando a sustentabilidade das ações levadas a cabo por eles mesmos.

de resistir, de dizer não, de se organizar, de negociar, de lutar, de elaborar e experimentar alternativas.

Comunidade aqui é entendida tal qual a definição dada por Estanque,

[...] é um processo sociocultural dinâmico, que transporta múltiplas lutas, discursos e dinâmicas de identificação, que oscilam entre a subordinação localizada e dependente das exigências produtivistas, e a “comunidade em movimento”, que afirma a sua originalidade e exige reconhecimento, dignidade e oportunidades de expansão perante os poderes dominantes (2005:366).¹⁵¹

No exercício do trabalho associado, em particular, nas fabricas recuperadas, o sentido de classe se reconfigura no mesmo espaço e tempo em que outras dimensões da luta emancipatória também são (re)inventadas, (re)vistas e (re)atualizadas.¹⁵²

A reconfiguração do sentido de classe no interior das múltiplas experiências de resistência, de confronto, de elaboração prática de alternativas, coloca para pesquisadores, estudiosos, críticos, movimentos sociais e sindicais a necessidade de se esquivar da visão ortodoxa de classe operária. É por tal visão que tem se deixado, ao longo da história, 'de prestar atenção' a outros movimentos e outras dinâmicas de luta, de organização, das formas de estar e ocupar o espaço público e político, promovidas pela diversidade de coletivos de trabalhadores. Estes, ao longo de sua formação histórica, não estão apenas em luta no interior das fábricas e indústrias. Também erguem barricadas em outras esferas da vida, as quais são referências para as suas práticas de classe.

É preciso fugir do risco da aplicação mecânica da teoria marxista, ou seja, da utilização desta como modelo para todas as realidades vividas pelos coletivos de trabalhadores (Oliveira, 2003). Em Aldeia e Estanque, podemos encontrar uma

¹⁵¹ Grifos do próprio autor.

¹⁵² Segundo Pinassi (2012), na América Latina, em meio a um contexto de exploração do neoliberalismo, surgem formas de luta social que contemplam o desempregado, o trabalhador precarizado e, mais do que isso, as mais específicas dívidas históricas do nosso passado colonial. Ampliando a análise para a Europa, com outros nuances, lutas que contemplam novas demandas sociais e políticas começam a tomar o espaço público. O desemprego e o empobrecimento da classe trabalhadora tem provocado comoções desde o mundo árabe e Europa, como analisa a autora.

critica ao carácter eurocentrado do marxismo, sem desprezar a possibilidade a teoria marxista enquanto “um conjunto de ferramentas teóricas e conceptuais fundamentais para compreender o mundo e, eventualmente, para procurar mudá-lo numa direcção emancipatória” (2011:36).

Para Oliveira, partir de “modelos” para analisar o movimento das classes leva à percepção da divisão da sociedade e das classes como um dado constituído, “quando a rigor elas são um 'produto' das relações antagónicas e de seus movimentos de re-produção” (2003:17).¹⁵³ Estanque alerta para a importância na atualidade que o conceito de classe “seja capaz de articular-se, por um lado, com outras formas de desigualdade e lutas identitárias que vêm emergindo na sociedade, e por outro lado, com os contextos históricos e culturais particulares em que os actores e grupos sociais participam” (2009:2). A mesma concepção vai ao encontro da necessidade de conjugar a esfera das relações de produção com outros domínios igualmente relevantes na análise das relações de classe. “[...] trata-se mais de um “crise” das formas específicas das lutas de classes, cujos processos de estruturação e acção evoluíram [sic] para novas modalidades que se misturam com fenómenos sediados fora do campo produtivo” (Estanque e Mendes, 1988:69).¹⁵⁴

Partindo dos estudos de Antunes (2005a, 2009), nos quais se defendem que o trabalho toma na atualidade nova morfologia, é importante conhecer as novas configurações das lutas sociais e o modo como elas têm vindo a redesenhar novas formas de representação dos grupos sociais no cenário político. Novos espaços de luta e organização estão sendo criados a partir das experiências vivenciadas pelos trabalhadores.

Os conteúdos, a(s) linguagem(ns) e as modalidades de ação introduzidas pelos chamados 'novos' movimentos sociais são por vezes o retomar de propostas antigas que já estiveram presentes nas mobilizações históricas dos trabalhadores. A

¹⁵³ Grifos do próprio autor.

¹⁵⁴ Em *Hegemony and Socialist Strategy*, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe defendem a necessidade de estabelecer uma cadeia de equivalências entre as várias lutas democráticas, de forma a criar uma articulação equivalente entre as exigências das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos homossexuais e outros. Vide Laclau e Mouffe, 1985.

diferença é que, hoje, assumem novos contornos devido aos meios comunicacionais e tecnológicos de que dispõem e são condicionados por lógicas do capitalismo global e da crise estrutural em que mergulhou.¹⁵⁵ No conjunto das experiências dos coletivos de trabalhadores, aqueles conteúdos, bem como as linguagens e ações são ampliados, alterados e recriados.

Como mostrarei mais adiante, partindo dos estudos de caso, os coletivos de trabalhadores nas fábricas recuperadas analisadas, cada qual a seu modo, à sua condição e experiências vividas, elaboraram suas próprias linguagens, posições e ações perante seus conflitos e dilemas concretos. Neste sentido, me aproximo da questão que permeia este capítulo: se as experiências, em particular, das fábricas recuperadas por trabalhadores afastam estes da luta de classe direta, invisibilizando o capital no conflito de classes. Como apontado anteriormente, há autores que são críticos às alternativas de produção devido as suas características efêmeras.

É possível encontrar algumas abordagens que nos permitem estabelecer a ligação entre consciência de classe ou as experiências coletivas do movimento operário e as práticas ligadas à economia solidária. Germer sublinha que iniciativas que se inscrevem, em especial, na economia solidária caracterizam a perda da consciência de classe dos trabalhadores, dando lugar às ideologias pequeno-burguesas, neutralizando “o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848” (2006:202). Numa mesma linha, Daniela Sousa considera que as experiências, em particular ligadas à economia solidária, “destina[m]-se a discutir a 'gestão do trabalho, a regulação económica', ignorando mediações fundamentais do 'modo de produção capitalista', e particularmente do seu estágio atual de desenvolvimento” (Sousa, 2008:57).¹⁵⁶

Tais perspectivas – pautadas por um “discurso sociológico, ao tentar impor um modelo de combatividade ou de solidariedade de classe, chega a negar as formas de combatividade do grupo [...] talvez porque essa combatividade não se traduza em

¹⁵⁵ Segundo Mouffe, o que caracteriza as lutas destes novos movimentos sociais é precisamente a multiplicidade de posições de sujeitos que constituem um só agente e a possibilidade de estas multiplicidade se transformar num foco de antagonismo e ser, assim, politizada (1986:25).

¹⁵⁶ Grifos da própria autora.

liderança visível, mais além do grupo” (Souza-Lobo, 2011:132), – olvidam de considerar em primeiro plano a situação de heterogeneidade em que se encontra a classe trabalhadora. Descurando, por assim dizer, a emergência de um leque vasto de experiências, ações, expressões e representações no seio desta classe que por ventura podem ser traduzidas por consciência de classe. E, conseqüentemente, ignoram, i) a socialização, pela qual passaram (e passam) os trabalhadores, das relações sociais balizadas na supremacia do capital sobre o trabalho e, toda a sua derivação nas demais esferas da vida; ii) a “difícil transição da produção capitalista para a produção cooperativa” (Santos e Rodríguez, 2002:65); iii) os coletivos de trabalhadores, em fábricas e indústrias, não experimentaram outras formas de produção e trabalho baseadas em outras racionalidades e reguladas por outros princípios, a não ser do capital *versus* trabalho; iv) o tempo (contexto) histórico das alternativas colocadas em práticas pelos trabalhadores em comparação ao tempo do capital enquanto sistema socioeconômico hegemônico; v) o capital não é retirado de uma hora para outra nestas alternativas, até porque elas se encontram em 'ensaios' e inseridas no contexto de hegemonia daquele, etc.

O(s) conteúdo(s) de classe no seio das relações vivenciadas nas experiências das fábricas recuperadas é (são) essencial (essenciais) para não incorrer no risco de negligenciar “as possibilidades de uma subjetividade coletiva que, além de alterar a própria esfera pública, também transforma o significado e a representação do território onde se localizam” (Leão *et al*, 2012). Quer isso dizer que no contexto das fábricas recuperadas, como já mencionado, as relações sociais se tecem num processo de continuidade e descontinuidade, perpassando, portanto, fatores complexos que co-determinam, articulam e conflituam dinâmicas e aspectos de variegadas nuances e conduzindo a conformação de novas identidades coletivas em movimentos concomitantes nas sociedades contemporâneas.¹⁵⁷

Dentre o conjunto desses fatores, um que este estudo pretende abordar, em

¹⁵⁷ Destaco que estas novas identidades não se enquadram nas características dualistas marxistas, “classe em si” e “classe para si”. A configuração dessas novas identidades podem ser traduzidas em “um constante 'está sendo', embora se representa com aparência de 'ser” (Segabinazzi, 2007:3).

algumas considerações, se refere às 'características e posições periféricas' dos contextos socioeconômicos em que aquelas fábricas – e demais práticas alternativas de produção – se desenvolvem.

Os países periféricos do sistema do capital têm permitido a interpretação do carácter heterogêneo e complexo da classe trabalhadora, visto que são palcos da constante emergência de identidades populares e coletivas que não se recortam apenas em termos da divisão de classe. Mas, articulam as lutas contra diferentes formas de subordinação.¹⁵⁸

1.1.1. Projeto Político e identidade coletiva no campo do trabalho associado

Ideologicamente, as fábricas recuperadas, em contextos socioeconômicos como Brasil e Portugal, se relacionam à formulação de projetos políticos. Nos quais, em certa medida, prenunciam 'promessas emancipatórias' que, para se tornarem concretas, dependem de fenômenos relacionados ao conjunto de experiências dos sujeitos envolvidos, ao território/comunidade em que se encontram, à trajetória política e econômica regional e/ou nacional, à mediação das entidades e organizações de classe, entre outros.

Partindo dos estudos de casos analisados no próximo capítulo, aquelas promessas emancipatórias se prendem, para as suas concretudes nos contextos em que estão inscritas, aos processos que a geram e ao deslocamento da percepção essencialista sobre os sujeitos implicados. É fundamental não reduzir as dimensões da vida destes às suas condições de classe. Dessa maneira, é possível a “identificação dos múltiplos lugares de opressão e suas possíveis interligações. Dir-se-á que a

¹⁵⁸ Segundo Aldeia e Estanque, chegados ao início do século XXI, constatamos que a união global dos trabalhadores (i) nunca se verificou e, (ii) a verificar-se, não equivaleria a união de todos os oprimidos. Por um lado, a divisão entre Norte e Sul continua a ser um dos principais obstáculos à formação de algo que se assemelhe à *consciência de classe marxiana*, em parte, porque impede a homogeneização das condições de vida dos trabalhadores [...] Por outro lado, mesmo que a premissa anterior não se verificasse, continuariam de fora os oprimidos que se identificam enquanto tais através de outro eixo que não o da exploração derivada da relação capital/trabalho assalariado (2011:51).

própria identificação de tais situações constitui em si mesma um primeiro passo para uma orientação emancipatória da ação [...]” (Estanque, 2005:360).

Projeto político implica, entre outros, resposta(s) à duas questões básicas: quem somos e para onde vamos. Provém, portanto, da visão ideológica de uma situação, condição e, também, das posturas e atitudes tomadas perante às realidades encontradas. Para Freire (1987), os trabalhadores veem-se em “situações-limite” (barreiras ou obstáculos) que os levam à negação e/ou superação da realidade vivida, podendo ser interpretadas como pontos de emergência de possibilidades. Neste sentido, o autor elucida que os trabalhadores podem ao perceberem-nas como obstáculos: (i) trata-las como algo que não conseguem ultrapassar ou não querem superar, ou (ii) que precisam superar e organizam-se para tal finalidade. Logo, só as percebendo de forma crítica, ou seja, como problemas/conflitos, os trabalhadores sentem-se desafiados a encontrar formas e/ou ações coletivas face a elas.¹⁵⁹

Desta forma, o projeto político toma duas dimensões: local e nacional. A primeira, se refere à adoção de princípios (que balizam o comportamento dos sujeitos sociais no cumprimento de uma determinada missão) nas micro relações cotidianas. A segunda, se traduz na constituição de movimentos sociais (que também adotam àqueles princípios), tal como o da economia solidária no Brasil que congrega várias experiências e práticas socioeconômicas locais. Estas dimensões conduzem, portanto, à elaboração daquele projeto e à articulação entre o local e o global. Esta não se limita apenas aos impactos da reestruturação produtiva e do ordenamento do mercado na esfera do local. Mas, também, em assinalar: a) a distinção entre o que, de fato, tem vindo a ser globalizado, visto que nem tudo se globalizou,¹⁶⁰ e b) as formas como as políticas neoliberais, à medida que propiciam ações de consentimento, também suscitam ações de resistência e rejeição, estas traduzidas em práticas

¹⁵⁹ Freire (1987) chama de “atos-limite” as ações necessárias à superação das “situações-limite”. Por meio daqueles se ultrapassa a fronteira entre “o ser e o ser mais”, ampliando a liberdade dos trabalhadores (oprimidos, nas palavras do autor) e descobrindo o “inédito viável”. Este refere-se a algo inédito, que o sonho utópico sabe que existe, mas que só será possível a partir da práxis libertadora, quando a partir da reflexão-ação se rompem aquelas situações que limitam os trabalhadores a “ser menos”.

¹⁶⁰ Para um maior aprofundamento sobre os processos de globalização vide: Santos, 2003 e Santos, 2001.

solidárias, coletivas e contraditórias (Teixeira, 2001).

Como já visto, a novidade do trabalho associado, sublinhada por alguns estudiosos, centra-se na dimensão política, ou seja, na escolha e/ou opção dos trabalhadores em adotar a organização 'autogestionária' na gestão da fábrica. Perpassando, pelo que pressuponho, a criação de um projeto político que, ao seu contorno, emerge uma 'comunidade política de trabalho'. Aqui, o entendimento acerca desta comunidade, prende-se à construção de um "nós", numa perspectiva moufferiana, num contexto de diversidade e conflito, e também na conformação de ação coletiva.¹⁶¹

Aquele projeto está numa relação de interdependência com a construção das identidades coletivas. O que me leva a perceber que, no interior das fábricas recuperadas, aquelas se forjam numa circularidade do passado (herança cultural, social e histórica) e do presente (exigências e desafios de novas condutas, atitudes e novos comportamentos).

Esta circularidade do passado e presente tem como pano de fundo a relação conflituosa do instituído e instituinte. O instituído se refere ao que está posto e estabelecido, que usufrui de um certo consenso. No tocante às fábricas recuperadas, aquele se remete às relações de trabalho balizadas na heterogestão. O instituinte é o que está em 'gestação', o que se encontra em formulação e/ou em transição. Constitui-se, por assim dizer, numa potencialidade de criação de novas experiências. Pode ser aqui traduzido por o trabalho associado.¹⁶²

Deste modo, o projeto político é diversamente compartilhado no interior das experiências do trabalho associado, seja pelos trabalhadores, seja pelas entidades de apoio e/ou mediadoras, seja pelas entidades de classe (sindicatos e outros). Os estudos de casos mais à frente analisados demonstram bem este aspecto. Entre o próprio coletivo de trabalhadores podem ser formulados entendimentos e interpretações diversos sobre uma determinada experiência/ação e os rumos a serem tomados. O projeto político pode ser entendido e assumido de formas diferenciadas

¹⁶¹ Ver Mouffe, 1992.

¹⁶² O instituinte está em tensão com o instituído, pois além de questioná-lo, pretende também torna-se instituído.

pelos sujeitos envolvidos no mesmo processo social.

A adoção por parte de um coletivo de trabalhadores de um projeto político acarreta continuidade e ruptura com socializações anteriores. Aqui se coloca um desafio: o envolvimento conjunto na articulação de leituras e visões de mundo e de uma ação coletiva. Ou seja, mobilizar as diferenças não em torno de um consenso racional, mas colocá-las no cenário da conflitualidade em sentido que substancie a pluralidade (Mouffe, 1999).¹⁶³

Nas experiências dos trabalhadores em fábricas recuperadas, a construção de identidades coletivas, balizada por um projeto político diversamente partilhado, impele a escolha de que lado os sujeitos se situam, na definição de alianças, de estratégias e táticas de luta. Logo, não se é eliminada as contradições de classe, ao contrário, é agregada a elas novos conteúdos, símbolos e novas representações.

No contexto do trabalho associado, a constituição de identidades coletivas, por meio ou não de um projeto político, encontra-se em confluência de três dimensões: a dimensão do espaço (as estruturas sociais em que os trabalhadores estão inseridos e, nas quais eles tomam posições)¹⁶⁴; a dimensão do tempo (a maneira pela qual os trabalhadores orientam suas condutas – como eles vão estabelecendo novos parâmetros/valores para os seus modos de ser e estar no mundo) e a dimensão da formação (o modo pelo qual os trabalhadores apreendem o trabalho e/ou as suas atividades profissionais).

Considerando o que foi explicitado no item anterior, para compreender as identidades e os sentidos de classe imbuídos nas relações sociais nas fábricas recuperadas é preciso: a) escapar da subestimação feita por estudos que idealizam a classe trabalhadora – em particular a classe operária – que, levam a negligência da “variabilidade de referências e comportamentos sociais” (Batalha *et al*, 2004:13) e, b) tomar o esmero para não cair na armadilha de considerar a construção identitária

¹⁶³ Aqui baseio-me em Mouffe (1999), ao que ela certifica sobre o desenvolvimento de uma política democrática, não se pode eliminar as paixões para que se alcance um consenso racional, mas estas têm que ser mobilizadas segundo dispositivos agonísticos que favoreçam o respeito ao pluralismo.

¹⁶⁴ Aqui é fundamental ter em consideração que as posições tomadas pelo sujeito coletivo são múltiplas, conforme assertiva Mouffe (1986:25).

de classe apartada de outros aspectos da vida dos trabalhadores.

Em suma, os coletivos de trabalhadores vão, à medida que vivenciam e partilham experiências comuns (e até mesmo herdadas) forjando e pondo em movimento dinâmicas identitárias, educativas, comunitárias e políticas. Estas dinâmicas além de apresentarem possibilidades de alterações na função do econômico no cotidiano laboral, colocam em evidência a pluralidade em que a classe trabalhadora se manifesta na contemporaneidade, adotando novas formas de lutas e/ou ações coletivas.

1.2. Classe e capitalismo na 'periferia' do mundo

O capitalismo não se constitui (e/ou constituiu) da mesma forma em todos os continentes e países. Moldou-se (e/ou se molda) em consonância às peculiaridades territoriais, históricas, culturais e, principalmente, à divisão internacional do trabalho.

Antunes, em sua obra “O continente do labor”, demonstra de forma clara que, enquanto os países do continente europeu vivenciaram processos longos de transição de modos de produção – passando da produção artesanal para a manufatura até a industrial –, na América Latina, esta transição se deu de forma efêmera (2011b). E, segundo o autor, nos países latino-americanos, como o Brasil, por exemplo, por tal processo transitório efêmero, tem-se particularidades na constituição da classe trabalhadora neste contexto.

Numa Mesa-redonda de um evento científico ocorrido no Brasil, uma comunicação do professor Armando Boito Júnior, me chamou atenção ao afirmar “o continente europeu como o portador da 'revolução’”. Sendo bem categórico, o professor assegura que exclusivamente a classe trabalhadora europeia, na atualidade, tem o poder revolucionário.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Aqui refiro-me ao III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, realizado entre os dias 24 a 26 de Setembro de 2008, em Londrina, Paraná. A mesa-redonda ocorreu no segundo dia do evento, tendo como título: Classes sociais e transformações no mundo do trabalho. Nesta os expositores foram os professores Armando Boito Júnior (Unicamp), Nicolás Iñigo Carrera (PIMSA/Argentina) e Ruy Braga (USP).

Tal afirmação, a meu ver, desconsidera as experiências e a multiformidade dos coletivos de trabalhadores localizados em outros territórios, com outras bases culturais e sociopolíticas. Além de descuidar da multiplicidade de relações de exploração, subordinação e marginalização. Seguindo a crítica de Aldeia e Estanque (2011) sobre o carácter eurocêntrico do marxismo, aquela afirmação assenta-se numa “redução do Real”. Centra-se, portanto, na concepção do “sujeito histórico” “como modo de ancorar a metanarrativa marxista clássica num sujeito epistemológico, moral e social específico que, pela sua centralidade, obscurece grande parte da história dos oprimidos do mundo” (ib., 47).

Como expressei no primeiro capítulo, o modelo de trabalho fabril tornou, ao longo do tempo, estruturante da sociedade. Assim, segundo a teoria marxista clássica, o proletariado além de ser considerado a parcela mais avançada e organizada da classe operária, teve a si atribuído o papel histórico 'do sujeito revolucionário fundamental', capaz de emancipar toda a humanidade. Os autores acima citados argumentam que a homogeneidade do proletariado foi produzida por Marx, a partir da qual, formulou o conceito de 'sujeito histórico'. “O *sujeito histórico* marxista é, essencialmente, um salto de fé e não o resultado de uma análise cuidada do processo histórico do sistema mundo colonial/moderno e capitalista” (ibid.loc.cit.).¹⁶⁶

Mas, para os trabalhadores de países que não possuem longa tradição fabril, em que não se constituíram uma grande classe operária, o que cabem a eles no processo 'revolucionário'? Um dos caminhos à resposta desta questão é apontado por Aldeia e Estanque (2011), mediante à inexistência de um sujeito histórico sobre o qual assente a 'responsabilidade revolucionária', logo, a emancipação não é algo determinado e/ou predefinido *a priori*. “Se rejeitamos a noção de *revolução dirigida pelo sujeito histórico*, temos de *aceitar obrigatoriamente a possibilidade de modificações substantivas que sejam orientadas por cânones alternativos ao marxista clássico*” (ib., 48).¹⁶⁷

Um outro caminho para descobrir as possíveis respostas àquela questão, é

¹⁶⁶ Grifos dos próprios autores.

¹⁶⁷ Grifos dos próprios autores.

pensar no capitalismo como uma das formas do sistema do capital (Mészáros, 2002). O que permite a ideia de que aquele está longe de ser singular, mas sim, plural. Ou seja, não seguiu uma mesma trajetória em todos os lugares. Existem vários capitalismos.

A Teoria da Dependência que surgiu no quadro histórico da América Latina dos anos 1960, se propôs a compreender e explicar a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia.¹⁶⁸ A contribuição desta teoria está na formulação do pensamento sobre o subdesenvolvimento que, segundo ela, se relaciona à condição de dependência dos países latino-americanos (periféricos) em relação aos países 'desenvolvidos' (centrais). Prado Júnior (1989) parte de uma crítica à abordagem determinista do desenvolvimento – a qual o desenvolvimento econômico tem trajetória única e universal – sem levar em conta as especificidades dos processos de constituição de diferentes países e regiões.

A Teoria da Dependência sofreu grandes influências dos preceitos teóricos formulados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).¹⁶⁹ Esta procura explicar a natureza do processo de industrialização, indicando além dos empecilhos enfrentados pelas economias dos países dependentes, alternativas de superação desses problemas.

No Brasil, por causa do sistema colonial, o capitalismo se organiza adotando fatores específicos, diferentes dos de outros países. O capitalismo brasileiro é um capitalismo dependente. Para Prado Júnior (1998), este se constituiu no país pela ausência de um Estado Nacional. Sem este, o país esteve desde a sua formação sob o controle dos países centrais. Segundo Kauppi e Viotti (1999), esta situação de

¹⁶⁸ Esta teoria surgiu como contraponto à chamada Teoria do Desenvolvimento que se estruturava a partir da superação do domínio colonial, buscando explicar as desigualdades causadas pelas relações econômicas internacionais. Centrava-se no entendimento do desenvolvimento enquanto um processo evolutivo contínuo. Para maior aprofundamento vide Santos, 2000; Cardoso e Falleto, 1981 e Marini, 2000.

¹⁶⁹ A CEPAL foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, sendo uma das cinco comissões econômicas regionais da ONU. Grandes pensadores brasileiros tiveram papéis centrais na elaboração do arcabouço teórico fundado pela CEPAL, foram eles: André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Falleto, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Celso Furtado, entre outros. Estes contribuíram para um pensamento autóctone da América Latina sobre sua própria realidade.

dependência caracteriza-se pelo condicionamento da economia do Brasil ao desenvolvimento e à expansão destes países. Colocando, dessa forma, aquele numa “posição desfavorável enquanto explorados pelos países dominantes” (id., 349).

O fim do sistema político colonial não significa o fim do colonialismo nas esferas do social, cultural e econômico.¹⁷⁰ O legado da colonização pode ser representado pela gestação de uma nação com a ausência de 'nexos morais' na relação de classes. Isto é, a luta de classe se dar de forma fria e crua. Ainda hoje, as lutas sociais e políticas reivindicam direitos sociais básicos, como acesso à saúde, educação, moradia, etc. Direitos estes já 'conquistados' nos países europeus.¹⁷¹

As lutas de vários coletivos de trabalhadores brasileiros ainda perpassam por direitos básicos e por alteração de situações que trazem resquícios da escravidão. As regiões Norte e Nordeste do país apresentam condições desumanas de trabalho, reportando às condições laborais no sistema colonial. Um dos exemplos, é o cultivo da cana-de-açúcar na atualidade, as quais seguem regidas por um penoso ciclo de trabalho rígido, desde a plantação aos cuidados com a lavoura e ao corte da cana.¹⁷²

Como veremos mais adiante, apesar da instalação de fábricas e empresas nestas duas regiões, a chamada empregabilidade trazida assenta-se na precariedade e terceirização do trabalho.

No Brasil, como em toda a América Latina, o capitalismo logrou se desenvolver combinando e articulando várias formas de reprodução e produção do capital. O sistema colonial foi uma destas.¹⁷³ Neste se constitui uma sociedade com

¹⁷⁰ Estudiosos do colonialismo (Dussel, 2005; Mignolo, 2005 e Quijano, 2005) defendem a descolonização do pensamento que ainda existe na América Latina. Eles afirmam que com o fim do colonialismo, enquanto sistema social, perduraram o colonialismo do poder e do saber, das subjetividades, entre outras.

¹⁷¹ No Brasil, ao contrário dos países europeus, a aquisição de certos direitos sociais pelos trabalhadores foi o fio condutor para a obtenção de direitos políticos e civis elementares (França Lima, 2008).

¹⁷² A obra “O continente do labor”, de Ricardo Antunes, aborda numa linha histórica, a égide do trabalho por qual formou o continente latino-americano, explicando, além da exploração tão marcante nesta formação, a caracterização da superexploração tão marcante na constituição do mercado de trabalho.

¹⁷³ Para Marini (2000), a criação da grande indústria moderna teria sido fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido a se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas que permita a especialização, por parte da

uma extrema desigualdade social – eminentemente dual: a coexistência de uma pequena parcela da população que usufrui de padrões de bem-estar equiparáveis aos dos países centrais, e de uma grande maioria da população que sobrevive abaixo de padrões sociais mínimos toleráveis (Barros *et al*, 2000).

São inúmeros os efeitos do sistema colonial na formação e no desenvolvimento (ainda hoje verificados) na sociedade brasileira. Aqui, por escapar ao escopo dessa tese, não detenho no leque daqueles efeitos, mas toco no que tange, em linhas gerais, às consequências daquele sistema nos aspectos da economia e política.

No Brasil, ao contrário dos países europeus, a aquisição de certos direitos sociais pelos trabalhadores é o fio condutor para a obtenção de direitos políticos e civis elementares. Carvalho (1995) corrobora esta argumentação, ao defender a tese de que, neste país, a obtenção de direitos sociais, a partir de 1930, decorre sem que os direitos civis e políticos tenham sido consolidados como conquistas da sociedade.

Os índices de desigualdade no país reforçam o estabelecimento de um padrão bastante heterogêneo de ocupações e de remunerações no seio da classe trabalhadora.¹⁷⁴ Ademais, também se refletem na inoperância das políticas públicas redistributivas que assumem, cada vez mais, caráter assistencialista e compensatório, conduzidas tanto pelo Estado quanto pelos organismos internacionais. Com este cenário, os trabalhadores são conduzidos a um processo de reprodução social implicitamente ancorado no individualismo das soluções de sobrevivência.¹⁷⁵

Há, como consequência do sistema colonial, entre outros, uma asfixia do espaço para o trabalho livre – poucos são aqueles que logram se inserir nos setores dinâmicos da economia em gestação – e uma restrição de grupos sociais a estes setores econômicos. Como já mencionado no primeiro capítulo, nos países

sociedade, na atividade especificamente industrial.

¹⁷⁴ Segundo Comin & Guimarães (2000), a sintonia dos fenômenos característicos da realidade brasileira de trabalho com as tendências mundiais da economia tendem a ampliar os padrões já críticos da pobreza e desigualdade.

¹⁷⁵ Na atualidade, apesar da adoção da economia solidária como política pública pelo Estado brasileiro, há o fomento/incentivo em alternativas individuais, tais como o empreendedorismo pessoal, a busca pelo 'autoemprego'.

periféricos se conforma um circuito inferiorizado da economia, nos quais formas não convencionais do capitalismo se articulam (Santos, 1979). Uma outra característica marcante neste circuito se trata do aspecto da instabilidade das atividades nele exercidas.

Diante dessa instabilidade das atividades econômicas restringidas aos coletivos de trabalhadores 'marginalizados', restava-os (e ainda resta-os) a elaboração de formas 'outras' de reprodução e produção da vida material. Para a socióloga brasileira Maria Orlanda Pinassi, a classe trabalhadora da América Latina tem saber lidar com uma “instabilidade econômica e política constante”, ao mesmo passo que “a precarização do trabalho nunca foi novidade” (2012:19).

Mas, segundo Ricardo Antunes (2011b), mesmo sob tal contexto, os povos latino-americanos souberam (e sabem) esboçar novas formas de ação e de luta sociopolíticas: o avanço na luta contra a exploração por parte dos povos indígenas, na Bolívia; a organização de comunidades em conselhos comunais, na Venezuela; os desempregados que, na crise de 2001, na Argentina, ocuparam e recuperaram fábricas, etc.

Nos estudos do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, a formação da sociedade brasileira é atribuída a um processo histórico baseado no escambo¹⁷⁶ e na escravidão, no colonialismo e imperialismo, na industrialização e urbanização, por meio dos quais se forma uma sociedade de classes. Mas, esta história, como leciona Fernandes, também é moldada por lutas sociais de elevada importância que vão desde as revoltas das comunidades indígenas contra os colonizadores, passando pelas lutas forjadas pelos escravos, e chegando às lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, no século XX, pela conquista de direitos sociais e pela transformação das estruturas sociais e econômicas vigentes (Fernandes, 1949; 1979).

No caso brasileiro, mesmo circunscritos ao sistema do capital, viesados por resquícios do colonialismo, coletivos de trabalhadores, por meio de alternativas de produção e reprodução da vida material, logram ocupar uma posição de sujeitos

¹⁷⁶ Na história brasileira, o escambo teve um papel importante na exploração dos indígenas pelos colonizadores, por meio da troca de objetos de pouco valor para estes, mas de grande significância para os índios.

ativos no cenário público e político. Propiciam possibilidades e potencialidades em que a noção e a prática laborais passam a estar submetidas a um processo mais amplo da subjetividade da vida humana.

Constitui-se, dessa maneira, uma diversidade econômica na geografia brasileira, conformada por variados coletivos de trabalhadores que, em sua grande maioria, estiveram sempre à margem do modelo dinâmico da economia nacional. Tendo que encontrar formas diversas para (re)produzirem-se.

Portugal, por sua vez, também apresenta uma heterogeneidade na formação do capitalismo. Apesar de ter sido um país colonizador, apresenta características de 'semiperiferia'. Boaventura de Sousa Santos denota que “Portugal é talvez o exemplo mais elucidativo de uma complexa combinação de características sociais paradigmaticamente opostas [...]” (1993:19). Ainda segundo o autor, “[...] a partir do século XVIII, Portugal funcionou como correia de transmissão no sistema mundo, actuando como centro para as suas colônias e como periferia para a Inglaterra” (ibid., 23).

Pires (1990) destaca que a polarização centro/periferia foi criticada por não dar conta às diversas “situações irreduzíveis” a ela. A categoria semiperiferia resulta da crítica “enquanto forma de lidar com a análise de sociedades identificadas como ocupando posições “intermédias” no espaço delimitado pelas situações polares referenciáveis ao centro e à periferia” (ibid., 83).¹⁷⁷

O sistema colonial tem uma grande influência na constituição histórica das condições internas na posição intermediária de Portugal. Aquele proporciona a este, a acumulação de riqueza, ou seja, de dinheiro, mas não de capital produtivo, pois pouco se produzia internamente. Grandes volumes de 'coisas/mercadorias' chegava-lhe das colônias. Voltado totalmente às colônias, o país não acompanha o desenvolvimento evolutivo econômico e técnico experimentado por outros países europeus.

Fortuna (1993) demonstra o quanto aquele sistema contribui à condição

¹⁷⁷ Segundo Santos (1985), o conceito de semiperiferia, criado por Immanuel Wallerstein, é um conceito vago na medida em que são múltiplos e dificilmente quantificáveis os critérios de que decorre a atribuição da posição semiperiférica.

semiperiférica de Portugal.¹⁷⁸ Ao analisar o artefato do algodão, na relação colonial deste com Moçambique, o autor indicia que o algodão “serviu para que Portugal consolidasse uma condição semiperiférica precária” (idem, 59).

Percorrendo a historicidade da sociedade portuguesa (Mattoso, 1993; 1985), se observa características distintas na formação desta sociedade em comparação à outras sociedades europeias. Isto também é verificado nas formas de trabalho. Desde a antiguidade, passando pela Idade Média e pelo período mercantilista, nos primórdios do capitalismo, os portugueses já estão familiarizados com diversas formas de trabalho que em nada assemelham às dos povos colonizados. Segundo os estudos de Azevedo (1973), já em 1253, havia a prática assalariada de trabalho: os trabalhadores agrícolas já recebiam salários, sobre os quais o rei Afonso III impôs um tributo.

Contudo, embora Portugal tivesse alcançado grandes lucros com o comércio marítimo colonial – ao contrário do que sucedeu em outras nações europeias – estes não são investidos de forma a desenvolver a agricultura e a indústria manufatureira, fomentando o desenvolvimento do país. Cabral defende que, a grosso modo, aquele comércio limita a economia portuguesa para “os territórios descobertos e os mercados da Europa do Norte” (1976:107), ocasionando o fechamento da economia camponesa em si mesma.

Dessa maneira, conforma um mercado interno de pequenas dimensões baseado numa economia agrária 'atrasada' em vista da dos países 'mais desenvolvidos' da Europa. Tal situação, entre outras, leva a Portugal a uma industrialização tardia em comparação a outros países da Europa (Castro, 1978).¹⁷⁹ Medeiros (1994) chama de “industrialização sem modernização” ao se referir à dualidade em que a industrialização se reveste em Portugal, em padrões de difusão

¹⁷⁸ Ver também Santos, 2006:211-255.

¹⁷⁹ Verifica-se dois ciclos de crescimento industrial em Portugal, cingindo no processo da industrialização tardia. O primeiro, compreendeu o período de 1873 a 1886 – surgiu como reação a uma procura interna crescente e progressiva do resultado do rendimento gerado pela expansão das exportações de produtos primários. O segundo, decorreu desde 1891 à primeira guerra mundial – fruto da capacidade assim criada e foi alimentado por um processo de substituição de importações. Para maior aprofundamento vide Reis, 1987.

industrial diferenciais no território nacional.¹⁸⁰

Para historiadores portugueses, como Jaime Reis, um dos fatores que também influencia no processo industrial lento, atrasado e débil, é a dimensão pequena do mercado interno português (1984). Seguindo a historicidade portuguesa, se tem nestas condições a formação de um operariado débil e heterogêneo ao lado de comunidades com uma tradição rural marcante.¹⁸¹ Santos demonstra a heterogeneidade da classe de trabalhadores portugueses de então:

Por um lado, um sector de proletariado urbano, com um certo grau de sindicalização e universos culturais proletários, a trabalhar nos serviços e nas indústrias nacionalizadas ou de capital estrangeiro. Do outro lado, a grande maioria da classe operária, a trabalhar em pequenas empresas privadas fora dos grandes centros urbanos ou em zonas rurais, pluriactiva, detentora de pequenas explorações agrícolas, com universos culturais pequeno-burgueses ou camponeses e com um rendimento familiar proveniente de várias fontes (1993:34).

Neste registro, é possível averiguar a existência de subsistemas de emprego e trabalho, além de uma discrepância em alguns índices do desenvolvimento econômico: “o padrão de produção capitalista encontra-se menos desenvolvido do que o padrão de consumo” (Santos, 1993:41-42). Tal situação contribui para a formação de uma sociedade particular, concomitantemente com características de países periféricos e centrais. A sociedade portuguesa, tal qual a brasileira, mas com outras nuances, também se constitui numa heterogeneidade.

No campo da economia, se pode notar a complementariedade entre formas de produção material da vida. “[...] o peso dos rendimentos não capitalistas na reprodução social dos trabalhadores portugueses e a complementariedade específica entre agricultura e indústria” (ibid., 42). A região Norte de Portugal é um exemplo

¹⁸⁰ Segundo o autor a industrialização tardia em Portugal foi marcada por dois ciclos de crescimento industrial em que aquela se cinde: o primeiro ciclo compreendeu o regime de acumulação industrial condicionado pela economia de renda colonial que prevaleceu até princípios dos anos 70; o segundo ciclo caracteriza-se pelo regime de acumulação extensiva caracterizado por um processo denominado de industrialização por especialização de produto e substituição de exportações.

¹⁸¹ Para maior aprofundamento vide Quintas (1998) e Mónica (1986).

desta complementariedade que, segundo Mendes e Estanque (1988) e Cabral (1998; 1999), se deu de forma complexa.

O desenvolvimento agrícola no Norte, no entanto, foi acompanhado por diversas atividades ligadas ao que alguns autores chamam de proto indústrias. Estas constituem num sistema de produção em que o trabalhador rural é utilizado para a produção de bens manufaturados. Às famílias camponesas eram entregues matérias-primas, em suas próprias residências produziam as manufaturas que eram entregues aos empresários que lhes pagavam por cada peça feita. Dessa forma, a proto indústria era uma atividade complementar à economia muitas vezes insuficiente do trabalho na agricultura. Porém, soma-se o estabelecimento de relações de solidariedade inter-geracionais tão peculiares de comunidades com traços rurais, como a da região Norte. Santos relaciona, também, a existência dessas relações ao baixo grau de intervenção estatal em Portugal na esfera do bem-estar.

In Portugal, due to a long lasting tradition of the small holding agriculture and the prevalence of rural or small-town working families residence, the forms of the welfare society are dominated by patterns of sociability, class habituses, cognitive map and symbolic universes that are usually attributes of rural life (1999: 17).¹⁸²

Uma das questões que aqui se coloca refere-se à articulação e/ou integração entre os espaços 'sociais' urbano e rural no processo de formação da constelação de trabalhadores e de suas práticas de classe. Os novos arranjos espaciais se expressam de maneiras e formas distintas no que tange aos aspectos social, cultural, político e econômico.¹⁸³ Dessa forma, o urbano (indústria) e o rural (agricultura) interagem, apresentando-se como fator que atua, em conjunto com outros fatores, no desdobramento das práticas e processos socioeconômicos da classe trabalhadora.

No continente europeu, emergiram alternativas de reprodução social, tanto no

¹⁸² Santos (1999) designa estes tipos de relações como sociedade-providência, por aquelas serem alimentadas por redes de relação de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreatada baseadas em laços parentescos e de vizinhança.

¹⁸³ Para um aprofundamento sobre o território enquanto mediação na constituições de relações socioeconômicas no caso do Brasil, ver Santos (1994, 1996a); no caso de Portugal, ver Reis (2005, 2004).

espaço rural quanto no urbano, devido aos próprios limites do padrão produtivista adotado na expansão industrial nas cidades. Tem-se, por conseguinte, a interação entre modernização agrícola e tradições culturais, o que José Reis (2001) identifica nos processos de transformação por qual tem vindo a passar a sociedade portuguesa: uma maior urbanização, um maior cosmopolitismo dos comportamentos, uma intensificação na relação com o mercado de trabalho e uma maior territorialização das práticas cotidianas.

Segundo Estanque, no seio desta sociedade, embasada por uma “complexidade de lógicas e dinâmicas ambivalentes” (2005:7), verifica-se dupla pertença de classe e de situações contraditórias de classe.

Durante o desenvolvimento da pesquisa empírica, pude averiguar o peso do trabalho no campo (a ruralidade) ainda tão presente na região Norte do país. Segundo uma entrevista a uma diretora de um Centro de Emprego na subregião Minho-Lima, ela afirma que “a agricultura é quem amortece as crises da indústria”.¹⁸⁴ O setor agrícola é um traço marcante, no caso português, na estrutura de classes (Estanque & Mendes, 1988).

Acerca da presença da pequena agricultura no país, Santos analisa a ambiguidade dela no setor da economia portuguesa, “[p]or um lado, tem funcionado como um importante mecanismo de compensação em períodos de crise, mas, por outro, tem aliviado a pressão sobre os salários, contribuindo, assim, para a degradação da especialização industrial” (1993:43). A ideia de ambiguidade também é observada na sociedade brasileira por Milton Santos: “[s]implesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e “cidades”. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades, as regiões urbanas contêm atividades rurais” (1996b: 65).¹⁸⁵

Estas considerações sobre a formação do capitalismo brasileiro e português são importantes para o entendimento do caráter da diferença entre as estruturas sociais e econômicas no sistema do capital, coadunadas às especificidades de cada contexto cultural e político. O fato do sistema colonial ter se prolongado até o fim do

¹⁸⁴ A entrevista foi realizada em 10 de outubro de 2010.

¹⁸⁵ Grifos do próprio autor.

século XIX trata-se de um fator condicionante essencial às configurações plurais das identidades emergentes no seio da classe trabalhadora daqueles dois países.

Santos sustenta que “a relação colonial protagonizada por Portugal impregnou de modo muito particular e intenso as configurações de poder social, político e cultural, não só nas colónias como no seio da própria sociedade portuguesa” (2006:212).

Tais elementos históricos me leva a compreender a distancia entre norma, princípio e realidade,¹⁸⁶ e, principalmente, a interferência das características periférica e semiperiférica dos países a) no exercício prático/concreto das várias formas de trabalho e produção coexistentes nestes contextos e, b) na construção identitária dos coletivos de trabalhadores inseridos nestas realidades.

Nas entrelinhas do que aqui expus acerca da constituição do capitalismo nestes dois países, apesar das origens distintas de suas econômicas e formas sociais, fica demarcado o quanto eles estão subjugados à uma realidade de “novas dinâmicas laborais que se vêm expandindo à escala global” (Estanque, 2011:4).

Algo importante a ser levado em conta neste estudo, é o fato de, apesar desse histórico da formação econômica de Portugal, alcançou-se neste país, a constituição de um Estado social e um “contrato social” que consolidou um conjunto de medidas e direitos à classe trabalhadora (ibid.). Entretanto, hoje, este conjunto está plenamente ameaçado pelas políticas de austeridade negociadas pelo Estado português e a UE. No Brasil, não se constituiu um Estado social e, muito menos, um “contrato social”. Como já afirmei, neste país, os vínculos de trabalho sempre se alicerçaram em condições duras e de perda à classe trabalhadora.¹⁸⁷

Os estudos de caso analisados no próximo capítulo territorializam-se em regiões marcadamente 'impregnadas' pelo sistema colonial – o Norte português e o Nordeste brasileiro – que delineiam percursos característicos e peculiares ao desenvolvimento da industrialização e, sobretudo, no curso das estratégias dos

¹⁸⁶ Aqui refiro-me ao discurso normativo herdado de teorias, em particular, da teoria marxista ortodoxa que desconsidera a particularidade do sistema do capital e do próprio capitalismo referido no decorrer deste item.

¹⁸⁷ Estanque (2011) faz uma análise do Estado social em Portugal e, de forma geral, na UE, mediante à atual crise financeira que se abate neste bloco.

coletivos de trabalhadores.

Ao levar em consideração a pluralidade das práticas e relações de classe, no seio dessas sociedades, se confirma o diagnóstico feito por Oliveira, “torna-se mais complexo e mais difícil re-conhecer, enfim, o perfil das classes sociais” (2003:17) numa realidade contemporânea em transformação.

2. Associando-se para o trabalho: o movimento de uma classe ou uma classe 'em movimentos'?

A classe, como já salientado, é um fenômeno histórico, resultado das lutas coletivas dos homens e das mulheres históricos, inseridos no processo de formação social e cultural num determinado período. Logo, a classe trabalhadora é uma construção social e política. Ela não é a mesma retratada pelos economistas clássicos (Smith, 1958; Ricard, 1982; Marx, 1978); ao longo de sua formação social, ela se refaz continuamente.

Na atualidade, como tenho vindo a indicar, a classe trabalhadora em sua pluralidade encontra-se em (re)organização de suas lutas e ações. Estas apresentam, na conjuntura das sociedades contemporâneas, novos contornos e desafios à construção de alternativas ao modelo de sociedade vigente.

Apesar dos “trabalhadores negaram-se a cumprir o papel que o capital lhes destina, na iminência da perda dos postos de trabalho, ou seja, o de integrar o contingente de pessoas desempregadas” (Vieitez e Dal Ri, 2001:99), não são movidos apenas pela necessidade de garantir os postos de trabalho, isto é, a sobrevivência. Outros elementos de ordem sociocultural e político co-determinam concomitantemente com o econômico. Por isto, as experiências das fábricas recuperadas são exemplos de como a classe trabalhadora – como um ente plural – se move no meio das contradições emergidas num processo de continuidades e rupturas, ou seja, no processo em que o velho e o novo coabitam-se.

A despeito de toda adversidade socioeconômica do sistema do capital, coletivos de trabalhadores experimentam, de forma criativa, novas formas de

trabalho e produção nas fábricas recuperadas. A classe trabalhadora não é estática, antes permanece em movimento.

É através das ações coletivas e da busca por sustentabilidade das mesmas, a meio dos dilemas da relação capital e trabalho, que novas identidades de classe podem ser constituídas, num processo de (re)elaboração criativa de novos discursos, novas narrativas e gramáticas forjadas no espaço e tempo do que é possível, ou seja, no tempo e espaço atuais. Tanto no passado como no presente a classe trabalhadora é uma classe em movimento que não está delimitada por caminho único, mas por uma variabilidade de caminhos propostos e possíveis.

A condição dos trabalhadores em se juntarem e buscarem formas para a garantia de seus postos de trabalho, enquanto experiência concreta, já oferece

[...] a possibilidade de superar o caráter descartável e alienante da atividade produtiva, elevando-a a um novo patamar de satisfação de aspirações não apenas materiais ou monetárias. O trabalho fundado na solidariedade restitui as condições de reflexividade, impele à subjetivação, em cuja experiência estampa um conteúdo intrinsecamente axiológico e projetivo (Gaiger, 2004b:804).

Importa enfatizar que aqui me refiro às possibilidades e aos movimentos quer de avanços, quer de regressão, visto que se pode deixar de considerar que o trabalho associado – tal qual está em exercício na atualidade, em especial nas fábricas recuperadas – “se dá em um ambiente de perda de enquadramentos coletivos e diluição de tradições e referenciais institucionais anteriores” (Pinto, 2006:58).

Considerando as dimensões do tempo, espaço e formação supra mencionadas, é observável ambiguidades (novos grupos dominantes, novas hierarquias, novas estruturas de poder, etc.) no exercício da apropriação e recuperação das fábricas pelos próprios trabalhadores (França Lima, 2008). Entretanto, não se pode negligenciar que a participação e as vivências no cotidiano das fábricas recuperadas diferenciam-se das unidades produtivas convencionais. Naquelas há em princípio condições para que os trabalhadores desenvolvam uma participação criativa na (re)elaboração de novas práticas de trabalho e produção. Sendo através dessas

relações concretas que os trabalhadores vão aprendendo a perceber sua condição de classe e as estratégias para evitar o regresso ao regime de exploração do passado.

A organização e gestão do trabalho nas fábricas recuperadas tornam-se portadoras de novas condutas e solidariedades sociais à medida que são regidas por regras de igualdade e participação que regulam as formas de produção e de trabalho naquelas fábricas. O próprio fato dos trabalhadores se associarem para encontrar formas de produção e de reprodução, significa uma posição política, o que propicia à experiência constitui-se “num espaço de politização que vai além da criação de alternativas à crise do mundo do trabalho, resgata o caráter histórico do cooperativismo ser um *locus* lutas de classe” (Anjos, 2008:6).

Os coletivos de trabalhadores nas fábricas recuperadas, diante da realidade que lhes é imposta pelo mercado e pelo carácter ideológico atribuídos às suas ações, são desafiados a garantir princípios da solidariedade e democracia na esfera econômica, não sucumbindo as leis da competitividade e produtividade. Neste sentido, o carácter associativo se defronta com a regulação do processo de trabalho oriundo do sistema de produção em pleno curso de mudança, baseado pela divisão e hierarquização laboral (estruturas de poder, elementos do trabalho alienado, processos de produção flexíveis, etc.).

Nas pesquisas e nos estudos feitos sobre os processos de recuperação de fábricas na América Latina, denotam a similaridade entre eles, me levando a perceber que ao abrigo de tais processos emergem possibilidades e condições para a conformação de novas identidades e novos sentidos de pertença a uma classe em movimento.

Não se trata aqui, de defender que 'tudo mudou' no chão de fábrica com o processo de recuperação, por parte dos trabalhadores, da unidade produtiva. Tampouco, ir ao extremo, declarar que 'nada mudou'. Primeiro, levo em consideração que o capital não é dirimido de uma hora para outra e, muito menos por declaração explícita. Segundo, como já tão defendido, as fábricas são fenômenos organizativos complexos no que tange ao processo gestor pelos trabalhadores e, terceiro, elas se encontram entre a dinâmica do velho e novo, do instituído e instituinte, do

passado e presente.

*A convivência do velho e do novo tende a produzir restrições aos processos, práticas, normas, interações etc., que potencialmente apontem para uma gestão coletiva e democrática. Portanto, o “problema da transição” da gestão tradicional para a gestão de trabalhadores exige uma reflexão sobre formas de organização que “destravem” essas potencialidades (Meiras, 2011:2).*¹⁸⁸

Os coletivos de trabalhadores conformam/articulam uma classe que se desdobra em movimentos múltiplos. Estes se diversificam em ações, experiências, contradições e resultados diferenciados, traduzidos por avanços e retrocessos simultaneamente. Para as ciências sociais lograrem interpretá-los, se faz necessário, como indicado anteriormente, renunciar o conjunto de prerrogativas epistemológicas embasadas na posição ontologicamente privilegiada de uma 'classe universal' ou 'sujeito histórico' (Aldeia e Estanque, 2011).

As articulações e organizações de protestos, manifestações e mobilizações presenciadas em várias partes do globo dizem muito sobre os movimentos múltiplos em que se põe hoje a classe trabalhadora. A nova fase do sistema do capital que trouxe a precariedade como modos de ser do trabalho e dos processos sociais, propicia novas formas de luta circunscrita à realidade de trabalho (Estanque e Costa, 2012).

A classe trabalhadora está em auto-formação constante. Os processos de fábricas recuperadas inscrevem nesta auto-formação, enquanto um movimento de recomposição das relações de classe, implicando

[...] exploration of conflicts not only between capital and workers, but among workers themselves, i.e. among diverse sectors which may be defined at various times by gender, race, ethnicity, sexuality, age, or any number of characteristics (Green, 2006:606).

Os movimentos da classe trabalhadora são constitutivos da reconfiguração

¹⁸⁸ Grifos do próprio autor.

dela própria. Logo, um dos desafios que aqui emerge, diante do fenômeno social das fábricas recuperadas por trabalhadores, é o de conseguir interpretar e analisar não 'o movimento de classe, mas uma classe em movimentos'.

Parte II

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O diário de campo foi um instrumento fundamental no desenvolvimento da análise do que se foi observado no terreno. O registro pormenorizado, além de forçar o pensar, proporcionou a “disciplina[r] o acontecer simultâneo das várias memórias que se cruzaram na rememoração dos factos” (Fernandes, 2003:27).

O diário, no caso do presente estudo, metaforicamente, se tornou, em primeiro lugar, em um retrato de uma vivência/experiência e, em segundo, em uma ponte estabelecida entre a minha 'linguagem organizada pela ciência' e a 'pedagogia da complexidade' emergente na variabilidade das formas históricas concretas das ações e dos comportamentos dos sujeitos autóctones. Forçando-me a (re)aprender a pensar, a argumentar, a ouvir, a saber que nem tudo deve ser dito, etc.

O que se segue neste capítulo, baseado no diário de campo que representa o 'tudo que vem antes' da elaboração final do presente trabalho (vivência, experiência, sensações, aprendizado, etc.), foca-se nos procedimentos e percursos metodológicos adotados ao longo da investigação. Além de apresentar o conjunto de questões que nortearam a pesquisa e as hipóteses elaboradas, aborda aspectos que levaram à escolha dos estudos de caso e as dificuldades, os desafios e dilemas enfrentados no terreno e as soluções dadas.

Capítulo III: Metodologia de investigação

1. O ponto de partida: as hipóteses e a opção metodológica

1.1. Hipóteses

Formular questões acerca do ato de trabalhar obriga-me a percorrer uma variada rede de relações humanas historicamente tecida. As teias de relações humanas, as quais implicam exercício e concepções de trabalho, não podem ser observadas sem levar em consideração as diversas conformações sociais, políticas e econômicas tecidas nas sociedades. São nestas conformações que poderemos encontrar as matrizes das vicissitudes assumidas pelo trabalho.

Adentrar na realidade laboral das fábricas recuperadas por trabalhadores, na perspectiva da análise que aqui adoto, implica inserir-me num campo fértil, no qual o trabalho – enquanto condutor e gerador de sociabilidades – constitui-se objeto de disputa (esta é a premissa base desta investigação). Seu sentido, sua significação e sua configuração estão a ser revistas e alteradas, ora pelas experiências de organização e gestão cotidiana de coletivos de trabalhadores, ora pela reestruturação produtiva. Caracterizando, por estes dois movimentos, outras e/ou novas relações de poder no espaço público e na (re)produção da vida.

A observação atenta e continua destes movimentos propicia o interesse para empreender esta pesquisa, a saber: conhecer as redes e estratégias de sobrevivência promovidas por trabalhadores no atual contexto de mudança socioeconômica e, como i) estas repercutem e readaptam-se nas práticas e no discurso dos seus sujeitos e, ii) articulam-se com (e fortalecem) os arranjos democráticos.

Na tentativa de descortinar as relações sociais que permeiam o cotidiano nas fábricas recuperadas foram elaborados dois conjuntos de questões pertinentes à pesquisa. O primeiro conjunto diz respeito propriamente à dinâmica e divisão do trabalho naquelas fábricas: Como se desenvolvem as relações na produção no dia a dia? O que distingue, de fato, no cotidiano vivido nas “relações na produção” pelos

trabalhadores, aquelas relações estabelecidas nos regimes capitalistas de trabalho assalariado? Por quais ordens reguladoras são permeadas as relações socioeconômicas no desenvolvimento das relações de trabalho naquelas fábricas? Como se constituem estruturas de poder na organização e gestão do trabalho nas mesmas?

O segundo conjunto se refere à classe trabalhadora em relação às experiências do trabalho associado: O conceito de classe segue sendo central para compreender a realidade de trabalho nas fábricas recuperadas, uma vez que aquela supostamente não se baseia na relação capital *versus* trabalho? A partir das experiências do trabalho associado, o conceito de classe pode ser reformulado na perspectiva de contemplar outras e/ou novas dimensões desenvolvidas no interior daquelas experiências? Em que medida estas experiências propiciam espaços e/ou oportunidades para a constituição de novas identidades e culturas de classe? Em que medida os trabalhadores associados vão constituindo o sentido de pertença a uma classe no desenvolvimento da produção nas fábricas recuperadas?

Vale destacar que, diante da metodologia reflexiva elegida para o desenvolvimento da pesquisa, esses conjuntos de questões foram várias vezes revisados e reformulados, considerando indagações surgidas no decorrer do trabalho de campo.

As fábricas recuperadas têm vindo, em especial na América Latina, a ganhar visibilidade no cenário socioeconômico, deparando-se com situações de incertezas e inseguranças emergidas da rápida reestruturação produtiva por que passa a economia global. O interesse por pesquisar estas fábricas surge na medida em que o seu desenvolvimento se confronta com o modelo e a relação de trabalho hegemônico capitalista; suscitando análises e investigações sobre a conformação e os resultados, sejam estes no campo econômico e/ou societal.

Contudo, a análise dos chamados “empreendimentos econômicos solidários” (Cattani *et al*, 2009) e de suas estratégias de sustentabilidade se tornaram um dos pontos de estudo fundamental para a compreensão da construção e percepção da superação das formas vigentes de trabalho e do fenômeno estrutural do desemprego.

A busca de respostas àqueles conjuntos de questões perpassa pelas transformações ocorridas na realidade de trabalho, um tema debatido pelos diversos setores da sociedade civil e academia, órgãos estatais e movimentos sociais e populares. Em especial, pelos novos movimentos sociais que convergem as suas ações em torno da economia solidária, as quais ideologicamente defendem o trabalho associado como alternativa ao modelo de relação capital/trabalho.

Para Santos (1993), estes novos movimentos sociais propiciam fatores de análise da relação Regulação-Emancipação e da relação Subjetividade-Cidadania. A prática do associativismo na realidade de trabalho protagonizada por estes movimentos, propõe-se ser fundamentada na possibilidade de cada trabalhador se constituir senhor de si mesmo e do seu trabalho e, sujeito criador da história e construtor de uma nova ordem social.

Não posso deixar de referir que, também, o percurso feito para dar conta àquelas questões, coloca-me num trabalho de reflexão acerca das dificuldades e dos problemas encontrados, das falhas cometidas e das escolhas tomadas. Contudo, na duração da realização da própria pesquisa, estes elementos tomam contornos estimulantes, desafiadores e formadores.

As primeiras hipóteses de trabalho que orientaram a presente pesquisa foram as seguintes:

A primeira hipótese de partida se prende a abordagem teórico-prática do trabalho em contextos socioeconômicos em mudança: pressupõe que o desenvolvimento e a vivência de outras formas de organização e gestão da produção em fábricas recuperadas, além de permitir que a dinâmica e divisão do trabalho estejam em disputa (no sentido político forte da palavra – arendtiano), não elimina a estrutura de classe no interior destas e, por consequência, interferem diretamente nas escolhas e práticas concretas dos trabalhadores, o que promove conflitos/tensões contínuos entre lógicas e racionalidades distintas que atravessam o processo organizacional e estrutural daquelas fábricas.

Considerando ainda o conflito que se configura no interior das fábricas recuperadas, a segunda hipótese se refere aos princípios ordenadores do trabalho

associado, pressupondo que aquele conflito, dependendo de como é dimensionado, tende a se traduzir numa dialética multifacetada que, por um lado, cataliza novos princípios reguladores, por outro, reconfigura (num movimento de ruptura e permanência de práticas e sentidos) a apropriação do trabalho pelo capital.

A terceira hipótese se reporta a (re)qualificação do processo democratizante erigido na etapa de recuperação da fábrica pelos trabalhadores, pressupondo que nestas fábricas, na atual fase em que se encontram, os coletivos de trabalhadores não logram estabelecer estruturas democratizantes informais, se prendem as formais (previstas nos regulamentos e na legislação), o que além de modular os processos democráticos, limitam a ultrapassagem dos trabalhadores da 'posição de influenciar' nas decisões à 'posição de tomar decisões' no processo produtivo.

A quarta hipótese se refere à vivência do trabalho associado, no interior das fábricas recuperadas, que coadunada ao apoio e à sustentabilidade dada aos trabalhadores por movimentos sociais e sindicatos poderá promover elementos formadores da consciência de classe. Contribuindo, dessa forma, no fortalecimento do sentido de pertencimento a uma classe que partilha de experiências comuns e em reelaboração constante.

A quinta e última hipótese elaborada implica processo de formação e representação do sentido e significado de classe dos trabalhadores diante da realidade de trabalho associado: as experiências propiciadas pelas relações de trabalho associado geram novas narrativas, gramáticas, sociabilidades, sentidos e significados à vida dos trabalhadores, o que (a) se constituem na reconfiguração de novas identidades dos trabalhadores e novos sentidos de pertença dos mesmos a uma 'classe em movimento' e (b) na construção de ações coletivas como possibilidades históricas e socialmente determinadas pela articulação que se estabelece entre, por um lado, o grau de contradições e de desenvolvimento das e entre as estruturas de classe e, por outro lado, o cenário sociopolítico onde se inscrevem as práticas sociais concretas dos coletivos de trabalhadores.

1.2. Metodologia

Por considerar que as metodologias qualitativas permitem uma maior aproximação e cooperação entre o investigador e os sujeitos envolvidos no terreno (Lessard-Hébert, 1994), optei pela aplicação das mesmas na pesquisa de campo. Ligadas a área da Sociologia, elas tratam de motivações, significados, valores, discursos e representações que não se bastam apenas em análises quantitativas. As principais características daquelas metodologias podem ser assim enunciadas: a) o ambiente natural é a fonte direta dos dados; b) são descritivas; c) interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados e/ou produtos e, d) os dados são analisados de forma indutiva.

Para Burawoy (1991), os princípios reguladores dos métodos qualitativos reportam: a intersubjetividade entre investigador e sujeito, aquele se torna participante, experienciando o mundo do 'outro'; a relação dos processos locais com as realidades externas e a reconstrução de uma teoria já existente. Aquela é vista, pelo autor, como uma fonte básica da construção de dados e informações e, também, da compreensão do modo como se co-determinam diferentes identidades e poderes.

O fato desta investigação, de uma maneira geral, buscar entender como as estruturas macrossociais e os fenômenos econômicos e políticos determinam a formação e condução de uma certa situação micro, me pareceu apropriado adotar uma metodologia que se aproximasse do método de estudo de caso alargado (*Extend case method*). Esta linha metodológica foi profundamente recuperada e reformulada, sobretudo por Michael Burawoy, tendo sido anteriormente aplicada nos anos 1950 e 1960, por Max Gluckman, Clyde Mitchell e Jaap van Velsen.

Burawoy propõe a utilização do método *Extend case method* (caso alargado) que se enquadra na chamada ciência reflexiva à etnografia, objetivando “extrair o geral do único, de se mover do 'micro' para o 'macro' e de conectar o presente com o passado em antecipação do futuro, tudo construído numa teoria pré-existente” (1998:5). Ainda segundo o autor, as complexidades, profundidades e amplitudes de uma determinada situação única, são por aquele método destacadas.

Ainda segundo o mesmo autor, este método apresenta potencialidades que ultrapassam as dicotomias, vislumbrando descortinar os múltiplos processos, interesses e identidades, e como estes entrelaçam-se nas esferas local, nacional e global (1991). Através da participação do investigador na interação social é possível alcançar ou entender o que é “o inexplicável, desconhecido, ou conhecimento tácito, algumas vezes referido como consciência prática [...]” (Burawoy, 1998:15). Além disso, este método permite evitar o determinismo e o relativismo, e estabelecer causalidade múltipla e interativa, permitindo que a análise dos fenômenos se faça de “baixo para cima”, isto é, considerando as “forças externas que os modelam através de uma forma de experimentação no terreno” (2005:5).

Através desta abordagem é possível demarcarmo-nos, por um lado, do excessivo relativismo, segundo o qual parece não existir um mundo real, mas apenas múltiplas situações e, por outro lado, do universalismo estruturalista, centrado na procura de características invariantes que tendem a generalizar todas as situações sociais com base nos princípios universais (Estanque, 2003:64).

Assim se chega a conclusão que o “método de caso alargado” caracteriza-se por: reconstrução de teorias; explicação genética, ou seja, baseada em resultados particulares; a significação da situação estudada reporta aos aspectos do mundo em que esta se insere (significação e explicação societal); comparação entre fenômenos similares para explicar as diferenças (a singularidade é colocada num contexto externo, que elucida a sociedade); o objeto de análise é a situação; estabelece macro fundações de uma micro sociologia e, a mudança social é explicada pelos movimentos sociais (Burawoy, 1991; Estanque, 2000; Mendes, 2003a).

Esta perspectiva metodológica enquadra-se na chamada ciência reflexiva, a qual implica vigilância epistemológica e reflexividade constante, como bem denomina Bourdieu (1998), uma “reflexividade reflexa” baseada na tensão permanente entre o ponto de vista do entrevistador e o ponto de vista do entrevistado, ou seja, como a visão de mundo do primeiro apreende a do segundo contida no relato de sua trajetória de vida.

Para Bourdieu, o processo de pesquisa é incontestavelmente uma relação social. Portanto, a interação (condições institucionais da pesquisa, origem do pesquisador, *locus* social do pesquisado) possui, inevitavelmente, efeitos sobre os participantes; efeitos esses que devem ser compreendidos e analisados, sem a pretensão de eliminá-los. Requer do investigador uma abertura à outras lógicas, à disposição de revisão e à reinterpretação de seu conhecimento e de sua leitura sobre o 'outro'. Deve-se está aberto a outros pontos de vistas sobre a realidade e/ou situação estudada.

[...] o sociólogo não pode ignorar que é próprio de seu ponto de vista ser um ponto de vista sobre um ponto de vista. Ele não pode re-produzir o ponto de vista de seu objeto, e constituí-lo como tal, re-situando-o no espaço social, senão a partir desde ponto de vista muito singular (e, num sentido, muito privilegiado) onde deve se colocar para estar pronto a assumir (em pensamento) todos os pontos de vista possíveis (Bourdieu, 1997:713).

Dessa forma, põe-se em desenvolvimento uma sociologia auto-reflexiva, a qual coloca como necessidade a percepção de que, como afirma Estanque, “não só o sociólogo é um ser social como o processo de conhecimento que ele procura levar a cabo é um processo social” (2000:101). A auto-reflexividade suscita o questionamento sistemático e contínuo sobre o que observamos e estudamos. Segundo Santos, a ciência torna-se reflexiva

[...] sempre que a relação “normal” sujeito-objecto é suspensa e, em primeiro lugar, o sujeito empírico, com os instrumentos científicos de que se serve, com a comunidade científica em que se integra e, em última instancia, com a sociedade nacional de que é membro (1989:87).¹⁸⁹

A auto-reflexividade da ciência demonstra o quanto o conhecimento é produto da relação social e, neste aspecto, ao que reporta-se à investigação científica, pode ser vista também como uma relação social entre o investigador e os sujeitos envolvidos no terreno estudado (Dubet, 2003). Em suma, a presença do investigador

¹⁸⁹ Grifos do próprio autor.

no terreno produz alterações na realidade estudada. Estas devem ser levadas em consideração no estudo e/ou análise.

Partindo desse raciocínio, o 'diálogo' é o que podemos chamar de meta síntese do método de estudo de caso alargado, por ser “o princípio unificador da ciência reflexiva” (Burawoy, 1998:16): a) o diálogo entre o observador e os participantes, b) o diálogo dos processos locais com as forças externas e, c) o diálogo da teoria consigo mesma.

É neste diálogo que se inscreve a observação participante como a base deste método. Trata-se de um processo de recolha de dados empíricos durante um período de tempo alargado (Caria, 1999). Para Georges Lapassade (1991, 2001), a expressão observação participante tende a designar o trabalho de campo no seu conjunto, desde a chegada do investigador ao terreno, quando inicia as negociações que lhe darão acesso a ele, até ao momento em que o deixa, tratando-se de um período longo. Experimentando o cotidiano e as relações dos sujeitos do terreno em estudo, o observador partilha/troca as suas experiências. Logo, as fontes, das quais os dados são construídos, são diversificadas. A observação participante consiste no olhar de muito perto a situação em estudo, baseando-se na participação e experiência pessoal.

Lapassade considera que são três as formas de observação participante. A “observação participante periférica” se dá quando os investigadores estabelecem um determinado grau de implicação com o terreno, no intuito de captarem a visão de mundo dos 'observados', sem, portanto, serem admitidos no centro das atividades. Na “observação participante ativa”, os investigadores assumem um determinado estatuto no interior no terreno em estudo. O estatuto adquirido é a chave de entrada/envolvimento nas atividades e práticas sociais desenvolvidas no terreno, mas tendo presente um certo distanciamento.

E por último, a “observação participante completa”, por sua vez, esta tem duas vertentes: por oportunidade, o investigador é membro da situação/da relação que irá estudar, e por conversão, aqui aquele passa a ser o próprio fenômeno a ser estudado.

Diante dessas três formas, identifico que logrei desenvolver a 'observação

participante periférica'. Em nenhum dos casos de estudo me inserir no cotidiano como se planejava, ocupando um lugar profissional de um operário. Na Afonso, sendo esta o primeiro estudo de caso, me trouxe inquietudes e dúvidas frente ao 'bom' desenvolvimento da metodologia escolhida. Tive que, desde o princípio, assumir a minha 'identidade' de pesquisador. Passarei, nos próximos itens, a delinear o processo de minha inserção ao terreno.

2. À porta da fábrica e da usina: a abordagem e os procedimentos seguidos

A análise qualitativa das sociabilidades, valores, significados e representações sociais, trazidas à superfície das formas de organização dos coletivos de trabalhadores, emerge da prática cotidiana dos coletivos de trabalhadores em plena interação com uma realidade em movimento/mudança, nas sociedades brasileira e portuguesa.

Não tenciono, neste trabalho, a utilização de um “método comparativo”, em consonância com a definição das ciências sociais apresentada por Earthope (1974 *apud* Ragin, 1987) à medida que exigiria uma apreciação mais rigorosa dos contextos socioeconômicos dos dois países. Tal meta, seria possível se a presente pesquisa estivesse integrada num projeto mais amplo de investigação, na perspectiva de um estudo aprofundado dos contextos históricos, sociais, econômicos e culturais daqueles países.

No entanto, a metodologia qualitativa deste trabalho se delineia na perscrutação dos pontos de diálogo e diferenciação das dos dois casos nos contextos socioeconômicos brasileiro e português. Embasando-se em Burawoy *et al.* (2000), a relação entre os dois casos é, portanto, desenvolvida a partir da identificação de problemas e de conceitos comuns. Os contextos socioeconômicos se aproximam por suas características e posições periféricas diante dos países centrais no sistema mundo: “[o]s países semiperiféricos, devido exactamente ao seu carácter intermédio, desempenham uma função de intermediação entre o centro e a periferia do sistema mundial [...]” (Santos, 1993:22).

São nestes registros que Brasil e Portugal se aproximam, o primeiro por apresentar em sua estrutura socioeconômica resquícios de sua história colonial. O segundo, por também ter herdado “as estruturas e os processos intermédios” do seu passado em que “funcionou como correia de transmissão no sistema mundial, actuando como centro para as suas colónias e como periferia para a Inglaterra” (Santos, 1983:23). Evadindo do que Bourdieu (1999) chama de “monoteísmo metodológico”, combino com a observação participante, a aplicação de entrevistas. Somadas às contribuições de informações, as entrevistas são centrais para o refinamento das hipóteses iniciais. Ao todo, foram 58 entrevistas realizadas, sendo: na Afonso, 24; na Usina Catende, 34.

As entrevistas basearam-se por guiões pré elaborados, os quais, em geral, tiveram a duração entre 20 a 30 minutos, quando realizadas aos operários e às operárias. E 1 hora e meia quando com diretores de sindicatos e cooperativa, entre outras personalidades. Elas foram realizadas numa segunda fase da pesquisa empírica nos estudos de casos.

É salutar mencionar que houve quem não aceitaram conceder entrevistas formais, passando, portanto, a depoimentos. Para a designação dos sujeitos, sigo os passos de Gerhardt (2008) e Fernandes (2011), os nomeio de interlocutore(a)s a fim de respeitar a privacidade dos mesmos e os colocar “no mesmo nível de importância para a análise” (Fernandes, 2011:46). A designação segue no escopo do texto acompanhada por uma letra do alfabeto e, separado por hífen, o nome da fábrica a qual pertencem.¹⁹⁰

A pesquisa teve três fases, a primeira consistiu na pesquisa exploratória, na qual presencialmente conheci o terreno, levantei informações e impressões gerais e superficiais, apresentei o interesse particular da investigação e negocieei a minha

¹⁹⁰ Apenas os nomes da proprietária da fábrica Afonso, do representante sindical envolvido no caso desta, do Juiz da comarca em Recife, do gerente administrativo e dos síndicos da Usina Catende são referenciados explicitamente no texto. Esta opção se deve pelo fato dos nomes aparecerem em publicações diversas, como por exemplo, em periódicos, jornais e programas televisivos, sendo, portanto, impossível mantê-los em anonimato. Além do fato de que a informação no texto permite contextualizar as suas falas perante as funções exercidas em cada um dos casos.

inserção. Esta fase ocorreu, em setembro de 2008, no Brasil, e em fevereiro de 2009, em Portugal.

A segunda fase foi dedicada a observação participante propriamente dita. Se deu primeiramente, no caso português, de agosto a novembro de 2009, e depois, de março a junho de 2010, no caso brasileiro. As entrevistas e os depoimentos (a operários e operárias, direção e personalidades ligadas aos sindicatos, movimentos sociais e outros) foram realizados na terceira fase, que compreendeu, em Portugal, o período de setembro a novembro de 2010, e no Brasil, fevereiro a abril de 2011.

A partir da segunda fase pude ter em conta os sujeitos a serem entrevistados, uma vez que, a seleção destes interfere diretamente na qualidade das informações que serviram de base à construção da análise.

Ressalto que o retorno ao campo permitiu, além do desenvolvimento das entrevistas, aprofundar algumas questões suscitadas no tratamento analítico dos dados produzidos na etapa anterior, tais como: as características dos processos de recuperação; as condições necessárias para o estímulo dos sentimentos de autoconfiança e 'eficiência política' dos operários e das operárias; o impacto destes fatores no ambiente de trabalho e nas escolhas e opções daqueles e daquelas.

Os casos retratam a experiência de recuperação das unidades produtivas por meios dos seus operários e de suas operárias, depois do abandono e da tentativa de fechamento por parte dos ex-patrões. Aqueles e aquelas negaram-se a inserir-se nas fileiras do desemprego, implicando negociações com os ex-proprietários na objetivação de alternativas criativas para a manutenção da produção e em apoio da comunidade local, o envolvimento dos sindicatos, etc.

O trajeto de cada uma seguiram rumos distintos, mas hoje, a situação em que se encontram, no cenário macro, são similares. Deparam-se com as necessidades impostas pela reestruturação produtiva; com as regras do mercado; com a ameaça da competitividade internacional; com a retomada de um padrão na direção; etc. Adicionam-se também as consequências subjetivas aos coletivos de trabalhadores geradas por estas situações.

Os dois estudos de casos se encontram inseridos num espaço territorial com

conformações sociais similares.¹⁹¹ Nos dois países, as regiões em que se localizam os casos, apresentam historicamente níveis de grandes problemas de ordem estrutural. Mas, no Brasil, estes níveis tendem a ser mais acentuados que em Portugal, perante à maior desigualdade social e ao baixo acesso aos serviços básicos pela população.

Como afirmei na introdução, desde muito inquieta-me as experiências de luta e de organização no interior das fábricas, primeiro, por ser uma realidade social que me circunda, segundo, por apreendê-las como modelo às lutas e organizações fora do âmbito fabril. Assim, a experiência de recuperação pelos trabalhadores de uma usina de cana, no interior do estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, me alicia pela proximidade a minha realidade pessoal. Logo, foi um estudo de caso rápido a ser definido e mapeado.

Sublinho o fato de que por se tratar de um complexo agroindustrial, no qual coexistem duas estruturas produtivas paralelas e complementares – uma agrícola e outra, industrial –, o campo de minha pesquisa é esta última, ou seja, a Usina propriamente dita.

Já o caso português, a sua escolha se deve, em primeiro lugar, pela ausência de outras experiências recentes de recuperação de fábrica e, em segundo, pela peculiaridade do caso em surgir num cenário de evolução de desemprego, causado, em grande medida, por falências e reestruturação de empresas em Portugal (Lima e Lino, 2004).

Até o momento, o que havia ocorrido na fábrica – uma pequena e média empresa, localizada na região Norte de Portugal – tinha sido apenas notícia de jornais e matéria de uma reportagem da emissora de televisão SIC (Sociedade Independente de Comunicação), ganhando repercussão nacional.

Sendo, portanto, a primeira vez que a fábrica recebe um investigador acadêmico, a negociação com a proprietária para a minha estadia no unidade produtiva foi um tanto melindroso, ou seja, suscetível durante o primeiro mês que ali

¹⁹¹ Espaço aqui é compreendido à luz da concepção defendida por Santos (1997; 2004), que envolve simultaneamente a forma (os objetos existente no espaço) e a função (as ações que se desenvolvem em relação aos objetos). Para ele o espaço consiste em processo e produto das relações sociais.

eu estava. De início, se cruzaram neste processo, por parte da proprietária, a curiosidade de saber, pormenorizado, o meu interesse pela fábrica; de perceber como eu 'estaria' presente no cotidiano laboral sem atrapalhar a produção e, principalmente, de compreender o porque de tanto tempo (seis meses) que eu necessitaria para fazer 'a minha pesquisa'. Por minha parte, o desejo de 'saber' fazer bem o meu trabalho; de lograr e ter, em mãos, todos os instrumentos necessários para apreender aquela realidade (diferente do que eu estava acostumado e num 'contexto estrangeiro' para mim)¹⁹²; e, me transparecer com segurança no que ali pretendia fazer.

A princípio, a proprietária autorizou 'sem ressalvas' a realização da pesquisa, mas, com o “logo se vê” – expressão tão comum entre os portugueses –, protelou a possibilidade de minha inserção na fábrica desempenhando alguma função laboral. Esta intenção causou estranheza da proprietária, primeiro, por eu demonstrar tal interesse, uma vez que tratava-se 'simplesmente' de uma pesquisa científica (para ela a aplicação de questionários era suficiente); segundo, por a fábrica ser um espaço majoritariamente feminino.

Nos primeiros dias, a demonstração explícita por parte da proprietária de receios que a minha permanência na fábrica atrapalhasse, levou-me a solicitar que conversássemos no fim do mês para saber seu parecer sobre tal questão. O primeiro mês da pesquisa, a motivação, a curiosidade, a atenção, se misturavam com a preocupação constante da 'renegociação' da continuidade da pesquisa; me levando, ainda mais, a entrar cuidadosamente no terreno.

À medida que o tempo passava o 'medo' por parte da proprietária e, também, de algumas operárias e alguns operários (o que pude observar ao longo de minha presença) foi diluído: a minha presença não atrapalhava o cotidiano laboral da fábrica.

No caso brasileiro, a minha inserção se deu de forma tranquila na primeira fase. Ao retornar à usina, depois de um ano – aquando realizei a pesquisa

¹⁹² Era a primeira vez que eu me lançava para uma pesquisa de campo numa realidade laboral, num ambiente e contexto que não era o meu e, principalmente, num país estrangeiro. Já havia estado por dois meses, no mestrado, em uma observação numa escola. Mas, pelas características de uma fábrica, o sentimento de insegurança foi muito mais presente.

exploratória –, encontrei uma situação oposta da anterior e prevista no projeto inicial da pesquisa. Aquela não se encontrava sob a gestão e administração da cooperativa que por mais de quinze anos estava à frente. Tal fato será tratado mais adiante. O que aqui, é salutar, se refere ao processo de mudança nos planos de inserção no chão de fábrica exercendo alguma função e, também, o fato do terreno ter mudado suas características.

A possibilidade de desenvolver alguma atividade no processo produtivo como acordado anteriormente com um dos assessores da cooperativa, não se concretizou. O então, gerente administrativo (quem na ocasião respondia na ausência do síndico) em nome do novo síndico permitiu a realização da pesquisa, mas esclareceu que no momento, não seria possível atender a minha solicitação de ocupar alguma função. A minha inserção no chão da fábrica foi autorizada, desde que tivesse alguém (operário ou funcionário) disponível para me acompanhar (algo implicitamente dito), ou melhor, que eu o acompanhasse, já que esta pessoa iria seguir em suas funções normais.

O fato de ter passado anteriormente pela 'experiência' de terreno em Portugal, propiciou mais segurança e tranquilidade na inserção no caso brasileiro. Contudo, a segunda fase da pesquisa neste, dedicada a realização das entrevistas aos operários e outros, foi complicada. Por esta ocasião, como será visto mais adiante, eclodiu uma mobilização reivindicativa por parte dos operários, o que levou a não autorização de meu retorno ao chão de fábrica.

Depois de várias tentativas frustradas de contato com o gerente administrativo para tratar do meu retorno à usina, como havíamos acordado no fim da minha estadia na etapa anterior, tive que buscar alternativas para a realização das entrevistas aos operários.

Foi durante as mobilizações à porta da usina que grande parte das entrevistas foram realizadas. Era claro que a direção não me queria no interior da usina durante aquele período.

A inserção no terreno, seja em Portugal, seja no Brasil, em seus percalços, se traduziu numa experiência corroborativa ao que Silva define sobre a escolha dos

casos, “a eleição de um terreno não é uma escolha, é a produção de um lugar” (1999:148). Tal produção permeia experiências que são partilhadas nos discursos e nas representações reconstruídos constantemente naquele espaço. O que faz com que, aquele não seja estático. “É o local onde as acções dos sujeitos e a consciência dessas acções se vêm reconstruídas pela acção e consciência de um terceiro – o investigador” (Raposo, 2003:45).

Apreendi que as dificuldades e os limites encontrados para o desenvolvimento do que havia teoricamente planejado para a pesquisa de campo podem ser incorporados aos problemas do estudo em caso. Aqueles estão relacionados ao 'labirinto' a que os locais de trabalho estão inseridos, o “sistema de sociometabolismo do capital” (Mészáros, 2002).

3. Do tecido à cana: rotas, percursos e procedimentos

A observação participante se deu em duas unidades produtivas, como já mencionados, em contextos socioeconômicos diferentes – uma em Portugal, Afonso Produção de Vestuário Lda. e, outra no Brasil, Usina Catende – tanto uma quanto a outra, apesar de suas especificidades, se inscrevem no quadro de representatividade de outras unidades produtiva numa conjuntura de transformações das relações laborais e de suas consequências para as condições de vida dos trabalhadores.

É importante apreender com o máximo de detalhes (descritivos) possíveis a complexidade dos dois casos, de maneira que proporcione a assimilação dos aspectos diferenciais e relevantes emergidos da multiplicidade e profundidade das interações que os constituem (Santos *apud* Estanque, 2000:104).

Pelo que até agora expressei, mas uma vez, o método de estudo de caso alargado é o apropriado para tal investigação, visto que remete-se a comparar fenômenos semelhantes para explicar as diferenças. Considera a totalidade da situação analisada, reportando para as singularidades num contexto externo elucidando o aspecto social daquela situação (Burawoy, 1991).

É interessante ressaltar que para alguns autores da sociologia do trabalho, tais

como Michael Burawoy e Elísio Estanque, o chão de fábrica dificilmente pode ser observado por um agente externo. Estes autores fizeram um estudo de caso com trabalhadores para descobrir os segredos velados na fábrica, que dificilmente podem ser verificados por simples procedimentos de observação e/ou entrevista.

Com a duração da estadia no terreno fui percebendo que aquelas inquietudes e dúvidas, tais como o nervosismo, o medo, a ansiedade e as dificuldades que pautaram a minha inserção “são situações inevitáveis do processo de pesquisa que marcam a nossa relação com a realidade em estudo e que não se esquecem” (Estanque, 2000:267). Com o passar do tempo, a estadia no terreno foi propiciando a necessidade e a importância de me mostrar diferente dos sujeitos do mesmo. Principalmente, por precisar desfazer a imagem que algumas operárias (da Afonso) tiveram de mim: pensavam que eu estava ali para controlar o tempo de produção delas à mando da direção da empresa. O que, por parte de algumas operárias, causou uma certa hostilidade. Logo, foi importante a (re)afirmação do meu papel enquanto 'pesquisador', justificando a minha presença no cotidiano laboral.

No caso da Usina Catende, no Brasil, desde o momento em que me inserir propriamente no terreno, não foi possível considerar o assumir de uma ocupação profissional. O uso obrigatório de capacete no interior da usina, me denunciava como 'visitante'. Não simplesmente pelo uso, mas por aquele ser de cor cinza. Cor específica para os visitantes.

Neste terreno, com as mudanças ocorridas na direção da mesma, tive que renegociar a minha entrada para realizar a pesquisa. Percebi diante deste fato, mais uma vez, o quanto a metodologia escolhida é adequada à situação encontrada.

O fato de não assumir uma ocupação profissional, tanto num quanto noutro estudo de caso, não impediu uma certa familiaridade (alcançada pela presença prolongada no terreno) com as operárias e os operários. Segundo Costa (1987), o investigador também tem que propiciar um distanciamento cognitivo que decorre do fato dele não ter as preocupações pragmáticas dos sujeitos envolvidos na situação observada. Este distanciamento deve produzir uma dissociação na qual a realidade pode ser reconhecida como ela é. O que é dito como 'natural' no cotidiano deve

assumir aspectos de 'extraordinário' (Marcuse, 1987).

Fui aprendendo (e me tranquilizando) que a inserção no campo sem uma ocupação profissional não implicaria em limites ao desenvolvimento da metodologia e ao resultado da pesquisa. Mas, fui descobrindo que a observação participante exige um saber fazer uso dos sentidos, ou seja, ver, escutar e sentir. Implica apreender o momento certo de perguntar e o que perguntar. E também de não perguntar. É saber interpretar o silêncio, prestando atenção ao que não foi dito. A tonalidade da voz, os sinais corporais, os gestos, o local escolhido para falar pelo entrevistado, etc., fornecem dados e informações para a compreensão do campo investigado. São daí que se obtém as informações, as respostas às indagações. Para a obtenção das informações e respostas, na observação participante, dependem muito do comportamento, atitudes e das próprias relações que o 'observador' constrói com os sujeitos do terreno.

O que se coloca em análise não são apenas os modos de estar, ser e pensar, como diria Bourdieu (2003a) *habitus* dos autóctones, mas, também os meus que ali se encontravam. Uma vez que, segundo o mesmo autor, o *habitus*, “manifesta-se continuamente nos [...] contactos com os outros e, mais simplesmente, no aspecto físico, um porte, uma postura [...]” (2001:66), a minha maneira de ali está expressou um certo contorno à realidade em estudo.

Ao estar na fábrica, nos primeiros dias, o barulho das máquinas de costuras, o cheiro de tecido e os fiapos pelo chão me traziam lembranças de infância, de ver a minha mãe, em casa, a costurar. Porém, ali tudo era multiplicado: o barulho, os tecidos, as máquinas, os fiapos...

O fato, na Fábrica Afonso, de ter uma mesa no interior da fábrica para acomodar as minhas coisas (uma mochila com alguns pertences pessoais: bloco de anotações, garrafa de água, gravador, máquina fotográfica, etc.), se traduziu, de início, como um certo elemento distanciador entre eu e as operárias. Por ter uma vez me encostado na mesa, a proprietária me chamou, em particular, à atenção que não poderia fazer isto, já que ali por ser uma fábrica não ficaria bem se alguém (e as próprias operárias) me vissem 'sentado' na mesa. Prontamente, concordei e pedir

desculpas, afirmando que isto não voltaria a ocorrer. Como tem sido apontado por vários autores, apercebi-me que não era eu apenas a observar, mas, também estava a ser observado. “O(s) terreno(s) [...] são, irremediavelmente, feitos de gente como 'nós' e que, ainda que de modo dissemelhante do nosso, nos sabem observar atentamente, produzindo interpretações intersubjetivas sobre o nosso papel nas suas/nossas vidas” (Raposos, 2003:59).¹⁹³

Para aproximar e perceber como as operárias desenvolviam suas funções, eu circulava pela fábrica, tal qual as chefes de linhas.¹⁹⁴ Isto causava desconforto, tanto da parte das operárias que sentiam-se 'vigiadas' e, quanto da minha, que me sentia deslocado naquele ambiente.

Nas primeiras semanas, a 'normalidade' do dia de trabalho me exigia paciência e esmero na observação daquele cotidiano. É, portanto, nesta normalidade que o desafio do investigador se (re)faz, uma vez que os efeitos da macro realidade – com suas nuances – são reformulados e reelaborados nas micro relações. A ansiedade foi um dos fatores presentes em alta.

Os olhares desconfiados, por cima do ombro, de algumas operárias, indiciava-me o quanto de difícil ia ser a aproximação daquele cotidiano. Emergia a primeira 'situação problema' para mim: o que fazer para ultrapassar a minha exterioridade daquele cotidiano?

Aos poucos, com a minha presença diária na fábrica, nos rápidos intervalos, na hora do almoço, encontrei a resposta àquela situação problema. O ponto crucial da quebra para o silêncio e a distancia, se deu quando fui chamado para ajudar a uma operária no armazém a colocar etiquetas nas camisas. Passei todo o dia a fazer esta tarefa, o que propiciou, enquanto a realizava, conversar com a operária.

Infelizmente foram apenas dois dias a fazer este trabalho, voltando logo para o meu posto junto à mesa. Porém, foram suficientes para iniciar o contato com algumas operárias e operários. Além de possibilitar, como ocorreu, a ser chamado para fazer pontualmente outros trabalhos no tempo que ali estive: abotoar as camisas,

¹⁹³ Grifos do próprio autor.

¹⁹⁴ Estas são as operárias responsáveis por cada setor da linha produtiva.

colocar as camisas no saco e a cortar alguns moldes. O fato das operárias me verem ali naquelas atividades era motivo de risos e de conversas, tornando-se fatores de aproximação de algumas a mim.

A cantina da fábrica, que se localiza no piso acima, era um lugar exclusivamente feminino. Dos três homens que ali trabalhavam, apenas um, comia, uma vez ou outra, na cantina.¹⁹⁵ A fábrica, como bem afirmou a proprietária, era um lugar feminino. A questão de gênero foi uma variante que influenciou bastante nos primeiros contatos e em todo processo de investigação. Isto era possível perceber, quando, nos rápidos minutos de intervalos, ao me aproximar de grupos de operárias no pátio, percebia que muitas não gostavam e sentiam-se incomodadas. O silêncio, o olhar por cima dos ombros, o breve cumprimento, me diziam muito.

Varias operárias se negaram a ser entrevistadas, algumas declaravam que não sabia o que me dizer, outras que não gostavam “dessas coisas”. Somava-se a estes, o fato das entrevistas serem feitas no intervalo e/ou na hora do almoço, o que levavam a serem curtas e bem objetivas, em alguns casos, tive que ter duas sessões.

Na Usina Catende, no Brasil, não tive esta dificuldade em relação as entrevistas, mas tive que buscar formas de garanti-las, uma vez que não me permitiram, como já referi anteriormente, a entrada na usina na terceira fase da investigação. Grande parte delas foram realizadas à porta da usina, como já mencionei, aquando os operários se encontravam em mobilização contra as condições de trabalho e os salários em atrasos.

No que tange às entrevistas realizadas, partindo da experiência aqui analisada, quando são feitas no local de trabalho trazem alguns problemas que nem sempre é possível solucionar. Por se tratar deste local, o tempo de duração da entrevista provocava preocupações e ansiedades. As entrevistas, por vezes, eram interrompidas, o que levava o interlocutor a perder o fio condutor do seu depoimento.

Neste contexto, as conversas informais nos intervalos e/ou em momentos

¹⁹⁵ Não eram todas as operárias que almoçam na cantina. Havia sempre um grupo delas que almoçavam na rede de supermercado Intermaché que fica à 15 minutos da fábrica. Outras preferem comer nos seus próprios carros estacionados no pátio da fábrica ou nas proximidades. O interessante que aqui destaco é o fato de um dos operários comer sua sande no banheiro (casa de banho, em Portugal).

possíveis no horário de trabalho (dependendo da função realizada) tornaram-se um material significativo e complementar à pesquisa.

Na Catende, encontrei, diferente da Afonso, um ambiente totalmente masculino, me refiro ao chão de fábrica, visto que no setor administrativo haviam mulheres.

Determinado pela direção, tive que acompanhar, por todo período da pesquisa, um dos técnicos de segurança. Ele facilitou a minha inserção no meio dos operários, me apresentando; falando das histórias de alguns deles; me guiando por dentro do complexo da usina, etc. Tornou-se em um dos interlocutores diretos da investigação.

Os operários e funcionários da usina já estavam acostumados a terem pesquisadores e demais visitantes à circularem pelo setor fabril (como se verá na terceira parte deste trabalho, tratava-se de um 'ícone da autogestão' no Brasil). O que, diferentemente da Afonso, a minha presença por vezes junto ao técnico de segurança, supostamente, passava por despercebida.

Desde a visita exploratória à usina, me inquietava o tamanho daquele empreendimento que já me apresentava a uma questão: como reorganizar o trabalho numa outra lógica e racionalidade no empreendimento tão grande? Ao visitar cada setor, ao procurar compreender a localização de cada máquina e os postos de trabalhos dos operários, ao ver a divisão tão demarcada entre o chão de fábrica e o setor administrativo, me punha a pensar (e procurar) sobre os vestígios possíveis da 'autogestão' que ali tenha ficado.

Ainda na visita exploratória, pude participar de uma das reuniões do Chalé.¹⁹⁶ Estas se tratavam das reuniões com representantes das associações de moradores dos 48 engenhos e a equipe harmonia (esta constituída pelos assessores e educadores). Abaixo da assembleia geral, estas reuniões era o segundo fórum de decisão e coordenação.

Vale mencionar que o meu acesso à usina 'estava garantido', por um dos

¹⁹⁶ Uma das casas grandes da usina, após a recuperação do processo produtivo pelos trabalhadores, foi rebatizada com o nome de Chalé.

assessores e formadores ser meu padrinho. Foi este quem me acompanhou em toda a visita exploratória, me apresentando o Projeto Harmonia-Catende e o seu desenvolvimento até então. Na reunião do Chalé em que participei, me apresentou aos presentes como afilhado e investigador, me dando a palavra para falar de forma sucinta do que se tratava a minha pesquisa.

Contudo, um ano depois, tive receio de ser recordado como afilhado deste assessor e formador, uma vez que, com a retirada da cooperativa, as queixas e reclamações sobre esta equipe e diretores da cooperativa foram frequentes. Tive receios que ao ser reconhecido, não sentir-se, por parte dos operários, confiança, e muito menos da direção atual. Mas, durante todo o período que ali estive, isto não ocorreu e, tampouco, recordaram que ali estivera à mais de um ano atrás.¹⁹⁷

No retorno à usina, para enfim desenvolver a pesquisa, na primeira conversa que tive com o agente administrativo, ele afirmou que apesar da cooperativa não está mais na gestão, os trabalhadores continuavam decidindo. Porém, só depois logrei perceber a quais trabalhadores ele se referia. Não se tratava dos operários, mas dos trabalhadores do campo, os fornecedores de cana-de-açúcar.

Com a dificuldade em encontrar o novo síndico na usina, a minha inserção no terreno se deu no meado da entressafra, isto é, no período em que a usina não estava moendo. Neste período, parte dos operários trabalhavam na desmontagem das máquinas e nas oficinas. As peças são substituídas por outras feitas na própria usina. Os demais operários estavam em recesso, retornando apenas quando a usina voltou a moer. Logo, neste período tive contato com os operários nas oficinas e os trabalhadores do laboratório de sacarose.¹⁹⁸ E por vezes, acompanhava o técnico de segurança na expedição aos campos da própria usina.

Era um tanto cansativo, pois quando não estava parado em algum setor,

¹⁹⁷ Como a visita exploratória ocorreu no período entressafra, ou seja, a Usina não estava moendo cana, não tive contato com os operários que em sua maioria encontravam-se em recesso e, alguns poucos no trabalho de limpeza e mudança do maquinário.

¹⁹⁸ O laboratório da sacarose é onde é analisado amostras da cana. É o setor mais informatizado da usina, uma vez que é nele que se analisa a qualidade da cana-de-açúcar. É feita a análise do "Brix" (quantidade de sólidos solúveis contido no caldo da cana) e o "Pol" (quantidade de açúcar contida no caldo).

estava a andar pela usina acompanhando o técnico de segurança em seu trabalho. O mais desgastante era estar parte do dia na fiscalização de segurança no campo, pois ficávamos, debaixo do sol, a controlar o trânsito na estrada, evitando acidentes por causa do tráfego de caminhões que transportavam a cana-de-açúcar. Estes circulavam devagar por conta do peso e da quantidade, muitas vezes ultrapassando a capacidade normal de carga de cana cortada, representando riscos de acidentes.

Nos primeiros dois meses, por conta da entressafra, tive oportunidade de conhecer alguns dos operários que foram escalados para fazer a limpeza e manutenção das máquinas, ou seja, para trabalhar nas oficinas. Logrando ouvi-los a contar suas histórias na usina e, também, as várias queixas à atuação da cooperativa na administração. Contudo, apesar de alguns se sentirem à vontade para 'desabafar', uma grande parte, falava com certo receio, e muitos eram motivados a falar pelo técnico de segurança.

Nesta fase, centrei mais em ouvi-los sem fazer perguntas diretas sobre o trabalho, a retirada da cooperativa, etc. Buscava, contudo, “[...] obter respostas sem fazer perguntas” (Fernandes, 2003:39). As conversas com os operários, em sua maioria, nesta fase eram iniciadas pelo técnico de segurança.

O fato de passar todo tempo na usina, propriamente com os operários no chão de fábrica, gerou questionamentos por parte de alguns diretores da cooperativa. Ao contrário dos demais investigadores que estiveram na usina, não me dediquei a estar acompanhando o trabalho da cooperativa e as reuniões dos trabalhadores nos engenhos. A investigação pautava-se pela observação do cotidiano laboral no setor industrial.

Ao visitar a cooperativa – estabelecida no Chalé – no intuito de agendar algumas conversas com os diretores, estes estranharam o fato de minha pesquisa não focar na cooperativa Harmonia Catende.

Com o passar do tempo, fui estabelecendo uma maior aproximação a alguns operários. Com estes pude conhecer mais sobre o processo da 'autogestão' na usina, da relação dos diretores da cooperativa com o chão de fábrica, as críticas e os 'desabafos', a estrutura e o funcionamento da usina. As conversas ocorriam no

próprio local de trabalho, algumas das quais na sala do técnico de segurança.

Infelizmente, quando estava prevendo realizar as entrevistas semi-estruturadas, em Junho de 2010, a usina sofreu com as inundações do rio Una. Por conta das fortes chuvas, a usina ficou danificada, trazendo grandes prejuízos econômicos.

Neste mesmo mês, o técnico de segurança que eu acompanhava se demite. Fato que, se não fosse por conta das inundações, poderia trazer grandes implicações no meu acesso ao interior da usina. Teria que esperar que a direção designasse outra pessoa.

A cidade de Catende, como outras no interior do estado pernambucano, ficaram totalmente ilhadas por conta da enchente, o que impossibilitou a continuidade da investigação.

Retornei, portanto, meses depois para realizar as entrevistas. Contudo, os operários se encontravam em mobilização, paralisando a usina, reivindicando melhores condições de trabalho e o pagamento de salários atrasados.

Vale destacar que com a enchente a usina ficou sem condições de voltar a moagem. Tendo um prejuízo financeiro de mais de R\$ 20 milhões.¹⁹⁹ Por isto, não havia condições de manter em dias o pagamento dos salários aos operários e aos fornecedores. Além das péssimas condições de trabalho por conta dos estragos na infraestrutura da usina como um todo. Para retornar ao trabalho, a usina precisava do apoio do governo federal.

Vale sublinhar que, a usina ainda estava se recuperando dos estragos provindos de uma enchente ocorrida no ano de 2009.

¹⁹⁹ Este valor equivale a USD 11.163,00.

PARTE III

ESTUDOS DE CASO

Dedicada às análises e reflexões teóricas dos dados produzidos empiricamente nos dois casos de fábricas recuperadas, um em Portugal e outro, no Brasil, esta parte está dividida em dois capítulos. Antes de avançar na análise dos casos estudados, importa salientar, como ficou claro ao longo da discussão teórica anterior, que o tema das fábricas recuperadas é aqui abordado enquanto parte do processo mais geral de reestruturação do capitalismo global, assim, os regimes de produção coletiva, aqui em análise, são analisados à luz do debate sobre as relações de produção e correspondentes relações de poder no chão de fábrica, sob as condições estruturais em que operam hoje os mercados e o sistema do capital.

Dessa forma, o capítulo IV versa sobre os processos históricos vivenciados pelos coletivos de trabalhadores de cada unidade produtiva aqui estudada, no impedimento do fechamento dos seus postos de trabalho e da recuperação, por eles próprios, da produção. No início, apresento aspectos sobre as regiões em que cada uma das fábricas se encontram e como os ramos específicos de cada unidade se constituíram nestes territórios ligados as suas características socioeconômicas. Em seguida trago as análises e reflexões, partindo do levantamento histórico da experiência vivida em cada um dos casos, das experiências vivenciadas em cada uma das fábricas.

O capítulo V, de forma integrada, procede com a análise dos casos, identificando, além das semelhanças e diferenças, os aspectos centrais que dão respostas ao conjunto de questões que nortearam a investigação e as hipóteses de partida. A conflitualidade emergente nas experiências, a reconstituição identitária a partir do trabalho, o envolvimento de organismos de classe no desdobramento das experiências, são elementos centrais que contribuem para a reflexão integrada dos casos.

Capítulo IV: A fábrica e a usina: do tecido à cana

1. O território da fábrica e da usina

As fábricas recuperadas, como já delineado no escopo desta pesquisa, podem ser percebidas enquanto experiências que se conformam num campo da conflitualidade em que se combinam lógicas, racionalidades, práticas e relações distintas. Mas, neste campo não se pode deixar de sinalizar, nas análises e estudos, as mudanças nas relações no interior dessas experiências. Entretanto, este campo está inserido numa articulação, em especial no Brasil e em Portugal, com os novos contornos, novas características e novas definições que o espaço territorial tem vindo a ganhar face à globalização neoliberal. Segundo Santos (1994), na globalização é a utilização do território que o torna problemático da reflexão social.

A organização social do espaço é uma estrutura subordina-subordinante, como afirma Santos (1978), sendo resultado dos processos sociais, econômicos e políticos. O território é fragmentado para atender a fluidez e rapidez exigida pela financeirização do capital. A razão principal para a reconstituição do espaço da fluidez é o mercado global (Santos, 2003) que leva tudo que está no território (o econômico, o social, o político, o cultural, etc.) a se adaptar “às suas formas de ser e agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (ibid.).

Numa mesma perspectiva, José Reis (1992), ao estudar as vinculações espaciais da indústria em Portugal, coloca em causa os movimentos das empresas e indústrias que tendem, por decisão racional, “aproveitar as diferenças entre as economias regionais” (1987:14). O mesmo tem se sucedido no Brasil, onde se verifica resultados da fragmentação do território, em especialmente no espaço rural, quanto ao desrespeito à dimensão comunitária, entre outras, uma vez que é negado às comunidades locais o direito de regular seus próprios destinos.²⁰⁰

²⁰⁰ Ao propor um 'tratamento político do trabalho' no capítulo I, ao que tange ao redescoberta do lugar do político no espaço da produção material, faço menção ao

As comunidades locais da região Nordeste do Brasil têm assistido a instalação de empresas e indústrias – deslocadas de outras regiões brasileiras – em seus territórios sem a garantia de instrumentos reguladores que condicionem estas aos interesses daquelas. Em outras palavras, o espaço territorial dessa região tem sido reestruturado não para atender as necessidades de suas populações, mas as das empresas. Neste sentido, torna-se relevante “a avaliação do papel dos territórios na forma das estruturas e das dinâmicas sociais contemporâneas” (Reis, 2005:1).

Os estudos de caso aqui tratados são emblemáticos à percepção da importância das relações produzidas e reproduzidas nos territórios em que se inserem, para o condicionamento das ações e atitudes dos coletivos de trabalhadores. Assim, o espaço da indústria (urbano) e o da agricultura (rural) dinamizam “mecanismos diferenciados e plurais que estruturam a vida concreta” (Reis, 2002:91). Entretanto, é preciso cautela ao tratar desses espaços sem cair nos riscos desta dicotomia (urbano/rural), como alertou Santos (1984) ao analisar a mitificação e a mistificação da vida dos camponeses.

Mas, as transformações ocorridas no espaço rural, provocadas, entre outros fatores, pela intensificação da relação com o espaço urbano, não implica ou resulta eliminação ou descaracterização das formas sociais e culturais daquele espaço. Ambos os casos analisados demonstram que os sistemas social e cultural (hábitos, costumes, modos de ser e estar no mundo, etc.) alteram-se de forma diferenciada, não seguindo uma linearidade regular. O caso brasileiro, em especial, por situar-se nos dois campos territoriais, urbano e rural, revela que a posição social dos sujeitos influencia no desdobramento (ruptura ou não) daqueles sistemas.

Não pretendo aqui pormenorizar uma análise sobre a redefinição entre o 'urbano' e o 'rural' nos contextos português e brasileiro, mas importa, a partir das diferenciações na conformação e articulação destes espaços, perceber que “o território não é um dado neutro nem um ator passivo” (Santos, 2003:80). Mas, inscrevem-se na produção de uma “esquizofrenia, já que os lugares escolhidos

resgate da dimensão comunitária que implica participação das comunidades locais nas decisões sobre os modos e meios laborais/productivos no território em que estão inseridas.

acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida” (ibid.loc.cit.).

Como buscarei demonstrar mais adiante, no caso português por localizar-se no espaço fortemente demarcado por traços de ruralidade, a coletividade dos trabalhadores elabora e articula formas particulares de sociabilidades que influem nos comportamentos e nas leituras do mundo distintas de outros espaços, tais como do centro e sul do país. Numa mesma direção, o caso brasileiro por situar-se entre o espaço urbano e rural, caracteriza-se por particularidades no modo de agir e apreender dos trabalhadores fabris a sua realidade social, em comparação aos camponeses.

A fábrica, enquanto modelo e padrão de produção material da vida, molda e regula a vida dos coletivos de trabalhadores, subordinando-os aos ritmos, às situações e regras que delimita o campo de ação dos mesmos. Como buscarei demonstrar em seguida, o caso brasileiro demonstra bem tal condição no tocante aos operários do setor industrial em relação aos trabalhadores do setor agrícola.

O caso português, por sua vez, demonstra que nem sempre os novos componentes sócio-econômicos descaracterizaram as formas culturais e sociais dos coletivos de trabalhadores, mas se incorporam e readaptam a elas reconfigurando a relação capital e trabalho.

Feitas estas considerações gerais acerca da territorialização das experiências elegidas para este estudo, passo à análise das mesmas.

2. Afonso Produção de Vestuário Lda. - o caso português

2.1. O setor têxtil e de vestuário em Portugal

As primeiras fábricas têxteis e de vestuário foram estabelecidas, em Portugal, no século XVIII, assumindo desde o seu início o papel do maior setor industrial no que diz respeito à empregabilidade e exportação. Atravessando diversas fases desde a

sua origem como atividade artesanal, a indústria têxtil e de vestuário²⁰¹ caracteriza-se por uma forte tradição na estrutura econômica do país, em especial na região Norte.²⁰² Como foi referido no capítulo anterior, o algodão – matéria-prima deste setor – esteve sempre coadunado à relação colonial estabelecida por Portugal com algumas de suas colônias.

O subsetor têxtil apresenta uma maior utilização, de certa forma, intensiva, de capital – facilitada pelos baixos salários que favorecem a acumulação deste último. Tal fato propicia a aplicação, neste subsetor, de novas tecnologias no processo produtivo e sistemas organizacionais flexíveis na gestão e no controle do trabalho. Já o subsetor vestuário utiliza-se de mão-de-obra intensiva e não tem investimentos elevados na modernização tecnológica em sua produção (Lima *et al*, 2008). Vale ressaltar que o quadro de trabalhadores deste subsetor é conformado majoritariamente por mulheres. É importante, a este propósito, sublinhar dois elementos apontados por Jaime Reis acerca do aspecto educacional e formação técnica dos trabalhadores do setor têxtil, no início do século XVIII:

[...] tanto em Lisboa, como nas províncias [...] apenas com uma excepção, a taxa de instrução nunca era superior a 20%, sendo em muitos casos apenas de 10%. Nas fábricas do Porto estudadas em 1881, a situação era talvez ainda mais grave, já que em cinco delas todos os trabalhadores eram analfabetos e nas outras três a taxa de instrução variavam entre os 10% e os 25%. Quanto à formação técnica, a presença muito considerável de trabalhadores estrangeiros como capatazes e trabalhadores especializados em fábricas portuguesas demonstra claramente a deficiência neste domínio (1987:225).

Estes dados são significativos para perceber a atual situação de

²⁰¹ De acordo com a definição da Comissão Europeia o setor têxtil e de vestuário é composto por dois ramos industriais que se organizam em fileira: a indústria têxtil constitui-se nas grandes etapas do processo produtivo: a preparação da fibra, a fição, a tecelagem, as malhas e os acabamentos (tinturaria e ultimação); a indústria de vestuário, que compreende a confecção de artigos de vestuário e os acessórios.

²⁰² Estes dados baseia-se num Estudo intitulado “Um Contributo para um Plano Estratégico para a Indústria Têxtil e do Vestuário Portuguesa” encomendo pela APIM (Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção) para o V Fórum da Indústria Têxtil. Para maiores informações consultar: <http://www.atp.pt/gca/index.php?id=16>

vulnerabilidade às consequências negativas da atual reestruturação produtiva por qual vivem os coletivos de trabalhadores do setor. Ao analisar o estudo promovido pela Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção (APIM), vê-se perfeitamente que 95% das fábricas do setor têxtil e de vestuário são Pequenas e Médias Empresas (PME's),²⁰³ estando 80% delas localizadas na região Norte do país.²⁰⁴

Com a atual crise financeira na Europa, as PME's são fortemente impactadas, levando a redução brutal de liquidez. Isto não se restringe à realidade portuguesa, uma vez que, como assinala o Instituto de Apoio à Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), “uma característica comum às economias europeias é o facto de as PME's se assumirem como pilar das suas estruturas empresariais”.

Lima (*et al*, 2008) apresenta o setor como aquele que se caracteriza pelas baixas remunerações dos trabalhadores, sejam estes qualificados ou não: “99% dos trabalhadores são abrangidos por Contratos Colectivos de Trabalho (CCT) e a maior parte possuem contratos sem termo” (*ibid.*:3). Corroborando este autor, um estudo realizado, em 2008, pela consultora *Werner International*, indica Portugal, no tocante à indústria têxtil, no grupo dos países com custos salariais mais baixos, igualando-se à países como Hong Kong, República Checa, Polónia e Eslováquia.²⁰⁵

Ao que abordei sobre a condição semiperiférica de Portugal, no capítulo II, o setor têxtil e de confecções, entre outros, como por exemplo o do calçado, revela o 'espaço' e/ou papel que os países com aquela condição (e com a periférica) têm na

²⁰³ A recomendação da Comissão Europeia 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003, define as micro, pequenas e médias empresas em função dos efetivos de que dispõem e do seu volume de negócios ou do seu balanço total anual. Por falta de maior informação para os dois últimos critérios, neste estudo, considero o critério de número de trabalhadores. Assim, adotando a definição europeia: Microempresa é aquela que emprega menos de 10 pessoas; pequena empresa, menos de 50 pessoas e, média empresa, menos de 250 pessoas. Para maiores informações consultar: http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/business_environment/n26026_pt.htm

²⁰⁴ A região Norte, em termos de correspondência com os distritos portugueses, engloba os distritos de: Viana do Castelo, Porto, Vila Real e Bragança, e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Guarda. Esta região ocupa 21.278 km² com uma população de 2.784.169 habitantes (37% da população do país), de acordo com o censo de 2008.

²⁰⁵ Ver matéria intitulada “Portugal entre os países com baixo custo salarial”, Jornal de Notícias, 25 de Maio de 2008, http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=943873

divisão internacional do trabalho.²⁰⁶

Este setor, que outrora representava 50% das exportações nacionais com um grande peso na economia do país, sofreu um dismantelamento gradual com o fenômeno da globalização, o qual trouxe a abertura dos mercados à escala mundial, o acelerar da liberalização das trocas mercantis e o declínio das barreiras ao comércio de bens e serviços. Provocando níveis nunca antes testemunhados da concorrência internacional.

Como bem demonstra Lima (*et al*, 2008) e o estudo acima mencionado, quando Portugal, em 1960, integrou-se na *European Free Trade Association* (EFTA)²⁰⁷ a indústria têxtil e vestuário no país obteve condições especiais de proteção, o que marcou a abertura do setor para o exterior. Tornando-se um dos maiores exportadores mundiais no setor e em excelência na relação preço e qualidade.

Por esta década, 1960, e também em 1970, muitas empresas europeias se instalaram no país por conta das vantagens econômicas competitivas, nomeadamente os baixos custos com a contratação de mão de obra. Mais uma vez, vale recorrer a Santos,

Devido à importância que os baixos custos salariais representavam, o sector da exportação que mais beneficiou com estas políticas foi o sector tradicional dos têxteis, confecções e calçado, um sector trabalho-intensivo. O seu crescimento foi mais rápido do que o de qualquer outro sector, mas o baixo suporte tecnológico e a sua desvalorização em termos de mercado internacional conduziam a uma degradação da posição do sistema produtivo

²⁰⁶ Enquanto semiperiferia, Portugal, no século XVIII, foi uma oportunidade à Inglaterra para a comercialização de suas máquinas têxteis, não sendo portanto, um mero consumidor dos têxteis ingleses. A instalação da indústria têxtil naquele país foi resultado de uma política estratégica da expansão internacional da produção e comércio deste país. Para maior aprofundamento desta questão vide Castro (1978) e Cabral (1981).

²⁰⁷ A EFTA constituiu-se pela Convenção de Estocolmo, assinada em 04 de Janeiro de 1960, tendo como membros Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Surgiu como uma oposição à Comunidade Econômica Europeia, pois diferente desta, os países-membros procuravam evitar o que consideravam pesados compromissos econômicos e institucionais. Porém, com o fortalecimento desta Comunidade, a EFTA perdeu a maioria dos membros, restringindo-se, atualmente, à associação de apenas quatro países: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Para maiores informações vide <http://www.efta.int/>

nacional no contexto internacional (1993:38).

Porém, aquele cenário muda com a liberalização dos mercados mundiais, implicando diminuição de fábricas e postos de trabalho do setor no país: a deslocalização de unidades de produção de empresas estrangeiras para países asiáticos; a deslocalização de empresas nacionais para países que integraram ultimamente a UE e o fechamento e/ou a falência de empresas nacionais que não lograram resistir à concorrência.

A partir do ano de 2000, inicia-se uma crise nas exportações no setor em Portugal. Segundo as conclusões de um estudo apresentado, em 14 de dezembro de 2004, pela Associação Nacional das Indústrias do Vestuário e Confecção (ANIVÉC/APIV), 2005 a 2013 serão os dez anos mais 'dramáticos' no que se refere ao fechamento de postos de trabalho naquele setor.²⁰⁸

Diagnostico igual fez o Centro de Estudos Têxteis Aplicados (CENESTAP), que registra o abrandamento nas exportações resultando na previsão de que cerca de 73 mil trabalhadores ficariam sem seus postos de trabalho nos cinco anos seguintes a 2006. As notícias eram de fechamento de fábricas, seja de pequeno e grande porte, daquele setor.

Segundo a Federação dos Sindicatos os Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal (FESETE), diante de um estudo realizado,²⁰⁹ os setores têxtil, de vestuário e calçado viram em uma década, os anos de 1990 a 2000, a redução de 24% da sua força de trabalho, ou seja, perderam 90.000 empregos. Foi na área do têxtil tradicional que ocorreu a maior perda, de 167.000 trabalhadores passou para 96.000. O setor vestuário perdeu cerca de 10.000 trabalhadores.

Uma das tendências verificada pela FESETE, a partir daquele estudo, e

²⁰⁸ Ver matéria intitulada "Aumento do desemprego acentua-se durante os próximos dez anos", Jornal de Notícias, 15 de Dezembro de 2004, http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=472338

²⁰⁹ O resultado do estudo encontra-se em FESETE (2003) e também é analisado de forma geral em Lima e Lino (2009).

analisada em seu 10º Congresso,²¹⁰ reporta-se à reduzida dimensão das empresas do setor no país. Entre 1990 e 2006, as empresas com mais de 500 trabalhadores reduziram 85%, passando de 127 para 19 unidades. No mesmo período, as empresas entre 100 a 500 trabalhadores, tiveram uma redução de 56%, ou seja, passaram de 739 para 324 empresas; as de 50 a 99 trabalhadores, passaram de 882 para 581, 34%.²¹¹ A conclusão da FESETE é que a “tendência actual mantém-se no desaparecimento das empresas de grande dimensão e redução das empresas de média dimensão, ao mesmo tempo que são criadas novas empresas de pequena dimensão” (FESETE, 2009:1).²¹²

Segundo a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP), 82% das empresas do setor têxtil e vestuário concentram-se, em 2010, na região Norte do país. A tabela 1 demonstra a evolução dos principais indicadores do setor na última década.

Tabela 1 – Evolução dos principais indicadores na última década

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Volume de Negócios (milhões)	7.963	8.339	8.198	8.103	8.145	6.993	6.931	6.979	6.404	5.781	6.361
<i>Evol.</i>		4,7%	-1,7%	-1,2%	0,5%	-14,1%	-0,9%	-0,7%	-8,2%	-9,7%	10,0%
Produção (milhões)	7.844	8.159	7.924	7.840	7.890	6.756	6.749	6.733	6.147	5.687	5.782
<i>Evol.</i>		4,0%	-2,9%	-1,1%	0,6%	-14,4%	-0,1%	-0,2%	-8,7%	-7,5%	1,7%
Emprego	235.608	225.870	243.264	222.602	209.768	201.265	186.837	180.335	168.206	157.145	150.929
<i>Evol.</i>		-4,1%	7,7%	-8,5%	-5,8%	-4,1%	-7,2%	-3,5%	-6,7%	-6,6%	-4,0%
Exportações (milhões)	4.927	5.073	4.927	4.572	4.319	4.118	4.237	4.347	4.086	3.504	3.742
<i>Evol.</i>		3,0%	-2,9%	-7,2%	-5,6%	-4,6%	-4,6%	2,6%	-6,0%	-14,2%	6,8%
Importações (milhões)	3.311	3.308	3.200	3.048	2.971	2.993	3.296	3.411	3.290	3.041	3.296
<i>Evol.</i>		-0,1%	-3,3%	-4,8%	-2,5%	0,7%	10,1%	3,5%	-3,5%	-7,6%	8,4%

Fonte: Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP)

²¹⁰ O 10º Congresso da FESETE/CGTP realizou-se na cidade do Porto, no dia 23 de Janeiro de 2009, contando com a participação de 195 delegados dos 12 sindicatos que constituem a federação.

²¹¹ Ver também Parente (2008).

²¹² Ainda segundo a FESETE, no período mencionado tem-se verificado um aumento e criação de empregos nas fábricas com menos de 10 trabalhadores, as chamadas micro empresas que cresceram 66%, vide FESETE, 2009.

De acordo com o que se apresenta na Tabela 1, apesar do declínio da quantidade de empresas no decorrer da última década, observa-se o peso significativo do setor na atividade econômica portuguesa, dado que representa um universo de aproximadamente 7 mil empresas, com o número de 152 mil trabalhadores empregados de forma direta, além do volume de negócios em torno dos 6.500 milhões de euros. Vale destacar que entre 2002 a 2004, tem-se uma evolução positiva no número de empresas do setor que decresce nos anos seguintes até 2009, com uma elevação em 2010. Ao que tange à mão de obra, o setor representa 4,7% do total de trabalhadores das empresas portuguesas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o setor encerrou o ano 2010 com saldo positivo no requisito de criação de emprego,²¹³ contrariando a tendência nacional.

Mas por se tratar de um setor condicionado às flutuações da atividade em âmbito mundial, é fragmentado e sujeito a desajustes e oscilações entre a oferta e a procura. Tal fenômeno é possível de ser observado na Tabela 1, nos anos de 2008 e 2009, uma brusca redução da produção e exportação devido a crise econômica de 2008. Tendo, como consequências, repercussões negativas sobre os trabalhadores, uma vez que postos de trabalhos foram encerrados.

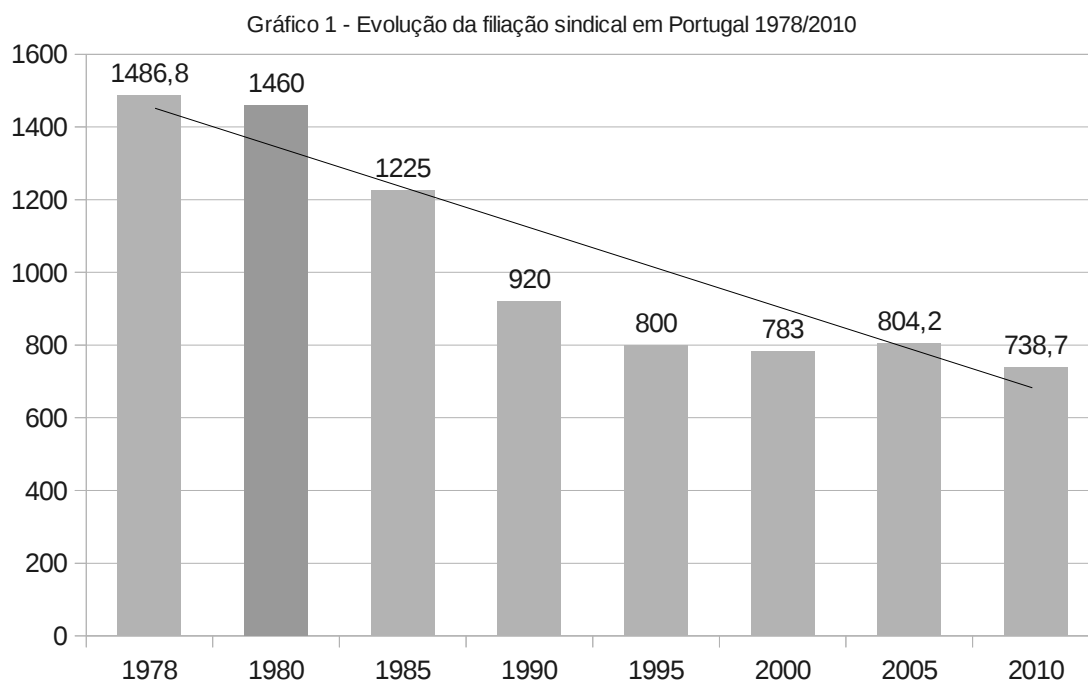
Segundo INE e ATP, apesar da crise econômica por qual passa o país, em 2010, o setor têxtil e vestuário exportaram mais 12,5% nos primeiros meses deste ano em comparação ao mesmo período do ano anterior. Voltando a ser o maior setor exportador do país.

Um fator importante a ser sublinhado refere-se à avaliação da FESETE: “não há dúvidas que esta 'mutação na' estrutura empresarial dificulta, ainda mais, a organização dos trabalhadores e a sua intervenção 'e cria novos desafios à actividade de sindicalizar e à eleição de delegados e dirigentes sindicais' (2009:2).²¹⁴ O encerramento de muitas médias e grandes empresas contribuíram significativamente

²¹³ Ver matérias intituladas “Têxtil com dificuldade de recrutar”, Portal do Jornal Expresso, 25 de Março de 2011, <http://aeiou.expressoemprego.pt/Actualidade.aspx?Art+1&Id=2444> e, “Têxteis: O sector está melhor do que o país”, Portal do Jornalismo Porto Net, 11 de Junho de 2011, http://jpn.c2com.up.pt/2011/06/11/texteis_o_sector_esta_melhor_do_que_o_pais.html

²¹⁴ Grifos do próprio autor.

para a redução de trabalhadores da categoria sindicalizados (ibid. loc. Cit.). No gráfico 1 é possível verificar o declínio do número de trabalhadores sindicalizados em âmbito nacional.



Fonte: Sousa, Henrique José Carvalho de (2011), *Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)*

Freitas (2009), em seu estudo sobre o setor têxtil, vestuário, calçado e curtumes, logrou averiguar uma tendência decrescente na taxa de sindicalização neste setor, no período compreendido entre 1996 a 2006. A Tabela 2, elaborado pelo próprio autor, é uma estimativa sobre aquela taxa, uma vez que se baseou do cálculo da quota sindical média anual paga pelos trabalhadores.²¹⁵

²¹⁵ Freitas utilizou para o cálculo, os valores dos salários médios mensais acordados para os trabalhadores das ITVC nos anos de referência do estudo (1996, 2000 e 2006) e, depois estimando o número de filiados cruzando o volume de quotizações anualmente recebido por cada sindicato com a quota média por sindicalizado assim obtida.

Tabela 2 – Sindicalização dos trabalhadores da ITVC

Indicadores	1996	2000	2006
Nº Sindicalizados Sindicatos ITVC – FESETE/CGTP	44.209	37.850	23.056
Nº Trabalhadores ITVC	290.537	283.757	212.600
Taxa de Sindicalização - %	15,2	13,3	10,8
Quotizações sindicais anuais Sindicatos FESETE (€)	1.591.529,50	1.566.993,35	1.148.185,20
Quota anual média por trabalhador (€)	36,00	41,40	49,80
Salário médio mensal por trabalhador (€)	299,86	345,30	415,22

Fonte: Freitas, Manuel A. T. (2009), *As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações laborais nas indústrias têxteis, vestuário e calçado*, Dissertação (Mestrado em Sociologia)

Lima e Lino (2009) ao analisarem um caso do grupo do ramo têxtil, Melka Confecções,²¹⁶ apresentam a controvérsia entre o grupo e o Sindicato dos Trabalhadores da categoria no Sul do país, sobre os motivos das demissões coletivas que decorreram entre os anos de 1996 e 2004. A empresa ao alegar falta de competitividade, salientava a superioridade dos custos de produção no país em comparação a outros países. O sindicato defendia que a deslocalização fabril para países do Leste europeu e Extremo Oriente devia-se a existência, nestes país, grande contingente de 'mão-de-obra' barata (id.).

Neste aspecto, é impossível dissociar-se das práticas e relações particulares das comunidades rurais, em especial, na análise dos processos de industrialização e suas derivações na realidade socioeconômica das comunidades do Norte de Portugal. A economia doméstica e solidariedades de vizinhança, traços ainda presentes nas comunidades desta região, exercem influências nos “habitus” dos coletivos de trabalhadores que enfraquecem a capacidade de organização e contestação coletiva (Estanque, 1999; Ruivo, 2000).

Neste panorama, o resultado é o encerramento de muitas empresas; a deslocalização das filiais das multinacionais instaladas no país; a subcontratação por parte das empresas que continuam no mercado das PME's, em especial, nos períodos de picos de produção e, como consequência, a redução do quadro de trabalhadores naquelas. Conforme o IAPMEI (2008), em Portugal, as PME's são dominantes na estrutura empresarial nacional, representando 99,6% das unidades empresariais do

²¹⁶ Empresa de capital sueco e que implantou-se em Portugal em 1960.

país e 75,2% (¾) dos empregos (privados). Isto significa cerca de 297 mil PME's gerando aproximadamente 2,1 milhões de postos de trabalho.

Ao considerar o que as Tabelas 1 e 2 indicam, se coloca em evidencia o auto grau de vulnerabilidade das mulheres empregadas no setor aqui tratado, uma vez que são elas quem majoritariamente compõe o quadro de trabalhadoras do setor têxtil e de vestuário. Segundo a FESETE (2009), em cada 100 trabalhadores no setor, 70 eram mulheres, no ano de 2006. A situação para elas se complica à proporção que ao perderem os empregos, não logra, para elas, a criação de empregos em outros setores industriais no país.

A atual crise pela qual passa a UE, em especial Portugal, acentua tragicamente a vulnerabilidade econômica e social dos trabalhadores da indústria, em especial as mulheres. A atividade feminina representa 56,2%, sendo uma das mais elevadas da Europa, mas continuam a ser as principais “vítimas de segregação no campo profissional, o que se comprova pela sua menor presença nas categorias profissionais mais qualificadas” (Estanque, 2012:24).

O crescimento do número de PME's no setor têxtil e de vestuário é um fator que favorece o emprego de mão de obra intensiva e o regime de subcontratação. Na maioria das vezes, as PME's são “meras alugadoras de mão-de-obra dado que tudo o resto é fornecido pelo cliente. 'A sua incorporação na cadeia de valor dos produtos ou serviços é nula ou diminuta’” (FESETE, 2009:34).²¹⁷

De acordo com o relatório da *Foutation European, European Restructuring Monitoring* (2004),²¹⁸ no panorama Europeu, demonstra que Portugal (ao contrário, por exemplo, da Itália) possui uma tradição e capacidade sectorial, adotam distintas saídas e/ou respostas a reestruturação sectorial produtivo decorrente das consequências da globalização. Enquanto na Itália, diante de todas dificuldades e problemas, logra manter o núcleo das atividades produtivas em seu território, em Portugal, reage-se com encerramento e falências das unidades produtivas.

²¹⁷ Grifos do próprio autor.

²¹⁸ Para maiores informações consultar:

http://www.eurofound.europa.eu/areas/industrialrelations/dictionary/definitions/european_restructuringmonitor.htm

2.2. Região Norte. Um território tecido pelos têxteis

Como demonstrou Castells em um texto da década de 1970, a indústria produz espaço (id., 1977), é o que, em certa medida, se pode atestar do caso da região Norte de Portugal aqui tratada. A localização e distribuição das indústrias num determinado território projetam e formulam relações sociais, interesses e luta de classes (Manzagol, 1985).²¹⁹

O desenvolvimento desigual das regiões num país é um dos elementos centrais a ser considerado na relação entre indústria e espaço. Castells (1977) demonstra que esta relação não consiste apenas na variabilidade dos ramos/tipos de indústrias numa determinada localidade, mas, também, a forma como o espaço industrial se articula com o sistema urbano.

Alguns estudiosos afirmam que o Norte de Portugal é a região, economicamente falando, mais aberta ao exterior, atestando a sua 'vocação' à exportação das suas produções.²²⁰ Porém, tal 'vocação' não proporcionou, no percurso das várias fases históricas da industrialização por que passou a região, a constituição de uma estrutura produtiva com alta produtividade e com forte conteúdo tecnológico. Ao contrário, aquela é caracterizada por baixa produtividade e tecnologia, utilização intensiva de mão de obra e, evidenciada pela atual crise, por forte ameaça de fechamento de postos de trabalho.

O termo vocação é colocado em destaque, por não fazer jus a especialização setorial na região. Corroboro a análise feita por Parente: “[...] o território português, e em particular a Região Norte, não encontram [...] qualquer vocação económica específica e consistente” (2008:8).

Santos, ao estudar sobre o Estado Português, elucida que a situação de baixa produtividade e tecnologia e de utilização intensiva de mão de obra no Norte do país tornou-se frequente, e destaca que:

²¹⁹ Harvey (2006) afere que o domínio do espaço sempre constituiu-se como um aspecto da luta de classe.

²²⁰ Esta vocação está associada à orientação exportadora de algumas das atividades económicas proeminentes na região tais como, calçado, mobiliário e, em destaque, têxtil e vestuário.

[...] no Norte do país, os tribunais do trabalho tivessem funcionado eficazmente no fim dos anos 70 e princípios dos anos 80, no sentido de repor a legalidade contra as violações das leis laborais, muitas empresas que alimentaram o espectacular crescimento das exportações teriam falido, com consequências drásticas em termos de emprego e de balança comercial (1993:32).

Evidencia-se bem a que preço a tradicional 'vocaçãõ' para a exportação foi sendo historicamente atribuída àquela região.

Com mais de um terço da população residente no país e contribuindo aproximadamente com um terço do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, a região Norte apresenta uma característica forte no que concerne a assimetria de desenvolvimento econômico e social entre as suas sub-regiões. Esta região caracteriza-se, entre outras, por uma dualidade territorial bem demarcada. Enquanto a região metropolitana do litoral ao redor da cidade do Porto apresenta-se com um estilo urbano, o interior da região Norte é marcado por uma ruralidade dotada de dinâmicas de desenvolvimento econômico e social aquém da média nacional.²²¹ Como visto na segunda parte deste estudo, a própria industrialização portuguesa se revestiu, também, de uma dualidade.

Figura 1 – Região Norte e suas sub-regiões



Fonte: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte

²²¹ Estes dados foram extraídos do Relatório do Observatório do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) "Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social", Volume 3, Julho/2005. Para maiores informações consultar: http://www.observatorio.pt/ponto1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73

Ao debruçar-me sobre o estudo das indústrias têxteis no Norte de Portugal, não há como escapar em considerar nesta análise a característica rural ainda tão presente, como afirmado acima. Apesar do maior volume de emprego concentrar-se na indústria têxtil, como demonstra um estudo do Instituto Nacional de Estatística (INE),²²² a agricultura é o ramo dominante em 51 concelhos da região, nomeadamente, na sub-região Minho-Lima.

Em uma conversa com diretoras de um Centro de Emprego desta sub-região, expressaram-me que, no desenvolvimento de seus trabalhos junto aos empresários, buscam levá-los a compreender a especificidade da população local que, em certa medida, tem dificuldade em integrar-se ao ritmo do trabalho industrial, uma vez que na temporada das vindimas as pessoas tendem a faltar o emprego. Os empresários que chegam para instalar seus negócios, segundo as diretoras, precisam compreender e saber lidar com esta especificidade.²²³

Abro parênteses para detalhar um pouco a sub-região Minho-Lima, uma vez que nela se localiza um dos estudos de caso desta investigação. O Minho-Lima²²⁴ é uma das oito Unidades Territoriais Estatísticas (NUT's) III que fazem parte da NUT II Norte de Portugal, localizando-se no extremo Noroeste do país. É uma sub-região marcadamente rural, formada por dez municípios do distrito de Viana do Castelo, e, conforme já mencionei, com dinâmicas de desenvolvimento econômico e social aquém da média nacional e das observadas na faixa litoral da região. Possui, como consequência, uma fraca especialização produtiva e produtividade, com reduzida capacidade para atrair e fixar atividades e recursos estratégicos competitivos e sofisticados.²²⁵

²²² O estudo aqui referido intitula-se Emprego e deslocações casa-trabalho na Região Norte, elaborado por António Eduardo Pereira, membro da Direção Regional do Norte - INE, publicado em 30 de Agosto de 1995, na própria *homepage* do INE, vide <http://www.ine.pt>

²²³ A conversa ocorreu em uma visita feita à alguns centros de empregos da sub-região durante a terceira fase da pesquisa, no período compreendido de Setembro a Novembro de 2010.

²²⁴ A sub-região Minho-Lima ocupa um espaço geográfico de 2.255 Km², segundo o Anuário Estatístico Região Norte 2010 – INE. Os municípios que compreende a sub-região são Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Paredes de Coura, Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira.

²²⁵ Estes dados foram extraídos do Relatório do Observatório do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) “Competitividade Territorial e Coesão Económica e

De acordo com Marques (1994), não resulta da industrialização a incorporação de atividades não agrícolas no seio das famílias camponesas, mas da divisão do trabalho no interior destas, baseando-se em questões de gênero e idade. Ainda conforme o autor, as formas estratégicas de sobrevivência dessas famílias são dependentes dos contextos territoriais em que se inserem. E foram nestes contextos que nomeadamente as indústrias de mão de obra intensiva se instalaram.

Vale sublinhar que tal qual a âmbito nacional, a produção industrial não tem uma distribuição geográfica uniforme na região Norte. Enquanto as sub-regiões do Grande Porto e Ave são as mais industrializadas,²²⁶ as do Alto Trás-os-Montes, do Minho-Lima e do Douro são, por ordem decrescentes, as menos industrializadas. A região é marcada pela “persistente abundância de mão-de-obra camponesa” (Medeiros, 1994:102), o que propiciava uma simbiose com o processo de industrialização na região.

Um tecido industrial mais ou menos disperso constituiu-se nesta região, em três focos de irradiação, conforme Medeiros: “o da área do Grande Porto, o triângulo Braga-Guimarães-Vila Nova de Famalicão e o pólo Aveiro-Águeda” (1994:102). Ainda segundo o autor, nestes polos, deste os anos 50, manteve-se grande parte das características iniciais dos primórdios da industrialização no país, no que concerne à tecnologia utilizada e formas organizacionais.

Com este panorama, pode-se perceber quanto o setor têxtil e de vestuário tem de peso na dimensão econômica e social da região Norte, resultando em uma grande dependência desta ao trabalho e à riqueza produzida por aquele setor.²²⁷ Portanto, a dinâmica econômica da região torna-se vulnerável às oscilações do setor.²²⁸

Social”, Volume 3, Julho/2005. Para maiores informações consultar: http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73

²²⁶ É de salientar que, para além de agregar a grande maioria das empresas têxteis, a região Norte concentra grande parte das maiores empresas deste setor.

²²⁷ Segundo Parente (2008), as atividades agrícolas empregam um número residual de pessoas no Norte, enquanto a atividade industrial transformadora supera expressivamente a média nacional de emprego afeto, com a posição a Indústria Têxtil, Vestuário e Couro a assumir a posição cimeira neste subsector. Salvaguardando que tanto no território nacional quanto na Região Norte, a indústria transformadora tem vindo a diminuir.

²²⁸ Esta afirmação baseia-se na consulta da seguinte fonte: “Análise da Indústria Têxtil e do Vestuário”, estudo promovido pela EditValue – Consultoria Empresarial Lda,

Segundo Melo (2008), relativamente aos níveis de produtividade e das taxas de utilização dos recursos humanos, a região Norte encontra-se abaixo da média nacional. Por causa da quebra dos níveis de produtividade e da criação de valor acrescentado por trabalhador, os indicadores do PIB *per capita* do Norte são, em comparação ao nacional, bastante inferiores.

É neste cenário que desde o início do ano de 2000, o fechamento e a falência de fábricas do setor têxtil e de vestuário em Portugal têm ocupado páginas de noticiários, como por exemplo: da Fábrica de Tecidos de Celeirós, em Braga, 2005; da empresa Irmãos Coelho, em Manhente; das empresas do Grupo Barcelense e João Duarte, em Barcelos; da Confecções Majorepe, em Ponte de Lima, 2011;²²⁹ entre tantas outras.²³⁰

Com este panorama, o desemprego torna-se num dos maiores problemas da região, somando-se a forte incidência da pobreza que assola vários agregados familiares. Segundo Pinheiro (2008), o número de beneficiários do subsídio de desemprego, entre 2002 a 2005, aumentou bastante, tendo uma variação média de 54,4%, superando a média nacional, 36,8%.²³¹

Torna-se importante sublinhar que, como demonstra aquela autora, naqueles anos, mais da metade dos beneficiários do subsídio de desemprego era feminino.

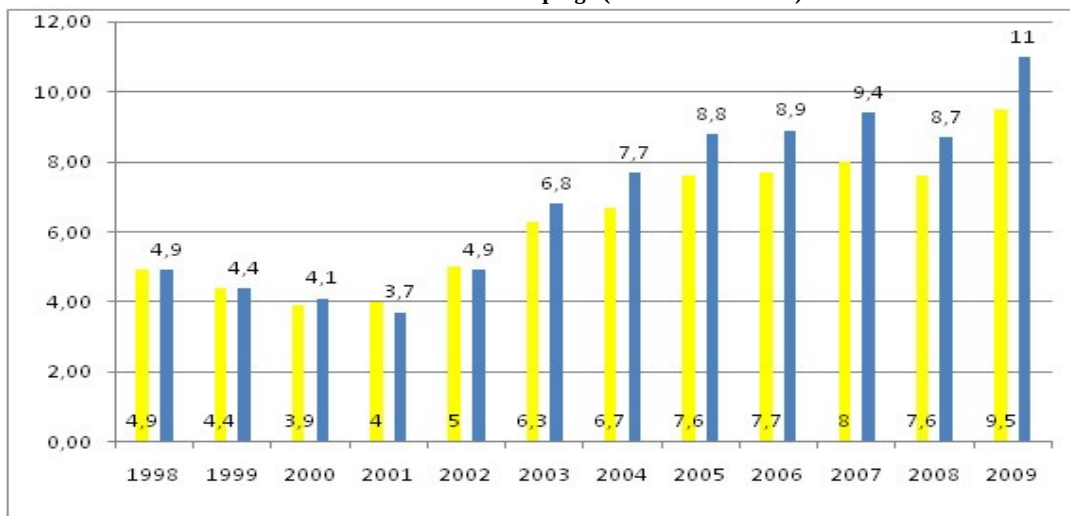
Universidade do Minho e SPINOFF Acadêmico. Este estudo decorreu em 2006, <http://foreigners.textovirtual.com/.../analise-da-industria-textil-do-vestuario.pdf>

²²⁹ Ver matéria intitulada “Fecho de fábrica têxtil lança 47 mulheres no desemprego”, Correio da Manhã, 29 de Abril de 2011, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/fecho-de-fabrica-textil-lanca-4-7-mulheres-no-desemprego>

²³⁰ Ver matéria intitulada “Fecho de fábricas agrava crise social no Cávado”, Jornal de Notícias, 21 de Outubro de 2008, http://www.jn.pt/Paginalnicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Barcelos&Option=Interior&content_id=1031794; “Fecho de fábrica centenária põe mais 50 no desemprego”, Jornal de Notícias, 05 de Março de 2005, impresso; “Fecho de fábrica têxtil lança 47 mulheres no desemprego”, Correio da Manhã, “Encerramento de fábrica têxtil em Castelo de Neiva deixa no desemprego 20 trabalhadoras”, RTP Notícias, 03 de Janeiro de 2012.

²³¹ A autora para a sua análise utiliza-se dos dados fornecidos pelo Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES) e do INE.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego (% - Médias Anuais)



Fonte: INE

Pela análise do gráfico 2, no qual Portugal (nacional) está representado pela cor clara, e o Norte (região), escura, pode-se afirmar que em 2003 notam-se diferenças significativas às taxas de desemprego. Concluindo, portanto, que há uma enorme disparidade entre as taxas da região Norte em comparação as do país. Atingindo uma acentuada diferença no ano de 2009, equivalendo mais de 1,5%. Ao que demonstra a Tabela 3, o Norte segue com a maior taxa de desemprego em comparação às demais regiões do país. Em 2012, em âmbito nacional, esta taxa alcançou 15,5%, sendo Portugal o terceiro país com uma taxa mais elevada, estando apenas atrás da Espanha (subiu para 25,1%) e da Grécia (24,4%).²³²

Tabela 3 – Desemprego registrado em Portugal em setembro 2008 e de 2012 por região NUTS

Regiões	Setembro de 2008 (N)	Setembro de 2012 (N)	Diferença entre Set 2012 e Set 2008 (N)	Taxa de variação (%)
Norte	179.166	290.737	111.571	62,3
Centro	60.216	95.321	35.105	58,3
Lisboa e Vale do Tejo	117.400	205.578	88.178	75,1
Alentejo	17.737	31.530	13.793	77,8
Algarve	9.415	27.661	18.246	193,8
RA Açores	3.125	9.859	6.734	215,5
RA Madeira	8.184	22.871	14.687	179,5

Fonte: Estatísticas do mercado de trabalho, informação mensal (IEFP) – Observatório das Desigualdades/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL)

²³² Dados divulgados pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), com valores referentes a junho de 2012.

Este cenário advém, além da conjuntura de crise financeira na UE, dos desajustamentos estruturais do país decorrentes das políticas adotadas pelos sucessivos governos.

2.3. “A fábrica comprada por 1€”²³³

Na década de 1980, três engenheiros alemães encontram em Portugal oportunidades de negócio no setor de confecção. Abrem duas unidades fabris, uma em Braga e outra em Arcos de Valdevez, na região Norte. Numa área de 114.343 metros quadrados, em Arcos de Valdevez, encontra-se o Parque Industrial de Paçô.²³⁴ Neste, num terreno com 2.000 metros quadrados cedido pela Câmara Municipal, é instalada a fábrica de camisas clássicas Afonso Produção de Vestuário Lda. A segunda unidade fabril construída naquela zona e a primeira a empregar mulheres. Na região, estas não tinham alternativas de emprego, a não ser o trabalho no campo. São 87 mulheres e 3 homens empregados naquela unidade (Revista Veja, 26 de Fevereiro de 2006).

Para essas mulheres e esses homens, a Afonso é o 'espaço-tempo' de suas juventudes e do primeiro (para grande parte deles, o único) emprego. Elas e eles chegam ali ainda muito jovens. As mulheres com experiência de trabalho no campo, com outras regras e dinâmicas de trabalho, na Afonso 'disciplinam-se' ao regime do labor fabril. Recebem gritos e reclamações do patrão (o primeiro proprietário) que as “disciplinam” naquele modelo de trabalho, explica-me, dessa maneira, uma das operárias. Dois dos trabalhadores, homens, já têm experiências de trabalho fabril, vindo de outras fábricas localizadas na cidade de Braga.²³⁵

No ano de 2000, de clientes a novos proprietários, os empresários alemães da companhia Mullet & Tusk-Dolzen passam a dirigir a Afonso (Revista Veja, 26 de

²³³ Este subtítulo baseia-se nas chamadas de vários jornais que serviram de fontes secundárias para esta pesquisa.

²³⁴ Atualmente o Parque Industrial de Paçô constitui-se em 24 empresas, segundo dados fornecidos pelo Centro de Emprego de Arcos de Valdevez.

²³⁵ Esta cidade localiza-se a 36 km de Arcos de Valdevez.

Fevereiro de 2006). Em 2004, as operárias, que até então, recebem em dias seus salários, passam a tê-los em atraso. Os sócios não aparecem mais na fábrica, ficando a responsabilidade da gestão a cargo da gerente, Conceição Pinhão. Esta, em Agosto daquele mesmo ano, vai até a empresa titular, na Alemanha, para esclarecer aquela situação. Meses depois, os proprietários visitam a fábrica, mas em nada muda a situação: atrasos de pagamentos e da entrega de tecidos (matéria-prima), ocasionando a redução do volume de trabalho.²³⁶

Em 29 de Novembro de 2004, os proprietários da Afonso chegam para uma reunião com a gerente para planejar o futuro desenvolvimento daquela unidade fabril. O expediente de trabalho das 08 às 17 horas, naquele dia, corre normalmente. Uma das funcionárias do setor administrativo, a pedido da gerente, antes mesmo de ir para sua casa, após o expediente, retorna à fábrica para verificar se está tudo bem. Pois, o fato de um dos proprietários ter perguntado a um operário como se abria o portão do cais, intriga tanto a este, quanto a própria gerente. Aquela funcionária presencia os dois proprietários retirando tudo o que há na fábrica. Ela não tarda em informar às colegas que no passar de dez à quinze minutos encontram-se à porta da fábrica. Também contam com a presença de familiares delas e de trabalhadores de outras fábricas do polo (Notícias dos Arcos, 21 de Abril de 2005).

Os proprietários regressam à fábrica apenas no intuito de retirar todo maquinário, toda matéria-prima e produção e transportar tudo para uma outra unidade localizada na República Checa.

A fábrica ficou cercada. Pelos trabalhadores, dali e de fábricas vizinhas, e familiares. Conceição chega pelas 18 e 30, entra e todos a seguem. «Só pergunto: porquê?» Resposta: «Já não têm interesse em trabalhar aqui. Vão pôr a produção na República Checa.» (Visão, 24 de Fevereiro a 2 de Março de 2005).

Deixando para trás as operárias e o pagamento de salários (em atraso) e do subsídio

²³⁶ Os proprietários alemães da Afonso seguiram sendo, também, o principal cliente. Suas outras redes de lojas na Alemanha eram abastecidas pela produção da Afonso e, como tal, eram os fornecedores de tecidos para a confecção das camisas clássicas.

de natal, dívidas de 77 mil euros à segurança social e aos credores. Eles não haviam deixado transparecer tal intenção na reunião que tiveram, naquele mesmo dia, com a gerente. Seria mais uma fábrica têxtil a fechar se não fossem as operárias a não permitirem tal fato.

Impedidos de saírem da fábrica e de levar adiante o plano de deslocalização da unidade produtiva, os proprietários justificam suas atitudes dizendo que não tinham mais o interesse por aquela unidade e que queriam levá-la para outro lugar com mão de obra mais barata. Eles só conseguem sair da fábrica escoltados pela Guarda Nacional Republicana (GNR), o que demonstra o tamanho do sentimento de revolta das operárias e de seus familiares.

No dia seguinte, as operárias retomam a seus postos de trabalho, confiantes no processo de negociação com os ex-proprietários levado a cabo pela então gerente. Com medo de uma nova tentativa de retirada dos equipamentos por parte dos ex-patrões, as operárias organizam vigílias às noites, revezando-se entre elas para assegurar a continuidade dos seus postos de trabalho. Durante estas vigílias, as operárias colocam a produção em dia. São semanas que deixam de estar em suas casas às noites.

Foi difícil. Deixamos de estar com nossos filhos, maridos... e vinhamos pra cá... sem saber o que ia dá tudo isto... mas confiamos em Dona Conceição. Ela falou para vir e cá estivemos, todas nós. (Interlocutora M-Afonso)

Nas noites que vinhamos pra cá, para eles [ex-patrões] não voltassem e levasse tudo, pronto... tínhamos que estar cá... trabalhamos, colocando em dia o serviço atrasado... Não era todas [operárias] que vinham... revesamos nas vigílias (Interlocutora C-Afonso).

A indecisão da continuidade da produção da Afonso Produção de Vestuário Lda., em outras palavras, a não definição de quem estaria assumindo a propriedade da mesma, retraía os potenciais clientes e o pedido de encomendas. O clima é de desconfiança da capacidade das operárias de levar a fábrica à frente, garantindo a entrega das encomendas, os pagamentos aos fornecedores, etc.

Mas tal situação muda quando, em Janeiro de 2006, os ex-proprietários aceitam a proposta de compra da fábrica Afonso pelo valor simbólico de 1 euro pela gerente Conceição Pinhão. Assim, esta adquire as quotas da empresa e assume todas as dívidas com a segurança social e com os fornecedores. De gerente passa a ser patroa. Porém, a intenção continua de conseguir novos compradores para garantir o funcionamento da empresa.

Segundo a directora que tem estado à frente dos destinos da “Afonso”, resta agora encontrar algum investidor que se queira associar e esteja interessado em adquirir a empresa, já que se torna impossível manter esta situação por tempo indeterminado (Semanário Noticias dos Arcos, 20 de Outubro de 2005).

[...] agora vou continuar a desenvolver contatos que já estão estabelecidos com outros empresários portugueses, para tentar a compra da fábrica ou estabelecer uma parceria para a sua gestão de forma que a Fábrica “Afonso” continue por muitos e bons anos”, dizia, orgulhosa, D. Maria da Conceição [...] (Semanário Noticias dos Arcos, 19 de Janeiro de 2006).

Desde então, a fábrica, sob a gestão da nova proprietária, veio adquirindo novos clientes e garantindo o pagamento das dívidas. Como se pode verificar em vários periódicos/jornais de circulação local, regional e nacional,²³⁷ além de ter ampliado o quadro de operárias – que na altura é de 89, passa em 2009, ao número de 99 operárias – tem um crescimento na faturação da fábrica. “[...] fechou 2005 com um volume de negócios de cerca de meio milhão de euros, enquanto que para este ano a previsão aponta para mais de 1,3 milhões” (Diário Digital, 28 de Novembro de 2009).²³⁸

Todo este processo, conforme as operárias, não teve uma significância em suas vidas e, muito menos, ao trabalho. Tal fase, para todas as operárias entrevistadas, caracterizava-se como algo 'mau' em suas vidas e à própria empresa.

²³⁷ Aqui cito dois deles: DN Económico http://dn.sapo.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1433603; RTP Noticias <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=386124&visual=26&tema=4>.

²³⁸ Para maiores informações consultar: http://diariodigital.sapo.pt/dinheiro_digital/news.asp?section_id=&id_news=127940&page=0

Algo, para elas, que ficou no passado e, no presente, “voltou à normalidade”.

Atualmente, a fábrica é administrada diretamente pela ex-funcionária que comprou a empresa, tendo um sócio, proprietário de uma dezena de empresas no país, das quais 4 ou 5 atuam no setor de confecções. Uma dessas empresas, uma sociedade anônima, fatura em 2008 mais de 25 milhões de euros, sendo aquele, presidente do conselho administrativo desta empresa.²³⁹ O curioso é o fato das operárias não o conhecerem: “Porque nós não temos só a dona Conceição. Nós temos supostamente temos outro patrão, o senhor FM. Só que nunca nos foi apresentado”; “[...] ela arranjou o senhor que agora nos diz [ser] nosso patrão, que nunca nos foi apresentado como patrão”; “ele nunca foi nos apresentado. Mas, sabemos que é ele, o nosso patrão, pronto”.

As operárias têm conhecimento da existência deste patrão e o reconhecem, por terem ouvido comentários das chefes de linhas.

2.4. A organização, o controle e o ritmo do trabalho

Ao observar a posição e os movimentos das operárias na linha de produção, com uma jornada diária de trabalho das 08 às 17 horas, fica latente (ou não) o quanto de 'violência' se camufla naquela organização laboral. Considerando a composição da força de trabalho da Afonso ser majoritariamente feminina, é determinante o fato de que o tempo na fábrica é totalmente masculinizado. Isto é, não leva em consideração as condições físicas e as fases da vida biológica das operárias, sem falar nos aspectos psicológicos entre outros.

Diferente das grandes empresas que também adotam o trabalho em cadeia, as operárias da Afonso conhecem a finalidade de cada função desempenhada no

²³⁹ Particularmente, em momento algum, nas escassas conversas e na entrevista, a patroa mencionou a existência de um sócio. Sempre falou na primeira pessoa do singular ao se referir a condição e gestão da fábrica desde a recuperação da fábrica. Num período em que estive a desenvolver a pesquisa empírica fui contato por um jornalista que, por várias vezes, tentou entrevistar a patroa, sido recusadas. Por troca de alguns e-mails, ele me forneceu algumas fontes informativas, das quais obtive os dados aqui mencionados. Foram omitidas as fontes e os nomes, por questões de procedimentos éticos.

processo produtivo. Tendo conhecimento das fases pelas quais cada peça passa até o produto final. Isto se deve, entre outros aspectos, à ausência do emprego de tecnologia avançada no processo produtivo na Afonso, como passo a demonstrar.

No processo produtivo da Afonso, o trabalho é realizado de forma parcelada, característica da produção em cadeia. A primeira vista, o conjunto de tarefas realizadas podem ser ditas como simples (coser à máquina, marcar os botões e pregá-los, passar a ferro, dobrar as camisas, etc.), mas, da observação direta do cotidiano laboral, se percebe um grau de complexidade nas funções e se ressalta a intensidade do trabalho e as condições nas quais são realizadas.

O saber-fazer das operárias é um dos elementos explorados em favorecimento da intensificação do trabalho.

O dia de trabalho conta apenas com um intervalo de menos de 10 minutos no turno da manhã, além de uma hora de almoço, das 12h30 às 13h30. O turno da tarde é direto, sem intervalo algum. Apenas quando – por conta da 'necessidade' de garantir os prazos de entrega da produção, estipulados pelos clientes – este turno é estendido às 18 ou 20 horas (horas extras), se tem um intervalo de 10 à 15 minutos.²⁴⁰

As horas extras trabalhadas não são pagas em dinheiro, mas sim por horas a serem compensadas. É o chamado regime de banco de horas que consiste na flexibilização da jornada de trabalho. A empresa tem a possibilidade de diminuir ou aumentar esta jornada durante o período de baixa ou alta produção.

Apesar de ser algo 'acordado' com a direção e as operárias a adoção desse regime, o descontentamento, por parte destas, é revelado na maior parte das entrevistas dadas:

[...] ultimamente, uma pessoa já tá saturada um bucado... por causa de... é tantas horas, tantas horas, elas pedem horas, pedem horas e depois nós... eu, pessoalmente, eu gostava que as horas extras fossem pagas. Porque... mas ela diz que não tem dinheiro, não tem dinheiro pra... e nada, depois tirar o tempo a compensar, tá a perceber? Só que é assim... eu já tenho [...] feito

²⁴⁰ Em Outubro de 2009, por algumas semanas, as operárias realizaram horas extras. Logo após um mês de produção branda, por falta de matéria-prima, novas encomendas foram solicitadas pelo maior fornecedor, a Massímo Dutti.

horas pra compensar... porque não as pagam? Ela diz pra já que não há dinheiro. Só que depois não podemos tirar aquele tempo quanto nós queremos. Ela tenta dar, ela tenta nos mandar pra casa quando não há trabalho; quando há menos trabalho. Então, manda-nos compensar esses dias de trabalho. Isto eu acho muito mau, mas... ela queixa-se que não há dinheiro, que não há dinheiro (Interlocutora Operária B-Afonso).

... sem falar quando ficamos aqui até às sete, oito da noite... e... quando chegamos às seis da manhã?... quando fazemos horas à mais... resolvemos receber em horas de folga depois... para ficar com a famílias, com o meu filho... mas não tiramos quando queremos... é ela que nos diz quando... quando não tem muito trabalho... (Interlocutora Operária L-Afonso).

Nesta segunda citação, é possível perceber, tal qual Burawoy (1979) identificou, o controle do capital enquanto um jogo. Como apontei no item 1.4., as operárias participam dele, no caso da adoção do banco de horas, consentindo com as regras mediante escolhas delimitadas pelo próprio capital.

Torna-se evidente os efeitos desgastantes sentidos pelas operárias ao longo da jornada laboral. É importante ter em conta, também, o tempo de fábrica que a maioria delas têm, 17 a 19 anos.

Tanto tempo assim numa empresa, tanto... fechada assim... o mesmo ambiente, o mesmo... cansa. Não é propriamente porque tô cansada [...] do trabalho, das colegas, das pessoas, não. Eu, de uns anos comecei a ter problemas de pressão e... e o meu médico disse que as fábricas não fazem nada bem a pressão (Interlocutora Operária E-Afonso).

É importante sublinhar, apesar da frequência com que os retalhos que caem no chão são varridos, as operárias estão expostas (sem nenhuma proteção) diariamente à poeira dos tecidos e ao alto índice de ruído das máquinas. Estando constantemente postas a danos físicos passageiros ou definitivos.²⁴¹

O chão da fábrica está organizado basicamente respeitando os princípios do taylorismo. O ritmo produtivo segue a linha de produção que começa com o setor do

²⁴¹ Apenas uma operária afirmou, na entrevista, sentir problema de saúde por conta do trabalho. As demais, quer em conversa informal, quer em entrevista, não declaram tal fato. Apesar de, ser visível, o desconforto do trabalho.

corte (este é considerado como a etapa de maior importância na confecção, visto que o resultado da operação do risco e do corte influenciará consideravelmente na qualidade do produto),²⁴² passando por toda a costura das peças de uma camisa (gola, manga, costas, punho, colocar botões, etc.) de forma separadas, chegando ao setor das revistadeiras. Em seguida, passa para o setor de dobras e passar ao ferro, e, finalmente, à embalagem e armazenamento. Todo este processo é feito manualmente, sem nenhum emprego de recursos automatizados. Este elemento é visto por uma das chefes de linhas como o motivo dos clientes recorrerem à fábrica, uma vez que o tipo de camisa que elas fazem, camisas clássicas, tem que ser feito à mão.

Eles [os clientes] querem que façamos apenas camisas clássicas. É o nosso forte... as outras são feitas por máquinas. As clássicas são feitas com mais cuidados... é quase toda feita à mão... são mais bem feitas. São caras, são de oitenta euros, noventa euros. As mais baratas são quarenta e nove euros (Interlocutora Operária J-Afonso).

A estrutura de funcionamento da fábrica está hierarquicamente estabelecida da seguinte forma: há uma chefe de linha responsável por cada seção da produção. São ao todo, cinco chefes de linhas. Sendo que uma delas tem a seu cargo a administração dos trabalhos delas. Estas são identificadas pelo uso de uma bata de cor branca. As demais operárias usam de cor azul. São as chefes de linha que, junto com a patroa, definem as metas de produção diária, responsabilizando-se pelo acompanhamento do nível de produção. Estão nesta função desde a administração anterior. O mesmo se refere às outras operárias, com exceção daquelas que integraram o quadro da fábrica pós-recuperação.

Conforme as operárias, as chefes de linha são quem escuta as queixas e/ou sugestões, cumprindo, o suposto papel de 'mediadoras' entre aquelas e a direção. Mas, na realidade desempenham a função de gerência, controlando o trabalho das colegas e organizando o processo de trabalho com vistas à maior produtividade.

²⁴² Diferente à algumas outras fábricas de maior porte, na Afonso o setor do corte agregava o do risco, ou seja, as operárias que realizavam o enfesto (operação de sobrepor varias folhas de tecido), também faziam o risco do módulo neste para, em seguida, serem cortados.

Exercem, como assinala Braverman (1991), ao mesmo tempo, funções de empregadas e empregadoras de trabalho alheio, recebem melhor remuneração que as demais e representam e se articulam com a direção da empresa.

Uma operária expressa bem esse papel das chefes de linha, ao falar das queixas que fazem-nas, mas estas repetem o mesmo discurso da patroa,

Às chefes de linha, as vezes, falamos sobre isto... e elas dizem que temos que entender, porque que isto está mal, e nós podemos ver perfectamente que algumas empresas a fechar e que temos que compreender as coisas; que não pode ser tudo da forma que nós queremos, e pronto. Acabamos por esperar por dona Conceição, porque as chefes de linha dar-nos a volta (Interlocutora Operária E-Afonso).

Nesta citação, fica em evidência a apropriação do discurso patronal pelas chefes de linha que utilizam a realidade de fechamento de fábricas no país para justificar as condições salariais ali impostas e, por consequência, 'pacificar' o sentimento de descontentamento das operárias. E, além disto, invisibilizar nesta situação a pessoa da patroa. Tratando-se, dessa forma, da eliminação da 'possibilidade' da conflitualidade entre o chão de fábrica e a direção.

Sempre quando é preciso, as chefes de linha redistribuem as operárias nas seções seja para substituir alguém ou para agilizar o trabalho em determinada seção. Enquanto encarregadas por cada setor, estão sempre a se movimentar pela fábrica, acompanhando o andamento da linha de produção e, quando necessário, ajudando no ritmo do trabalho, executando algumas operações para ajudar uma ou mais operárias. Elas são chamadas constantemente ao escritório.

O controle de produção é feito da seguinte forma: as operárias numa ficha registram o dia de trabalho, hora de chegada e saída, e os seguintes detalhes: o número de peças feitas por dia; quais as peças; número da peça; se houve alguma parada na produção, causa e/ou motivo da parada, etc. A cada duas horas as fichas são recolhidas por uma das chefes de linha. Apenas o setor do corte não faz este tipo de registro. A partir dessas fichas, a direção, em conjunto com as chefes de linha, visualizava o ritmo e andamento da produção.

Ao todo, a fábrica possui, no período da pesquisa, 105 operárias, sendo 102 mulheres e 3 homens. Um destes homens é encarregado pela manutenção técnica das máquinas e, ao mesmo tempo, cumpre o papel de 'colaborador' das chefes de linha. De certa forma, a meu ver, exercia a função de supervisor geral. Ele participava das reuniões daquelas com a patroa. Os outros dois trabalhavam no armazém, ou seja, na ponta final da linha de produção: etiquetam as camisas, embalam-nas e organizam os malotes de caixas a serem enviados para os clientes.

As camisas saíam da fábrica prontas para serem transportadas aos locais de venda ao consumidor, com etiqueta de preço.

A respeito dos postos de trabalho na fábrica, percebe-se o quanto alguns são mais desconfortáveis do que outros, no tocante à posição física que as operárias tomam durante a execução de seus trabalhos. Em todos os setores é possível ver as posturas inadequadas das operárias no exercício de suas funções. As operárias que manuseiam as máquinas de costuras, para aliviar o desconforto das cadeiras impróprias para o serviço, usam almofadas nos assentos. É frequente observar que estas ao se levantarem para irem beber água ou mesmo à casa de banho, como quem queixasse, colocam as mãos na cintura, fazendo movimentos ondulares para relaxar a região lombar. Uma outra posição desconfortável é a das operárias revistadeiras. Elas passam todo o dia em pé, de frente a um cabide onde colocam as camisas, retirando as linhas que sobram e verificando se há algum problema nelas: “[...] o trabalho aqui é muito desgastante... é muito tempo que ficamos ali em pé. A noite, em casa, os pés e pernas doem muito. Sabes o que é ficar em pé, parada por muito tempo?” Queixou-me uma operária revistadeira.

Também passando todo o dia em pé, estão as operárias do setor do corte, porém, estas têm uma vantagem, se movimentam de um lado para o outro da mesa de corte. Não sentindo o incomodo de estar todo o tempo numa mesma posição, tal qual as revistadeiras.

Com estas ligeiras diferenciações de funções, todas as operárias – tal qual em outra empresa capitalista –, cumprem suas jornadas de trabalho presas a uma função fixa e a repetir infinitivamente a mesma operação parcelada, em consonância ao

ritmo da produção exigida. Tal processo impossibilita tempo para qualquer outra atividade.

Mais da metade das operárias que estão no chão de fábrica não concluíram os estudos. Muitas deixaram de frequentar a escola antes mesmo de terminar o nível médio escolar. Salienta-se, este fato entre as operárias ainda jovens que, nas conversas durante a pesquisa, comentaram que deixaram os estudos por conta do trabalho. Algumas, até afirmavam, com certa convicção, que não percebiam necessidade de seguir nos estudos, visto que para estarem ali não era preciso.

Entre outros fatores, o baixo grau de escolaridade das operárias confirma as características marcantes do setor têxtil e de confecção em Portugal, como analisado nos itens 3.1 e 3.2: constituído de mão de obra 'não qualificada' e a utilização intensiva de trabalho. É, justamente, este fator que leva ao setor da confecção a ter o menor custo com o trabalho, ou seja, o valor da remuneração base da categoria é o rendimento mínimo nacional, que correspondia, na altura da pesquisa empírica, a 450 euros.²⁴³ O trabalho rotineiro da fábrica não proporciona às operárias o enriquecimento do nível técnico-profissional.

A estrutura salarial da fábrica Afonso, em certa medida, não tem como base o grau de instrução, ou seja, o nível de qualificação das operárias. As chefes de linha, tal qual as demais operárias, não têm instruções elevadas e qualificação específica para a ocupação do cargo. A manutenção da estrutura dos cargos e das funções baseia-se no tempo de experiência laboral. Em nível salarial, as chefes de linha e o pessoal administrativo têm salários um pouco maiores em comparação as operárias do chão de fábrica.

As operárias do setor de corte recebem um benefício no valor de 50 euros. Este é entendido pelas operárias como um 'prêmio' ao bom desempenho e à responsabilidade exigida pela função no setor. Como bem descreve uma operária do corte ao falar de sua função:

Este prêmio nós temos desde o primeiro patrão que tivemos. Ele achava que

²⁴³ Este valor corresponde em moeda brasileira, R\$ 1.109,00.

merecíamos, pronto. Também a função que fazemos aqui é de grande responsabilidade... não que as outras não tenham. Mas, se erramos, não há como refazer, perde-se todo o tecido, percebes? (Interlocutora Operária F-Afonso).

O único abono que as demais operárias recebem acrescido aos seus salários, no final do mês, corresponde ao benefício alimentação, 50 euros. Contudo, se uma operária falta ao trabalho, se desconta deste benefício.

Mas, nem todas recebem o salário mínimo nacional. Há aquelas operárias que em seus contratos de trabalhos exercem a função de estagiária. Estas recebem 350 euros por mês. Estas cumprem a mesma jornada de trabalho e funções na produção das demais operárias. Estão na fábrica há mais de dois anos a receber aquela mesma importância. Apesar de não haver uma reivindicação por parte das operárias de aumento em seus salários ou da adoção de política de bonificações por parte da direção, verifica-se um sentimento de desvalorização quer do trabalho realizado, quer do saber-fazer daquelas.

O próprio fato de terem em seus contratos de trabalho a função de estagiária provoca um sentimento de desvalorização da sua identidade profissional, como retruca uma das operárias: “[...] nem mesmo temos categoria. Eu estou aqui como estagiária, está no recibo. E não sou só eu. Muitas delas também. É só ver os recibos: estagiária, tás a ver? Nem categoria temos”.

O fato de algumas das operárias, com 17, 18 e 19 anos de trabalho na fábrica, queixarem da falta de uma política de bonificações, pode denotar um tanto economicista. Mas, ao considerar que o longo tempo de trabalho gera um forte sentimento de pertencimento entre elas, a fábrica, em certa medida, lhes pertence. Isto é percebido nas falas das operárias ao relatar o episódio que vivenciaram da tentativa de fechamento da empresa, ao justificarem a reação de revolta que tiveram e o esforço de não permitirem o encerramento dos seus postos de trabalho: “isto também é nosso”; “estamos cá a tanto tempo, que somos uma família”; “[...] tás a ver? A fábrica é nossa, trabalhamos tanto”.²⁴⁴

²⁴⁴ Aqui remete ao que Novaes (2007) identifica que o ato de recuperar a fábrica, pelos

Relativamente à falta de uma política de bonificação por tempo de trabalho verifica-se uma insatisfação velada por parte das operárias, como se faz perceber na fala de uma operária que está na fábrica desde o seu segundo ano de fundação:

Tenho colegas que entraram, por exemplo, neste ano praqui, né. Tão a ganhar um ordenado que não é igual ao meu... não acho bem... mas não tenho nada a dizer, não sou patroa. Como também não acho bem se ela entraram neste ano e ganharem o tanto como eu, tás a perceber? A ganharem... a virem este ano praqui a ganharem o tanto como eu. Não acho bem, não acho.

Ainda ao que se refere à organização do trabalho na Afonso, um pequeno grupo de operárias, mais ou menos 15,²⁴⁵ possui, segundo a direção e algumas chefes de linha, capacidades e habilidades para desenvolver qualquer tipo de trabalho na fábrica (na linha de produção). Compondo o que o técnico das máquinas chama de “pessoal de reserva”, mas não recebem nada a mais por isto. Elas são retiradas dos seus postos de trabalhos habituais para estarem em outro setor da produção, preenchendo a vaga de alguém, ou mesmo, quando as chefes de linha veem a necessidade para agilizar a produção.

Em certa medida, este “pessoal de reserva” assemelha-se ao que, nas atuais mudanças organizacionais do trabalho, tem sido o trabalhador polivalente. Como indiquei no item 1.3, este tipo de trabalhador, forjado na chamada produção flexível, ao contrário do trabalhador fixado em sua função, configura-se na rotação de tarefas/funções, além de aplicações de conhecimentos no que diz respeito às capacidades para a programação e o controle.

Apenas uma operária, em momento de conversa comigo, se auto-identificou como operária polivalente: “Aqui faço de tudo um pouco [...] Sou polivalente, tás a ver?”. Em certa medida, sentia-se orgulhosa disto, apesar de não receber nada mais em seu ordenado.

próprios trabalhadores, já é em si, a expressão do sentimento que estes têm sobre a aquela. Ver item 1.4.2, Capítulo I.

²⁴⁵ Durante a observação participante, nenhuma operária, nem mesmo a patroa, soube me informar na exatidão quantas operárias estão habitas a fazer todo o tipo de trabalho na linha de produção da fábrica.

Contudo, na fábrica Afonso, as operárias polivalentes restringem-se apenas as suas capacidades multifuncionais, podendo, diferentemente das demais, exercerem várias funções na linha da produção, não precisando para isto receberem qualificação profissional. Assim, tem-se vindo, simplesmente, a resolver problemas no interior da produção tais como: a interrupção do processo produtivo por falta de uma operária e defeitos na própria linha de produção.

Ao procurar saber quais os critérios que levam algumas operárias a constituírem o “pessoal de reserva”, uma das chefes de linha esclarece:

Elas podem cumprir outras tarefas na fábrica por terem maior capacidade de aprendizagem, percebes? Elas conseguem fazer as funções necessárias para a produção das camisas... entendem com mais rapidez. Elas não receberam nenhum treinamento diferente das outras, pronto. Aprendem aqui mesmo (Interlocutor Operário R-Afonso).

Em suma, a forma e organização do trabalho na Afonso segue os mesmos padrões desde a instalação da unidade produtiva, não houve introdução de novas técnicas de gestão. A dimensão desse fato, no quadro geral do setor no país, é percebida quando se compara com a implementação rápida e abrangente dos avanços tecnológicos na produção têxtil e vestuário no cenário internacional,²⁴⁶ tal como foi indicado no item 3.1.

Nos últimos dois meses da pesquisa, é instalado na fábrica o sistema *Computer Aided Manufacturing* (CAM), este tem vindo a ser utilizado internacionalmente no ramo da confecção. Este sistema consiste num sistema computacional (*software*) com uma série de ferramentas para construção de entidades geométricas planas (como linhas, curvas, polígonos). No caso do vestuário, trata-se de um processo auxiliado por microcontrolador para o trabalho de corte, pois simulam as condições de fabricação. O CAM agrega ferramentas para a construção de entidades geométricas planas e a mesa de corte por sucção (que compacta os enfeitos e faz o trabalho de corte com uma faca vertical e furadeira de marcação)

²⁴⁶ Sobre este aspecto consultar Hoffman (1985).

instalada no chão de fábrica.²⁴⁷

É interessante destacar que a utilização do CAM está centrada na profissional *designer* contratada. Cabendo apenas às operárias do setor de corte o manuseio da mesa de sucção. Nas primeiras semanas da implantação do sistema, apenas a chefe de linha do setor de corte era quem esteve a operar aquela máquina, mas sem nenhuma qualificação prévia.

A mesa de sucção consiste numa mesa onde acima dos tecidos sobrepostos era colocada a folha com os moldes das peças a serem cortados. De um computador são enviados os comandos e a máquina, com o acompanhamento de uma operária, corta os moldes. A chefe de linha do setor sobe numa plataforma e num movimento de linha reta é conduzida para acompanhar o processo do corte. Notava-se o jeito todo destreinado da chefe de linha a utilizar a máquina. Vale sublinhar que na época em que estava se desenvolvendo a pesquisa, paralelamente ao uso daquele sistema continuava-se a cortar manualmente os tecidos.

O ritmo da produtividade da Afonso é ditado por um dos seus maiores clientes, a empresa espanhola Massimo Dutti, criada em 1985, que está em 45 países. Desde sua origem se destina a comercialização de roupas masculinas. É adquirida, em 1991, pela Indústria de Desenho Têxtil S.A. (Inditex), uma sociedade de cotas dirigida por um grupo cuja atividade principal concentra-se na distribuição de moda à escala internacional. Reúne uma cadeia comercial formada pelas seguintes fábricas: Zara, Zara Home, Pull and Bear, Bershka, Stradivaius, Oysho, Uterqüe e a própria Massimo Dutti. Em Fevereiro de 2009, a Inditex somava com 4.278 pontos de vendas em 73 países, sendo a Europa a área principal de atividades, com mais de 80 por cento de suas vendas.²⁴⁸

Demonstra-se, dessa forma, que a Afonso segue concentrando-se a atenção na produção de camisas exclusivamente para a exportação, nomeadamente para Espanha, que absorve 65 por cento das peças. O que atesta, como bem demonstrado no item 3.1, a preservação da 'vocalização tradicional' do setor de confecção, em

²⁴⁷ A fábrica projeta-se para lançar sua própria marca de roupa no mercado.

²⁴⁸ Maiores informações consultar: <http://www.massimodutti.com/Dutti/es/massimo-dutti-es>

Portugal, para o mercado externo.

Como apontei no item 3.1, as PME's, em Portugal, no atual mercado atendem às grandes corporações. Aquelas simplesmente cumprem o papel de fornecedoras de mão de obra barata. Assim se enquadra o controle e domínio da produção na Afonso que está nas mãos da multinacional Massimo Dutti. É esta quem dita as regras e os ritmos da produção daquela.

O que poderá chamar de 'vocação' da fábrica Afonso para a confec o de camisas clássicas,   uma determina o da Massimo Dutti (e demais fornecedores) sobre a Afonso.²⁴⁹   dessa forma que esta fábrica encontra-se num cenário globalizado e, em especial, num setor têxtil e de confec o em crescimento, nos últimos dois anos, num contexto de crise.

2.5. O coleguismo com a patroa: desenhando as rela es interpessoais e os comportamentos

O fato da atual dire o da empresa (até a altura da pesquisa) encontrar-se nas mãos de uma pessoa que também foi funcionária concede um contorno particular   rela o interpessoal entre esta e as operárias da Afonso. O próprio termo 'patroa' (diferentemente da tonalidade da expressão "patrão" ao se referirem ao primeiro proprietário da fábrica) reveste-se, na expressão falada da maioria das operárias, de um sentido de respeito, empatia, cordialidade e gratidão: "[...] nós chamava de nossa patroa já no tempo da confusão. Ela dizia que não era nossa patroa que era uma funcionária como nós, pronto. Mas para nós era a nossa patroa" (Interlocutora Operária A-Afonso).

A atual proprietária da fábrica, durante a administra o dos ex-patrões que tentaram transferir a unidade para a República Checa, personificava o papel de diretora, uma vez que estes raramente se faziam presentes.   por isto que as operárias – que trabalham na Afonso desde sua instala o – a tratava desde do início como

²⁴⁹ Uma das chefes de linha me falou que só costumavam camisas clássicas por terem o domínio de a produzirem, visto que para a confec o das mesmas precisa-se de um trabalho mais manual.

“patroa”.

Em certa medida, a patroa incorpora o papel de uma liderança para aquelas operárias, incentivando-as e dando-lhes esperança diante de um horizonte incerto.

[...] foi difícil. Ficamos sem saber o que fazer, pois não tínhamos mais os clientes... então ficamos... vir para trabalhar e quem ia nos pagar? Trabalhar... e depois? Mas, confiamos na patroa, ela nos falou para que estivéssemos todas aqui no dia seguinte, e estávamos... todas nós. Confiamos nela (Interlocutora Operária C-Afonso).

No próprio discurso patronal é notório o assumir dessa liderança: “fui eu que fiz tudo, tudo. Que na altura sindicalizei o pessoal”. Tal 'liderança' imprime um estilo à direção e aos percursos do processo de recuperação da fábrica.

Não fomos de parar de trabalhar, de ir pra rua. Não fizemos bandeiras aí fora, não. Em termos de comunicação social, nós não aceitamos esse tipo de postura, percebes? Parar de trabalhar e ir pra ali, à rua, támos ali a reivindicar sem nada, não. A nossa postura foi continuar trabalhar normalmente e, em termos de publicidade de rua, não fizemos nada. [...] chamar atenção com sindicato, bandeiras, pronto. Não era meu estilo (Patroa Afonso).²⁵⁰

A maioria das operárias admitem confiar na patroa. Declaram com convicção que esta é a única pessoa que soube (e saberia) como conduzir o processo de negociação com os ex-patrões na finalidade de continuar com a fábrica a funcionar. Apesar de todas assumirem que sem elas (operárias) aquela não teria continuado com a fábrica, o papel principal é atribuído àquela: “A patroa trabalhou muito por isto. Se não fosse ela não estaríamos aqui. Ela, desde o início falou: quem quisesse seguir com ela seguiria, quem não quisesse, ela acertaria todas as dívidas” (Interlocutora Operária C-Afonso).²⁵¹

²⁵⁰ Sobre o discurso da patroa quanto a das operárias acerca da atuação do sindicato da categoria, tratarei no próximo capítulo.

²⁵¹ A maioria dos jornais e periódicos consultados enfatizam os atos tomados pela até então gerente para garantir o não fechamento da fábrica. Revestindo, em certa medida, de heroísmo a conquista da compra da fábrica por ela. Afinal de conta, por conta dela, as operárias tiveram seus postos de trabalho garantidos; não perderam os direitos

Na base dessa percepção, está a divisão entre concepção e execução tão bem demarcada ideologicamente naquele contexto produtivo: “A patroa conhecia bem aquilo lá dentro”; “nós não sabíamos de nada do que acontecia no escritório, dos problemas do escritório”; “não, não, só quem trabalha no escritório podia levar isto à frente”.

É com base neste aspecto que a admiração e o respeito pela patroa também são cultivados por maioria das operárias, principalmente, por aquelas que estão na fábrica desde a sua criação. É importante ter em consideração que a fábrica é o primeiro emprego da maioria daquelas.

O sentimento de coleguismo com a patroa é frequente, nas operárias que estão desde o início na fábrica, “a patroa é nossa colega”. Tal sentimento é justificado pela relação que se tem com ela em comparação com o primeiro proprietário da Afonso: “o primeiro patrão era boa pessoa, mas gritava conosco. Era gritos aqui... o tecto ia lá encima dos gritos do patrão...”; “[...] ele era exigente. Aqui não podíamos conversar, tá a ver o que o dia todo sem falar aqui dentro?”; “[...] desde da confusão, nenhuma de nós foi demitida, a patroa não demitiu ninguém, pronto. Teve aquelas que foram embora, mas por conta delas”; “a patroa nos ajuda, quando precisamos faltar, ela nos deixa... levar o filho ao médico, pronto”; “[...] aqui não se ouve gritos. A patroa... ninguém está a nos vigiar. Antes, com o primeiro patrão... era diferente”.²⁵²

Os laços de parentesco entre as operárias (irmãs, primas e sobrinhas) reforçam o estabelecimento da relação interpessoal entre estas e a patroa, baseada na gratidão de propiciar emprego para parentes, apesar da existência, no seio do chão de fábrica, de vozes destoantes 'silenciadas' acerca desses vínculos.

São, assim, criadas condições de lealdade que se sobrepõem às práticas de desobediência, desacordo e conflito no interior daquela fábrica. Desde a recuperação da fábrica, por iniciativa da patroa, se promove a ceia de natal, que se realiza todos

garantidos pelo tempo de trabalho, uma vez que a patroa logrou continuar com a mesma razão social da empresa, etc.

²⁵² As operárias sempre mencionavam o primeiro patrão ao comparar com a atual patroa, e não os dois últimos que tentaram deslocar a fábrica, porque estes poucos vinham à unidade fabril. Estava toda a administração nas mãos da então gerente que se tornou proprietária.

os anos, no próprio refeitório da fábrica. Segundo as operárias, tudo pago por aquela. Também, passaram a jogar no euromilhões, apostando na sorte. Todas as semanas, de cada operária é arrecadado um euro. Com o que se ganha nas apostas, se promove, uma vez por ano, alguma atividade lúdica.²⁵³

Estes elementos tangem ao tratamento social do trabalho, isto é, um trato assistencialista e paternalista (item 1.2, capítulo I). O fato das operárias continuarem com seus postos de trabalho, em certa medida, é visto como uma troca de favor entre aquelas e a nova direção da fábrica, ou seja, a patroa. Esta tem personificado o capital no interior daquela unidade, mas distanciando-se da forma de gerir e controlar dos antigos proprietários. Desta forma, o ambiente de trabalho torna-se num lugar não mais de discussões, de gritos, do medo, mas um ambiente tranquilo, harmonioso e pacífico, onde laços de 'familiaridade' são estabelecidos entre as operárias, as funcionárias da administração e a patroa: “Nós falamos ainda hoje disto, aqui é como se fosse nossa família, tás a ver?”; “Passamos mais tempo aqui, do que em nossas casas, pronto. Aqui também é uma família”.

Vale destacar que o contato das operárias com a patroa, durante o período da pesquisa, era mínimo, não passando de cumprimentos de bom dia, boa tarde. Apesar dela estar sempre na fábrica, pouco a via no interior da mesma. Quando se dirigia para a linha de produção era para falar com as chefes de linha e/ou verificar alguma peça de camisa com alguma operária em específico.

Face ao que foi exposto até o momento, posso aferir que neste ambiente laboral da Afonso, de forma invisível ou camuflada, tem-se a elaboração de regras e papéis culturais que representam recursos de controle no interior da produção. Tais regras e papéis influenciam de forma bastante sensível as relações interpessoais ali estabelecidas, quer entre as próprias operárias, quer entre estas e a patroa. Dessa forma, é naturalizado saberes corretivos e normalizações que moldam o comportamento passivo e 'normal' das operárias (bons trabalhadores) diante dos descontentamentos. Resultando disto a exclusão do político das relações de trabalho,

²⁵³ As operárias que motivos diversos não participam destas atividades, lhes são dados a quantia em espécie correspondente por pessoa do que se logrou com as apostas feitas ao longo do ano.

ou seja, se produz o 'deslugar do conflito' (itens 1.2 e 2.4, Capítulo I).

A confiança e a amizade entre as operárias e a patroa propiciaram um consentimento 'voluntário' das primeiras à apropriação da fábrica pela segunda. Foi estabelecido um ambiente de trabalho que além de sentirem mais segurança e estabilidade no emprego, também imprimiram uma fisionomia mais 'harmoniosa' àquele ambiente. Livraram-se de certas regras estabelecidas pela antiga administração tais como: a proibição de terem consigo garrafas de água e de conversa com as colegas durante o expediente laboral; do controle de idas à casa de banho; etc. O que leva-me a supor que estas mudanças reforçam o ajustamento dos comportamentos das operárias e, por conseguinte, as próprias relações interpessoais a favor dos resultados de produtividade da empresa. Tem-se, como resultado, o reforço do trabalho como mero componente social e/ou econômico na vida das operárias. Em outras palavras, a adoção do tratamento social do trabalho (item 1.2, Capítulo I).

Entretanto, não são todas as operárias que partilham da mesma opinião em relação a este sentimento e, muito menos, em relação à confiança e à gratidão pela patroa. Diferente da maioria das operárias com mais tempo na fábrica, as que ingressaram logo após a resolução do processo de recuperação consideram que a patroa explora-nas: “Ela sabia que isto aqui dá dinheiro, por isto que assumiu a fábrica, não foi por conta delas [operárias]” (Interlocutora Operária L-Afonso).

A própria 'união' entre as operárias, tão destacada por algumas das mais antigas, é posta em causa por uma operária com menos tempo na fábrica: “[...] unidas aqui não somos. Não penses que ali somos todas unidas. Ainda mais, onde só tem mulheres” (Interlocutora Operária L-Afonso).²⁵⁴

Era frequente, nas entrevistas, algumas operárias identificarem colegas por “Ela é amiga da patroa”; “Ela não vai dizer como é isto aqui. Ela é amiga da patroa”;

²⁵⁴ Torna-se impossível aqui, apesar de não ser a intenção no escopo desse trabalho, aprofundar a questão da divisão sexual do trabalho, mas sublinho na fala da operária o aspecto de naturalidade dada a esta divisão. Como bem trata Souza-Lobo: As operárias são vistas como naturalmente desunidas, porque são por natureza – isto é, porque são mulheres – transitórias na fábrica. Por isto, dificultam a “coesão do grupo, impedindo que as diversas reivindicações se expressem de forma coletiva (2011:130). O que sobressai, no caso da Afonso, é o fato das próprias operárias adotarem este discurso.

“Para ela tudo está bem, a patroa ajuda”. Verifica-se a existência de tabus concatenados ao fato da manutenção da boa relação interpessoal, quer entre as operárias, quer entre estas e as chefes de linha e/ou a patroa.

Tabus como: não comentar e/ou procurar saber quem é o sócio da patroa; não falar sobre as desigualdades entre as faixas salariais no chão de fábrica; não demonstrar a insatisfação do não pagamento das horas extras, entre outros, são formas de determinar os comportamentos, evidenciando o não-permitido. Propiciando o esvaziamento político das relações ali estabelecidas.

2.6. Fragmentos do Diário de Campo: retrato falado de uma experiência – Fábrica Afonso

Com a porta entre aberta da sala pude ouvir sons que vinham do corredor, sons das máquinas, sons de passos concomitantes. Neste instante, recordei das palavras do meu orientador: “[...] observe os sons e os silêncios”. Ali sentado, não sabendo ao certo o que me aguardava, um tanto apreensivo por ali estar com a responsabilidade de fazer um bom trabalho, sentir-me um tanto temeroso. A fábrica é um lugar de segredos e conhecimentos desconhecidos por mim. Até então, apenas aquela sala e o Hall tinham uma pequena intimidade comigo. Às vezes anteriores que ali estive foram estes os espaços permitidos ao meu acesso. Dali por diante, foi o estranho, o desconhecido que se descortinava para mim (Trecho do diário de campo, Fábrica Afonso, 01/09/2009).

*“Hoje é dia de feira nos Arcos”, me disse D^a Maria, no caminho da fábrica. Ao chegarmos no pátio da fábrica, a campainha toca, “Na hora certa”, me disse ela, apressando-se para iniciar o seu labor.
[...]*

Hoje, nem todos os setores da fábrica funcionaram, pois faltam

tecidos, a matéria-prima. D^a Maria e as demais chefes de linha estão em reunião com a patroa. Algumas operárias circulavam pelo pátio, outras, na cantina e algumas poucas, tomavam o seu posto de trabalho, principalmente, as do setor de costura, mas estas não passaram de umas doze operárias.

Sento-me no hall, ao lado de Ção [Diminutivo do nome Conceição], quem sempre estava com um sorriso ao olhar para mim. Esta comenta com uma colega que, por alguns instantes parou em sua frente, estava pensando em faltar o trabalho amanhã. A colega pergunta intrigada se ela sabia quantas horas ela tinha para ser compensadas. Ção responde que sim e que compensaria no sábado. “... tive este tempo sem trabalhar... que não incomoda-me trabalhar mais depois...” Ção falou-me que parecia que amanhã a fábrica fecharia por não ter trabalho [por falta de tecidos que os fornecedores não haviam enviado].

Amanhã passou e as operárias seguiram na fábrica. [...]

Conversei com as operárias D^a Ana Maria e D^a Carla, foram elas que, pela primeira vez, contaram-me com mais detalhes o episódio da ocupação da fábrica. Passamos cerca de quarenta minutos na escada que leva para a cantina, a falar. Dona Carla, mais velha que a Ana Maria, esta vai casar no próximo mês e, aquela fará 17 anos que trabalha na Afonso, em Novembro. Contou-me que está na Afonso desde o primeiro ano de seu funcionamento, 1991. Entrou com 17 anos de idade. [...] No fim da conversa, D^a Carla falou que tinha uma fita de vídeo com entrevistas da Sr^a Joana e D^a Sara que foram dadas a um programa da SIC. Perguntei se ela poderia emprestar-me, respondeu que sim, se comprometendo a trazer-me e deixar na 'minha mesa'. Fiz uma feição de surpresa, ao ouvi-la dizer a expressão 'minha mesa'. Falei que não era a minha mesa, pois nem a utilizava, com exceção para colocar a mochila.

Tanto ela, quanto a Ana riram, afirmando que “A mesa que você trabalha... pois, a mesa é sua...” Terminamos rindo (Trechos do diário de campo, Fábrica Afonso, 09/09/2009).

Passado um mês, a intenção de minha pesquisa ainda não é compreendida. Ainda passo por alguém que pode atrapalhar a produção, por não fazer parte daquela comunidade de trabalho. A minha exterioridade ainda é vista como um certo perigo, transtorno para aquele ambiente. [...]

Hoje, eu e seu António conversamos bastante, apesar da produção está tomando seu fôlego com a chegada de matéria-prima. Era impossível passar por despercebida a alegria das operárias por terem trabalho. Seu António, um senhor de meia idade, sempre bem arrumado, não deixou de demonstrar a inquietação por não perceber o que de fato eu estou a fazer ali. Afirmou, com muita seriedade e convicção, que esperava que eu contribui-se, neste um mês que ali estou, com sugestões de melhorias na linha de produção no intento de aumentar a produtividade. - O que há ali para ser pesquisado a não ser isto? Indaga-me intrigado (Trechos do diário de campo, Fábrica Afonso, 06/10/2009).

Hoje, com mais de um mês na Afonso – a observar o trabalho das operárias no setor do corte e, também, do setor acabamento –, algo inusitado me ocorreu, quando estava a observar, uma operária do setor do corte, Dona Juliana, aproxima-se de mim e, com expressão fechada, a me olhar por sobre o ombro, pergunta o que eu estava ali a ver e, brava, diz: “eu sempre fiz meu trabalho direito... se converso, não deixo de fazer o que tenho que fazer... o meu trabalho não impede que eu fale com minha colega...” e de súbito se afasta, não me dando tempo nem espaço para explicar e, pelo menos,

procurar entender o porque. Fiquei sem jeito, notando que ela e outra operária olhavam-me com certa desconfiança e hostilidade (Trecho do diário de campo, Fábrica Afonso, 14/10/2009).

Tenho ouvido comentários ligeiros acerca de um supervisor chamado Carvalho, as operárias se referem ao senhor Carvalho. Ele já trabalhou na fábrica e esteve ai por um ano. Nos intervalos, quando me aproximo de alguma das operárias, ou até mesmo de algum grupo, uma delas se refere a aquele senhor.

[...]

Hoje, no setor de acabamento estava sem serviço, aproveitei para ir ter com o operário Francisco, ele estava a organizar algumas caixas de camisas no fim do armazém. Comento com ele que tenho ouvido bastante coisas sobre o senhor Carvalho, e em tom de brincadeira digo-lhe que parece que as operárias me comparam a ele. Francisco responde-me com risos. Ele refere-se àquele como quem não soube ter jeito para trabalhar com as operárias. Dar-me um exemplo pessoal, no intuito de facilitar minha compreensão. Conta-me que na fábrica em Braga que trabalhou chefiava um grupo de raparigas mais novas do que ele e denota que precisou de ter jeito para falar com elas, para tratá-las. O que, segundo ele, o Carvalho não tinha. Menciona que este [...] não gostava que as operárias tivessem garrafas de água debaixo das mesas. E conta-me outros fatos ocorridos na fábrica quando este Carvalho lá se encontrava. Ele controlava o tempo de produção, a ida à casa de banho, etc. As operárias não gostavam dele.

[...]

Hoje entendi o porque de algumas operárias me olharem com certa hostilidade, como é o caso da senhora Juliana do setor de corte. Pensam que eu estou ali para substituir o senhor Carvalho, que

estou ali para controlar o tempo, verificar a produção, etc. O sentimento de estarem a ser vigiadas com a minha presença.

[...]

Também tomei conhecimento, por meio da rápida conversa com o seu Francisco, que a dona Conceição tem um sócio que também detém em conjunto a propriedade da Afonso (Trechos do diário de campo, Fábrica Afonso, 16/09/2009).

Hoje, fui chamado pela Chefe de linha Laura para ajudar no setor de acabamento. Era para atacar o botão do pulso das camisas. O fato de ali estar a desenvolver aquele trabalho era motivo de risos por entre as operárias próximas ao setor. O que, não diferente das outras vezes, era um fator por mim aproveitado para aproximação. Contei com a explicação da operária Elisa que botoava os botões e dobrava as golas das camisas. Para elas, por eu não pertencer aquela 'comunidade de trabalho', o 'simples' fato de abotoar era motivo para alguém me explicar e acompanhar os meus movimentos iniciais naquela função. A chefe de linha até tentou me motivar a usar um atacador que ao passar pela casa (abertura por onde o botão passa na camisa) puxava o botão e rapidamente fechava. Mas, sem a prática do manejo adequado fazia-me atrasar bastante. Então, entre risadas, a melhor decisão tomada era eu fazer aquilo sem aquele aparelho.

[...]

A Elisa após da explicação do que eu deveria fazer, seguiu em seu trabalho. Tentei, por várias vezes, por meio de algumas perguntas iniciar alguma conversa com ela, mas sempre respondia-me com um sim ou não, e sem olhar diretamente para mim.

[...]

Por exigir-me certa habilidade e atenção, não tive muito tempo

para conversar com as operárias que ali estavam a meu lado, algumas a passar o ferro nas camisas, outras a dobrá-las, tudo numa agilidade impressionante. A medida que os minutos passavam, eu via o volume de camisas ao meu lado aumentar, por isto, não insistir mais em puxar conversa com Elisa. Tinha que centrar-me no 'trabalho' (Trechos do diário de campo, Fábrica Afonso, 28/09/2009).

2.7. Os intervenientes no processo: a idealização da 'autogestão'

Apesar da atual proprietária da fábrica ter afirmado que no período de Novembro de 2004 a Janeiro de 2005 (3 meses) estiveram em 'autogestão' – e alguns jornais e periódicos fazerem também menções,²⁵⁵ por exemplo, o Jornal de Notícias, de 30 de novembro de 2007, refere-se a três anos de 'autogestão' naquela fábrica²⁵⁶ –, durante a observação participante nenhuma operária se referiu a tal vivência e, tampouco, soube dizer do que se tratava. Expressam que, de fato, tiveram que organizar-se para manter a fábrica em funcionamento, mas cada uma em sua função, seguindo a mesma organização e divisão do trabalho anteriormente determinada, tal como demonstrei anteriormente, tendo como patroa a ex-gerente.

O que se traduz por 'autogestão' não passa de um período em que a fábrica esteve sem um proprietário juridicamente reconhecido. Mas isso não implica que no período estivesse sem alguém no seu efetivo comando, como expliquei no item 3.4. E, muito menos, com um processo de democratização em andamento.

O lado 'participativo' do processo de recuperação da Afonso se reduz à simples reuniões nas quais as operárias 'são informadas' sobre o andamento do processo de negociação entre, até então, a gerente e os ex-patrões alemães. O que se intitula como autogestão não passa de uma idealização 'romantizada' difundida por

²⁵⁵ Entre outros períodos e jornais aqui destaco: Notícias de Arcos, de 21 de Abril de 2005; O Comércio do Porto, de 07 de Janeiro de 2005 e, Jornal de Notícias, de 04 de Março de 2005.

²⁵⁶ Jornal de Notícias, 30 de Novembro de 2007, nº 182, ano 120. Título da matéria: "Fábrica salva por um euro já factura quase um milhão", pg. 28.

uma parte da mídia e, também, pelo próprio discursivo patronal.

Os interesses do capital e das operárias estão apenas em conflito no que concerne à questão da manutenção da fábrica. Em momento algum se coloca em xeque o que Burawoy (1995) chama de “relações na produção” – relações sociais concatenadas à divisão técnica do trabalho – e “relações de produção” – relações ligadas à distribuição e consumo da mais-valia alicerçados na propriedade dos meios de produção.

O trabalho associado,²⁵⁷ como uma alternativa de organização e gestão daquela fábrica, não está no horizonte daquele processo. Desde o início, este é assumido integralmente pela gerente: as estratégias de negociação com os ex-patrões; o compromisso de garantir a liquidação das dívidas tanto com os credores quanto com as próprias operárias, etc. As operárias seguem com o mesmo papel subordinado, historicamente determinado pelo capital, o de garantir a produtividade e a lucratividade, no intento de não verem seus postos de trabalho encerrados.

Desde o início do conflito, a procura por algum capitalista e/ou empresa que viesse a assumir aquela unidade produtiva torna-se o objetivo a ser perseguido e uma alternativa plausível para a continuidade da produção e, em especial, a manutenção dos postos de trabalhos.

Face ao prejuízo para o concelho de Arcos de Valdevez, de dezenas de trabalhadoras no desemprego caso se efetivasse o fechamento da fábrica, a Câmara Municipal envolve-se no processo de forma a “contactar empresas e pessoas que quisessem comprar a fábrica ou torna-se sócios” (Patroa Afonso).

Para as operárias, a possibilidade de continuidade da fábrica corresponde ao restabelecimento da relação 'normatizada' de trabalho: elas reassumindo suas posições na linha de produção e a colega, até então, gerente, assumindo a direção, ou seja, a propriedade da fábrica.

Apesar de não ocorrer nenhuma alteração na distribuição dos papéis - na hierarquização do poder -, a participação das operárias se imprime na 'vontade

²⁵⁷ Considerando o que tratei sobre autogestão e trabalho associado no item 2 do Capítulo 1, a partir desse item, não utilizarei o termo autogestão, mas trabalho associado.

coletiva' de garantir seus postos de trabalho, mas também na aposta de mudar o ambiente de trabalho. O poder exercitado por elas, em certa medida, não se limita ao impedimento do fechamento da fábrica.

Esta mudança não avança na perspectiva de provocar o exercício de outra forma de organização e gestão do trabalho, da produção e das relações sociais ali estabelecidas. Pode-se supor que tal limite deve-se, entre outros fatores, em primeiro lugar, a própria condição histórica das operárias e, em segundo lugar, a ausência de uma organização/instituição que 1) apresentasse alternativas para a gestão e administração do cotidiano do trabalho, e 2) conduzisse aquela vontade (espontaneidade) a uma transformação das relações intersubjetivas favoráveis à ampliação da solidariedade surgida a partir da prática cotidiana. Isto é, faltou um trabalho político (Bourdieu, 2007) na condução das escolhas feitas pelas operárias.

A espontaneidade no caso aqui analisado, não se sustenta apenas na necessidade primeira das operárias em garantir seus postos de trabalho, mas no significado de 'recuperar' algo em que ajudaram (e ajudam) a construir; de algo que faz parte de suas vidas (Novaes, 2007). Neste aspecto, o sentido emocional do ato de impedir o fechamento da fábrica inscreve-se em forma de resistência (Mendes, 2003b).

São na espontaneidade daquele coletivo de operárias em defesa de seus postos de trabalho – carregado de interesses econômicos, políticos, culturais e emocionais – que sentimentos de injustiça abrem oportunidades à elaboração e adoção de novas orientações às relações no espaço fabril. Constituindo-se, portanto, num espaço de articulação entre a indignação e a construção identitária.

Como afirma Mendes,

[o] papel das emoções é crucial não só na negociação de identidades mas também como formas de saber viver numa ordem moral, como formas de resistências. As emoções, mais do que algo que invade ou domina os indivíduos, impõem-se aos dispositivos sociais e culturais existentes. Isto é, as emoções manifestam-se em corpos e em culturas, sendo articulações de possíveis, descobertas permanentes de possibilidades de ser e de fazer (2003b:205).

A ouvir um grupo de operárias a narrar o que viveram e sentiram na noite da tentativa da deslocação da fábrica pelos ex-patrões, ficam nítidos a indignação e o sentimento de não se reconhecerem diante daquela situação: “[...] falamos coisas horríveis. Nos transformamos, fomos mesmo más com eles [ex-patrões]”; “Nós queríamos era bater neles [ex-patrões]”; “Ela [uma operária] pegou aquele ferro, tás a ver, aquele que coloca-se o rolo de tecido, para bater nos tipos”; “tás a ver o que era, o que era perdermos tudo? Tanto trabalho que tivemos... trabalhamos aqui desde sempre, percebes”.²⁵⁸

Uma operária, em entrevista, expressa a indignação que teve com a GNR. Segundo ela, esta tomou a posição de defesa dos ex-patrões.

O que mais me revoltou foi a GNR. Porque a GNR, a nossa GNR estava à favor deles. Disseram que eles eram patrões disto e que poderiam fazer o que queriam. Também acho que não se justificava o que eles estavam a fazer... não precisava dizer que eles eram os patrões que faziam o que queria (Interlocutora Operária N-Afonso).

A ausência de um projeto, além de impossibilitar o exercício de uma outra forma de organização do trabalho, restringe a solidariedade das operárias àquela situação imediata: garantir a continuidade da fábrica à favor do capital. A coletividade, a solidariedade e a confiança costuradas no cotidiano laboral e na experiência daquelas operárias estão reduzidas a um meio para o restabelecimento da normalidade da relação capital e trabalho. Vale aqui destacar mais uma vez, a favor do capital.

A coletividade do trabalho atua em favor da produção de vínculos sociais que podem ser elementos centrais para a inscrição de sujeitos no exercício da participação ativa e transformadora da realidade.²⁵⁹ Mas, o que pude observar na

²⁵⁸ A conversa ocorreu em Setembro de 2009, numa manhã em que, por falta de tecidos, várias operárias foram para o refeitório à espera que aos poucos fossem chamadas para o trabalho. Aquela contou inicialmente com três operárias e finalizou com cinco envolvidas na narração do fato.

²⁵⁹ A coletividade aqui mencionada refere-se à forma de trabalho, tal qual Marx (1978) confere no processo de produção (ou em processos de produção diferentes, mas conexos) em que os trabalhadores realizam de maneira planejada e conjunta,

Afonso, é que aquela não é suficiente para a ampliação da consciência de classe e, tampouco, para mudanças na concepção e prática do trabalho. É necessário, mas não só, instituições (trabalho político) que promovam condições, no campo das possibilidades históricas, para que aqueles vínculos rompam os limites postos 'culturalmente' pelo modo de produção vigente.

A coletividade e participação cedem lugar a uma individualização do poder político emergente na organização inicial da retomada da fábrica, ou seja, houve um deslocamento da dimensão coletiva do conflito (político) para um indivíduo determinado, neste caso, a ex-gerente – quem, de fato, logrou alterar a sua condição objetiva de classe. Em outras palavras, o processo é particularizado nesta última, que apresenta condições para assegurar a continuidade da fábrica, respondendo de forma imediata, ao interesse das operárias: a manutenção e viabilidade da unidade fabril.

O esvaziamento da dimensão coletiva do conflito é, no meu ponto de vista, um dos elementos cruciais para o não desdobramento daquele processo a um projeto político que indicasse outros horizontes para o desfecho do processo ali vivido. Não se trata aqui de entender as relações de trabalho apenas do ponto de vista da conflitualidade e resistência, mas sim, de dar importância àquela dimensão na democratização dos espaços de produção e trabalho e, principalmente, na problematização da experiência.²⁶⁰

Na linha que segue esta análise da experiência de recuperação da Afonso, aquela dimensão pode conformar-se num campo de diálogo e comunicação, de contaminação e de circulação de forças e energias, de resgate do político para o cotidiano laboral e suas relações.

A dimensão coletiva do conflito pode ser um contributo fundante da redefinição do espaço de atuação para os vários sujeitos coletivos. Pode, como

chamando-a de cooperação. Numa outra perspectiva, segundo Bourdieu (2003b; 2007), o fato da posição objetiva dos sujeitos não se traduzir em um sujeito coletivo consciente de seus interesses não implica que aqueles são seja uma coletividade.

²⁶⁰ A problematização da experiência, no ponto de vista desdobrado nesta pesquisa, emerge dos espaços de reflexividade que mencionei no Capítulo I, item 2.4. O que contribuirá substancialmente na formação de identidades coletivas, conseqüentemente, da consciência de classe.

consequência, propiciar o surgimento de novos sujeitos sociais com novas identidades, tal como apontei no capítulo II, item 1.2.

No âmbito das atitudes e motivações das operárias, como já aferido acima, não é involuntário o fato destas não fazerem nenhuma objeção à apropriação da unidade pela gerente. Diante da ausência de experiências de conflito, similar ao que vivenciam na fábrica, é, portanto, o desconhecido que se abre para aquele coletivo de trabalhadoras, ou seja, é o desmonte de um 'presente seguro' e a abertura de um 'futuro incerto'.

Uma das chaves para compreender o porque a experiência de recuperação da fábrica pelas operárias não seguiu outras alternativas, tem a ver com a vontade de influir no processo decisório. Isto implica em participação política. Esta, por sua vez, tem a ver com a articulação das objetividades e subjetividades emergentes no conflito/na experiência.

A decisão de não participar consiste numa decisão política? O modo do comportamento do coletivo das operárias da Afonso na experiência de recuperação da fábrica retrata uma 'inconsciência de classe'? Não se pode afirmar que, no processo de recuperação da Afonso, as operárias não desenvolveram 'solidariedade de classe'. Esta não se dá em torno dos 'interesses históricos' que atribuem à classe trabalhadora uma unidade, mas do que o cotidiano lhes oferecem (Souza-Lobo, 2011).

O cotidiano laboral daquele coletivo de trabalhadoras, coadunado com as relações sociais estabelecidas na comunidade local, limita a tomada de decisão. Aquele coletivo não se encontra (e na altura do episódio da tentativa de fechamento da fábrica também não se encontravam) em posição de assumir um 'futuro incerto'.

Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia da Autonomia”, afirma que “decidir é romper e, para isso, preciso correr o risco” (1996:93). Quando a tomada de decisão provoca rompimento com uma certa situação e/ou condição, em certa medida, há um 'processo de amadurecimento dos sujeitos da decisão', enquanto sujeitos para si mesmos. Conforme o autor, isto confere a autonomia aos sujeitos. Esta “vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas”

(id., 107). Este não é o caso das operárias da Afonso. Em todo seu processo de trabalho enquanto trabalhadoras da fábrica, não tiveram (e não têm) um cumulativo de experiências de conflitualidades que precisassem – de forma autônoma – tomar decisões.

E quando têm um conflito, tirando-as da 'normalidade' do cotidiano laboral e do 'presente seguro', confiam numa nova patroa para o restabelecimento daquela e deste. Neste aspecto, dois fatores sobressaem como intervenientes no processo é o que Pateman (1992) denomina de “sentido de eficácia política” ou “sentido de competência política”.

A individualização do conflito no cotidiano laboral da Afonso não possibilita oportunidades de envolvimento e participação coletiva e efetiva das operárias. O que, por sua vez, confere a estas um baixo sentido de possibilidade de intervirem no processo de produção, além da venda e uso de sua 'força de trabalho'. Nas entrevistas feitas às operárias, todas justificam que são (e eram) incapazes de levar a fábrica sozinhas, mesmo juntas. Precisam de alguém, como a patroa, para tomar à frente. Então, a única decisão 'possível' para elas é de confiar numa colega que conhecem – que faz parte da comunidade de trabalho – e que tem todo conhecimento (e habilidade técnica) de como o setor administrativo funciona. O que representa o retorno ao 'presente seguro'.

Porém, partindo da concepção da História como tempo de possibilidades e não de determinismo (Freire, 1996), o conflito vivenciado na Afonso fornece condições para a 'problematização do presente' do coletivo de trabalhadoras daquela fábrica.²⁶¹ Contudo, assumir tais condições, entre outros fatores, era (e ainda é) preciso tomar decisão que, ainda segundo aquele autor, consiste num processo responsável (ibid.).

Como fiz ver no item 2.4, é preciso a geração de espaços de reflexão, avaliação e interpretação das experiências vivenciadas. À emergência daqueles torna-se imprescindível a participação de organismos de classe que, interagindo com

²⁶¹ O que aqui chamo de problematização do presente consiste em não aceitação das condições e situações atuais como naturais e inexoráveis.

os sujeitos envolvidos, elaborem uma leitura (símbolos, representações, subjetividades) coletiva do conflito e das possíveis soluções.

A subjetividade, no caso aqui referido, está ligada à construção de uma identidade por reconhecimento pelo trabalho. Referindo-se, por sua vez, à capacidade de manutenção dos seus postos laborais. No caso da fábrica Afonso tem a ver com a questão de gênero no interior da formação de classe. O que leva a necessidade de considerar, na análise em curso, o contexto cultural circundante das trabalhadoras, para poder apreender as representações que estas fazem de si mesmas.

É na construção da identidade por reconhecimento que as operárias logram imprimir 'fisionomia' própria, seja nas relações na produção ou no ambiente laboral. Elas, ao ocupar a fábrica impedindo o fechamento e dando continuidade à mesma, sabiam (e sabem) o que queriam (e querem), além de garantir seus postos de trabalho: ter um 'outro' ambiente de trabalho. Portanto, nada mais seguro do que ter uma pessoa de confiança na chefia da fábrica, no caso, a gerente – uma colega que está com elas desde o início daquela unidade fabril. Isto é possível ser analisado na fala de duas operárias:

Uma pessoa sentiu mais... aquela confiança nela e uma pessoa, as vezes, antes, uma pessoa tinha, com o pé atrás, queria ter com ela, queria dizer algo, tinha bocado medo, não sei. Falar com ela agora não. Se uma pessoa quer dizer alguma coisa, perguntar alguma coisa... falamos mais abertamente, mais sem medo. Então, e com as chefes [de linha] também, as vezes, elas são bocado exigente. [...] as vezes exigem coisas que nós não conseguimos, então já respondemos que não pode ser assim. [...] mas, antigamente, não era assim (Interlocutora Operária E-Afonso).

Antes, com o patrão que tivemos, a pessoa tinha medo de falar. Quando ele estava aqui, eu mesmo ficava nervosa, com medo, tás a ver o que é a pessoa trabalhar assim? Eu nem olhava pra ele... o medo... o medo de errar o que estava a fazer... Agora não temos este medo. A patroa anda por cá e não ficamos com medo, trabalhamos melhor assim... não é? (Interlocutora Operária O-Afonso).

O processo de recuperação da Afonso poderia se desdobrar no exercício do

trabalho associado, em primeiro plano, se tivesse ocorrido a propriedade coletiva da fábrica e, em segundo, se aquela subjetividade tivesse sido, na ocasião, mediada por elementos interpretantes das possibilidades e condições emergidas na experiência vivida. Isto é, instituições (individuais e/ou coletivas) que ajudassem na interpretação das dimensões políticas, ideológicas e econômicas engendradas naquela situação de encerramento e recuperação da fábrica, o que poderia ser um potencial inibidor do que acima tratei por individualização do poder político emergente. A possibilidade deste desdobramento está implicitamente ligado ao que é possível no tempo e na maturidade social do coletivo de trabalhadores e, também, das organizações de classe.

A própria organização do trabalho não permite margens para o exercício da iniciativa e do próprio controle por parte do coletivo de trabalhadoras. Este, como já visto, é limitado a agir dentro do que é demarcado pelas regras da relação capital/trabalho.

3. A Usina Catende – o caso brasileiro

3.1. O setor canavieiro no Brasil

O Brasil ocupa uma posição entre os três maiores produtores de açúcar do mundo, assumindo o primeiro lugar enquanto exportador deste produto proveniente da cana. O processo de desenvolvimento do setor açucareiro no Brasil esteve sempre atrelado – devido ao latifúndio da monocultura e à agro exportação – ao período colonial (Furtado, 1983).

A empresa açucareira foi a solução encontrada pela coroa portuguesa para a valorização econômica das novas terras ocupadas. Aquela teve início no litoral brasileiro, em particular, na Zona da Mata nordestina.²⁶² O desenvolvimento dessa

²⁶² A Zona da Mata é a sub-região litorânea do Nordeste brasileiro. Estende-se do Estado do Rio Grande do Norte à Bahia. É uma estreita faixa de terra com solo fértil, conhecido por massapê, e com clima quente e úmido, fatores propícios para o plantio da cana-de-açúcar. É nela que se concentra os principais centros regionais do Nordeste.

atividade proporciona a emergência de uma nova estrutura socioeconômica (Júnior, 1998; Furtado, 1983).

A produção do açúcar, proveniente da cana, representa, durante mais de um século e meio, a única base da economia do Brasil. Este se torna o maior produtor mundial daquele produto até meados do século XVII.²⁶³ O setor açucareiro brasileiro, na altura, surge como investimento viável e altamente rentável. Ligando-se ao monopólio da terra, a exploração do trabalho e de recursos naturais estratégicos, caracterizando-se, historicamente, pelo domínio da oligarquia rural no Brasil.²⁶⁴

Com a monocultura da cana-de-açúcar instalada no Brasil, a principal força de trabalho empregada passa a ser a mão de obra escravizada, primeiramente indígena e, em seguida, majoritariamente, africana. A organização das grandes propriedades açucareiras na época colonial foi sempre a mesma.

Nesta época, os engenhos constituem o elemento central na organização da produção açucareira.²⁶⁵ Eram as fábricas onde se produziam, propriamente, o açúcar. Neles instalam a moenda (onde a cana é espremida), a caldeira (que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo) e a casa de purgar (onde se completa a purificação).²⁶⁶

Os regimes de trabalho na grande propriedade açucareira exigem grandes esforços da mão de obra escravizada. Os 'trabalhadores escravos' chegavam a ter uma jornada diária de 18 horas na ocasião da colheita da cana.

²⁶³ A monocultura da cana-de-açúcar viabilizou a colonização portuguesa das terras brasileiras. Para um maior aprofundamento desta questão consultar Júnior, 1998 e Furtado, 1983.

²⁶⁴ Segundo o DIEESE (2007), no comando das 80 maiores entre as mais de 300 usinas do país, encontram-se vários representantes de famílias tradicionais em diferentes estados do país.

²⁶⁵ O termo engenho tem raízes históricas nas grandes propriedades rurais organizadas no modelo do latifúndio e da monocultura. Na atualidade, é usado para designar as propriedades destinadas ao plantio da cana-de-açúcar. Esta é vendida pelo proprietário do engenho às usinas, as quais possuem as instalações necessárias para a transformação daquela em açúcar e outros produtos derivados.

²⁶⁶ Todas as grandes propriedades de monocultura da cana-de-açúcar compreendiam em sua totalidade, via de regra, a casa-grande, a habitação dos senhores-de-engenho; a senzala, lugar onde viviam os escravos, e as demais instalações tais como: oficinas, estrebarias, etc. Para um maior conhecimento sobre o funcionamento de todo estabelecimento que envolvia o engenho, consultar Freyre, 2002.

Ao longo do tempo, a transformação do sistema de produção daquele setor, apesar das características coloniais, passa a ser determinada por fatores ligados à modernização tecnológica, à intervenção do Estado e ao crescimento do mercado interno.²⁶⁷

É importante destacar que por o açúcar ocupar uma posição privilegiada nas exportações, os 'senhores de engenhos' não se preocupam com a necessidade de modernização do setor. O que leva a uma certa defasagem frente às inovações técnicas adotadas em outros países produtores de açúcar. Em decorrência disto, a qualidade do produto comparativamente ao mercado externo passa a ser considerada de 'má qualidade'. Grande concorrência, falta de capitais para investimento na modernização, queda nos preços do mercado externo provocam gradativamente a decadência da produção açucareira (Canabrava, 1995).

Partindo de estudos sobre a produção açucareira no Brasil, pode-se constatar nitidamente que este setor “demonstrou sempre a condição de dependente da produção colonial” (Kleiman, 2008:51), implicando na manutenção de técnicas provenientes ainda do período colonial. Tal fator propicia ao açúcar brasileiro a falta de condições de competir com os de outros países (Cuba, Porto-Rico, entre outros). Aqui, sublinho o açúcar proveniente da beterraba produzido na Europa.²⁶⁸

Abro parênteses para evidenciar o fato de os Estados Europeus protegerem, no final do século XIX, a indústria de açúcar de beterraba, a produção de açúcar brasileiro já sentia impactes negativos na concorrência com aquele (Eisenberg, 1977).

²⁶⁷ De acordo com Magalhães e Cover (2011), o setor da agricultura, incluindo a da cana-de-açúcar, caracteriza-se principalmente pelo latifúndio como forma de estrutura social da propriedade; pela produção de mercadorias para a exportação; pela monocultura como forma técnica de produção, e pela relação de superexploração do trabalho.

²⁶⁸ Os senhores de engenhos não previam a concorrência de outros países que lidavam com a cultura da cana-de-açúcar: ingleses, norte-americanos, holandeses, que tinham a seu favor técnicas mais apuradas no plantio e na extração do açúcar, inclusive, mercados consumidores mais próximos, como seria o caso das Índias Ocidentais, das Antilhas e dos Estados Unidos da América do Norte. Para ter-se uma ideia da envergadura da especialização da economia açucareira antilhana, destaca-se o fato de, na segunda metade do século XVII, ela estimulou o povoamento das colônias do Norte dos EUA (Oliveira, 1984:40-41).

Como visto no capítulo II, no item 1.3, a herança do período da colonização ainda permeia a realidade socioeconômica brasileira. O modelo da lavoura canavieira, na contemporaneidade, objetivando uma maior produtividade e, por consequência, maior lucratividade, exige a ocupação (plantio) de grandes extensões de terras. Mantendo inalteradas as características marcadas pela oligarquia agrária.²⁶⁹ Historicamente, a região que tem cultivado, em larga escala, a cana é o Nordeste e, também, o estado de São Paulo, localizado no Sudeste.²⁷⁰

A economia dos engenhos entra em decadência com a evolução da agroindústria e o aparecimento das usinas de açúcar e de álcool. Vale destacar, que o declínio dos grandes lucros fornecidos pela monocultura da cana-de-açúcar é paulatinamente substituído por outra monocultura, a do café.²⁷¹

O governo brasileiro cria o Instituto do Álcool e do Açúcar (IAA), em 1933, que teve como função organizar as bases para o aumento da produção alcooleira (álcool, outro produto derivado da cana) no país por meio de financiamentos de destilarias integradas às usinas de açúcar. Tem-se a instalação da indústria sucroalcooleira no país, possibilitando o uso do Etanol, álcool extraído da cana, como combustível.²⁷²

A indústria da cana sempre teve uma importância significativa na economia do país. Com a crise internacional dos anos 1970, que causa forte alta no mercado petrolífero, aquela ganha impulso a partir do Programa Nacional do Álcool, conhecido pela sigla Pró-álcool. Criado pelo governo brasileiro,²⁷³ este programa,

²⁶⁹ Como demonstra Kleiman (2008), historicamente para a manutenção das grandes extensões de terras para a monocultura da cana, exigia-se pesado investimento por parte dos usineiros. Estes recorriam aos gofres públicos, adquirindo grandes dívidas públicas para a manutenção dos altos custos de produção.

²⁷⁰ Atualmente, a indústria da cana tem se expandido ao norte do estado do Rio de Janeiro e Paraná; em Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Centro Oeste.

²⁷¹ Entram em cena as grandes fazendas cafeeiras.

²⁷² O etanol também conhecido por álcool etílico, na linguagem popular álcool, é uma substância orgânica obtida da fermentação de açúcares. No Brasil, é também utilizado como combustível de motores de explosão, constituindo assim um mercado em ascensão para um combustível obtido de maneira renovável e o estabelecimento de uma indústria de química de base, sustentada no uso de biomassa de origem agrícola e renovável.

²⁷³ Neste período tratava-se do governo militar, o qual impulsionou a falsificação de documentos de posse de terras devolutas para o cultivo da cana por usineiros que

durante 1972 a 1995, incentiva o aumento da área de cultivo da cana e a estruturação do complexo sucroalcooleiro com grandes subsídios e diferentes formas de incentivo.

Por este período, no Brasil, o etanol passa a ser usado maciçamente como combustível. Atualmente, devido à onda de preocupação com os problemas ambientais e, também, à propagação da questão da escassez de combustíveis fósseis, o interesse por aquele tipo de combustível ganha amplitude no cenário internacional.

É por meio dos recursos do Estado brasileiro que as empresas canavieiras, ou melhor, as grandes usinas no país, tornam-se dependentes de subsídios estatais.

Com a extinção do IAA,²⁷⁴ em 1990, somando-se ao acúmulo das dívidas das empresas açucareiras e à falta de interesse de investimento no setor por parte do capital privado, é exposta a situação de insolvência e má gestão que impera em grandes empresas do setor. “Somente em 10 municípios da Mata Sul, houve a falência de mais de 18 usinas [...]” (Kleiman, 2008:53).

Entretanto, este panorama, nos últimos anos, tem mudado. Com o negócio da produção sucroalcooleira, investimento do capital privado internacional tem sido atraído ao país.²⁷⁵ Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a produção nacional de cana moída pela indústria sucroalcooleira em 2010 chega a 650 milhões de toneladas. O Brasil tem o segundo maior programa de álcool do mundo, ficando atrás apenas dos EUA. O álcool é, na atualidade, o que atrai investimento pesado para o setor.

Tal processo tem vindo a acelerar a expansão das áreas de cultivo da cana e a instalação de um grande número de novas unidades produtivas (CONAB, 2008). Estas podem ser chamadas de unidades de produção mista, produtoras além do

violarão direitos de trabalhadores rurais ao expulsarem de suas terras.

²⁷⁴ O Instituto do Açúcar e do Alcool foi responsável durante quase 60 anos por toda a comercialização e a exportação do produto, subsidiando empreendimentos, incentivando a centralização industrial e fundiária sob o argumento da modernização do setor, proporcionando terras férteis, meios de transporte, energia, infraestrutura, insumos, etc.

²⁷⁵ Vidal *et al* (2006) denota que a modernização e a competitividade sustentável do setor sucroalcooleiro resultaram na interação e integração entre usinas, destilarias e fornecedores de matérias-primas e insumos, centros de pesquisas, universidades, capacitadores, consultores técnicos especializados e assistências técnicas e financeira, fabricantes de equipamentos, instituições governamentais, dentre outros, focados ainda nas *trading*, corretores, representantes, atacadistas, varejistas e consumidores finais. O que demonstra o quanto de perspectiva e dinamismo econômico o setor aponta.

açúcar, de outros produtos derivados como o álcool, o mel de engenho, a cachaça e a rapadura, segundo a CONAB (2008).

Deve-se somar ao investimento do capital internacional, as verbas extraídas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)²⁷⁶ cedidas pelo governo federal para estimular o avanço territorial do monocultivo da cana. Como demonstra Mendonça (2010), o setor sucroalcooleiro, entre os anos 2008 e 2009, recebe a estimativa de mais de 12 bilhões de reais (5,2 milhar de milhão de euros) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).²⁷⁷

Ainda segundo aquela autora, a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no país cresce de 1% em 2000 para 20% em 2010. “Existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por empresas nacionais e estrangeiras” (id., 58). Estas têm logrado um maior domínio no mercado brasileiro, pelas fusões e aquisições de usinas. Gitman (2004) descreve a fusão como a situação em que duas empresas combinam-se na formação de uma completamente nova, e a aquisição, na qual uma empresa é incorporada totalmente a outra. A concentração é um mecanismo encontrado pelas empresas internacionais para ganhar escala e aumentar os lucros (Rodrigues, 2011), enfraquecendo a indústria nacional (Silva, 2010).

Para Vidal *et al* (2006) as fusões e aquisições de empresas têm sido estratégias que elevam a competitividade do setor sucroalcooleiro brasileiro.

De acordo com estudo do grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a setembro de 2009 ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre essas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009, sendo que em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro (Mendonça, 2010:58).

²⁷⁶ O FAT é um fundo especial vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do programa do seguro-desemprego, do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Para maiores informações vide http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fat/

²⁷⁷ O BNDES é uma empresa pública federal. Atualmente é a principal fonte de financiamento de longo prazo para a realização de investimentos em todos os segmentos da economia, em política que inclui as dimensões social, regional e ambiental. Foi fundado em 1952. Contudo, é salutar mencionar que este banco tem sido alvo de críticas por está emprestando dinheiro subsidiado para o setor privado.

Neste cenário, é possível observar a concentração de capital que ocorre prioritariamente no segmento industrial da atividade sucroalcooleira (DIEESE, 2007). É esta a atividade que, além das melhores condições de competitividade, “apresenta maiores níveis de produtividade e de rendimento industrial” (Vidal *et al*, 2006:2), e menor custo de produção.

O setor sucroalcooleiro no Brasil apresenta vantagens competitivas frente a outros países produtores. Uma delas corresponde ao “diferencial de custos médio de produção” (SEBRAE, 2008:22). Outra vantagem “é de ser o único país do mundo que domina todos os estágios e tecnologias de produção” (id., 23).

Tal retrato do setor canavieiro no Brasil, toca-se à conflitos políticos e sociais ainda arraigados à dívida do passado colonial, como por exemplo, a não efetivada reforma agrária e ao trabalho escravo ainda praticado no país.²⁷⁸ Como já mencionado, a monocultura está ligado à constituição de grandes latifúndios, deixando, milhões de camponeses sem terra e a mercê da exploração daqueles. “O Brasil é o segundo país do mundo em concentração de terra, em latifúndio” (Rodrigues, 2010:27).

Além destes conflitos, outros impactes diretos sobre os trabalhadores são notados. Com a entrada do capital internacional no setor sucroalcooleiro, as usinas têm se modernizado,

(n)o Brasil, os usineiros se agruparam em companhias agrícolas, dividem máquinas, distribuição e comercialização, e o nível de tecnologia evoluiu. Há tratores monitorados por satélite, máquinas de adubagem com controle eletrônico e colheitadeiras de precisão. Cerca de 25% das propriedades brasileiras de cana mecanizaram a colheita; em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo – sede de quase 30% da produção canavieira do país – a colheita é mecanizada em 50% das propriedades (DIEESE, 2007:5).

²⁷⁸ O termo trabalho escravo, aqui utilizado, alude ao conceito de trabalho escravo contemporâneo, como salienta Bochenek (2010), remeter-nos de imediato à lembrança do passado em que as condições de exploração eram iguais as atuais. Segundo Silva (2010), o setor sucroalcooleiro optam pelo uso de mão de obra migrante, alegando que nas regiões onde se localizam as usinas não há trabalhadores especializados, como estratégia para reduzir os custos de produção. Muitos dos trabalhadores migrantes são contratados sem registro em carteira de trabalho ou, por vezes, são regimentados por falsas cooperativas de mão de obra e por intermédio de “gatos”.

Esta reestruturação produtiva no setor tem causado, também, impacto negativo em regiões com usinas menos competitivas, como é o caso das estabelecidas no estado de Pernambuco, na região Nordeste do país. O cultivo da cana neste estado é feito numa determinada zona em que apresenta uma topografia e um relevo irregular. Ainda empregam-se instrumentos mais rústicos e trabalho menos mecanizado, o que, em comparação às usinas modernizadas, leva o estado a ter um índice menor de produtividade (SEBRAE, 2008).

Vale destacar que no estado de São Paulo – por apresentar características diferentes ao que se refere à topografia e ao relevo daquela região –, o plantio da cana se dá em terrenos mais planos, o que facilita o processo de mecanização do plantio e colheita, absorvendo menos mão de obra (SEBRAE, 2008). O fato do solo do estado não ter sofrido os efeitos da agricultura predatória (o caso da região Nordeste), passou a ter uma produtividade superior de açúcar e álcool em comparação ao Nordeste. É por tais fatores que neste estado se concentra a maior parte do investimento estrangeiro no setor sucroalcooleiro (Magalhães e Cover, 2011).

Segundo o DIEESE (2007), entre os anos de 1992 e 2002, o número de trabalhadores empregados no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil sofreu redução. Destaca o estado de São Paulo onde houve a maior parte da extinção de empregos, consequência da mecanização. Uma vez que, ainda conforme aquele, neste estado ocorre 75% da mecanização do setor de todo o país, entre aqueles anos.

Outro contraponto da modernização do setor sucroalcooleiro no país refere-se às relações de trabalho similares à escravidão nas usinas de cana. Segundo a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), em 2008, são encontrados cerca de 2.550 trabalhadores em regime de escravidão nas lavouras de cana. Esse número representa 49% dos trabalhadores resgatados do regime de trabalho escravo no Brasil naquele mesmo ano.²⁷⁹ Em Pernambuco são libertados 529 trabalhadores em situação de

²⁷⁹ A CPT promoveu uma Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, em 2008. Esta campanha apurou o número de 5.244 trabalhadores libertados da condição de escravos no país, sendo que 49% destes eram do setor sucroalcooleiro. http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=195:campanha-de-prevencao-e-combate-ao-trabal

escravos nas usinas.²⁸⁰ De 2003 a 2011, são retirados da condição de escravos 35.703 trabalhadores em usinas de cana, como é possível observar na Tabela 4, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 4 - Resultados das operações de fiscalização móvel para erradicação do trabalho escravo

Ano	Operações	Fazendas Fiscalizadas	Trabalhadores Resgatados	Pagamentos de Indenizações aos Trabalhadores (R\$)
2003	67	188	5.223	6.085.918,49
2004	72	276	2.887	4.905.613,12
2005	85	189	4.348	7.820.211,26
2006	109	209	3.417	6.299.650,53
2007	116	206	5.999	9.914.276,59
2008	158	301	5.016	9.011.762,84
2009	156	350	3.769	5.908.897,07
2010	143	209	2.628	8.786.424,89
2011	162	329	2.416	5.961.910,59
TOTAL	1.068	2.357	35.703	64.694.665,39

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Há 15 anos circula no Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438 para coibir a prática do trabalho escravo. A PEC 438 prevê o confisco de terras, nas quais forem flagradas com trabalhadores escravos, para efeito de reforma agrária. Contudo a sua aprovação encontra barreiras por conta da bancada ruralista no Congresso Nacional. Tal fato ilustra bem o poder da oligarquia rural no país que tem como base para as relações sociais, políticas e econômicas tal poder (traços característicos do sistema colonial na realidade brasileira).

Ao que ainda se refere aos trabalhadores e suas condições de trabalho na indústria da cana e do álcool, é salutar a afirmação feita por Gama, “a tendência de um trabalhador rural permanecer na mesma posição social ocupada por seus pais é muito maior que a de um trabalhador urbano” (2006:23). Isto, geralmente, deve-se, entre outros fatores históricos, à forma de gestão das grandes empresas do setor, que

[ho-escravo&catid=49:trabalho-escravo](#)

²⁸⁰ Um dos casos emblemáticos foi o da Usina Vitória, localizada no município de Palmares, com o resgate de mais de 240 trabalhadores rurais que laboravam em situações degradantes. Palmares fica a 16 km do município de Catende no estado de Pernambuco.

se baseia por uma centralização familiar.

Rodrigues retrata a atividade física exigida do trabalhador no corte da cana numa usina no estado de São Paulo. Com pequenas diferenças sucede-se em mesma medida em outras usinas no Brasil:

[...] é repetitivo e exaustivo. A cada minuto, o boia-fria é submetido a 17 flexões de tronco e aplica 54 golpes de facão e leva nas mãos cerca de 15 kg, por uma distância de 1,5 a 3 metros, até completar as 12 toneladas cortadas. Ao todo, são nove quilômetros trilhados diariamente. Os joelhos ficam o tempo todo semiflexionados, o que ocasiona extensão da coluna cervical. Perde-se 8 litros de água e a hidratação não é suficiente. Também não dispõem de local adequado para as refeições, que são acondicionadas e servidas em recipientes improvisados. Muitas vezes, o alimento fermenta ou azeda, porém, como o trabalho consome muita energia, eles acabam consumindo a comida mesmo estragada (2011:37).²⁸¹

Não é atoa que popularmente na região é comum quando alguém se refere ao trabalho degradante e pesado, dar-se de imediato como exemplo o trabalho do corte da cana.

Não é apenas do trabalho do corte da cana que a indústria do açúcar e do álcool necessita. Na produção propriamente fabril – mecânica – da produção do açúcar, álcool e de outros derivados da cana, são contratados operários, chamados por Leite Lopes (1976) de “operários do açúcar”. Os contratos de trabalho destes são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, têm uma jornada diária de trabalho de 08 horas, recebem o salário base acordados coletivamente pela categoria e possuem direitos garantidos pela CLT.

Em geral, os operários são oriundos da cidade em que se localiza a unidade fabril. Vale salientar que são em sua totalidade homens que executam a operação das máquinas no interior dessas unidades.

No tempo da moagem da cana, é comum o trabalho por turno de horário, uma vez que a unidade produtiva não interrompe seu funcionamento durante a moagem. O número de operários empregados nas unidades de produção varia dos produtos

²⁸¹ O autor apoiou-se, para a descrição do esforço físico do trabalhador no corte da cana, num estudo realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

fabricados.²⁸² Uma unidade mista, por exemplo, tende a empregar maior número de trabalhadores do que aquela que produz apenas um produto, como por exemplo, o açúcar. E vale, ter em conta, o grau de tecnologia empregada na produção, o que propicia uma variação para menos no número de operários empregados.

O espaço fabril da produção do açúcar cria uma certa “diferenciação interna dos operários” (Leite Lopes, 1976:19). Temos aqueles que trabalham diretamente no processo fabril do açúcar e os que trabalham nos diversos espaços/oficinas anexas: oficina mecânica, sistema de vigilância, transporte, marcenaria e a sessão administrativa.

Há que considerar a coexistência, no processo industrial do açúcar, dos operários fixos e dos sazonais, estes contratados apenas no período de moagem.

[...] o caráter agrícola dessa grande indústria que é a usina concentra tipos variados de operários: operários de fabricação, operários de oficinas de manutenção, operários ligados aos transportes, operários fixos e operários sazonais (Leite Lopes, 1976:11).

Estes operários, como os de outras empresas, estão expostos, por vezes, às condições precárias de trabalho: alto ruído das máquinas, falta de segurança, etc. Por estarem em meio a contextos rurais, suas formas de organização e luta apresentam “características específicas desses operários industriais em pleno meio agrícola” (Leite Lopes, 1976:6).

Destarte, os coletivos de operários do setor industrial do açúcar apresentam diferenciações a respeito de suas identidades políticas e práticas econômicas em comparação aos trabalhadores do setor propriamente agrícola da cana-de-açúcar. Tais diferenciações moldam os “habitus” daqueles coletivos.²⁸³

²⁸² Não foi possível encontrar nas fontes e bibliografia consultada o número de operários empregados no ramo industrial do setor açucareiro e sucroalcooleiro no país. Aqueles fazem menção generalizada dos trabalhadores do setor. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE (PNAD/IBGE), de 2002, o setor no Brasil empregava quase 641 mil trabalhadores, sendo cerca de 70% deles trabalhavam diretamente no cultivo da cana. Logo, subentendo que os 30% estavam nos outros ramos da atividade.

²⁸³ Como fiz ver no item 2.4 do capítulo I, tomo por base a noção de habitus de Bourdieu (2007) por ela indicar que o sistema de atitudes e comportamentos são construções

Leite Lopes (1976), em seu estudo sobre os operários do setor açucareiro, salienta a inexistência de pesquisas sobre os “operários da cana”, em contrapartida a uma vasta e consolidada literatura dedicada aos trabalhadores rurais envolvidos no processo produtivo daquele setor. O autor denota que “a prática social e política” daqueles não chegou a dar lugar à emergência de “um movimento social da envergadura do que atingiu diversos grupos de trabalhadores rurais na periferia e no centro mesmo da *plantation*, em várias áreas do Nordeste, das décadas de 50 e 60” (id., 3).

Contudo, como bem demonstra o autor, os operários do açúcar, no Nordeste, desenvolveram lutas sociais nas primeiras décadas do século XX, denominada por ele como uma “época «heróica» dos operários do açúcar” (ibid., 4). Época esta que se tornou palco de “tentativas intermitentes de organização sindical feitas em condições de clandestinidade” (id. loc. cit.).

A vasta e consolidada literatura sobre o estudo de caso, a Usina Catende, exemplifica bem o interesse referencial a gama de processos de organização e articulação política e econômica dos trabalhadores rurais. Numa perspectiva histórica destes, verifica-se no Nordeste a forte presença de organizações de classe e movimentos sociais de variegada envergadura no interior dos processos de articulação e luta do campo. Tal fator contribui consideravelmente para uma maior mobilização dos trabalhadores rurais em comparação aos operários no caso da Usina Catende.

O que aqui se tece sobre os operários não representa um perfil homogêneo dos mesmos no setor canavieiro e sucroalcooleiro do Brasil. A cada região do país, considerando suas peculiaridades socioeconômicas e culturais, poderá existir diferenças significativas no quadro e perfil, já diversificado, daqueles.

Passarei agora a tratar da região Nordeste brasileira, a qual como pude demonstrar é a região mais antiga no cultivo da cana, em especial, para a produção do açúcar. É nela, como citei no capítulo I, item 2, em que se encontra o segundo estudo de caso desta pesquisa.

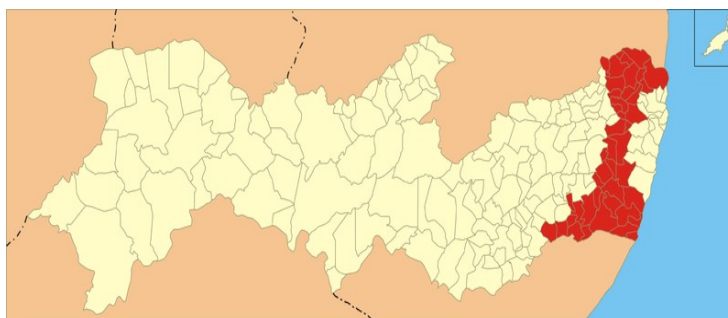
sociais, regidas por disposições estruturadas socialmente.

3.2. O Nordeste. Retrato da monocultura da cana

Com base do que até agora tratei sobre o setor açucareiro, posso afirmar que o Nordeste brasileiro foi o berço da colonização exploratória portuguesa no país, de 1500 até 1532.

O Nordeste compreende uma das cinco regiões do Brasil, com uma área semelhante a da Mongólia, uma população relativamente pouco menor que a da Itália. Encontra-se dividida, por suas diferenciadas características físicas, em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata.²⁸⁴ Torna-se relevante destacar a existência entre as sub-regiões de níveis variados de desenvolvimento humano e econômico. É a região do país constituída por o maior número de estados.²⁸⁵

Figura 2 – Localização da Zona da Mata pernambucana



Fonte: <http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br>

Foi na sub-região zona da mata que na época colonial instala-se o

²⁸⁴ A sub-região Meio-norte é uma faixa de transição entre o sertão meio árido e a região amazônica. A do Sertão compreende uma extensa área de clima semiárido, possui um solo raso e pedregoso, por conta da escassez de chuva a atividade agrícola é bastante limitada. Na sub-região do Agreste, predominam as culturas de subsistência e a pecuária leiteira. É a área de transição entre a Zona da Mata e o sertão semiárido. A zona da mata é a mais povoada, concentrando o maior número de indústrias e a mais urbanizada.

²⁸⁵ O Brasil possui uma divisão político-administrativa por 26 Estados, os quais constituem as unidades de maior hierarquia dentro da organização político-administrativa do país. São nestas unidades que encontram abrigadas as sedes dos governos, denominadas de Capital. A região nordeste possui os seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. O Estado de Pernambuco inclui o Distrito Estadual de Fernando de Noronha e o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, e o de Rio Grande do Norte inclui a Reserva Biológica marinha do Atol das Rocas.

empreendimento açucareiro escravista. As condições ecológicas encontradas nela são ideais para o cultivo da cana.²⁸⁶ Também é a sub-região mais industrializada do Nordeste, concentrando em áreas metropolitanas da capital pernambucana, nomeadamente Recife e Salvador. Nos últimos anos, tem sido palco da instalação de várias indústrias impulsionadas por incentivos fiscais. Fazendo com que 60,6% da população concentre-se nela.

O modelo de sociedade implantado no Nordeste brasileiro, no período colonial, é marcado por grande diferenciação social. No topo, com poderes políticos e econômicos, estão os senhores de engenho. Abaixo, está uma camada média formada por pessoas livres (feitores, capatazes, padres, militares, comerciantes e artesãos) e funcionários públicos. E na base, encontram-se os escravos, de origem africana, tratados como mercadorias e responsáveis por quase todo o trabalho realizado na colônia.

É salutar mencionar que a região é a que teve a maior concentração de escravos negros, por ter possuído o maior índice de trabalhadores escravos na exploração da cana-de-açúcar (Bochenek, 2010).

O sociólogo Gilberto Freyre, em sua obra “Casa Grande e Senzala”, descreve com detalhes a sociedade açucareira nordestina onde predomina o patriarcalismo. Este se deve pelo poder exercido pelos senhores de engenho que determina as condições justificantes para os seus *status* de superioridade e o de inferioridade dos outros membros daquela sociedade.

Confirmando a afirmação daquele sociólogo, Oliveira afirma:

A sociedade nordestina tende a extratificar-se [sic], a bipolarizar-se entre uma grande massa pobre, ignara, sem eira nem beira – como se diz numa boa gíria nordestina – de um lado e uma pequena elite, bem posicionada,

²⁸⁶ Devido ao solo fértil, conhecido por massapê, existe nesta sub-região uma larga produção agrícola, destacando-se as grandes propriedades de cana-de-açúcar, tabaco e cacau. Abrange os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte do Recôncavo Baiano. Em comparação com as demais sub-regiões do Nordeste, caracteriza-se por melhores condições climáticas (alta intensidade luminosa, elevada temperatura e precipitação pluviométrica regular entre 1.800 a 2000 mm por ano bem distribuída).

absorvendo todos os privilégios políticos, sociais e econômicos, controlando, enfeixando em suas mãos todos os poderes político e econômico. 'Ser senhor de engenho é uma posição que todos aspiram, pois representa mandar e ser obedecido' (1984:68).²⁸⁷

Da mesma forma que referir no item 3.2, sobre a região Norte de Portugal, que a indústria produz espaço, também se aplica ao caso das usinas no Nordeste do Brasil. A usina de cana logra estabelecer um tipo de relação social e formas de luta de classe com características particulares e complexas.

A região – devido ao tipo de organização social e econômica estabelecido desde o período colonial – ainda hoje mantém problemas sociais históricos, em comparação a outras regiões do país: uma agricultura 'atrasada e pouco diversificada', grandes latifúndios, concentração de renda e uma indústria pouco diversificada e de baixa produtividade. Soma-se o fenômeno natural das secas constantes. Tais características acentuam ainda mais as desigualdades regionais.²⁸⁸ Como demonstra Kleiman, “o modelo nordestino de produção sucro-alcooleiro é apontado como historicamente deficitário, mantido por incessantes mecanismos de subsídio governamental” (2008:53).

Por causa da topografia irregular em grande parte da área dedicada ao plantio da cana-de-açúcar na região, como mencionei anteriormente, é impossibilitado o emprego da mecanização, provocando o elevado custo de produção na atividade canavieira. Entretanto, tem como vantagem comparativa à outras regiões produtoras (Vidal *et al*, 2006), o fato de encontrar-se próxima aos grandes centros consumidores e dos terminais marítimos.

De acordo com o SEBRAE (2008), apesar da perda de competitividade da região Nordeste em comparação à região Centro-Sul, em particular, ao estado de São Paulo, aquela tem vindo a aumentar a sua produção.

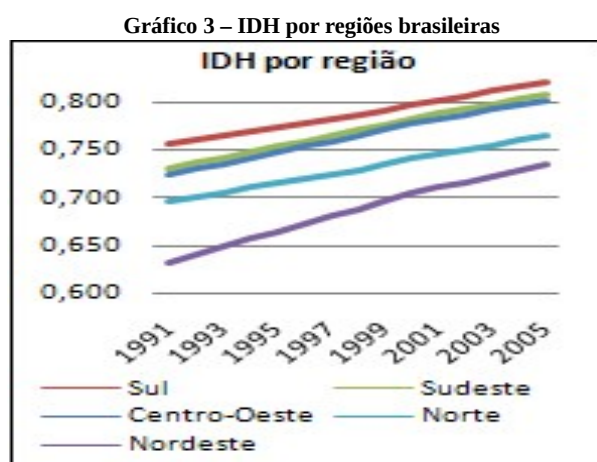
Salutar é destacar que os usineiros sempre souberam utilizar de sua influência política e do 'atraso econômico e social do Nordeste' para se beneficiar do Estado,

²⁸⁷ Grifos do próprio autor.

²⁸⁸ Consultar lista de estados do Brasil por incidência da pobreza, http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_incidência_da_pobreza

nomeadamente, em Pernambuco.²⁸⁹

Apesar da melhoria nos últimos anos no que concerne à qualidade de vida da população nordestina, a região ainda apresenta os mais baixos indicadores socioeconômicos do país, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).²⁹⁰ Segundo o relatório Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente – A experiência brasileira recente,²⁹¹ nenhum dos nove estados da região, no período de 1991 a 2005, indica IDH melhor do que qualquer outra parte do país.²⁹²



Fonte: PNUD

São nestas condições em que imperam relações de trabalho precárias e desumanas, como já referido, análogas à escravidão.

Com este pano de fundo, a zona da mata do Nordeste brasileiro foi palco de organizações e lutas de classe dos trabalhadores rurais, em particular, dos que

²⁸⁹ Para maiores informações sobre a usina de cana no estado de Pernambuco, consultar: <http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0115.html>

²⁹⁰ O IDH é um índice criado pelo PNUD e calculado para diversos países desde 1990. Originalmente proposto para medir a diferença entre países, foi adaptado para ser aplicado também a Estados e municípios. O índice vai de 0 a 1 – quanto mais perto do 1, maior o desenvolvimento humano.

²⁹¹ Este relatório foi feito por três agências da ONU: CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), OIT (Organização Internacional do Trabalho) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

²⁹² O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) critica e desconfia da metodologia utilizada pelo PNUD a fins de cálculo do IHD. Segundo aquele, este não tem incorporado a diminuição da desigualdade no país que entre 1980 e 2010, caiu 22%. Para maior entendimento desta questão, ver Nota Técnica nº 4, 10 de novembro de 2011. <http://www.ipea.gov.br>

laboraram nos canaviais, em especial, no estado de Pernambuco.

A produção de açúcar desempenha um papel de destaque na economia deste estado. Sublinho o fato de, na época colonial, a capitania de Pernambuco foi o mais importante núcleo político e econômico da colônia Brasil, até meados do século XVIII, graças ao cultivo da cana-de-açúcar.²⁹³ A riqueza auferida desta, além de ser fonte da extrema desigualdade de renda e da grande concentração de terras, propicia o desenvolvimento de vários conflitos políticos e econômicos.

A conhecida Guerra dos Mascates que durou dois anos, 1710 a 1711, compor-se no conflito de interesses políticos e econômicos entre os comerciantes portugueses do Recife (chamados pejorativamente de mascates) e os senhores de terra e engenho (aristocracia rural) de Olinda. O desenvolvimento do Recife, até então uma vila, foi visto com desconfiança pelos senhores de engenho de Olinda que se encontravam em dificuldades econômicas.²⁹⁴

Outros conflitos ocorrem, como a Conspiração dos Suaçunas, no século XIX. Este movimento inscreve-se no contexto de crise do sistema colonial, recebendo uma forte repressão do poder colonial. Seus ideais reaparecem, em 1817, desdobrando-se na chamada Revolução Pernambucana.

Na década de 1950, no engenho chamado Galiléia,²⁹⁵ localizado no município de Vitória de Santo Antão, surge um movimento social denominado de Ligas Camponesas. Este consisti em associações de trabalhadores rurais que têm como finalidades prioritárias prestar assistência jurídica e médica. Somando, também, a defesa dos camponeses em casos graves de ameaças por parte dos proprietários das terras.

²⁹³ No ano de 1534, o rei de Portugal, D. João III, no intento de impedir a 'invasão' das terras 'descobertas', dividiu as terras da colônia Brasil em quinze faixas de terra. Cada um desses lotes integrava-se ao sistema de capitanias hereditárias que transferiu a responsabilidade de ocupar e colonizar o território colonial para terceiros. Nesse sistema, o rei entregava uma capitania a algum membro da corte de sua confiança que a partir de então se tornava capitão donatário. Este não poderia realizar a venda do lote, mas tinha o direito de repassá-lo aos seus descendentes.

²⁹⁴ Pela historiografia, esta guerra é considerada como um movimento nativista precursor da Independência do Brasil.

²⁹⁵ Na época, neste engenho trabalhavam cerca de 140 famílias de camponeses em regime de foro, ou seja, em troca de cultivar a terra, pagavam uma quantidade fixa em espécie ao proprietário do engenho.

Em 1959, os trabalhadores do Engenho Galiléia, com manifestações de rua e comícios camponeses, conseguem a aprovação de um projeto lei que expropria o engenho: as terras são distribuídas entre os trabalhadores. Tais conquistas propiciam a expansão das Ligas Camponesas para além das fronteiras de Pernambuco.²⁹⁶ No início dos anos 1960, o movimento congrega entre 70 a 80 mil pessoas (Morais, 2002).

O Estado de Pernambuco, sendo um dos estados importantes da região, “refletia mais claramente o conjunto de problemas sociais que afetavam o Nordeste” (Morais, 2002:31). Problemas estes, como já pontuado no início deste item, resultam das características de uma economia açucareira atrasada e em crise, dominada por uma oligarquia agrária.

Segundo SEBRAE (2008), Pernambuco, apesar de apresentar níveis de baixa competitividade e alto custo de produção no setor, segue sendo o terceiro ou o quarto menor custo de produção do mundo, o que lhe permite competir no mercado internacional.

Como é possível observar, a forma de organização socioeconômica da região Nordeste, carregada da herança histórica colonial, suscita conflitos entre os trabalhadores e os que dominam politicamente a região. Com as Ligas Camponesas, por exemplo, tem-se na esfera política e econômica a questão da (re)apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores. Tal questão depara-se com o patriarcalismo e o clientelismo como práticas políticas presentes no Estado e em suas instituições em toda a região.

Na atualidade, inserida no contexto de crescimento da economia brasileira e da adoção da política neo-desenvolvimentista pelo governo, a região Nordeste tem vindo a ser um dos principais polos de instalação de empresas e indústrias. Atraídas por vantagens econômicas (isenção de impostos, entre outros) e, principalmente, por grande contingente de 'mão de obra' barata e inexperiente em organização sindical no âmbito do trabalho industrial, os empregos que são oferecidos por elas assentam em condições de precarização e terceirização.

²⁹⁶ Para maior aprofundamento sobre as Ligas Camponesas, vide Stedile (2002).

3.3. O maior empreendimento em 'autogestão' no Brasil²⁹⁷

A Usina Catende é fundada em 1892, tendo como nome Usina Correia da Silva, constituída no engenho Milagre da Conceição.²⁹⁸ Este localizado na cidade Catende na zona da mata pernambucana.²⁹⁹ Aquela usina é um complexo agroindustrial que compreende duas estruturas de produção paralelas e complementares, uma fabril e outra agrícola. É salutar destacar que entre elas existem diferentes divisões de trabalho em seus interiores. Do lado rural, tem-se a organização do campo, do plantio e corte da cana. A dimensão desse campo é subdividido em 48 engenhos,³⁰⁰ cinco sindicatos e mais uma equipe de formadores/educadores. Do lado urbano, há uma estrutura industrial com outro regime e regulação de trabalho, compreendendo, propriamente dito, o trabalho na usina dedicada à moagem da cana para a produção de açúcar.

O complexo agroindustrial distingue-se antes de tudo pelo tamanho de sua área que ocupa 28.000 hectares, estendendo-se por cinco municípios (Água Preta, Xexéu, Jaqueira, Palmares e Catende) no estado de Pernambuco.³⁰¹ Os municípios de Catende – no qual localiza-se a estrutura industrial – e de Jaqueira vivem economicamente à base da usina. Esta atualmente chega a atingir, indiretamente, mais de 17.000 trabalhadores, sendo 1.400 empregos diretos (indústria e campo) e 1.300 temporários. Especificamente, o parque industrial corresponde à planta propriamente dita industrial e ao Engenho Catende de 96,2 hectares, bem como veículos, tratores e máquinas.

A Usina Catende já foi um modelo de empreendimento no ramo da

²⁹⁷ Este título baseia-se nos títulos de artigos jornalísticos que abordam o caso da Usina Catende.

²⁹⁸ Atualmente, a razão social da Usina Catende é Companhia Industrial do Nordeste Brasileiro.

²⁹⁹ A zona da mata pernambucana compreende um conjunto de 46 municípios. Neles, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que habita uma população composta por mais de 1.200.000 habitantes.

³⁰⁰ A usina já teve 52 engenhos, mais por conta de transações comerciais realizadas pelos antigos donos, antes do decreto judicial de falência, 4 não pertencem mais àquela.

³⁰¹ Para uma análise em específico da formação econômica canavieira em Pernambuco, consultar: Dé Carli, 1942 e Andrade, 2001.

agroindústria capitalista por incorporar o que a tecnologia da época oferecia de mais avançado em termos de irrigação, transporte e energia. Depois é colhida pela crise do setor, nos anos de 1980, e entra em decadência, como tantas outras usinas da região.

Com a crise estrutural da economia açucareira no Nordeste, se tem, no estado de Pernambuco, o desmonte de 18 usinas, entre elas a Catende. A crise não representa apenas demissão dos trabalhadores, mas a desestruturação de suas vidas: eles perdem as suas casas, por viverem em terras da usina –, e, por conseguinte, a perda dos seus sítios, nos quais plantam para o sustento das suas próprias famílias.

A Catende demite 2.300 trabalhadores nos meses de agosto e setembro de 1993, que com o apoio dos sindicatos passam a reivindicar o pagamento dos direitos rescisórios.³⁰² Os ex-patrões, usineiros, alegam não haver dinheiro para o pagamento dos salários em atraso e das próprias verbas rescisórias dos trabalhadores tanto do campo quanto da fábrica.

Abro parênteses para explicar que no setor industrial da Catende, isto é, a usina, propriamente dita, os operários são representados por três sindicatos, são eles: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco, Sindicato dos Seguranças e o Sindicato dos Motoristas. No setor rural, os trabalhadores são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estes contam também com Associações de Moradores em cada engenho, muitas delas criadas logo após o processo de falência da usina.

É no ano de 1995, especificamente no *réveillon*, conforme relata um ex-assessor, que:

os usineiros fizeram festa em Recife, e para vaidade deles, o jornal, o Diário de Pernambuco, divulgou fotos da festa na casa de um deles, do Ricardo Guerra. Réveillon da família Guerra, algo assim divulgaram [...] E no jornal dizia mais, anunciava que eles iam para a posse do presidente Fernando

³⁰² Conforme Kleiman, em nota de rodapé, as maiorias das usinas que “quebraram”, fecharam suas portas meses depois de iniciarem o não pagamento de salários e direitos a seus ex-funcionários, que por vezes ficaram sem receber os créditos devidos por ações de transferência de patrimônio realizada entre a usina devedora e as novas empresas criadas, que recebem aqueles ativos antes de eles serem leiloados para o pagamento dos devidos (2008:79).

*Henrique e do Ministro da Fazenda, o Gustavo Grauss, que foi ex-governador daqui, do estado.*³⁰³

Segundo ele, isto causa grande indignação nos trabalhadores, que, no período, estavam sem receber salários a vários meses e o 13º salário. Este noticiário é “a gota d’água que faltava”, declarou aquele ex-assessor.

Os trabalhadores demitidos em conjunto com os que continuam no quadro de empregados, com o apoio dos sindicatos, decidem realizar uma greve. Vale salientar que, neste processo, a iniciativa é principalmente tomada pelos operários ativos na produção industrial. A greve é a maior que até então ocorreu, durando 19 dias. Ocorrendo no período da moagem, gera perda de produtividade e aumento de custo, estes devido ao fato de que a cana depois de cortada não pode esperar muito tempo para ser moída, ela perde qualidade na sua substancia chamada sacarose.

A mobilização dos operários e trabalhadores do campo, demitidos e ativos, forçam os usineiros a aceitar entrar em processo de negociação com os sindicatos, na tentativa de encontrar solução para a situação. Neste processo, o governo do Estado de Pernambuco se faz presente, já que parte da dívida da usina é com o próprio Estado.

A negociação resulta numa “atividade negociada de continuidade da produção entre patrões e sindicatos, uma co-gestão entre devedores e credores” (Kleiman, 2008:82). É a partir daí que os sindicatos tomam conhecimento do desmonte do patrimônio da usina feito pelos usineiros. Então, não vendo mais formas de negociação, os sindicatos e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) decidem entrar com um pedido de falência da usina na comarca de Catende. Como reação, os usineiros transferem a sede da empresa para Recife, e requerem falência na comarca desta cidade.³⁰⁴ Simultaneamente, as duas comarcas concedem falência. Tornando-se, “a primeira falência de um usineiro decretada pela justiça a pedido de trabalhadores” (id., 55).

³⁰³ Em 1994, havia ocorrido a eleição para Presidente da República, e o eleito Fernando Henrique Cardoso tomou posse em 1º de Janeiro de 1995.

³⁰⁴ Recife é a capital do estado de Pernambuco, fica a 142 km da cidade de Catende.

Inicia-se um período complicado de disputas na esfera judicial. Porém, o pedido de falência por parte dos 2.300 trabalhadores demitidos é reconhecido pelo juiz da comarca de Recife, o que gera um acordo, no qual o Banco do Brasil,³⁰⁵ um dos maiores credores da usina, é indicado para síndico da massa falida³⁰⁶ entre 1995 e 1997 (ANTEAG, 2005). Destaca-se, o fato de que com esta solução tomada, a participação dos usineiros no negócio fica condicionada ao que a lei determina, restringindo-a a acompanhar e fiscalizar as atividades em andamento.

Durante este período de negociação judicial, os trabalhadores rurais dos 48 engenhos no processo de organização política fundam associações de moradores em cada engenho,³⁰⁷ somando-se ao processo de mobilização junto com os sindicatos. Estes, em parceria àquelas, em plena negociação com os poderes públicos, logram consensos para a garantia que a indicação de um novo síndico que assumiria a administração a partir de 1998, fosse feita por eles.

É nesta fase do processo que a experiência intitulada 'autogestionária', como consideram as lideranças, começa a ser exercitada. Lideranças provindas das associações de moradores dos engenhos, sindicatos e militantes da Pastoral da Terra articulam o Projeto Harmonia-Catende. A ANTEAG define este projeto como: “uma das principais iniciativas autogestionárias em curso no Brasil, integrando o esforço de economia solidária desenvolvido pelos trabalhadores brasileiros em reação aos efeitos da política neoliberal” (2005:6).

É importante sublinhar que a presença de organizações políticas e sociais no território contribui significativamente para a formação e organização dos trabalhadores rurais, em especial, no processo de recuperação da usina e da implementação do que chamam de 'autogestão'. Voltarei a este tópico mais adiante.

³⁰⁵ O Banco do Brasil é um Sociedade de Economia Mista, tendo seu capital formado por 51% de dinheiro público e 49% de privado. Logo, o Estado brasileiro é um dos principais credores.

³⁰⁶ Massa falida é o termo jurídico da Usina Catende perante ao pedido de falência requerido pelos trabalhadores.

³⁰⁷ As associações de moradores, no contexto de mobilização e articulação por que passava a usina, ganham um forte contorno político. Delas várias lideranças surgiram no cenário sociopolítico. Provocaram mudanças na geografia política das cidades, uma vez que passaram a ser campo de disputas eleitorais por parte de políticos veteranos nos municípios.

No momento, não me deterei no Projeto Harmonia-Catende, pois voltarei a ele mais adiante. Contudo, é interessante explicitar que este consiste no processo de formação e transição da estrutura organizacional até então existente para uma estrutura 'autogestionária'.

Em dezembro de 2004, como um dos elementos componentes daquele Projeto, cria-se a Cooperativa Harmonia de Produção Agroindustrial dos Agricultores e Agricultoras Familiares. É chamada pelos trabalhadores, assessores e diretores por Cooperativa Harmonia. Seus cooperados são os trabalhadores rurais (fornecedores de cana) dos cinco municípios em que estão localizados os engenhos.

Hoje em dia, as terras dos engenhos encontram-se de posse dos trabalhadores que em cooperativa administram-nas em regime de reforma agrária nos 48 engenhos. Aquelas são desapropriadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por três decretos presidenciais, em 2006. Porém, ao contrário das terras, a usina ainda segue sem nenhuma resolução judicial, isto é, continua em processo de falência. Até o momento, conforme alguns diretores da cooperativa, os trabalhadores receberam apenas uma parte dos seus direitos trabalhistas.

A apropriação das terras trouxe vários debates e atritos sobre a forma em que se daria, de fato, a posse das famílias sobre as terras. Face aos princípios regentes do Projeto Harmonia-Catende, balizado em diversos debates e acertos, as terras passam a pertencer a Cooperativa, não às famílias dos trabalhadores de forma individualizada. Tem-se a organização coletiva da posse e exploração das terras.

Vozes dissidentes emergem sobre esta forma de organização, demonstrando insatisfação e conflitualidade em relação à direção daquele projeto. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³⁰⁸ ocupa terras da usina em demonstração de rompimento com aquele projeto. Após exaustivo processo de negociação e entendimento entre os próprios trabalhadores, as terras ocupadas são

³⁰⁸ O MST teve origem nos anos 1980, tendo como objetivo a realização da Reforma Agrária no país. É inspirado pela teoria marxista e pelo cristianismo progressista. É um movimento que recebe críticas constantes por parte da direita brasileira. Teve como base para a sua formação a Comissão Pastoral da Terra que assumindo uma característica ecumênica aglutinou várias igrejas em favor da organização dos trabalhadores rurais e camponeses.

recuperadas pelo Projeto Harmonia-Catende.

Membros do Movimento [MST] acabam por infiltrar-se na comunidade, que, convencida, levanta sua bandeira. Simbólica e concretamente, essa manifestação mostra o rompimento daquele agrupamento, político por assim dizer, com o conjunto do Projeto Harmonia-Catende. Erguida a bandeira, o território passa a estar isolado do conjunto dos demais engenhos, que têm como direção política seus sindicatos e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Kleiman, 2008:95).

Trata-se de uma percepção e leitura diferenciada do MST acerca da recuperação da própria Usina: “o MST aponta a sobrevivência de Catende como símbolo da manutenção de um modelo histórico, oriundo a colônia, de exploração do trabalhador, que é a produção agroexportadora do latifúndio canavieiro (ibid., 95-96).

A Liga dos Camponeses Pobres (LGP),³⁰⁹ outro movimento de trabalhadores rurais que partilha dessa mesma visão, mas divergente do MST, implementa uma forte campanha contra a Cooperativa Harmonia.

Não centrar-me-ei nestes dois movimentos, visto que me interessa nesta pesquisa são as relações de trabalho e o processo 'autogestionário' no interior da atividade industrial da usina. Contudo, os dissensos – ausência de um consenso em torno do Projeto Harmonia-Catende – sobre a condução da experiência vivenciada, até então, pela Cooperativa é um elemento importante a ser considerado, por trazer à tona as forças políticas contrárias àquela e ao projeto e, por conseguinte, as leituras e visões distintas sobre a história da Usina Catende. Coadunando-se com o que expressei, no item 1.2 do capítulo II, sobre a diversidade de interpretação e entendimentos do projeto político no interior das experiências do trabalho associado.

Na fase inicial do desenvolvimento prático do Projeto Harmonia-Catende ocorrem greves dos operários, sendo resolvidas mediante diálogo com o setor

³⁰⁹ É um movimento de linha maoista e defende uma Revolução Agrária, que distancia-se do que se entende por Reforma Agrária. Esta consiste em ocupar as terras, tirando-as das mãos do latifúndio, cortar a terra o mais rápido possível e entregar as parcelas aos camponeses sem terra ou com pouca terra. A LCP tem sido frequentemente alvo de acusações de ser uma organização guerrilheira por sua forma de organizar os camponeses e de ocupação das terras.

administrativo, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o sindicato dos operários (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool de Pernambuco). Segundo alguns diretores da Cooperativa, os operários em greves exigem apenas aumento salarial.

Duas são as greves que aqui coloco em destaque: uma ocorre em 1998. Um grupo de operários protagoniza a mobilização em protesto pelos salários em atraso. Segundo Kleiman, o atraso teve como causa “[u]ma safra menos produtiva que a esperada fez com que parte dos salários passasse por um período de atraso no final da moagem” (2008:95). Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar e do Alcool, o grupo exige o afastamento do então síndico da massa falida, srº Mário Borba, acusando-o de incompetência administrativa.

Ao portão da usina, a tensão do conflito aumenta, pois os trabalhadores rurais são mobilizados para abrir aquele, fechado pelos manifestantes. Instala-se uma batalha que, como denomina aquele autor, “foi de trabalhador contra trabalhador, pela legítima representação na condução do Projeto” (id. loc. cit.). Ao fim, num impasse sobre a resolução do conflito, a solução é colocada para ser tomada pelo Juiz de falências da 18ª Vara Cível do Recife, na ocasião, o Srº Adalberto Oliveira. A greve não resulta na saída do síndico (como desejam os manifestantes) e 93 operários e funcionários participantes na mobilização são demitidos pela administração da massa falida.

Até aquele momento, tínhamos brigado muito, mas com os usineiros, brigas fora da usina, não internas. Estávamos diante de trabalhadores e sindicalistas contra nós, foi complicado. Tínhamos, ali, a nossa primeira briga interna, dentro do nosso grupo... causou fragilidade entre nós, não tínhamos passado por aquilo ainda (Interlocutor ex-assessor D-Catende).

Em dezembro de 2003, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool impulsiona mais uma paralisação da usina que dura nove dias. Além de reivindicar o pagamento de salários em atraso, mobiliza os operários na tentativa de assumir a direção da usina. A exigência do afastamento do síndico é atendida desta

vez, mas, por apelação da cooperativa e os sindicatos dos trabalhadores rurais, a reintegração daquele na direção é realizada. Os grevistas, por ordem judicial, são expulsos da sede da administração que chegam a ocupar.

Estas mobilizações grevistas causam desconforto na relação entre os sindicatos dos camponeses, as associações de moradores e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool. Tal fato é motivo para o fracasso das várias tentativas de criação das comissões de fábrica, as quais poderiam ter propiciado o envolvimento dos operários, de forma organizada, no Projeto Harmonia-Catende.

Segundo Kleiman (2008), estas mobilizações levam à equipe do Projeto a criar mecanismos/instrumentos para fortalecer a experiência vivida e consolidar estratégias para enfrentamento de desafios e conflitos. É assim estabelecido o Comitê Gestor, conhecido por Reunião do Chalé. Este comitê “se consolidou como espaço onde os assuntos gerais do Projeto passaram a ser discutidos e pactuados com todos os representantes das comunidades” (id., 104).

Entre aquelas duas mobilizações grevistas, em 1999, devido às acusações de irregularidades em repasses de verbas do Governo do Estado, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco instala uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar denúncias de desvio de dinheiro público aplicado na Usina Catende. Mas, a CPI não apura nenhuma irregularidade nesta.³¹⁰

Nas entrelinhas desses percalços é possível resumir 'conquistas' e 'mudanças' para os trabalhadores rurais dos 48 engenhos pertencentes ao projeto. Combinando recursos provindos de Organizações Não-governamentais (ONG's)³¹¹ e do próprio Estado brasileiro (estadual e federal), logram reduzir o analfabetismo entre aqueles trabalhadores; erradicar o trabalho infantil nos engenhos; inaugurar uma Policlínica em convênio com a organização social Centro de Mulheres que administra

³¹⁰ A CPI foi instalada no governo do então governador Jarbas Vasconcelos. As acusações sobre caíam no governo do seu antecessor governador Miguel Arraes.

³¹¹ Organismos internacionais de apoio como, *Cordaid* (agremiação de entidades holandesas que financia projetos sociais em países na África e América Latina), *Oxfam* (organização inglesa de Apoio) e *Manos Unidas* (de origem espanhola) contribuíram com o projeto Harmonia-Catende.

programas de saúde exclusivo às mulheres rurais. Se soma, também, programas estaduais voltados aos trabalhadores rurais tais como: Programa Cana de Morador que consiste segundo Kleiman, em “estratégia para a ampliação do plantio da cana”(2008:101).

A equipe que administra o Projeto Harmonia-Catende conquista o acesso a créditos provindos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que consiste num programa governamental de apoio ao desenvolvimento rural, centrando no fortalecimento da agricultura familiar como seguimento gerador de postos de trabalho e renda.

Apesar de receber apoios e recursos, a usina veio acumulando dívidas e, segundo os operários, a diminui muito a quantidade de cana moída. Numa conversa com alguns operários,³¹² eles lamentam o quanto a usina deixa de moer cana, ao recordar vinte anos atrás: “Para ela se equilibrar é preciso que a usina moesse 500 mil toneladas de cana”; “Antes, nós moia [cana] por dez meses... a gente moia sem parar, era direto, dia e noite...”; “Hoje, a cana é pouca... se eles pagassem direitinho, do jeito que as outras paga, né?...”

A usina passa, neste últimos 25 anos, por dois grandes incidentes que prejudicam o seu funcionamento, por uma cheia e um incêndio.³¹³ “Nós chorando e vamos, vamos fazer, vamos reagir senão vai se acabar tudo, tudo dentro de nós, pronto, isto aqui também é nossa vida”, arremata um operário mecânico ao recordar o incêndio.³¹⁴

³¹² A conversa se deu nos portões da usina com 4 operários.

³¹³ Aqui é importante explicitar que somam-se dois incidentes até maio de 2010, pois, como se verá no decorrer desta pesquisa, a usina sofreu mais uma enchente.

³¹⁴ Em 2000, a usina enfrentou uma enchente do rio Una que banha o parque industrial, provocando prejuízos em torno de R\$ 3 milhões. O incêndio ocorreu em Novembro de 2002, provocado por um curto-circuito no transformador, seguido por uma explosão. Danificando os três geradores e causando a paralisação da usina no início da moagem, gerando grande prejuízo econômico.

3.4. Fragmentos do Diário de Campo: retrato falado de uma experiência:

Usina Catende

Tive oportunidade de conversar minutos depois com um cortador de cana do Engenho Carpina. Ele sentou ao meu lado e prontamente dirigiu-me a palavra: - Você vai falar com o doutor Batista? Respondi que sim. E indagou-me: - É sobre cana? Respondi que não. Falei que era sobre uma pesquisa. Perguntou-me se era do IBGE,³¹⁵ falei que não, que era ligada à Universidade. Ele, mas uma vez, na tentativa de aprofundar o diálogo, indagou: - Universidade de Recife? Por segundos, tive receio de dizer que estava a estudar em Coimbra, assim, logo no primeiro contato com o trabalhador. Poderia criar uma barreira, uma distancia. Então, fiz um sinal com a cabeça afirmando sua pergunta (Trechos do diário de campo, Usina Catende, 08/03/2010).

Ao passar do tempo, a sala do técnico de segurança, Marcos, foi se tornando um espaço de encontro de alguns dos operários comigo. Enquanto Marcos ia fazendo o seu trabalho, os operários que ali chegam vão contando para mim suas experiências de anos de usina. As conversas sempre recheadas de piadas e brincadeiras machistas.

Hoje, lá estávamos quando o seu José Augusto e seu Antônio chegaram, prontamente, 'tirando onda' com o Marcos. Eles estiveram na enfermaria, a qual fica próxima à sala de Marcos. Seu Antônio havia cortado o pé em sua casa, tendo-o, nesta manhã, o pé bastante inchado e dolorido. Ele de imediato justifica ao Marcos que estava a usar chinelo por recomendações da enfermeira. [...]

Seu Antônio narrou o episódio da decisão do seu irmão em ir

³¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

embora da cidade de Catende. Seu José Augusto interrompia com frequência a fala daquele para chamar a atenção que “já naquele tempo...”, reportando ao fato da cidade não ter nada à oferecer aos trabalhadores. Seu Antônio contou-nos que seu irmão agora vive em Mauá [no estado de São Paulo], tem casa própria e outras casas de aluguel; sua esposa tem um salão de beleza. E exclamou: “Se ele tivesse ficado aqui, estaria que nem eu”.

Com vinte e oito anos de usina Catende, desabafou que muitos operários, tal qual a ele, seu José e Marcos vem de uma geração que ali passaram. São filhos de ex-operários. E com muita firmeza diz: “Não somos reconhecidos aqui”. Coloca em evidência o próprio Marcos, a quem se dirigiu: “Olha para ele... novo, inteligente, mas até hoje, não é reconhecido aqui dentro” (Trechos do diário de campo, Usina Catende, 13/04/2010).

Passei toda a manhã na usina, acompanhando o Marcos. À tarde, não voltei à usina, fui visitar o Chalé, onde está alocada a cooperativa Harmonia. Lá encontrava-se apenas a diretora Eliene que de imediato não se apresentou como tal, mas a fez no decorrer da nossa conversa. Ao me apresentar e detalhar o que ali estava a fazer, ela tomou uma expressão de decepção, não por ela, mas por mim. Pois, conforme suas palavras, “fui para Usina numa fase em que todos estão perdidos... sem saber o que será daquilo [Usina]...” Ela, com paciência, relatou como havia ocorrido a intervenção judicial na Usina, a qual, segundo ela, representou uma parada brusca nos projetos em andamento da cooperativa. Explicou-me que o caso da Catende não se reduzia aos salários em atraso, há muito mais neste caso.

[...]

Ela descreve a atual situação da usina, “as pessoas estão

perdidas... não se sabe para onde ir... o que vai ser isto...” Relata que o atual síndico está a utilizar o dinheiro do PRONAF para o pagamento dos salários. E tal ato é contra a lei, pois o dinheiro não destina-se para este tipo de pagamento. Segundo ela, este recurso, por força judicial, a cooperativa não tinha acesso.

[...]

Ela revela que os operários da usina, do setor fabril, não são associados à cooperativa porque a este setor não foi desapropriado tal qual foram as terras dos engenhos. Quando a cooperativa estava na gestão, havia uma parceria entre esta e os operários (Trechos do diário de campo, Usina Catende, 11/05/2010).

Pretendi ir à Usina apenas no turno da tarde, pois fui encontrar-me com um dos diretores da cooperativa, Heleno, no Chalé. Mas, infelizmente passei toda a manhã a sua espera. A nossa conversa veio acontecer na hora do almoço e decorreu pela tarde. Sempre interrompida, ora pelos telefonemas demorados, ora pelas pessoas que o procuravam. Foi a primeira vez que conversarmos pessoalmente, até o momento só havíamos falado por telefone.

Enquanto o esperava conversei com dois trabalhadores cooperados que estavam no Chalé. Eles caracterizam a atual situação porque passa a Usina como complicada e difícil. A Eliene na conversa de ontem naquele mesmo lugar, também utilizou das mesmas palavras para identificar o processo. Tanto ela quanto aqueles culpam uma 'força externa' que não desejam ver uma usina nas mãos dos trabalhadores. Era claro o mesmo discurso entre eles para defender a cooperativa.

[...]

Heleno me diz que a Usina é “um grande elefante branco” e que “isto ainda vai rolar muita briga... está apenas começando”. Ao

utilizar a aquela expressão para Usina, ele se referia ao equipamento e maquinário antigo existente na Usina. A Usina precisava se modernizar. Segundo ele, a cooperativa estava elaborando um projeto para isto.

[...]

Por volta das 14 horas, chega o presidente da cooperativa e ex-sindico o senhor Andrade. Noto uma certa formalidade na forma como este é tratado pelos demais. Ao sermos apresentados, ele pergunta-me se o Heleno tratou da minha acomodação para o desenvolvimento da pesquisa. Ao explicar em poucas palavras a pesquisa, fico com a impressão que para eles eu teria que estar na cooperativa. Pesquisar a cooperativa.

[...]

Por esta primeira conversa com os diretores da cooperativa, fica claro que a Usina, o setor industrial, precisa seguir o caminho que outras usinas no estado tem tomado, a adoção de maquinário moderno, de novas tecnologias. Mas, o que seria dos operários? Nas usinas e engenhos que se 'modernizam', a exemplo de algumas no estado de Pernambuco, trabalhadores são demitidos (Trechos do diário de campo, Usina Catende, 12/05/2010).

Hoje, cheguei na Usina atrasado. Pedir o ônibus das 7, de Palmares à Catende. Em meia e meia hora há sempre um a sair, mas hoje, por um acidente na estrada, houve atraso.

[...]

Marcos me contou que não demorará muito a sair do quadro de funcionários da Usina, está aguardando a ser chamado numa firma em que apresentou o currículo. Para ele será algo bom, pois ganhará melhor e terá melhores condições de trabalho, se for chamado seguirá na função de técnico de segurança. Alertou-me

que na Usina ninguém sabe disto.

[...]

Tal notícia me deixou um tanto triste, pois ele tem sido um amigo e um 'facilitador', abrindo oportunidades para ali estar a conversar com os operários e a ouvir relatos, queixas, etc. Como quem lê-se meus pensamentos (por alguns minutos, creio que demonstrei certa preocupação, já que ali tenho acesso por eu o acompanhar no interior da usina), ele explica que provavelmente designarão outra pessoa para que eu acompanhe durante a minha pesquisa. Esta confissão se deu na sala dele, antes de irmos à inspecionar o trabalho nas oficinas (Trechos do diário de campo, Usina Catende, 24/05/2010).

3.5. O processo interrompido: a cooperativa fora da usina

Segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Usina Catende é uma das dez usinas de Pernambuco notificadas, em março de 2009, numa inspeção fiscal, por ter sido flagrada distribuindo cestas básicas aos trabalhadores no valor de R\$ 105,35 (cento e cinco reais e trinta e cinco centavos)³¹⁶ mediante a assinatura daqueles em recibos de adiantamento e ordenados e salários.³¹⁷

Entretanto, a diretoria da cooperativa justifica que por decisão tomada em assembleia, os trabalhadores, perante a falta de maiores recursos financeiros por qual passa a usina, optam em priorizar o pagamento de empréstimos bancários contraídos em nome da cooperativa.

Na data de 17 de agosto daquele ano, o então síndico, Marivaldo Silva de Andrade (presidente da Cooperativa Harmonia) é afastado do cargo por uma ordem judicial expedida pelo juiz da 18ª Vara Cível do Recife, srº Silvio Romero Beltrão. A

³¹⁶ O que correspondia a 43,64 euros.

³¹⁷ O MPT autuou a usina ao pagamento de R\$ 10 milhões, a título de reparação pelos danos causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores. Para maiores detalhes consultar: http://portal.mpt.gov.br/wps/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia/2009/03/19/

justificativa para tal ordem veio do MPT que acusa o síndico de irregularidades administrativas. Com esta decisão, a cooperativa é retirada da usina, uma vez que funciona nas instalações da mesma.

Os assessores, o advogado e alguns funcionários da administração são os primeiros a serem demitidos com a tomada de posse de um novo síndico.

Em visita à Cooperativa Harmonia, na conversa com um dos membros da diretoria, afirma que a decisão do juiz trata-se de uma questão política: “Foi horrível e vergonhoso. De repente, chega na usina policiais com ordem de despejo. Fomos colocados pra fora”. Ele acusa a justiça de não saber tratar “um empreendimento em autogestão” que é diferente de outras empresas capitalistas. “Nós, uma empresa em autogestão, não podemos ser avaliados do mesmo jeito que qualquer outra empresa”.

Com a saída do síndico, representante dos trabalhadores, a administração da massa falida passa ao cargo do srº Carlos Antônio Ferreira,³¹⁸ síndico nomeado pelo juiz da 18ª Vara Cível do Recife.³¹⁹ Mas, é o srº Juan Baldonere Nodarse, gerente administrativo, que responde internamente pela gestão e organização geral da produção, pois aquele passa apenas um dia na usina, preterivelmente, às segundas-feiras.

A título de esclarecimento, a administração judicial da usina é formalizada da seguinte forma: um síndico da massa falida; um diretor financeiro da massa falida; um superintendente agrícola da massa falida; um advogado dos sindicatos dos trabalhadores; um advogado da massa falida e três assessores.

Com a retirada da cooperativa da usina, houve uma separação nítida entre o processo jurídico da massa falida e aquela que, segundo o srº Juan Nodarse, “[...] antes não se sabia o que era cooperativa e a massa falida”. Este ainda afirma que “os trabalhadores [rurais] continuam tomando as decisões centrais na empresa [...] eles não são obrigados a moer a cana aqui, podem ir para outra usina.”

Fica subentendido que ao falar em 'decisões centrais na empresa', o gerente

³¹⁸ Funcionário público aposentado (reformado).

³¹⁹ Durante a pesquisa não tive contato com o atual síndico, ele passava apenas o dia da segunda-feira na usina em reuniões todo o dia. A minha inserção na usina foi 'renegociada' com o gerente administrativo, Srº Juan Nodarse, responsável pela usina na ausência do síndico.

administrativo refere-se ao fato dos trabalhadores rurais, os fornecedores de cana, terem o poder de decidir em que usina querem moer suas canas. No seu discurso, fica clara a percepção restrita de 'participação' dos trabalhadores nas decisões.

A primeira providência tomada pela nova direção no interior da fábrica é pagar os salários atrasados de forma progressiva. Este é um fato comentado por todos os operários com quem tive contato na realização da pesquisa. Uma das jovens que trabalha no laboratório faz o seguinte comentário a respeito das cestas básicas: “Era a reclamação de todos aqui. Recebíamos cestas básicas no lugar dos nossos salários. Não aguentávamos mais isto.”

Ao indagá-la que, segundo diretores da cooperativa, a distribuição das cestas básicas foi uma determinação de uma assembleia e, portanto, os trabalhadores concordaram, ela prontamente contesta:

Não, não. Nós da fábrica não participávamos dessas assembleias, isto era com os trabalhadores dos engenhos, os fornecedores e eles da cooperativa. Não nos perguntaram nada, se queríamos isto... de cestas básicas.

Segundo um diretor da cooperativa, o dinheiro que está sendo utilizado para o pagamento dos salários trata-se do recurso do PRONAF e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³²⁰ que não podem ser destinados para tal finalidade: “os trabalhadores da fábrica sabem disto. Este fundo legalmente não pode ser usado para isto.” E arremata, “agora eles [operários e trabalhadores rurais] estão percebendo o que está acontecendo... tem gente arrependida...”

Um outro diretor da cooperativa, com forte convicção afirma que “o problema da Catende não é apenas o pagamento dos salários, há muito mais do que

³²⁰ Por meio da CONAB, a cooperativa harmonia logrou a ter acesso ao PAA executado pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Com o PAA a cooperativa conseguiu reduzir a utilização do mecanismo de venda antecipada de açúcar. A cooperativa para capitalização da usina para garantir o funcionamento no período entressafra, vendia antecipadamente parte da produção futura de açúcar a intermediários (atravessadores) do mercado deste produto. A venda se dava a preços baixos. Tal prática, por vezes, por conta da especulação dos atravessadores, provoca impacto negativo: as quedas no preço da safra levava a cooperativa a entregar maiores quantidades do produto como forma de pagamento àqueles.

isto. Isto ainda vai rolar muita briga... está apenas começando”. Além de reafirmar que “muitos operários estão arrependidos pelo apoio que deram a integração do novo síndico”. Ele também exprime que os operários não estão levando em consideração o fato da garantia dos seus postos de trabalho está intrinsecamente relacionada ao fornecimento de cana pela cooperativa à usina: “se a cooperativa tomar a decisão em não moer a cana em Catende, a usina fecha. Isto caberá aos trabalhadores cooperados decidirem”. Aprofundarei esta questão dos operários em relação à cooperativa no item 4.6.

Conforme a afirmação dos diretores da cooperativa, a situação da usina não esta resolvida com a retirada da cooperativa e da posse de um novo síndico. Apesar do otimismo expressado por este,

O que ela [Usina Catende] precisa é continuar no ritmo de moagem que está sendo feito este ano, dá um entendimento empresarial a empresa e não fazer dela uma empresa de falência, mas sim uma empresa que esteve em evidência no mercado, fazer com que os funcionários recebam seus salários normais, tranquilos e em dia e principalmente atribuir a ela centros de custos que hoje ninguém pensa em centro de custo dentro da usina e vamos tentar ver se na próxima safra temos uma média empresarial para calcular exatamente em quanto tempo ela sairia desse vermelho (Portal da Globo, 2009),³²¹

a falta de recursos financeiros continua um problema não resolvido.

A falta de resolução para a descapitalização da usina, leva os operários, entre os anos de 2009 e 2010, a realizarem alguns protestos contra o não pagamento dos seus salários e as más instalações e estruturas da usina.³²² Segundo o gerente administrativo “a usina atravessa por uma fase difícil economicamente”.

³²¹ Para maiores detalhes, consultar:

<http://pe360graus.globo.com/noticias/economia/industria/2009/11/19/NWS.502557.10.196.NOTICIAS.766-USINA-CATENDE-VOLTA-DAR-RESULTADOS-POSITIVOS.aspx>

³²² Ver matérias intituladas “Trabalhadores da Usina Catende bloqueiam BR-101 Sul”, no Jornal do Commercio, 08 de agosto de 2009, e “Trabalhadores da Usina Catende cruzam os braços e protestam”, 28 de setembro de 2010, respectivamente em <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2009/09/08/trabalhadores-da-usina-catende-bloqueiam-br101-sul-198937.php> e <http://ne10.uol.com.br/canal/interior/zona-da-mata/noticia/2010/09/28/video-trabalhadores-da-usina-catende-cruzam-os-bracos-e-protestam-237973.php>

Para agravar mais a situação, a unidade produtiva volta a ser inundada em junho de 2010, devido a mais uma enchente do rio Una. Várias máquinas ficam danificadas e uma razoável parte de sua estrutura destruída. A enchente deixa submersas máquinas e galpões, danificando, dessa vez, a parte elétrica da usina, deixando um prejuízo, segundo o Diário de Pernambuco, em torno de R\$ 20 milhões (07 de Maio de 2011).³²³ Tal fato suscita problemas sérios na economia de várias cidades da região, além de agravar a crise financeira da usina.

A usina não consegue superar os problemas estruturais causados pela inundação, operando com limites e poucos recursos financeiros, o que leva a “[c]erca de 450 mil toneladas de cana-de-açúcar da safra 2009/2010, que seria moída na Usina Catende este ano, será encaminhada para outras unidades da Mata Sul” (Portal do Jornal do Commercio, 2010).³²⁴

Tal situação conduz, mais uma vez, à falta de pagamento dos salários e péssimas condições das estruturas de trabalho, tornando-se causas de protestos dos operários e trabalhadores rurais. Sem respostas plausíveis da administração frente a situação acima exposta, em 22 de fevereiro de 2011, operários e camponeses interditam uma das principais rodovias de acesso à unidade produtiva, queimam pneus e galhos de árvores, impossibilitando o tráfego de transportes no trecho entre as cidades de Palmares e Xexéu. Reivindicam o pagamento dos salários atrasados há cinco meses (setembro/2010 a janeiro/2011), incluindo o 13º salário. Chega haver conflito entre os trabalhadores e os policiais que estão no local. Vale destacar o baixo número de operários nestas mobilizações em comparação aos trabalhadores rurais. Estes se apresentam com mais poder de organização do que aqueles. Tratarei, no item 4.6., desta questão.

A possibilidade do fechamento da usina por tal situação provoca apreensão tanto na população dos cinco municípios quanto no poder público local, estadual e federal. O encerramento desta unidade produtiva afetaria 4 mil famílias, o

³²³ O valor correspondia a 8.403,00 euros. Para maiores detalhes da matéria publicada, consultar: <http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?matéria=20110507170355>

³²⁴ Para maiores detalhes, consultar: <http://ne10.uol.com.br/canal/interior/zona-da-mata/noticia/2010/09/24/usina-catende-perde-moagem-237514.php>

equivalente a mais ou menos 16 mil pessoas. Desde o início do processo de conflito da decretação da falência, as três esferas de Governo brasileiro têm acompanhado todo o tramite da massa falida. E, dependendo da linha partidária no governo, o acompanhamento configura-se a favor ou não da posse da usina à Cooperativa Harmonia. Governo do Estado, sindicatos e a FETAPE vêm discutindo a situação desta empresa.

Em 17 de fevereiro de 2011, é criada uma Comissão Suprapartidária da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco especificamente para tratar do caso da Usina Catende.³²⁵ Na reunião de sua criação, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais – dos cinco municípios que englobam a usina – entregam aos Deputados Estaduais um relatório descrevendo a atual situação em que se encontra a usina. Neste documento, também exigem o afastamento imediato do atual síndico, denunciando os prejuízos impostos por ele e sua administração aos trabalhadores do campo e da fábrica.

Neste relatório os sindicatos dos trabalhadores rurais enfatizam a urgência da finalização do processo de falência e a retomada da gestão da usina pela Cooperativa Harmonia. Contudo, enquanto os sindicatos reconhecem a legitimidade daquela cooperativa em gerir a usina, como pertencente aos trabalhadores, o prefeito da cidade de Catende, numa controvérsia àqueles, sugere à Comissão Suprapartidária, a criação de uma outra cooperativa de trabalhadores, mas supervisionada por uma pessoa indicada pelo Governo do Estado de Pernambuco (ALEPE, 2011). Fica latente o quanto de 'político' representa para os sujeitos envolvidos em todo o processo da falência daquela usina, quem tem a legitimidade para administrá-la, tratando-se, portanto, de um jogo de poder sobre a “política de produção” e o “regime de fábrica” (Burawoy, 1985), tal como fiz ver no item 1.1 do capítulo I. Logo, a disputa ultrapassa a mera esfera da produção na unidade fabril.

³²⁵ A comissão foi proposta pelo deputado Antônio Moraes, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que recebeu apoio de outros deputados de vários partidos, os quais defendem a ideia da saída do srº Carlos Antônio Ferreira do cargo de síndico. A Assembleia Legislativa do Estado aprovou a criação da referida comissão para que sejam adotadas medidas objetivas de socorro ao empreendimento. Para maiores detalhes, consultar <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=noticia.php&id=13496>

Em Abril daquele mesmo ano, a situação de não pagamento do 13º salário, quatro meses de salários atrasados, não pagamento do PRONAF e da CONAB (o que inviabiliza o acesso ao crédito em 2010 para mais de 2 mil famílias) e a demissão de 1.300 trabalhadores, leva 250 trabalhadores do campo e operários da unidade produtiva a acamparem na entrada da usina, reivindicando, entre outros, a suspensão daquelas demissões. A situação agrava ao ponto da parada geral da Usina em 2012: desde janeiro sem funcionamento, os operários estão sem receber salário.

Impasses e controvérsias permeiam este processo. Faz mais de 16 anos que o processo de falência da usina transita na Justiça, sem ter uma solução. Na entrevista com um diretor da cooperativa, este expressa que “desde quando este juiz [Dr. Silvio Romero Beltrão, juiz titular da 18ª Vara Civil do Recife] assumiu, substituindo o anterior, não considera os esforços que fazemos para solucionar o problema da falência”. Em uma reunião na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o Governo do Estado apresenta a proposta de compra da Usina Catende pela Petrobras.³²⁶ A proposta é sugerida ao ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República presente. Destaco o fato que a Petrobras está a fazer investimentos em Pernambuco ao construir uma refinaria destinada para a produção de óleo diesel no município de Ipojuca.³²⁷ Este possui um dos grandes polos industriais do estado, sitiando algumas das grandes empresas instaladas ao redor do Porto de Suape (um dos maiores portos do Brasil).

Sem resposta concreta e imediata à situação da usina,³²⁸ numa reunião na Câmara dos Vereadores da cidade de Catende – onde esteve presentes representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e operários, da Cooperativa Harmonia, do Governo do Estado com o síndico da massa falida – os produtores de cana decidiram

³²⁶ A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo Brasileiro. Atua como empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis (etanol e biodiesel) e outras fontes renováveis de energia. É atualmente a 3ª maior empresa de energia do mundo.

³²⁷ Município abrigado na região metropolitana do Recife. Está a 57 km da capital.

³²⁸ Para a implementação da suposta compra da usina pela Petrobras, um trâmite burocrático e jurídico, em consonância com a legislação brasileiro, será necessário para tal efetivação. O que, de imediato, não dar respostas à situação dos operários e trabalhadores rurais face à crise da usina.

em administrar a usina. A decisão é tomada mediante a falta de descrédito no atual síndico em honrar os pagamentos da cana moída e no intento de não paralisar as atividades da usina.

Porém, por questão constitucional, o parque industrial da usina não poderia ser comprado de forma direta pela Petrobras, mas ser arrematada em leilão realizado pelo Tribunal da Justiça do estado de Pernambuco. Em 2012, são realizados 3 tentativas de leilões,³²⁹ nas quais não houve comprados. Apenas no último, aquele é comprado pelo Grupo Ganey,³³⁰ por 40 milhões de reais.³³¹

Devido a falta de compradores naquelas três tentativas, os trabalhadores da usina, por meio do seu advogado, entregaram uma solicitação de adjudicação. Esta consiste num ato judicial em que se declara e se estabelece a propriedade de um bem transferida do seu primeiro proprietário ao credor. No caso da Usina Catende, trata-se da oferta de compra feita pelos 1.800 trabalhadores credores que há 18 anos não receberam suas contas rescisórias, propondo usar seus créditos para o pagamento da aquisição daquela.³³² Mas, tal proposta não foi aceita pelo Juiz Silvio Romero e pelos demais credores, por exemplo o Banco do Brasil que passa a motivar a realização de um novo leilão.

A posição do Juiz e dos demais credores nega, por assim dizer, a possibilidade de recolocar a dimensão econômica sob o domínio social e político, ou seja, não há vontade política em proporcionar a gestão de um empreendimento econômico sob controle dos trabalhadores. É negado a estes o reconhecimento

³²⁹ A tentativa do 1º leilão ocorreu em 13 de junho, mas não houve quem ofereceu o lance mínimo de R\$ 100,7 milhões (38,7 milhões de euros). Tal fato levou a remarcação da 2ª tentativa, para 31 daquele mesmo mês. Nesta o lance mínimo foi reduzido para R\$ 65,5 milhões (25,1 milhões de euros) por determinação do Juiz Silvio Romero. Com o fracasso da 2ª tentativa, houve uma redução de 35% na avaliação do valor a ser arrematada a planta industrial. Vale ressaltar que o valor geral das dívidas da usina ultrapassa o valor de R\$ 500 milhões (192 milhões de euros). O débito com os trabalhadores é de R\$ 150 milhões (57, 6 milhões de euros).

³³⁰ Este grupo tem sede em Dubai, nos Emirados Árabes, e há trinta anos comercializa açúcar na Europa.

³³¹ O que equivale a 13.535.000,00 euros.

³³² Vale sublinhar que há trabalhadores que faleceram e não receberam suas contas rescisórias.

enquanto participantes políticos (Capítulo I).³³³

3.6. A organização, o controle e o ritmo do trabalho

Neste item, trato apenas sobre as dinâmicas de organização e controle da produção industrial, ou seja, do cotidiano de trabalho dos operários da usina. Como mencionei no item 2 do capítulo III, na pesquisa desenvolvida, o campo de investigação é a estrutura industrial ao que se refere às relações de trabalho ali criadas e vivenciadas.³³⁴ As informações aqui contidas foram recolhidas na primeira semana da pesquisa empírica. Primeiro, tive uma visão geral de todo processo quando um dos técnicos de segurança e um encarregado me levaram para conhecer todo setor de transformação da cana. Segundo, em algumas conversas com os operários fui obtendo detalhes sobre cada etapa do processo.³³⁵

A Usina Catende funciona em três turnos – ao todo são mais ou menos 1.200 operários que revesam-se nestes turnos – e está operante durante seis meses.³³⁶ No período da entressafra, quando não há moagem da cana, as máquinas são totalmente desmontadas para reparos (desmontagem, reparação e remontagem). Estes são feitos pelos operários fixos que são, em sua maioria, deslocados para o trabalho nas oficinas. Na entressafra, nestas oficinas a demanda de trabalho aumenta devido aos reparos nas máquinas. A usina consiste num grande parque industrial, pois além de possuir as dependências em que se efetua o processo de produção e controle do açúcar, existem também, o laboratório, a caldeiraria, as oficinas, a casa de força – a termelétrica –,³³⁷ e o prédio onde funciona o setor administrativo, chamado de escritórios. Contam, também, com várias edificações que funcionam como armazéns

³³³ Prende-se à “lógica de não-existência” (Santos, 2006).

³³⁴ Para uma maior aprofundamento de todo o processo vivenciado no setor agrícola da Usina Catende, consultar: ANTEAG, 2005 e Kleiman, 2008.

³³⁵ O número exato de cada operador envolvido nas etapas do processo industrial do açúcar não logrei obter, as informações oscilavam de interlocutor a interlocutor.

³³⁶ Os trabalhadores do setor administrativo fazem apenas um turno, das 08 às 17 horas.

³³⁷ A usina Catende produzia, na época da pesquisa, sua própria energia elétrica. Na casa de força estavam instalados 4 turbo-geradores.

e uma destilaria.³³⁸

Com a finalidade exclusiva de extrair açúcar da cana e transformá-lo em produto para comercialização, a usina busca evitar ao máximo as perdas durante o processo de fabricação. Neste sentido, o processo está organizado da seguinte forma: a usina possui duas balanças rodoviárias com capacidade de pesagem cada uma de 100 toneladas. Os fornecedores de cana são identificados por uma guia que é entregue ao balanceiro,³³⁹ este registra a pesagem do caminhão e emite um certificado de pesagem. Em seguida, o caminhão é descarregado por três ou quatro operários por caminhão.

A etapa seguinte é a coleta de amostra para análise da cana. Este processo é computadorizado que por meio de uma sonda são retiradas amostras da cana e enviada para o laboratório de sacarose. Aquela coleta é feita num pequeno laboratório, no qual por turno de trabalho laboram quatro ou cinco trabalhadores. Neste laboratório, em sua maioria, os trabalhadores são jovens e filhos de operários e/ou ex-operários da usina.³⁴⁰ São eles que depois que as amostras são desintegradas, voltam a misturá-las e pesá-las num balança eletrônica digital ligada a um computador. Em seguida, as amostras são prensadas durante 1 minuto, liberando o caldo, ficando o bagaço. Este é chamado de bolo úmido. O caldo é analisado e classificado conforme o teor e a qualidade da sacarose, água e fibra. Para uma trabalhadora do laboratório de sacarose, este é um setor importante por propicia um certo controle à forma na qual os fornecedores cultivam a cana e, também, contribui para o aumento da qualidade do produto final, o açúcar.

A função do laboratório [de sacarose] é fazer com que a cana seja paga pela qualidade dela quando o fornecedor apresenta na usina. Assim, a cana deve

³³⁸ Ainda nas extensas terras da usina há a Casa Grande, onde viviam o senhor de engenho com suas famílias (atualmente sede da cooperativa Harmonia Catende) e pequenos arruados onde estão as moradias de alguns trabalhadores, estas eram a Senzala (onde viviam os escravos). Além, da plantação de cana-de-açúcar.

³³⁹ Operário que opera as balanças.

³⁴⁰ Boa parte desses jovens lograram ali trabalhar por conta de um projeto dedicado aos filhos dos operários e ex-operários. Consistia, além de outros fatores, na oportunidade do primeiro emprego.

ser entregue para a indústria no menor tempo possível, para que não perda a sua qualidade na sacarose. Isto é melhor para a própria usina. Daqui, do laboratório, podemos detectar os erros feito no campo, plantio e colheita da cana (Interlocutora Operária S-Catende).

Descarregadas as canas, num equipamento chamado tombador, por esteiras aquelas são conduzidas para serem cortadas em pequenos pedaços por sistema de navalhas. Passa, em seguida por um desfibrador, que as dividem ainda mais. Aqui é o início da fase industrial propriamente dita. Os operários vão acompanhando este processo, controlando o fluxo de cana e verificando qualquer possível avaria nas esteiras e nas navalhas.

Por meio de eletroímã são retirados das canas, restos de materiais estranhos tais como, pedaço de ferro, parafuso, porca, etc., evitando, dessa forma, problemas com as moendas. Estas, em número de três, extraem o caldo da cana. Restando, ao fim dessa etapa, apenas o bagaço.

O caldo obtido nas moendas é enviado para a secção de tratamento químico.³⁴¹ Antes é passado numa peneira rotativa para ser retirado as impurezas.³⁴² Depois por passar pelo tratamento químico, no qual segue para as próximas etapas, o açúcar cristalizado é transportado por uma espécie de caçamba para o diluidor da refinaria. Mais uma vez passa por tratamento químico que é acompanhado por perto por um operário. Na refinaria, o açúcar passa por um processo similar ao existente nas fases anteriores: cozimento, cristalização e centrifugação.

Por fim, o açúcar é secado e ensacado. Após de centrifugado, passa por

³⁴¹ O tratamento químico consiste em várias etapas: caleação e aquecimento – nestas o caldo é trato com leite de cal (cal virgem com 97 a 98% de óxido de cálcio), formando-se também com as impurezas ainda contidas naquele, produtos insolúveis que posteriormente serão decantados –; decantação, filtração, evaporação, cozimento, cristalização e centrifugação – estas possibilitam a retira definitiva dos produtos insolúveis a a produção do xarope (líquido espesso), do qual resultará, após a cristalização, o açúcar cristalizado.

³⁴² Na primeira visita que fiz no laboratório, uma jovem operária explicou-me que o caldo que é retirado das moendas possui um aspecto verde escuro e viscoso, rico em água, açúcares e impurezas. Esta composição, segundo a operária, depende de diversos fatores como: tipo de solos em que foi cultivada a cana, a adubação, mês em que ocorreu a colheita, variedade da própria cana, tratamento a que a mesma foi submetida durante a colheita, o carregamento, etc.

secadores e é peneirado para depois ser ensacado. O ensaque é feito em sacos de 50kg e também em *Big Bag*, que são os chamados, sacolões de mais ou menos 1.000kg. É importante sublinhar que o maquinário da usina é antigo. Apesar da sua importância para a economia de cinco municípios, aquela não se modernizou como algumas outras usinas do estado.³⁴³ Para cada setor da produção existe um encarregado, operário responsável pelo acompanhamento e controle do trabalho/produção do setor. Este encarregado está sempre com um interfone, pelo qual se comunica com a direção e com os demais encarregados. Eles se reúnem sempre que são convocados pela direção. No geral, reuniam-se no início da moagem.

Segundo os operários, não existem diferenças entre eles e os encarregados no processo de trabalho e, também, na relação interpessoal entre eles.

Não, não. Aqui todos são uma coisa só. Ele [o encarregado] pega pesado que nem nós, não tem isto com a gente aqui não. A gente faz o serviço da gente, e todos são assim também. Ele chamou, a gente vai. Carrega e descarrega o caminhão (Interlocutor Operário C-Catende).

Eu gosto do encarregado. Não tenho o que falar... Nunca tivemos dificuldade com ele, em nada. Ele trabalha igual a nós. Claro que ele tem lá os cargos dele, né. Cada um aqui tem que... tem seu trabalho pra dá conta. O negocio aqui é trabalhar e receber no fim do mês. É fazer a usina não parar, senão a gente perde também (Interlocutor Operário M-Catende).

O controle e a organização do trabalho no interior do setor industrial estão concentrados numa estrutura de gerência. Os operários fixos, por conta da deslocação de funções, não recebem por isto adicionais e/ou aumento em seus salários. São os encarregados que os destinam para as funções que vão realizar durante o período que não há moagem, isto é, a entressafra. O número de operários na ativa reduz consideravelmente neste período.

Realço o fato de que não há a preocupação por parte dos encarregados e da própria direção da usina (e da mesma forma por parte da cooperativa quando ali

³⁴³ Em conversa com alguns diretores da Cooperativa Harmonia, referiam à Usina como “elefante amarelo” que precisa ser modernizado. Chegaram a dizer-me que a cooperativa tinha iniciado a discussão sobre a modernização da usina.

estive) em saber se o operário está qualificado para exercer, mesmo que provisório, a nova função. Tampouco em capacitá-lo. Segundo um dos técnicos de segurança, isto era motivo de acidentes, deixando sequelas físicas para o operário.

O Silveira, por exemplo, ficou com o braço esquerdo imobilizado para a vida toda, por que, a firma colocou ele e um outro colega para fazer... trabalhar com uma rede eléctrica de alta tensão. O resultado foi este... foi jogado longe... e ele ficou preso... Isto foi no tempo da cooperativa aqui dentro (Interlocutor Operário T-Catende).

Era de admirar o quanto o local externo e interno da usina apresenta-se propenso à acidentes de trabalho. É comum ferragens espalhadas no chão, obrigando os operários a usarem botas apropriadas para a circulação pela usina. Com frequência, o técnico de segurança industrial³⁴⁴ aponta-me irregularidades no requisito da segurança dos próprios operários. Segundo ele, a administração não leva a sério a questão da segurança dos trabalhadores. “Aqui todo mundo anda a vontade...” e justifica a sua falta de autoridade em sua função afirmando: “eu era para advertir e punir o trabalhador por não usar o material de segurança... mas só posso fazer isto se a direção me autoriza... ela nunca me autorizou...”

Faço um recorte na análise para ressaltar a produção, por meio da adoção do Programa Cana do Morador, de “uma série de procedimentos, rotinas e documentos, firmando um conjunto de normas e regras acordados entre todos os setores envolvidos” (ANTEAG e Projeto Harmonia, 2005:10). Os trabalhadores rurais em conjunto com os organismos de representação (Sindicatos e associações de moradores) e a administração judicial, ainda por meio deste acordo, instituíram um “termo de compromisso” que entre outros aspectos

assegura obrigações recíprocas e consensuais entre o coletivo e o indivíduo, disciplinando desde a assistência técnica, ao transporte da cana, ao

³⁴⁴ Haviam dois técnicos de segurança na usina, um responsável pelo setor industrial e outro pelo setor do campo, ou seja, dos engenhos da própria usina. O técnico de segurança industrial dedicava-se ao atendimento direto aos trabalhadores, enquanto o de segurança no campo respondia pelo serviço burocrático da segurança.

pagamento do preço do mercado, à proibição de trabalho infantil, a prevenção de danos ambientais, a vedação à sub-contratação de mão-de-obra (ibid.).

Logo, é possível perceber que o processo no campo logra produzir e sistematizar princípios e valores exigidos para uma prática de trabalho diferenciada da hegemônica no setor das usinas de cana-de-açúcar. O mesmo não se verifica em relação ao trabalho no parque industrial (coletivo de operários).

No que se refere às remunerações, os operários que estão diretamente no chão de fábrica ganham em média R\$ 510,00 (salário mínimo) a R\$ 800,00.³⁴⁵ Maioria percebem um salário mínimo. Eles ainda recebem adicionais aos salários correspondentes às horas extras, à insalubridade e ao trabalho noturno.

Segundo alguns operários, o síndico que em nome da justiça administra a usina, ganha mais ou menos 20 vezes mais do que um operário.³⁴⁶

Ao se referirem ao período em que a Cooperativa estava na gestão da usina, mencionam que os seus diretores ganhavam bem mais do que eles (operários). E atestam isto pelos bens que aqueles adquiriam e usufruíam, como carros e casas.

Olhe, a verdade é que isto aqui [a Usina] nunca foi do trabalhador como eles falam, não. Aqui chegava muita gente de fora para trabalhar lá encima, nos escritórios. E ganhavam muito dinheiro. Não era pouco não. Por isto que isto aqui, ficou do jeito que ficou, né, sem dinheiro. Para ser do trabalhador, era pra ser assim: vamos fechar o salário de todo mundo em X, fica todo mundo ganhando X, aí sobra dinheiro para botar lá em cima. Tinha muita gente aqui ganhando sem trabalhar (Interlocutor Operário R-Catende).

A cooperativa é vista por um grupo de operários como uma forma de alguns “subirem na vida”, adquirindo bens materiais como carro e casa. Bens impossíveis de serem alcançados pelos operários diante das suas condições de trabalho e salário.

A diferença salarial no interior da usina – principalmente no tempo da gestão

³⁴⁵ O que equivalia de 214,31 a 336,17 euros. Na época do desenvolvimento da pesquisa o salário mínimo brasileiro vigente era de R\$ 510,00 (214,31 euros).

³⁴⁶ Este dado foi confirmado em conversas com alguns dos dirigentes da cooperativa Harmonia.

da cooperativa, conotada à aquisição de bens materiais pessoais – é motivo de desconfiança na experiência vivida na usina. “Como é que a usina não tinha dinheiro para pagar a nós, mas eles [diretores e assessores da cooperativa] sempre com carrões, com casas, viajando de um lado pra outro?” (Interlocutor Operário S-Catende).

Os operários queixam-se da falta de oportunidade e da desvalorização por parte da direção em relação a eles. Um operário mecânico demonstra claramente a sua indignação, em uma conversa, pelo fato da empresa não valorizar os jovens, filhos de operários e ex-operários, que ali trabalham, não lhes dando chances para progredir com estudos, como desabava:

Escuta só. O José trabalhava aqui faz é tempo, tá na mesma função desde de que entrou aqui, e ganha um salário. Como ele vai fazer para estudar? Com o salário que ganha não dá e nem tempo tem. Você acha que ele é valorizado aqui dentro? É não.

Vem a propósito mencionar o caso do jovem técnico de segurança industrial que está a cinco anos na usina recebendo apenas o salário mínimo. Trabalha das 7h30 até às 18 horas, de segunda a sexta-feira. Faz um curso técnico em segurança do trabalho pago pela usina, caso contrário não tem como pagar. Mas, segundo ele, a empresa só lhe paga o curso por não aceitar a pagar os valores cobrados pelos profissionais da área de segurança. “A empresa faz uma troca de favor comigo. Já que ela precisa de ter um técnico de segurança. Assim, fica livre de contratar um profissional de fora que cobra muito mais” (Interlocutor Operário T-Catende).³⁴⁷

Retornando à questão salarial, a hierarquização de salário, como qualquer outra empresa, caracteriza-se pela clara afirmação da dicotomia do trabalho manual e

³⁴⁷ Segundo o técnico de segurança industrial, a usina havia sido multada por não ter médico de trabalho e por outras irregularidades, por isto, procurou um profissional qualificado na área de segurança do trabalho, mas mediante os valores cobrados de 3.000,00 reais (1.261,14 euros) e mais 1.500,00 reais (630,15 euros) para dois auxiliares, achou vantagem em capacitar alguém do próprio quadro de funcionários. Dessa forma, o único custo da empresa é com o pagamento do curso, visto que o funcionário continua com a mesma remuneração. O funcionário tem sua jornada de trabalho reduzida para frequentar o curso, o qual é em outra cidade, Caruaru. Esta fica a 73 km de Catende.

o intelectual e, conseguintemente, da continuidade de um sistema de subordinação do primeiro ao segundo. Este fator não se constitui simplesmente em uma dimensão econômica e/ou economicista da relação de trabalho, mas na causa da “separação dos indivíduos uns dos outros, tornando-os preocupados consigo mesmos” (Ramalho, 1991:42).

É interessante observar que os operários têm queixas face aos projetos e programas desenvolvidos pela direção da cooperativa em parcerias com instituições e governo, os quais se destinam apenas aos trabalhadores rurais, os cortadores de cana. Como declara um operário numa entrevista,

Olhe só, mesmo nas outras direção da usina, eles só olhava para o povo do campo, fazia muitos projetos para o povo do campo. Com a cooperativa foi a mesma coisa. Pra nós não vinha nada, nada. É, devia ser feita a mesma coisa pra nós da empresa. Devia ter projeto igualzinho pra nós, também, os piãos (Interlocutor Operário M- Catende).

De fato, os programas são voltados às situações e problemas dos trabalhadores do corte da cana.

Com os vários programas desenvolvidos para os trabalhadores dos engenhos, estes viram (e veem) suas rendas ampliadas, enquanto os operários da indústria não percebem aumento em suas rendas. “Eu mesmo ganho um salário mínimo, né. E como ferrugem. Aqui, nós da empresa, trabalhamos muito, muito mesmo e ganhamos pouco, se acaba no trabalho.” (Interlocutor Mecânico Catende).

A questão da diferenciação salarial é uma variante/relação crucial no processo de construção de um projeto como o da Usina Catende. A questão salarial não pode ser tratada e vista como algo de mera sobrevivência, mas enquanto uma relação política. Como tal, precisa ser revista e transformada no contexto de projetos ditos 'autogestionários'. Voltarei mais adiante sobre a questão salarial.

3.7. Os intervenientes no processo: a participação dos “operários do açúcar” no Projeto Harmonia-Catende

O Projeto Harmonia-Catende refere-se ao conjunto das ações e processos vivenciados na usina enquanto um empreendimento reconhecidamente 'autogestionário', tendo como meta a criação e a sustentação da 'autogestão' no complexo industrial da Usina Catende.

Nos diversos estudos realizados sobre aquele projeto, faz-se referencia a um leque de organizações sociopolíticas (agentes mediadores) que formam a base deste projeto. As associações de moradores dos engenhos têm um papel fundamental na elaboração e desenvolvimento daquele (Kleiman, 2008), visto que nelas encontram-se um dos sujeitos políticos da experiência vivida na usina.

Com base na análise do Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia (2005) e na forma como judicialmente é administrada a usina, visto no item 4.4, tem-se uma gestão peculiar: a participação dos trabalhadores rurais no processo de gestão se dá através da representação e assessoria junto à justiça: “[...] regime de gestão compartilhada, sob a coordenação de representantes dos credores trabalhistas e com o apoio permanente do Juízo Falimentar” (Projeto Harmonia, 2005:4). Dessa forma, desenha-se um processo de 'cogestão' no qual os trabalhadores (rurais e credores) indiretamente intervêm nos espaços de decisão.

Eu quero dizer que, na verdade, 'os trabalhadores ainda não administram completamente a usina', considerando que se vive um processo judicial. Mas, há uma preparação para que essa coisa no futuro aconteça, muito embora, todas as decisões e o processo que temos conduzido nesses sete anos de falência, têm sido construídas a partir do trabalhador. Então, na verdade, 'o trabalhador tem uma participação muito grande' (Marivaldo, presidente da cooperativa harmonia, ex-síndico da massa falida).³⁴⁸

³⁴⁸ Grifos meus.

Esta citação está contida no relatório intitulado “Usina Catende – entre a Doçura e a Harmonia”, resultado de uma pesquisa de extensão universitária coordenada pelo Profº Drº José Francisco de Melo Neto, Universidade Federal da Paraíba (Melo Neto, 2002).

No que diz respeito ao estudo desta investigação, é salutar o fato da pouca participação e/ou do pouco envolvimento do coletivo de operários da indústria no processo. Ao debruçar-me sobre estudos e pesquisas realizadas sobre o caso da Catende, fica visível a centralização destas sobre os trabalhadores rurais organizados nas associações de moradores e nos sindicatos rurais.

Os operários do setor fabril não estão representados na cooperativa, uma vez que esta não lhes pertence. E tampouco reconheciam os diretores e assessores enquanto seus representantes. Como bem sublinha Kleiman, fica “em aberto, a questão da organização política e a própria organização econômica, dos trabalhadores industriais” (2008:109).

Desde o início do Projeto Harmonia-Catende houve dificuldade de manter uma organização 'representativa' do coletivo de operários. As tentativas de criação de comissões de fábrica pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool sempre falharam. Como indiquei no item 4.3, elas não foram bem vistas no desenvolvimento daquele projeto. Ao indagar os motivos a alguns operários, as respostas são as mais variadas: “[...] a direção não motiva a gente à se organizar”; “falta interesse por parte dos trabalhadores”; “não nos [operários] preocupamos muito com isto”; “Eles [cooperativa e sindicatos] só veem os trabalhadores do campo, tudo é pra eles”; “[...] não vejo o sindicato aqui pra organizar a gente, era pra ele está mais aqui dentro”.

Para diretores da cooperativa, aquele sindicato se opõe (e se opôs) ao desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende, por isto que mobilizava os trabalhadores à greves sem levar em consideração a situação peculiar da experiência vivenciada na usina.

Contudo, alguns operários expressam insatisfação pela atuação do sindicato, apontando a ausência deste na usina. No período da gestão do síndico-trabalhador, o sindicato dos operários não frequenta diretamente a usina devido à greve de 2003, comentada no item 4.3, conforme a emissão, na ocasião, de “uma portaria que impede a circulação daqueles agentes externos nas dependências do escritório da Usina” (Kleiman, 2008:104).

Kleiman diante dos conflitos no interior da experiência da Usina Catende, narrados no item 4.3, chama atenção para

[...] as dificuldades políticas na condução do Projeto, que precisa lançar mão de polícia para defender o interesse de alguns trabalhadores em relação à ação de outros trabalhadores. [...] podemos perceber a existência de 'influências externas' na definição do papel das instituições quando a pauta colocada é Catende (2008:96).³⁴⁹

No cerne deste estudo, não são apenas as “influências externas”, como bem destaca o autor em causa, que definem o papel das instituições no interior do processo. Há que se levar em consideração as relações e os conflitos internos no processo de trabalho. Pois, estes vão moldando as formas de controle e organização da/na produção e, também, os comportamentos e as atitudes do coletivo de trabalhadores enquanto sujeito social implicado.

O coletivo de operários, no interior do processo fabril, está exposto diretamente à “divisão do trabalho para uma produção contínua” (Leite Lopes, 1976:37). Diante da observação do trabalho cotidiano aquele coletivo, nitidamente verifica-se o quanto este, durante a produção do açúcar, está em função das máquinas.

[...] tanto o prédio da fábrica com seus compartimentos, andares e seções, como o lay-out das máquinas segue as conveniências do percurso da matéria-prima para sua transformação eficiente em produto, mas não as da força de trabalho (ibid., 90).

O coletivo de operário está exposto (e inserido) a uma dinâmica e estrutura de trabalho que remetem, espacial e temporalmente, às experiências diferenciadas dos demais trabalhadores inseridos no complexo agroindustrial da produção do açúcar. As oficinas e os engenhos não são caracterizados e não se encontram em disposição à cadeia de máquinas. Não se pode negligenciar que esta cadeia de máquinas estabelece uma mediação entre os operários e o controle por parte da direção e dos

³⁴⁹ Grifos meus.

supervisores.³⁵⁰

Neste sentido, o coletivo de operários, com dimensões e formas distintas dos trabalhadores do campo, está envolvido em relações hierárquicas de dominação constituídas no espaço fabril. Encontra-se envolvido em trabalhos rotineiros e parcelares. Por vezes, como é possível observar na Usina Catende, os operários exercem o mero 'mecanismo' de observar as máquinas, reajustando-as segundo o fluxo da produção.

O que aqui se deve tomar bastante atenção, principalmente por se tratar de uma experiência reconhecida como 'autogestionária', são os aspectos das relações de poder – suas interfaces e transformações – no interior desta dinâmica e estrutura de trabalho. Os conflitos estabelecidos entre o coletivo de operários, intermediados pelo sindicato e a direção da massa falida, ao longo da experiência, vão, em certa medida, moldando a não participação daquele no desenvolvimento do Projeto.

Tal qual como afirmei no item 1.4, do capítulo I, a democracia consiste num espaço de inclusão, logo, se este não se constitui no processo pode ser um sinal de exclusão. Escamoteando conflitos e tensões.

As dificuldades de formar uma organização política dos operários implicam na ausência das vozes, das demandas, das narrativas destes no processo ali vivenciado, além de uma limitação no 'caráter democratizante' da própria experiência.

É possível identificar – a partir de algumas entrevistas dos diretores da cooperativa e ex-assessores do Projeto – que um espaço de reflexividade na experiência da Usina da Catende foi criado. Porém, restringiu-se à esfera da direção, quem, de fato, conduzia o desenvolvimento do Projeto. O coletivo de operários esteve (e está) ausente, sem representação. E por um viés problematizador, coloco em interrogação se naquele espaço incluíam-se os trabalhadores rurais.

³⁵⁰ Baseio-me na Teoria do Ator-Rede (*Actor Network Theory*) de Bruno Latour (2005) por tratar das relações sociais estabelecidas entre indivíduos e objetos. Os objetos não-humanos influenciam os humanos da mesma forma em que estes os influenciam. Dessa forma, aqueles não estão restringidos às funções pragmáticas para as quais foram criados, mas, no contato com os humanos, tornam-se agentes, causando e ao mesmo tempo sofrendo modificações na relação.

Os espaços de reflexividade, como já mencionei, das experiências e vivências contribuem no que tange a dimensão e o alcance da conflitualidade (consolidando espaços em que manifestações dos diferentes possam ser exercitadas), indiciando o exercício do poder partilhado. Em outras palavras, produzindo o exercício coletivo de decisão. Dando, como consequência, amplitude aos processos democratizantes.

Na história da usina, segundo um ex-assessor,

[...] a fábrica não se unia ao campo. Dentro da administração tinha um tratamento diferenciado, não havia se quer uma relação entre os sindicatos do campo e os sindicatos da indústria [...] O pessoal da indústria via com rivalidade o pessoal do campo, via como uma ameaça.

Esta relação entre o 'pessoal da indústria' e o 'pessoal do campo' parece ter tomado outras configurações no decorrer da experiência do desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende. Traduzindo-se i) nas dificuldades de instituir uma organização política dos operários envolvida e inserida no Projeto e, ii) na passividade diante da retirada da cooperativa da gestão da usina.

O fato dos operários não se sentirem representados no processo pela Cooperativa Harmonia, alindo à falta de iniciativa e disposição dos mesmos em se organizarem politicamente pode ser interpretado como uma forma de resistência. Nesta, não tenho em conta apenas os elementos objetivos do trabalho, ou seja, os aspectos economicistas, mas também os elementos subjetivos. Estes tratam, como denota Burawoy (1985), dos processos políticos e ideológicos.

A ausência de uma organização política dos operários – na articulação com a cooperativa na condução e direção do Projeto Harmonia-Catende – propiciou um campo de tensão e negociação entre forças desiguais.³⁵¹ E não se trata aqui de afirmar que a relação entre a Cooperativa Harmonia e o coletivo de operários esgota-se em concepções dicotomicamente simples. Ao contrário, os elementos objetivos

³⁵¹ Digo forças desiguais por, de um lado, a Cooperativa Harmonia contava, além do quadro de cooperados (os trabalhadores rurais de 46 engenhos), com o apoio e envolvimento das associações de moradores dos engenhos, sindicatos, ONG's e de toda uma estrutura organizacional política e, também, econômica. Do outro lado, os operários tinham apenas o seu sindicato que não tinha uma presença direta nas bases.

(melhores condições de trabalho, pagamento em dia dos salários, maior paridade salarial, participação efetiva dos operários, etc.) e subjetivos (sentimento de igualdade entre operários e trabalhadores rurais, hiato entre direção e operários, valorização no trabalho, etc.) desta relação confluem na complexidade do desenvolvimento daquele Projeto no interior do setor industrial.

É relevante expressar que a(s) forma(s) de resistência dos operários, não necessariamente, articula(m)-se numa perspectiva transformadora das relações de/na produção, mas em proporcionar 'condições nestas a seu favor'. Isto pode ser observado nas falas dos operários ao se referirem que o projeto só beneficiam os trabalhadores do campo por via dos programas governamentais e outros destinados a estes.

O próprio estatuto jurídico do setor industrial não permite, até então, aos operários a mesma condição de 'autonomia' dos trabalhadores rurais na organização cooperada do seu trabalho. Contudo, não é perceptível a preocupação sobre o não envolvimento dos operários no Projeto por parte dos diretores da cooperativa e assessores. O fato do setor industrial estatutariamente configurar-se em massa falida, era a justificativa dada: “[...] a usina não foi desapropriada como foram as terras dos engenhos. Por isso que os operários não podem se associar na cooperativa, mas, havia uma parceria entre a cooperativa e os operários” (Interlocutora diretora da cooperativa Q-Catende).

Essa interpretação de 'haver uma parceria' não é compartilhada pelos operários,

[...] nas assembleias só participavam os trabalhadores dos engenhos, pois eles não têm instruções, eram chamados. Eles [a direção] não queriam nós lá não... nas assembleias. Sabe porque? Porque a gente aqui tem mais escuta do que se passa aqui dentro da fábrica, eles lá [os trabalhadores dos engenhos] não sabem [...] nós só participava quando eles tinham interesse que a gente fosse pra lá, sabe na assembleia (interlocutor Operário T-Catende).

A dimensão participativa na experiência da Catende é diferenciadamente

compreendida pelos sujeitos envolvidos no processo. Como externa um dirigente sindical dos trabalhadores na indústria:

Não eram os trabalhadores do campo e, muito menos os operários que administravam a usina. Era a justiça, sempre foi, na pessoa do síndico escolhido por ela. Os companheiros da cooperativa participam assessorando os trabalhadores do campo, no desenvolvimento de projetos. Falta muito para isto chegar ser uma usina de autogestão... falta muito. Tem que, agora, resolver o impasse do processo de falência da usina (Interlocutor diretor sindical)

Segundo Schäfers, partindo de sua investigação na Usina Catende quando a cooperativa gestava-a, “[o] lado participativo da gestão (as reuniões do conselho gestor) se reduz muitas vezes à simples aprovação ou recusa de propostas elaboradas pela diretoria” (2007:75). Mas, ainda conforme a autora, também é espaço de conflito entre o que a diretoria apresenta e os anseios dos presidentes das associações, chegando à mudanças nas propostas levadas por a primeira.

Quando da visita exploratória em 2008, participei de uma reunião do comitê gestor, o que possibilitou além da constatação da ausência da representação dos operários, perceber a importância política da qual se revestia a equipe de formadores/assessores no desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende.

Faz-se importante uma pausa para fazer menção a esta equipe de formadores, chamada de equipe harmonia. Esta foi contratada por meio de um convênio realizado entre os trabalhadores e o governo do Estado de Pernambuco para a promoção de um Plano Nacional de Formação (PLANFOR), do Ministério do Trabalho e Emprego. Ao inseri-se no cotidiano do desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende, a equipe efetivou-se no Projeto, tornando-se responsável pela formação e mobilização permanente dos trabalhadores. Assim a equipe integrou-se a estrutura da empresa.

Vale destacar que são os membros desta equipe que coordenava e presidia as reuniões do comitê gestor. Tal fato deve-se aos seus membros terem informações técnicas imprescindíveis para o bom andamento dos projetos e programas

governamentais assinados pelos trabalhadores rurais.³⁵² Bem como explica um dos assessores, “é fundamental o auxílio aos trabalhadores no preenchimento dos documentos exigidos para a concessão dos programas e de empréstimos”.

Em suma, os membros daquela equipe logravam dirigir todo o Projeto Harmonia-Catende por dominar aspectos político e técnico de todo o arcabouço da experiência vivenciada, até então, na usina. Dar-se, dessa maneira, uma das formas facetadas da conflitualidade no caso da Catende: a divisão desigual de competências e/ou qualificações entre os operários – e, também, os trabalhadores rurais – e os membros da equipe harmonia e dirigentes da cooperativa.

Ainda sobre o aspecto participativo da experiência na Usina Catende, a organização do trabalho fabril apresenta-se como um fator limitador. Enquanto os trabalhadores rurais, regidos por dinâmicas do trabalho agrícola, têm facilidades de garantir uma maior participação; os operários presos às jornadas fixas de trabalho e a toda obrigação exigida pelo regime de produção industrial (e somando-se a falta de sua organização política no interior do processo) encontram-se impossibilitados de participar efetivamente. Este aspecto toca-se à estética democrática necessária no espaço da produção para a garantia da efetivação da participação ativa dos trabalhadores, como explicitarei no item 1.4 do capítulo I.

A experiência vivenciada na Usina Catende não deixa marcas e/ou impressões no interior da dinâmica e estrutura do trabalho fabril. Atestando o quanto a fábrica, enquanto espaço de produção e reprodução do capitalismo, incorpora em suas dinâmicas e estruturas o que semanticamente chamo de labirinto do capital.³⁵³

Porém, apesar dos trabalhadores no espaço fabril encontrarem-se submetidos à cooperação simples imposta pelo capital, esta pode, segundo Leite Lopes argumenta, “tornar-se uma arma na luta de classe econômica cotidiana na qual os operários resistem à exploração” (1976:9) e continua,

³⁵² Aqui destaco dois programas: o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e o Cana de Morador, este último “obriga” aos trabalhadores rurais a venderem a cana à Usina Catende. Schäfers (2007) faz uma análise crítica ponderável acerca deste programa.

³⁵³ Ver o item 2.4 do capítulo I.

[...] o mesmo trabalhador coletivo, que multiplica o poderio do patrão pelo simples fato de reunião combinada de trabalhadores individuais e seus efeitos multiplicadores sobre a produção de mais-valia, pode inverter a cooperação capitalista em solidariedade combinada dos operários contra a exploração (ibid. loc. cit.).

Tal inversão, entre outros fatores, dependerá de um trabalho político (Bourdieu, 2007) que conduza as escolhas do coletivo de trabalhadores (item 1.1, capítulo II). Por meio deste trabalho político se poderá ir além da estabilidade no posto de trabalho que os trabalhadores conquistaram pelo ato de associarem-se. A experiência vivenciada nesta usina indicia elementos e processos que podem culminar na constituição de uma comunidade política de trabalho no interior na indústria. Uma comunidade ligada e estruturada em torno de um projeto político-ideológico com base nas relações vividas no cotidiano laboral e, também, substanciada numa reflexividade do que é vivido e experimentado nestas relações (item 1., capítulo II).

Entretanto é compreensível as dificuldades e os limites existentes no processo de mudanças das relações de e na produção, principalmente, no que tange ao ambiente cultural. Por isto, não são só as interferências externas (mercado, reestruturação produtiva, desemprego, etc.) que afetam e impedem o desenvolvimento de experiências de outras formas de produção e trabalho. Mas, um novo conjunto de preceitos, regras e condutas precisa ser adotado tanto pelos operários e trabalhadores no chão de fábrica quanto pelas lideranças e institucionalidades inseridas na experiência.

Os diretores e assessores da cooperativa na percepção dos operários ocuparam e assumiram o lugar de patrões no seio da Usina Catende. Os bens materiais pessoais, as diferenças salariais e a falta de transparência da administração propiciaram nos operários sentimentos de desconfiança e descrédito naqueles.

Se não tivesse irregularidades porque o pessoal [da cooperativa] saiu? Se não tivessem culpa, não tinham saído? Não é mesmo? Eu vejo assim... O novo síndico mostrou que havia alguma coisa errada. Ele mostrou que com

uma safra menor... a desse último ano foi menor do que a outra... conseguiu pagar os salários... enquanto que com a safra maior, do ano passado, não se pagou os salários. Por que havia um erro aí não? (Interlocutor Operário M-Catende).

Nós até hoje, não sabemos direito o que aconteceu ai dentro. Ninguém não nos diz. O que sei é que a justiça parece que pegou muita coisa errada ai e eles tiveram que sair tudinho daqui. Acho que era muita coisa errada, se não, não era para sair do jeito que saíram (Interlocutor Operário T-Catende).

Na Usina Catende, no setor industrial, não se produz, talvez diferentemente dos engenhos (estes com a organização das associações de moradores e toda a intervenção institucional em forma de programas governamentais, de movimentos sociais, ONG's, etc.) uma coletivização das relações de poder e, tampouco, um 'consenso imaginário' em torno da 'proposta autogestionária'. Dessa forma, os conflitos latentes reaparecem de variadas formas e dimensões no desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende.

Capítulo V: Análise integrada dos casos: diferenciação e aproximação

1. O caso de reversão e a experiência interrompida

Já mencionei na primeira parte deste estudo, o quanto a inserção no campo dos dois contextos socioeconômicos português e brasileiro proporcionou novas perspectivas sobre a realidade desenhada dos casos selecionados no projeto inicial de investigação.

Há profundas diferenças entre a Fábrica Afonso e a Usina Catende, o que por um lado, enriquece a análise, mas por outro, dificulta a integração analítica dos dados produzidos. Contudo, são casos muito particulares, cada um com suas especificidades e seus contextos se afastam do padrão de experiências das fábricas recuperadas na indústria geral.

Tanto num caso quanto no outro, os coletivos de operárias e operários veem-se em “situações-limite” que, entre outros fatores, indicam em que medida e de que forma(s) os sujeitos respondem e posicionam-se perante a elas, os modos culturais de ver e de estar na realidade de cada coletivo e/ou grupo social.³⁵⁴

Os dois casos se prendem aos setores produtivos ligados à formação histórica econômica de ambos os países e regiões: o setor têxtil, na região Norte de Portugal, e o setor canavieiro, no interior de Pernambuco, Brasil. Estes setores estão intimamente concatenados às principais características da economia desses países, o que na perspectiva que aqui adotei faz de cada um dos casos portadores de materiais históricos conflituantes face aos dilemas postos à realidade atual, seja no âmbito local quanto global e, também, nos aspectos subjetivos e objetivos.

Em cada um dos dois casos os sistemas de valores e as tradições dos coletivos de operárias e operários atuam de forma distinta, propiciando um tratamento cultural diferenciado de acordo com a experiência vivida por cada um deles.

No caso da fábrica Afonso, a percepção que o coletivo de operárias tem das

³⁵⁴ O sistema de atitudes e comportamentos é influenciado pela dinâmica cultural dos grupos sociais.

situações-limite e do próprio momento histórico limita a emergência dele próprio enquanto sujeito social, ocupando o espaço público com uma demanda bem objetiva, ou seja, pautando uma agenda de luta face a uma realidade regional e nacional, o fechamento de fábricas.

Já na Usina Catende, apesar da não adesão e do não envolvimento no Projeto Harmonia-Catende, os operários se colocam em mobilização frente às más condições de trabalho e aos atrasos no pagamento dos salários. E quando é preciso juntam-se aos trabalhadores rurais para protestar e reivindicar. Diferentemente deste caso, as operárias da Afonso não encontram bases 'substanciais' para a configuração de uma ação coletiva que venha amadurecendo-se na luta de classe.

Em ambos os casos, apesar das suas diferenciações, não logram alcançar uma organização política do coletivo de operárias e operários. Na Afonso, apenas algumas operárias são sindicalizadas, mas sem nenhum envolvimento mais ativo e comprometido com a organização sindical das colegas. A sindicalização é vista apenas como um mecanismo de proteção à eventualidade do fechamento da fábrica.

No que se concerne à presença e atuação do sindicato junto aos coletivos de operárias, em ambos os casos, se contorna de controvérsias, o que abordarei de forma específica mais adiante. Na Catende, já por sua complexidade estrutural constituída por dois setores de produção distintos, fabril (urbano) e agrícola (rural), a torna excepcional. Do lado agrícola – os engenhos –, a experiência se desdobra em organização política e econômica dos trabalhadores rurais; do lado fabril – parque industrial –, os limites da dinâmica e organização do trabalho, as relações sociais estabelecidas e a própria cultura identitária dos operários impedem a emergência da organização prolongada por parte destes. Os modos de agir do coletivo de operárias da Afonso, partindo da percepção que estas fazem do problema que enfrentam, são pertinentes à sua condição cultural e histórica, fazendo para elas sentido a postura e posição tomadas face à situações-limite.

Tanto num caso quanto no outro não se proporciona a criação de novos mecanismos de participação e envolvimento das operárias e dos operários no processo de reorganização da produção e do trabalho. Apesar de, em particular, na

Usina Catende se conformar um projeto político que fornece um conjunto de orientações e diretrizes para a constituição de práticas e relações de trabalho 'autogestionárias'.

A experiência vivenciada na fábrica Afonso se trata de um caso de reversão. Não busca o aprofundamento do conflito, das condições laborais, da problematização da relação capital/trabalho, e tampouco da negociação da 'condição da venda' da força de trabalho. Resulta daí o restabelecimento da divisão entre capital e trabalho no interior da unidade produtiva e, como consequência, na 'confirmação' da objetividade de duas classes.

Apesar dos limites na adesão e no envolvimento dos operários ao Projeto Harmonia-Catende, este logra um certo grau de desenvolvimento no campo, resultando na articulação e organização dos trabalhadores rurais na Cooperativa Harmonia e em espaços que forjam conflitos e debates. Face ao processo de falência do parque industrial – a usina –, ainda em decorrência na justiça e ao processo atual de desvinculação da Cooperativa Harmonia, a experiência desta se constitui numa experiência interrompida.

Na Afonso, a situação-limite se dá por resolvida. Na Catende, esta se desdobra em conflitos de dimensões diversas: jurídica (não resolução da falência), política (envolvimento de movimentos sociais, sindicais, pastorais e a institucionalização da economia solidária, além das visões diferenciadas sobre a direção da experiência), econômica (reelaboração de nova forma de produção) e cultural (contribuição no exercício de uma nova cultura do trabalho).

O contexto em que cada um dos casos se inserem é co-determinado no processo por vários fatores de envergaduras distintas, influenciando o desdobramento de cada uma das experiências. Enquanto no Brasil se verifica a expansão e a institucionalização da economia solidária que serve de base de sustentação da experiência em Catende (as experiências de fábricas recuperadas em exercício no contexto nacional e latino-americano são fontes de inspiração); em Portugal, a experiência da Afonso não conta com apoio de um movimento social forte e articulado em torno de uma proposta socioeconômica, tal qual o da economia

solidária. Nem ao menos, logra inscrever-se na economia social. Esta experiência é um fato isolado no contexto português, sem rastros e desdobramentos no campo da meso e macro política e econômica do país.

O que se coloca em experimentação na Usina Catende tem repercussão nacional e internacional; coloca em movimento paixões, idealizações, projetos e uma gama de movimentos sociais e políticos (estes últimos assumindo papel de agentes mediadores). Para além do lado mais articulado e organizado do Projeto, os trabalhadores rurais recebem financiamento para a realização de vários projetos e programas governamentais e não-governamentais. A experiência do Projeto Harmonia-Catende chega a ser considerado um ícone da 'autogestão' no Brasil. As lideranças emergidas nesta experiência, em particular, assessores, formadores e dirigentes das associações de moradores assumem cargos diretivos em organismos nacionais, como por exemplo, a ANTEAG.

As experiências de ambos os casos, estão intrinsecamente condicionadas às particularidades de cada contexto, o que influencia no horizonte das possibilidades emergentes, ou seja, i) na inscrição ou não-inscrição tanto no presente quanto no futuro da coletividade dos trabalhadores; ii) na extensão para outros setores, fábricas, coletivos de trabalhadores, isto é, na publicitação da experiência. Em outras palavras, na ampliação do espaço agonístico (conflitualidade); iii) no aprofundamento da realidade e da situação-limite como campos de possibilidades e, principalmente, de aprendizagens para a percepção da condição de exploração e para o exercício de alternativas, e iv) na luta por “paridade participativa”³⁵⁵ ligada à construção de uma nova realidade social, constituída por novos parâmetros materiais e simbólicos culturais.

³⁵⁵ Fraser (2007) define paridade participativa como o modo de *status* em que se participa como um igual na vida social. Tal paridade participativa, segundo a autora, só é possível quando a luta por reconhecimento seja moralmente vinculante, ou seja, que provoca participação sem gerar formas alternativas de subordinação.

2. Do trabalho associado

O que se processa na Afonso e na Catende são práticas distintas entre si de organização e gestão do trabalho. A categoria trabalho associado, tal qual defino no item 2.4 do capítulo I, não cabe para explicar o caso da primeira. Isto deve-se à alguns fatores: primeiro, não houve uma apropriação coletiva dos meios de produção, o que é uma condição para o desenvolvimento daquele tipo de trabalho.; segundo, não houve uma composição de forças políticas em todo o processo de recuperação da fábrica, o que leva ao restabelecimento da apropriação privada desta.

Já na Catende, tanto no setor industrial quanto no agrícola, pré existiam diversas forças políticas que confluem no desdobramento organizacional dos trabalhadores e operários face ao encerramento da unidade produtiva. A presença de organizações sociais e pastorais nos engenhos, articulando os trabalhadores rurais ao redor de suas lutas e reivindicações, propiciaram a formação de uma comunidade política ao redor de uma alternativa, a cooperativa e as associações de moradores. Assim, chegam a assumir numa cogestão a administração do parque industrial do complexo Catende. Coloca-se em exercício o trabalho associado.

Porém, o trabalho associado na Catende toma contornos distintos e variados face à própria complexidade da unidade produtiva. O fato desta abrigar dois setores diferenciados, urbano e rural, implica em colocar em contato culturas e identidades distintas. No setor urbano, isto é, a indústria, a própria dinâmica e organização do trabalho infere na formação cultural e identitária diferenciada dos operários em comparação aos trabalhadores do campo.

Na Catende, o trabalho associado se constitui num processo em que a cooperativa dos trabalhadores rurais, cortadores de cana, gesta a organização laboral dos operários. Neste caso, não há uma integração econômica e cultural dos operários no processo de gestão e organização da produção fabril. Portanto, a própria categoria de trabalho associado enquanto um conceito definido e delimitado, é colocado em movimento. A experiência da Usina Catende coloca em reformulação teórico-prática aquele conceito, considerando a complexidade, os riscos e as incertezas provenientes

do contexto em que este é experienciado.

Tanto no caso da Afonso quanto no da Catende a estrutura da produção industrial e as dinâmicas de relações, de definição de papéis, funções e hierarquias dela derivadas obstaculizam o exercício de novas práticas de trabalho. E somadas ao sistema de valores e tradições e aos *habitus* dos coletivos de trabalhadores acentuam o labirinto das relações de poder no interior daquela estrutura.

Em ambos os casos, verifica-se uma tensão entre a visibilidade e invisibilidade do trabalho em relação ao capital. O trabalho é tratado por este como um elo fraco, incapaz de 'se autogestar', sendo uma propriedade, mercadoria, daquele. No caso da Afonso, a invisibilidade do trabalho como elemento que recupera a produção apesar das incertezas é tamanha que, desde o início do processo, a certeza do presente é a restauração do capital enquanto proprietário da fábrica. Deixando, totalmente camuflado o quanto o trabalho é “o alvo preferencial do bombardeio das políticas neoliberais” (Alves, 2008:16).

Tomando outras facetas, no caso de Catende, o capital incorpora-se em outras esferas da sociedade para combater o avanço do trabalho como força emancipadora da relação de subordinação. O prolongado processo de falência da usina exemplifica o quanto é inaceitável um empreendimento da dimensão da Usina Catende estar nas mãos dos próprios trabalhadores. Não há como negar que o processo histórico dos trabalhadores rurais na zona da mata pernambucana é crucial para entender o conflito ao redor da recuperação da usina pelos trabalhadores. A demora de uma solução definitiva ao processo de falência perpassa por questões políticas que garantem a 'intocabilidade' da estrutura geral de autoridade do capital.

Entretanto, esta 'intocabilidade', por vias da própria experiência vivenciada no complexo industrial e agrícola de Catende, é constantemente colocada em prova, é elemento de contestação. Inscreve-se numa luta simbólica de classe (Bourdieu, 2004), ou seja, na luta pelo poder de impor uma percepção e leitura legítima da realidade, do mundo, da produção, da economia e da política.

3. Das identidades e da posição de classe

As identidades de classe nos dois casos analisados revestiram-se de uma vicissitude de formas, nas quais os coletivos de operárias e operários (re)organizam suas experiências, e como consequência, (re)elaboram seus sentidos de identidade. A medida que ambos coletivos lutam para a garantia de seus postos de trabalho, reivindicam suas identidades de pertencentes da comunidade de trabalho. Trata-se de um “processo de incorporação pelos indivíduos, indissociável de uma história pessoal vinculada aos grupos dos quais ele faz parte, ou vinculada aos grupos de referência, processo indissociável de sua trajetória social” (Wautier, 2001:64), ou seja entre a fábrica e a comunidade local as identidades coletivas trespassam a consciência de classe (Estanque, 2000).

O caso da Afonso, considerando a realidade ameaçadora de fechamento de postos de trabalhos em âmbito nacional, em particular na região Norte do país, poderia ter se inscrito nas dinâmicas e nos comportamentos dos coletivos de trabalhadores da região, inspirando o exercício de uma nova postura dos mesmos diante das realidades e relações de e no trabalho. Dessa forma, redesenharia as escolhas políticas dos grupos sociais ali coexistentes, iniciando uma negociação das condições de venda de sua 'força de trabalho'. Apesar de ter recebido uma ampla difusão nos meios de comunicação de massa, a experiência se registra apenas como um exemplo 'simbólico' na memória da comunidade local e, num contexto macro da situação por qual atravessa o país, numa 'vitória' de poucos. Neste caso, a experiência ali vivenciada não consubstancia a formação de novas narrativas identitárias do coletivo de operárias. Ligadas à realidade micro, estas se identificam como sujeitos que precisam vender sua 'força de trabalho' para sobreviverem. Assumindo identidades que não proporcionam a visibilidade do trabalho como elemento 'forte' em relação ao capital e a desmistificação do carácter de mercadoria atribuída a ele. Não é elaborada, no campo semântico, uma narrativa que represente e dê sentido às experiências vivenciadas por aquele coletivo; que (re)signifique o trabalho, a produção e a coletividade experimentada no chão de fábrica enquanto processo de

uma classe.

No caso da Catende, apesar da peculiaridade do envolvimento dos operários no processo, estes reelaboram suas identidades de classe de forma híbrida em meio a uma fragmentação de interesses no seio da experiência de desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende. As identidades, neste caso, revelam-se através de processos de identificação de continuidade e ruptura por meio de mecanismos de adesão e conflito, implicando na busca de melhoria na posição de classe.

Em ambos os casos, não se verifica uma alteração na posição de classe. Enquanto na Afonso, as operárias mantêm as condições de venda de sua 'força de trabalho' ao capital; na Catende, os operários colocam em pauta a negociação dessas condições no interior do Projeto Harmonia-Catende. O fato dos operários não se reconhecerem sujeitos no desenvolvimento deste projeto, os levam a traduzir a relação deles com a cooperativa enquanto relação de classe. É preciso levar em consideração a influência da (e do acúmulo de) experiência de lutas que cada um dos coletivos de operárias e operários têm na interpretação e posição tomada frente às situações-limite, pois esta experiência é um elemento co-determinante na conformação da percepção de classe e, por conseguinte, do papel decisivo das relações de classe na moldagem das várias formas de desigualdade (Wright, 1978).

Diferente da experiência da Afonso, a da Catende, esboça contornos à construção de iniciativas coletivas, de novas identidades e maneiras de interagir com o espaço público e político. Fomentando, por se tratar de uma micro experiência, a possibilidade de novos mecanismos de participação em âmbito da unidade produtiva.

O coletivo de operários da Catende logra elaborar, de forma latente, e no contexto de conflito interno, um auto não-reconhecimento no desenvolvimento do processo de 'autogestão'. Isto é, uma não identidade ligada ao Projeto ali em desenvolvimento. As micro posições de cada coletivo de operários dos dois casos analisados, além de condicionar “as práticas sociais dos indivíduos e a sua consciência de classe” (Estanque e Mendes, 1988:25), revelam os micro mecanismos que tendem a orientar a consciência dos sujeitos sobre suas posições objetivas dentro de uma estrutura e, por sua vez, as estratégias adotadas diante das condições de

classe.

4. Do deslugar do conflito

Cada caso estudado apresenta um grau diferenciado de acúmulo de experiência de lutas, de mobilização e de processos de resistência. Contudo, ambos os casos – no decorrer do processo de recuperação da unidade produtiva – não forjam espaços de reflexividade de suas experiências.

Na Afonso, não se verifica envolvimento do coletivo de operárias em greves, mobilizações sindicais e/ou ações coletivas da categoria. Em todo o seu tempo de trabalho na fábrica não fizeram nenhuma paralisação por alguma reivindicação. Como descrevi anteriormente, a sindicalização das operárias se deu simplesmente durante o processo de instabilidade da retomada da produção, o que no entendimento destas, tratava-se de uma forma de garantia (precaução) dos direitos rescisórios no caso do fechamento definitivo da unidade produtiva.

Os conflitos no interior das relações estabelecidas nesta fábrica não são 'abertos', mas latentes, ou seja, disfarçados e não manifestos. Isto, entre outros fatores, impede a formação de uma consciência crítica por parte do coletivo de operárias. Uma consciência que anseia profundidade na análise dos problemas; não aceita e não se satisfaz com as aparências das relações sociais e provoca inquietação (Freire, 1983). O acúmulo de relações de 'conflitos abertos' fornece aos coletivos de trabalhadores fatores que contribuem para a subjetividade das experiências, ou seja, ajuda no sentir e pensar a realidade vivida e co-determina na(s) tradução(ões) destas próprias experiências e na forma como elas são tratadas no cotidiano. O fato da gerente alterar a sua condição de classe, tornando-se proprietária da fábrica – desperdiçando todo um processo agonístico – toma feições de 'uma neutralidade social e política' face ao não conhecimento técnico-administrativo das operárias. Como afirmei anteriormente, configurando-se no esvaziamento da dimensão coletiva do conflito.

Na Catende, há uma vivência maior de conflitos sociais e políticos. Frente às

condições de falta de salário, entre outras, os operários se colocam em mobilização, paralisam a produção, ficam em greve, organizam protestos, publicitam os conflitos existentes. Apesar da diferenciação entre os operários e os trabalhadores rurais, no que refere à organização e mobilização, em toda a experiência ali vivenciada houve, e há, uma ampliação do espaço agonístico. Como já referi no início deste capítulo, o conflito, neste caso, estendeu-se às dimensões jurídica, política, econômica e cultural. E no interior da unidade produtiva o conflito não é latente. As situações-limite podem ser observadas como ponto de tensão que leva ao coletivo de trabalhadores à ruptura. No caso da Catende, há uma construção e aceitação coletiva do(s) conflito(s).

O conflito também perpassa pela legitimidade de quem administra a unidade produtiva, sendo palco de embates entre o sindicato dos trabalhadores do setor industrial e a Cooperativa Harmonia, e entre esta e o poder judiciário. Numa outra perspectiva, o modelo em que se assenta o Projeto é motivo de conflito. Aquele é colocado em causa por movimentos sociais como o MST e a LCP, como observei na segunda parte da tese.

Portanto, diferente do conflito instituído na Afonso, na Catende este se desdobra em dimensões e características que ultrapassam o interior da unidade produtiva. Diferenciadamente do caso da primeira, no da segunda, 'fatores de pressão positiva' têm atuado de forma a contribuir na extensão e expressão que a conflitualidade toma dentro e fora do processo vivenciado na usina, são eles: i) o atenuante processo de democratização e integração social e política nas últimas décadas no país; ii) a visibilidade e multiplicação de novas lutas sociais tanto em âmbito nacional quanto continental; iii) a valorização do âmbito comunitário e local que tem vindo a conforma-se nas esferas social e política no cenário brasileiro; iv) o crescente número de governos ditos de esquerda e oposição no país que, em certa medida, considera em suas políticas setores e grupos sociais até então marginalizados³⁵⁶ e, em especial v) a institucionalização da economia solidária no

³⁵⁶ Há muito que se questionar sobre as formas de considerações desses governos, mas aqui, no momento, não cabe uma análise e juízo de valor sobre esta questão.

país.

Há que se levar em consideração o fato de no campo social da economia solidária no Brasil à experiência da Usina Catende é atribuída uma simbologia de persistência e exemplo de novas práticas e relações de trabalho. Localizada numa região em que os engenhos e as usinas foram (e ainda são) marcas do trabalho escravo e das desvantagens e mazelas do processo produtivo sucroalcooleiro, a experiência vivenciada pelos trabalhadores e operários daquela usina inscreve-se naquele campo como o maior empreendimento 'autogestionário' brasileiro.

Como mencionei no item 1.2 do capítulo I, o conflito, e o modo e como este é tratado, em qualquer relação social, está intrinsecamente ligado à “lógica de não-existência” (Santos, 2006), ou seja, na desvalorização do “outro”. Esta lógica pode tomar expressões diversas, mas sempre parte do pressuposto da invisibilidade de um sujeito, individual ou coletivo, numa relação.

Em ambos os casos, o conflito existente não é dialogicamente tratado, gerido, conduzido, o que impossibilita, de forma peculiar em cada caso, o desperdício da valorização da diferença como promotora de formas 'ecológicas' das relações e sistemas de produção (Santos, 2006). Vale destacar que no caso da Catende refiro-me ao setor industrial.

5. Da presença e ausência do sindicato e entidades mediadoras

Em ambos os casos se nota a presença e o envolvimento de organizações e entidades no processo de recuperação das unidades produtivas. Contudo, em cada caso, a natureza e o grau desse envolvimento foram (e são) diferenciados.

No caso português, dois organismos tomam 'parte' do processo de negociação da situação-problema: a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e o Sindicato Têxtil e Vestuário do Minho e Trás-os-Montes. A primeira tem um envolvimento bastante efêmero, tratando-se de encontrar empresários interessados em apropriar-se da fábrica, garantindo seu funcionamento. Tal envolvimento ou contribuição é pouco mencionado pelas operárias, o que sinaliza o quanto de passageiro no processo é sua

intervenção.

É, no entanto, sobre o envolvimento e a contribuição do sindicato que se tecem as maiores controvérsias. No discurso operário e no patronal, o sindicato não demonstra apoio e tampouco crédito no desejo de retomada da fábrica. Além do que é promotor da tentativa de discordância entre o coletivo de operárias e a patroa.³⁵⁷ Esta é bem categórica ao afirmar que o sindicato pretendia chamar atenção da mídia para si, que esteve presente apenas na etapa inicial do processo. A presença do sindicato não se deu de forma contínua e atuante, afirmação consensual entre ambos os protagonistas do conflito.³⁵⁸

No discurso sindical, ele acompanha todo o processo, dando organicidade ao mesmo: articulando assembleias para a discussão sobre o encaminhamento do conflito; ajudando na organização das vigílias, etc.³⁵⁹

O que se verifica é uma ausência do sindicato na processualidade do conflito e da sua solução. Tal ausência antecede a experiência e o episódio de tentativa de fechamento da fábrica. Segundo as operárias e a patroa, a 'presença' sindical se dá apenas em datas comemorativas e em ocasiões específicas para informar e convidar as operárias à participarem de alguma mobilização nacional. Não se pode chamar isto de articulação das operárias para certas mobilizações, pois, aquela, na perspectiva deste estudo, exige um processo contínuo de relação.

Não há, portanto, nenhuma relação orgânica do sindicato com as operárias da fábrica. Os interesses do coletivo operário da Afonso não convergem com os dos dirigentes sindicais sobre a solução da “situação-limite”. Enquanto estes defendem o fechamento da unidade, garantindo o pagamento dos direitos rescisórios e

³⁵⁷ Algumas operárias e a patroa afirmam que o sindicato, em certa altura do processo, chegou a acusar estar última que estaria recolhendo das operárias o pagamento da contribuição sindical sem repassá-la ao sindicato. O que segundo aquelas tratou-se de uma forma de colocar aquelas contra a patroa.

³⁵⁸ Em pesquisas feitas nos jornais e revistas que noticiaram o acontecido na Afonso, encontrei apenas uma única matéria que menciona a participação do Sindicato, publicada no Jornal de Notícias, com o título “Afonso” poderá encerrar em Janeiro”, 14 de dezembro de 2004. <http://jn.sapo.pt/paginaincinal/interior.aspx?contentid=472338>.

³⁵⁹ Na data de 04 de novembro de 2010, logrei uma entrevista com um sindicalista que acompanhou o processo da Afonso na ocasião. Hoje este sindicalista é diretor do Sindicato Têxtil e Vestuário do Minho e Trás-os-Montes na cidade de Barcelos.

trabalhistas, as operárias desejam continuar com a unidade em funcionamento. Nas entrevistas e conversas, as operárias falam negativamente do sindicato, o que demonstra a ausência daquele organismo no cotidiano delas. Mas, também, uma visão bastante estreita do papel desde e da participação delas neste organismo de classe.

O sindicato, face à situação-limite, não apresenta propostas práticas de solução à recuperação da fábrica, o que enfraquece a 'possibilidade' de intervenção coletiva organizada e planejada entre o coletivo de operárias.³⁶⁰ Não houve qualquer articulação, de forma efetiva, entre o sindicato e o coletivo de operárias. O coletivo de operárias não tem uma experiência sindical, filia-se ao sindicato por ocasião do episódio da tentativa de fechamento da fábrica pelos ex-patrões, acreditando que, ao fazer isto, pode contar com maior apoio deste e se precaver à quaisquer eventualidades no trabalho, principalmente, no caso do encerramento definitivo da fábrica.

Numa matéria televisiva feita pela estação de TV SIC (no programa Grande Reportagem transmitido a 19 de fevereiro de 2005)³⁶¹ Fernando Manuel Branco Viana, representante da União dos Sindicatos de Viana de Castelo, ao ser entrevistado expressa claramente que não acreditava na continuação daquela unidade fabril, chegando a prever o fechamento da mesma num período de três meses: “[n]ão há uma solução viável para aquela unidade fabril”.³⁶² Esta declaração dada publicamente por aquele representante da União dos Sindicatos de Viana de Castelos

³⁶⁰ Uma intervenção dialógica como menciono, seguindo as obras do educador brasileiro Paulo Freire, pressupõe uma relação horizontal entre pessoas, comunidades, experiência, saberes.

³⁶¹ Este é um programa de televisão portuguesa que era transmitido aos domingos à noite. Um programa de jornalismo de investigação. Várias de suas reportagens têm sido premiadas internacionalmente. Como o título “A Fábrica”, a matéria sobre a Afonso, feita pela jornalista Miriam Alves, recebeu prêmio da Comissão para Igualdade dos Direitos das Mulheres para o melhor trabalho de divulgação da situação da mulher em Portugal, 2005.

³⁶² Infelizmente, o sindicalista Fernando Manuel Branco Viana não me concebeu entrevista, alegando que não havia acompanhado o processo na Afonso, o que não me ajudaria. Mas, encaminhou-me ao diretor do sindicato em Barcelos, uma vez que, segundo ele, este acompanhou todo o processo.

é fator de desfiliação quase generalizada por parte das operárias.³⁶³

No caso brasileiro, por conta da realidade que a circunda culturalmente (latifúndio, trabalho escravo, monocultura, etc.), a intervenção de movimentos sociais e políticos é algo historicamente presente. Esta intervenção, ao contrário do caso português, não restringe-se aos sindicatos. Movimentos ligados à ala progressista da igreja católica desenvolvem ações e organizam grupos de trabalhadores no campo e, em especial, na região da zona da mata pernambucana.³⁶⁴ Os sindicatos frente à situação-limite da Catende, diferentes da posição da organização homologa em Afonso, tomam parte ativa e promotora do processo de recuperação da usina; assumindo a responsabilidade na gestão da unidade produtiva ao reivindicar um síndico eleito pelos trabalhadores. Contudo, como demonstrei no capítulo anterior, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Alcool, desde o início do processo, não participa da mesma maneira do sindicato dos trabalhadores rurais. Mas, contrário à direção dada ao processo, impulsiona greves e mobilizações na tentativa de afastar a cooperativa, até então, da direção da usina.

Diferentemente do que ocorre no caso da Afonso, os sindicatos tornam-se sujeitos ativos no processo de recuperação da usina, ampliando o conflito, tanto de forma interna quanto externa, e buscando organizar os trabalhadores rurais e os operários, em torno de um projeto político. No Brasil, nas últimas duas décadas, no campo sindical tem vindo a crescer o interesse por práticas e experiências da economia solidária. Exemplo disto, é a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) criada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT),³⁶⁵ propiciando uma integração daquele campo no debate e na promoção de empreendimentos ligados à economia solidária. Tal fato, liga-se como um dos fatores positivos, sumariados no item 4.

³⁶³ Este fato é algo mencionado por 90% das operárias entrevistadas.

³⁶⁴ Devido a maior concentração de indústrias e os principais centros regionais do Nordeste, como demonstrei no capítulo IV, a zona da mata pernambucana foi palco de intervenção e atuação de movimentos sociais e políticos, principalmente ligados à questões agrárias. A Pastoral da Terra, a Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), a LCP, o MST, entre outros, atuam nesta região ainda hoje nesta sub-região.

³⁶⁵ Criada em 1999, vem desenvolvendo ações na promoção da economia solidária e no desenvolvimento sustentável. Atualmente, atua em 11 estados brasileiros.

Somam-se, ainda no processo da Catende, a atuação de várias entidades de apoio e fomento da economia solidária. Cumprindo um papel de mediação entre a experiência ali vivenciada e as imposições do marco institucional dominado pela norma da competição e heterogestão. A politização da experiência acentuou-se devido ao envolvimento dessas entidades e desses organismos, seja por tornarem-se pontos irradiadores de conflitos, seja por publicitarem e fomentarem o debate sobre tal experiência no espaço público. Elas têm cumprido o papel e assumido o desafio de encontrar formas de sustentabilidade da experiência, além de inscrevê-la em espaços organizados em redes e fóruns, os quais servem de momentos aglutinadores de experiências e sujeitos para a promoção de debate e discussão sobre problemas comuns. O envolvimento destas entidades reveste-se de um carácter militante e ao mesmo tempo técnico. Deste modo, as várias entidades mediadoras envolvidas são sujeitos e promotores dos conflitos ali estabelecidos. Exemplo disto, como já referido, temos o próprio sindicato dos operários que impulsiona greves e mobilizações no intento de desestabilizar a gestão da cooperativa. Contam, também, o MST e a LCP.

Diferentemente do caso da Afonso, o Estado brasileiro é um agente envolvido na resolução do processo de falência da usina. Primeiro, por ser um dos credores da usina; segundo, por abrigar em âmbito federal, a SENAES/MTE e, terceiro, por ser pressionado pelo movimento da economia solidária e pelos próprios sindicatos a tomar parte na busca de soluções aos problemas vivenciados pelos operários e trabalhadores rurais.

Como fiz notar no item 4 deste capítulo, o contexto sociopolítico em que se situa a experiência de Catende propicia fatores de pressão positiva ao desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende, merecendo destaque a institucionalização da economia solidária no país, o que tem proporcionado o crescente envolvimento das esferas locais do poder público na promoção desta economia.

Entretanto, no que diz respeito à organização dos operários em torno de uma proposta 'autogestionária' a mesma permanece em aberto na Usina Catende. As

entidades mediadoras, os sindicatos e os movimentos sociais envolvidos no desenvolvimento do Projeto Harmonia-Catende não logram a adesão e o envolvimento daqueles, da mesma maneira que, supostamente, têm alcançado por parte dos trabalhadores rurais.

Conclusão Geral

1. O estudo que agora se finaliza procurou desenvolver uma análise qualitativa das sociabilidades, dos valores e significados sociais trazidos à superfície das formas associadas de trabalho que emergem na pluralidade das práticas cotidianas dos coletivos de trabalhadores. Práticas estas que se conformam num território em que, ao mesmo tempo, o que há de 'velho' e de 'novo' coabitam, delineando na superfície das relações sociais e culturais ensaios de novos arranjos econômicos e de poder.

Ao estudar estas práticas, pretendi contribuir para a reflexão sobre novos paradigmas da vida em sociedade, sustentados por outros princípios e valores éticos alternativos ao paradigma hegemônico vigente, indo assim ao encontro de uma “sociologia das ausências” (Santos, 2006); procurando por meio da análise, dar um outro sentido ao acúmulo das experiências e dos saberes daqueles que estão invisibilizados pelos cânones das ciências ligadas ao cientificismo positivista. Por outro lado, há que propiciar uma “sociologia das emergências” (ibid.) – mesmo que esta se encontre de forma implícita no escopo do estudo –, na medida em que não só contribui para a crítica, mas para o fornecimento de elementos de reflexão menos parciais e mais implicados nas possibilidades concretas das práticas sociais.

O objetivo principal consistiu em analisar em que medida a realidade de trabalho nas fábricas recuperadas por trabalhadores, nos contextos português e brasileiro, se distancia dos arcaísmos e arranjos sociais do trabalho assalariado e se geram mecanismos de redução e/ou supressão dos aspectos mais proeminentes da relação capital *versos* trabalho. Com este intento, busquei esclarecer alguns aspectos entendidos como: a identidade coletiva e o sentido de pertença a uma classe que se constrói e reconstrói a partir das diferentes experiências vivenciadas em distintos microprocessos e redes complexas, que se apresentam como expressão dos diversos planos de uma realidade histórico-social mais ampla; as novas condições e possibilidades geradas na exterioridade das ações dos trabalhadores em interação com o ambiente de produção e reprodução da vida; e, por último, os diferentes graus de democratização da gestão resultantes das experiências e lutas dos trabalhadores

em contextos distintos.

Neste aspecto, um desafio crucial se apresenta às ciências sociais. Como traduzir e interpretar a diversidade de sujeitos sociais e a complexidade de interesses em jogo no interior das relações de trabalho em pleno movimento, ou seja, em processo de mudança? Em resposta a este desafio, procurou-se com a presente tese uma compreensão mais próxima possível do real em seu dinamismo, evitando a adoção de esquemas teóricos alicerçados em “modelos típicos ideais” (Weber, 1991).

Os dois estudos de caso considerados, um em Portugal (a fábrica Afonso) e outro no Brasil (a Usina Catende), não são exemplos generalizáveis. Apoiado num conjunto de instrumentos teóricos, conceptuais e metodológicos o estudo pretendeu analisar esses casos, percebê-los como processos, permitindo identificar dimensões incomparáveis entre ambos os casos, dada a própria forma de gestão do trabalho e dos sistemas culturais pelos quais os sujeitos logram perceber suas realidades em cada experiência. Assim, tratou-se de examinar as peculiaridades de cada uma delas, cruzando paralelos analíticos em aspectos possíveis, parte destes foram identificados sobretudo com base na inserção no terreno em contato direto com a parcela da realidade social estudada. O tratamento da dimensão do conflito, a presença e ausência do sindicato e outros organismos sociais foram alguns desses aspectos que tentei conjugar com os fenômenos da identidade coletiva e da posição de classe, incluídas no projeto de pesquisa.

O estudo assumiu ainda uma abordagem reflexiva e pessoal, no qual a intenção de definir o que está em jogo e em disputa prende-se como compromisso de, além de identificar as partes envolvidas, decidir e fundamentar os objetivos e estratégias políticas e identitárias dos diferentes coletivos de trabalhadores.

2. A categoria trabalho assumiu centralidade no estudo. Primeiro, por referir-se à atividade que toma a maior parte do tempo social sendo, por isto, um fator fundamental para a constituição identitária e coesão social. Segundo, uma vez que as sociedades contemporâneas estão cada vez mais complexas, dinâmicas e diversas, além da crise estrutural por qual passa o sistema financeiro nos países centrais, o

desafio de 'repensar' o trabalho e novas formas de produção se põe no cerne da elaboração de políticas públicas, da governação, da atuação de diversos movimentos sociais. Desafio este que implica, entre outros, numa nova maneira de olhar e perceber a economia, evitando considerá-la como desvinculada das outras esferas da vida: do social, do político, da cultura, da moral, da ética, etc.

Neste ponto, o conceito de economia plural de Polanyi (2000) que adotei como base à reflexão aqui tecida, face às considerações e aos resultados desta, contribuiu para uma definição substantiva da economia que admite a pluralidade de formas de produção e distribuição da riqueza. As teses da descentralização do trabalho, de forma genérica, na análise aqui empreendida não encontraram ressonâncias e, tampouco, fundamentos práticos. Posso afirmar que são os sentidos do trabalho, e não a sua centralidade, que estão sendo problematizados no atual contexto em mudança. As novas modalidades de ação da classe trabalhadora em seus movimentos diversos – fase à precariedade do trabalho e suas derivações nas outras esferas da vida social – questionam e relançam a discussão quanto à centralidade do trabalho nas diversas dimensões da vida em todas as suas formas. Nas manifestações, protestos e intervenções que tomam formas nos últimos anos nas sociedades contemporâneas sobressai o papel do trabalho como algo central e estreitamente ligado aos outros aspectos da vida em sociedade.

Uma das questões pautadas na atualidade, pelo discurso hegemônico da globalização neoliberal, é que o trabalho enquanto mercadoria tem se movido menos em comparação as demais mercadorias. Logo, é preciso reduzir ao máximo seus custos, seu valor. O que é omitido e negligenciado no discurso, como bem salienta Alves (2008), é o fato do trabalho ter sido “o alvo preferencial” dos efeitos negativos e destruidores das políticas neoliberais. E, ainda como demonstra o autor, o pior é a invisibilidade das pessoas, das famílias, das comunidades e dos grupos sociais que estão explicitamente no cerne dele.

É por isso que o estudo realizado se propôs inicialmente examinar a mercantilização do trabalho levada com tanta frenalidade pelas políticas neoliberais. O caráter fetichista desse processo – indissociável da massificação do consumo nas

sociedades ocidentais – inibe a percepção do trabalho enquanto indutor de significados produzidos na interação dos sujeitos. Investido de tal caráter, o trabalho passa a ser apenas o somatório de 'força de trabalho' empregada na produção material.

Assim, em vez de reiterar noções clássicas como a de 'força de trabalho' é preciso ser criterioso na utilização de categorias e conceitos advindos do próprio marxismo ao analisar as novas formas de produção na contemporaneidade. O estudo aqui empreendido, de forma geral, demonstrou que não consiste apenas em recorrer a conceitos 'clássicos' para conhecer as novas realidades que emergem, mas na busca de outros sentidos e reconceptualizações.

A mercantilização pela qual passa o trabalho, o caracteriza apenas como uma ocupação, ou seja, trata-o numa perspectiva sociodemográfica. É por este viés que, por mais que se reporte aos direitos humanos, por mais democratização, por mais justiça social na atualidade, a precariedade têm se tornado a forma de ser do trabalho. Como ficou demonstrado no decorrer deste estudo, a realidade laboral de hoje espelha a eliminação de direitos já conquistados em países como Portugal e outros do Sul da Europa (Espanha, Grécia), o crescente índice de desemprego, dos trabalhadores em recibos verdes, etc.

Segundo a ideologia neoliberal dominante, o prognóstico das 'profissões de futuro' lança o alerta sobre a responsabilidade atribuída aos trabalhadores em buscar o 'empreendedorismo' e na procura em 'capacitar-se' tecnicamente para tais ocupações. Porém, o que se omite é o grau de exploração tamanha a que são postos os trabalhadores nestas novas ocupações profissionais e a 'ilusão' que todos terão acesso a um lugar ao sol, tal como prometeu a onda da globalização desde o início dos anos noventa.

O crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil na última década, consolida a herança histórica do mercado de trabalho forjado em condições de grande informalidade e de extrema exploração, submetendo os trabalhadores a uma auto responsabilidade pela empregabilidade (a busca pela 'tecnicização' da mão de obra barata) muito embora a inserção do país na economia global resultou da

articulação paradoxal entre um alinhamento com o novo mercantilismo capitalista internacional e o estímulo a um mercado interno suportado por programas sociais de apoio aos mais pobres.

3. O estudo concluiu que é vital alterar a forma como o trabalho é tratado publicamente, ou seja, o assistencialismo que caracteriza as políticas de trabalho e emprego na atualidade precisa ser revisto pelos mais diversos organismos sociais e institucionais. Esta forma 'paliativa' de tratar os problemas que circundam a realidade laboral culpabiliza cada vez mais os trabalhadores, incumbindo-os de responsabilidade pelo 'risco' e pela 'incerteza' causados pelo mercado competitivo e globalizado.

Daí que o caráter social do tratamento do trabalho deve ser ampliado numa perspectiva que resgate o político, remetendo ao debate e às políticas de emprego aspectos de cidadania ativa e da democratização continua da esfera de produção. O tratamento político do trabalho como foi defendido no estudo implica na descoberta das potencialidades democráticas do trabalho (Santos, 2006). Não se trata apenas de transgredir as formas assistencialista e protecionista a este, mas em empoderar os trabalhadores para a delimitação e estruturação do campo em que são tomadas as decisões na esfera da produção e nas demais esferas da vida em sociedade.

Refere-se, portanto, à condição dos trabalhadores enquanto sujeitos políticos, o que implica no desdobramento da participação ativa visando não apenas a 'posição de influenciar' nas decisões tomadas, mas na posição de 'tomar decisão'. Ficou claro que os trabalhadores precisam, além de formação e 'capacitação' – visto que nenhum modelo de gestão produtiva se sustenta sem que os trabalhadores possuam um conjunto de preceitos e competências –, da acumulação de experiências que fornece aprendizagem, ou seja, um saber-fazer. Sublinha-se que, neste caso, a participação política significa o 'tomar parte' no constante processo de tomada de decisões sobre os conteúdos essenciais e não supérfluos no chão da fábrica e no setor gerencial e administrativo.

4. A experiência dos trabalhadores ganha uma particular importância na formulação e consolidação de novas estruturas político-econômicas na esfera do trabalho e da produção. No que refere aos processos de participação na tomada de decisão, as experiências em estruturas democratizantes, sejam elas informais ou formais, contribuem no amadurecimento dos trabalhadores naqueles processos e, por conseguinte, no aperfeiçoamento dessas estruturas.

Para tal, os trabalhadores precisam contar com organismos sociais que contribuam na interpretação das suas experiências, forjando espaços de reflexividade e horizontes de ação emancipatória; formulando e fortalecendo novos saberes e conhecimentos propícios ao exercício da cidadania democrática nos locais de trabalho promovendo a formação de sujeitos autônomos, críticos e reflexivos.

O estudo procurou dar seguimento a uma sociologia do trabalho associado, um campo da ciência voltado à sistematização de saberes e conhecimentos advindos do conjunto de experiências de formas associadas e cooperadas de produção, bem como em outros espaços da vida socioeconômica dos trabalhadores. Uma sociologia que logre elaborar, balizada nas “sociologias das ausências e das emergências” (Santos, 2006), conhecimentos sociotécnicos para modelos de gestão e administração diferenciados da heterogestão. Um conjunto de preceitos, regras e condutas que empodere os trabalhadores no trabalho associado, orientando-os a agir, pensar, sentir e interpretar a partir de novas posturas no chão de fábrica; estimulando sociabilidades que fomentam a constituição social da identidade do trabalhador associado.

5. A cotidianidade de valores e princípios distintos dos pregoados pelo sistema do capital deve ser algo perseguido por todos os sujeitos envolvidos na experimentação prática do trabalho associado. A este propósito a pesquisa procurou proceder a uma caracterização das subjetividades, representações e “micro-ideologias” no contexto das “relação na produção” tomando como principais referências as conceptualizações de M. Burawoy (1985) e P. Bourdieu (2007). Apoiado no conceito de “habitus” foi possível interpretar os comportamentos e atitudes, designadamente, os que derivam

da interação entre o pesquisador e os coletivos de trabalhadores, visando o aprofundamento da reflexão sobre a subjetividade socializada ao exercício do trabalho associado. Por seu lado os conceitos de “política de produção” e de “regime de fábrica” (Burawoy, 1985) ajudaram a fornecer respostas à indagação implícita no escopo do estudo: a fábrica é lugar para a política? Fica evidenciado que uma determinada percepção de política tem lugar na estrutura fabril. A forma como o espaço físico fabril está concebido, a escolha de tipo de maquinário e tecnologia empregado, o sistema de regulação laboral e de suas relações sociais etc. são opções e decisões políticas, mas tomadas sem considerar os trabalhadores e suas vidas. O que está em jogo é a auto identificação dos trabalhadores no interior da unidade produtiva enquanto 'políticos' que demarcam fronteiras e autodeclaram-se participantes políticos.

6. As fábricas recuperadas apresentam “situações-limite” (Freire, 1987) que suscitam possibilidades dos trabalhadores superarem suas condições de classe, assumindo, por consequência, aquela identificação política no processo produtivo. A noção de “situações-limite” pôde contribuir na indiciação do que dificulta e/ou restringe os trabalhadores a responderem e posicionarem de forma a superar ou negar a realidade vivida. Ou seja, na virada ou não do jogo no interior das unidades produtivas.

As experiências das fábricas recuperadas permitem-nos enumerar três caminhos a seguir, no que diz respeito às estratégias dos coletivos de trabalhadores face à mercantilização do trabalho e às perspectivas de mudanças na condição e posição de classe:

- Negociar a sua situação com o capital, ajustando as condições de venda de sua 'força de trabalho', situação em que os trabalhadores buscam melhorias econômicas na sua condição de classe;
- Inverter a sua situação, passando à condição de empregador de 'força de trabalho' alheia, situação em que o coletivo de trabalhadores altera/inverte a sua posição de classe;
- Criar novas relações de trabalho que gerem e garantam sua autonomia de classe,

neste caso dando lugar a formas alternativas de economia solidária, nomeadamente o cooperativismo.

Como ficou evidenciado no estudo, esses caminhos, mesmo por se tratar das fábricas recuperadas não são de fáceis definições e escolhas. Estas fábricas são produtoras de mercadorias inseridas numa lógica em meso e macro contextos regidos pelo mercado, logo, deparam-se com a necessidade de manterem-se competitivas e 'globalizadas'.

7. Os dois casos apresentam expressões diferenciadas da luta de classe em meio a conflitos e tensões que tomaram proporções distintas. O caso da Usina Catende expressou bem as tensões de diferentes lógicas de racionalidade no interior da unidade produtiva e no desenvolvimento do projeto político. A experiência levada a cabo pelos coletivos de trabalhadores, operários e rurais, no complexo industrial Catende, remeteu-se ao campo de possibilidades no plano real da elaboração de alternativas democratizantes na produção. Contudo, no parque industrial, diferente do setor rural, demonstrou dificuldades e limites para colocar em exercício formas diferenciadas de gestão. Os operários demonstraram insatisfações com os efeitos substanciais da gestão da cooperativa em comparação às condições e oportunidades alcançadas pelos trabalhadores rurais.³⁶⁶ Em comparação a estes, aqueles não atingiram mudanças em sua posição e condições de classe. Continuaram como trabalhadores assalariados, passando a vender sua 'força de trabalho' a outros trabalhadores organizados em cooperativa, os trabalhadores rurais. Face a isto, como consequência, os operários não se identificaram com a gestão e o projeto político da cooperativa, dando lugar à narrativas e identidades que potencialmente interagiam e influenciavam o ambiente laboral.

A experiência de Catende não esteve isolada na realidade objetiva e subjetiva, mas 'aberta' para a gama de sujeitos sociais e políticos externos que, de forma direta e indireta, propiciavam ao ambiente laboral o debate, a troca de interesses, as

³⁶⁶ Vale mais uma vez destacar que não foi objeto desta pesquisa os trabalhadores rurais e suas condições face ao processo de cooperação e associação do trabalho na Usina Catende.

convicções, as ideias e as ações. A realidade externa teve espaço e influência naquela experiência, o que contribuiu à constituição de um ambiente propício à conflitualidade de ideias e críticas à própria experiência.

Tal condição de abertura à exterioridade objetiva e subjetiva, além de proporcionar a extensão do conflito à outras fronteiras da sociedade (jurídico, político, cultural, ideológico, etc.), alcançando novas dimensões e formas de lutas sociais, gerou um ambiente interno mais propenso à reflexividade, isto é, ao debate no intento do interesse comum por meio da interpretação do acúmulo de aprendizagem provindo das várias experiências ali vivenciadas.

Os operários ao tecerem críticas por não serem afetados da mesma forma que o projeto de gestão da cooperativa atingia aos trabalhadores rurais, em certa medida, mostravam interesses em participar de forma performativa no projeto, apesar da insatisfação que sentiam a respeito aos benefícios financeiros, percebiam vantagens dessa participação.

8. A princípio ficou evidente que o caso da fábrica Afonso não pode ser explicado e analisado pela categoria trabalho associado, uma vez que a apropriação da fábrica não esteve em momento algum em disputa entre o capital e o trabalho. Em outras palavras, a propriedade privada da unidade fabril não esteve em jogo. Tratou-se apenas da suspensão circunstancial em 'jogo' do contrato de venda da 'força coletiva de trabalho', ou seja, renegociação e conformação entre os trabalhadores e o capital sobre a empregabilidade. Não se colocou em causa a dinâmica e a divisão do trabalho. Contudo, em meio a uma conjuntura particular, em Portugal, de fechamento de fábricas, em especial do setor têxtil e confecções, a experiência de impedimento da transferência da unidade para outro país por parte do coletivo de operárias ganhou singularidades objetivas e subjetivas, cuja força simbólica a tornou um exemplo de resistência dos trabalhadores e ao mesmo tempo atrapalhou a resposta do campo sindical.

9. Por sua vez, o caso da Usina Catende apresentou peculiaridades, mediante ao

segmento do setor canavieiro e às fábricas recuperadas. Os trabalhadores por meio da representatividade e um grupo de assessoria em conjunto com a justiça gestaram e administraram o processo participativo e, de tal forma, as demandas necessárias para garantir a presença da usina no mercado. Teve uma cogestão na qual inseriu-se um modelo de representação dos trabalhadores junto a uma administração judicial. Tornou-se possível verificar, pelo estudo deste caso, o exercício do trabalho associado, porém numa imbricação com relações laborais do trabalho assalariado e suas derivações na vida laboral e social.

Este modelo de gestão somando-se à abertura da realidade circunstancial levou à elaboração de um projeto político que apontou diretrizes à experiência até então desenvolvida. Em relação aos trabalhadores rurais, este projeto logrou organizar um conjunto de regras e normas com o intento de gerar um padrão de responsabilidade daqueles sobre as práticas de trabalho, tendo como expressão concreta a criação da cooperativa e das associações de moradores nos engenhos. Porém, o mesmo não foi observado no cotidiano laboral dos operários (da usina). Não houve a organização destes em organismos alternativos além do sindicato da categoria, entidade que pré-existia ao processo de recuperação do complexo agroindustrial da Catende.

As relações ali exercidas incentivavam e estimularam a elaboração de novos princípios reguladores do trabalho, mas estes são cotidianamente inibidos no interior do chão de fábrica, por fatores internos e externos. As barreiras encontradas deve-se, entre vários fatores, ao modelo de cogestão, no qual a administração judicial exercia maior poder de decisão, apesar da participação dos organismos de representação dos trabalhadores (sindicatos e associações de moradores).

10. Foi ainda necessário ponderar outros fatores co-determinantes que em ambos os casos, atuaram ora como mediadores, ora definidores, e por vezes, constituindo-se como pontos de conflito. No caso da Afonso, o sistema cultural de atitudes e comportamentos das operárias e o próprio sentido de 'baixa' eficácia participativa confluíram-se na definição destas à manterem-se como meros sujeitos espectadores

da mudança da condição de classe da gerente ao apropriar-se da fábrica. O contexto em que não houve (neste período) outras experiências de recuperação de postos de trabalhos pelos próprios trabalhadores, deixou aquele caso no isolamento, sem possibilidades de permuta de problemas, necessidades, interesses, perspectivas e projetos possíveis. O resultado foi o restabelecimento da 'normalidade', ou seja, do capital no controle e comando do trabalho.

Ficou evidenciado o quanto de 'natural' a relação capital do trabalho foi (e é) percebida e interpretada pelo coletivo de operárias e, também, pelo seu organismo de representação.

No caso da Catende, questões cruciais para a sua sustentabilidade afetaram consideravelmente a experiência, dificultando o desenvolvimento do projeto político. A sustentabilidade econômica da usina foi um dos primeiros fatores de vulnerabilidade, tornando-se um dos conteúdos do conflito, provocando insolvência financeira, grandes débitos, precarização de trabalho, falta de investimento no parque industrial, etc. A situação de massa falida impossibilitou o empreendimento a ter acesso a créditos como qualquer outra empresa ou indústria no país.

11. Algo que merece realce neste estudo, principalmente debruçando-se no caso brasileiro analisado, refere-se à restrição de falar em autogestão ao reportar-se às experiências associativas de produção, sendo pertinente ao que se argumentou no escopo deste estudo, aludir as possibilidades dos trabalhadores assumirem condutas e preceitos diferenciados a partir de seus padrões de responsabilidade socializada no exercício prático do trabalho associado. Este pode conduzir os trabalhadores à aprendizagem do 'tomar parte' nas decisões na esfera laboral, o que, por sua vez, poderia impulsionar a uma participação em processos meso e macro externos ao ambiente do trabalho.

Falar em democracia no campo da produção exige-nos rever as estruturas e as bases nas quais ela é conformada e não apenas o grau em que ela é desenvolvida. O caso da Afonso foi exemplar disto, enquanto o da Catende, conformou estruturas democratizantes: a cooperativa, as assembleias de trabalhadores, as associações de

moradores e o comitê gestor. Estruturas legais que requalificava o processo de democracia no local de trabalho, resgatando o 'político' para o seio da produção material da vida. Mas, em sequência da não criação de instrumentos condutores de uma organização política e econômica dos operários, deixou em aberto a democratização das relações de trabalho no setor industrial da usina.

A democracia não é algo estático, um dado na realidade, mas um processo que precisa ser constantemente revisado, debatido, confrontado e alimentado com novos mecanismos e novas estruturas que lhe amplie cotidianamente o espaço de manobra; facilitando a formulação de mecanismos que reforce a descolonização do cotidiano laboral.

12. Por fim, considerando os resultados obtidos neste estudo, pode dizer-se que o trabalho associado, em especial nas fábricas recuperadas por trabalhadores, estimula o desassossego da relação capital e trabalho, uma vez que substancia este como um fator forte nesta relação e propício de autonomia política, dando visibilidade a um conjunto de princípios e preceitos reguladores da vida social e econômica que estão longe de ser sociabilizados cotidianamente na realidade de trabalho em geral. Além, de ser constantemente revisto e reformulado a partir dos limites práticos e culturais dos vários coletivos de trabalhadores.

As fábricas recuperadas podem, no retrato atual das mudanças estruturais do trabalho, ser vistas como uma arena de disputa por transformações organizacionais e culturais. Organizacionais pelo fato do exercício prático de novos procedimentos na gestão da produção e do trabalho. Culturais pelo fato de tornar possível a elaboração de novos discursos, identidades e vocabulários sob a instituição de uma base de valores e preceitos consubstanciada em 'outros' sentidos do trabalho.

Glossário

Bancada ruralista

No Brasil, a bancada ruralista constitui uma frente parlamentar que atua em defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais. Internamente encontra-se subdividida em resguarda interesses específicos, tais como o setor sucroalcooleiro, por exemplo.

Boia-fria

O termo boia-fria é uma designação popularmente dada ao trabalhador que, expulso do campo, vai constituir uma massa de trabalhadores temporários (volantes) residindo nas periferias urbanas. Migram de uma região agrícola à outra, acompanhando o ciclo produtivo das diversas culturas. A expressão coloquial boia-fria advém do fato destes trabalhadores levarem consigo suas próprias refeições, popularmente chamada de boia, em recipientes sem isolamento térmico, o que faz com que elas estejam frias na hora do almoço.

Cachaça

É o nome dado à aguardante de cana, bebida de teor alcoólico tipicamente brasileira. É originada do processo de destilação do caldo fermentado extraído da cana.

Casa Grande

Era assim chamada a casa do senhorio nas grandes propriedades de terras no Brasil colonial. Nela moravam além da família alguns agregados. O conforto da casa grande contrastava com a miséria e as péssimas condições em que viviam os negros nas senzalas. Com a criação do Projeto Harmonia-Catende, a casa passa a ser ocupada pelas reuniões do comitê gestor, conhecida por reunião do Chalé. Ao ser retirada da Usina, a cooperativa passa a ter esta casa como seu local de funcionamento.

Centro de Emprego

Os Centros de Emprego têm como objetivo fazer frente à elevada taxa de desemprego em Portugal, no intento de criar mais postos de trabalho. Estão ligados ao Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estão espalhado por todo o país. Na região Norte existem 29 centros de emprego.

Cestas básicas

É o nome dado ao conjunto de gêneros alimentícios, higiene pessoal e limpeza utilizado por uma família mensalmente. Era recorrente, em períodos de dificuldades em garantir o pagamento dos salários, a direção do Projeto Harmonia-Catende distribuir, com um caráter emergencial, cestas básicas aos trabalhadores do complexo Catende.

Chão de fábrica

Termo usado para designar o local propriamente da execução do processo fabril.

Chefes de linha

São as trabalhadoras encarregadas pelo funcionamento de cada sessão da linha de produção da fábrica Afonso. São ao todo cinco chefes de linha: uma responsável pelo setor de corte; duas responsáveis pelo setor de costura; uma responsável pelo setor de acabamento e uma responsável pelo acompanhamento geral e pelo trabalho das próprias chefes de linha.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

É criada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente para a apuração/investigação de um fato determinado e por prazo determinado. As conclusões em que chega a CPI, se for o caso, são encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Comissão Suprapartidária da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Consiste numa comissão criada pelo Poder Legislativo do Estado de Pernambuco que recebe apoio de vários partidos, não reduzindo seu interesse a nenhuma posição partidária, seja ela qual for. No caso da Usina Catende, a comissão suprapartidária objetiva encontrar soluções para a situação de crise financeira por qual passa.

“Como ferrugem”

Expressão utilizada por operários da Usina Catende para remeter ao trabalho duro na execução de suas funções cotidianas no chão da fábrica, em especial, no tempo da moagem.

Consolidação das Leis do Trabalho

Criada em 1943, durante o período do Estado Novo, é a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e o Direito processual do trabalho. Tem como objetivo principal a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho.

Coopergatos

No Brasil existem as chamadas coopergatos que são falsas cooperativas forjadas por empresários que utilizam da denominação de cooperativa para escaparem das responsabilidades tributárias e dos encargos trabalhistas. As principais características de uma coopergato é a ausência de práticas democráticas na direção e gestão e a existência de vínculos trabalhistas similares à relação patrão e empregado.

Credores

É o conjunto de trabalhadores demitidos pelos usineiros sem terem seus direitos trabalhistas e rescisórios pagos e que aguardam a finalização do processo de falência para receberem. Somam-se, também, os credores institucionais, como o Banco do Brasil.

Eletroímã

Trata de um dispositivo que por via da corrente elétrica gera um campo magnético (semelhantes ao encontrado nos ímãs naturais). Este tipo de dispositivo na usina de cana é usado para separar todo e qualquer metal que tenha se deslocado de uma máquina e caído na cana a ser moída.

Enfesto

É a sobreposição das folhas de tecido para corte em massa seguindo a orientação do risco. Pode ser feito manualmente ou por máquinas operadas por um trabalhador. Na fábrica Afonso o enfesto é feito manualmente, o que exige um cuidado especial. As operárias devem observar a padronização de limite de largura, alinhamento de bordas, enrugamento e tonalidades dos tecidos.

Engenho

Na atualidade, a denominação destina-se às comunidades de trabalhadores rurais, conformadas, geralmente, por uma grande dimensão de terras dedicadas ao plantio da cana-de-açúcar. Nas demais regiões do Brasil, principalmente, no Sudeste e Sul, o termo utilizado é Fazenda. Historicamente, o termo relaciona-se ao período colonial, uma vez que o nomenclatura Engenho de açúcar era dado a unidade industrial especializada na transformação da cana em açúcar. Era a base da economia colonial.

Entressafra

Trata-se do período que compreende normalmente de março a setembro de cada ano, no qual o processo de moagem da cana-de-açúcar é interrompido, por conta do ciclo natural do cultivo da cana. Neste período dedica-se ao desmonte, reparação e remontagem das máquinas.

Euromilhões

É uma loteria jogada em alguns países da Europa. Em Portugal é a Santa Casa da Misericórdia a entidade detentora desta loteria. O valor mínimo para se jogar é de 2

euros (R\$ 4,95) que corresponde a 5 números, que podem ser escolhidos de 1 a 50, na tabela do jogo principal, além de 2 números, de 1 a 11, numa outra tabela. Nesta os números estão localizados numas estrelas.

Massa falida

É o atual estatuto jurídico da Usina Catende, formado no momento de sua decretação de falência. Corresponde ao acervo de bens, direitos e obrigações da empresa em processo de falência e é administrada e representada em juízo pelo síndico. No caso da Catende, por um lado, este estatuto possibilitou a recuperação do patrimônio que estava sendo, de forma fraudulenta, desapropriado pelos ex-usineiros. Por outro lado, colocou limites e impedimentos no estabelecimento de relação com instituições privadas e públicas.

Mel de engenho

Este é extraído na fase de fabricação do açúcar imediatamente anterior à sua cristalização. É comercializado em forma líquida.

Militante

No Brasil, as pessoas que são filiadas e participam de movimentos sociais e/ou políticos são chamados de militantes. Já na Europa são conhecidos por ativistas.

Pessoal de reserva

Designação utilizada na fábrica Afonso ao se referir às operárias polivalentes, ou seja, aquelas que trabalham em qualquer das sessões da produção. No caso da Afonso, estas operárias não recebem nenhuma formação específica, elas são destinadas a esta função polivalente por possuírem experiência prática.

Proposta de Emenda Constitucional (PEC)

Prevista no artigo 60 da Constituição Federal Brasileira, a PEC tem o objetivo de modificar o texto constitucional sem a necessidade de fazer uma nova Constituição.

É matéria sujeita a tramitação especial na Câmara dos Deputados Federais e deve ser apresentada pelo Presidente da República, pelo Senado Federal, por um terço, no mínimo, do total de parlamentares ou por mais da metade das assembleias legislativas das unidades da Federação.

Rapadura

é um doce típico do Nordeste brasileiro e de outras regiões da América Latina. É encontrado em forma de pequenos tijolos, com sabor e composição similar ao açúcar mascavo. É feito a partir do caldo de cana após a moagem, fervura, moldagem e secagem.

Sacarose

É a substância principal da cana que produz o açúcar. É um tipo de glícido formado por glicose e frutose produzidos na própria planta da cana. Assim que a cana é cortada deve ser imediatamente levada ao processo de produção do açúcar, uma vez que a sacarose perde qualidade com o passar do tempo.

Senhor de engenho

Era como ficou conhecido o fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar. Na sua vasta propriedade de terra adotava-se o sistema de *plantation*, ou seja, a produção de um único produto, utilização de mão de obra escrava e destinação de toda a produção ao comércio exterior.

Senzala

Era um grande galpão destinado ao alojamento dos escravos, propriedades dos senhores de engenhos. Eram construídas dentro dos engenhos e existiram durante toda a fase de escravidão no Brasil (entre os séculos XVI e XIX).

Síndico da massa falida

Administrador nomeado pelo Juiz responsável pelo processo de falência da Usina

Catende. Tem como encargo a gestão e preservação do patrimônio e funções da usina enquanto decorre judicialmente o processo de falência.

Síndico-trabalhador

Administrador escolhido pelos próprios trabalhadores, com o acordo dos credores da massa falida, para a incumbência da gestão e preservação do patrimônio desta. A primeira indicação do síndico-trabalhador ocorreu em 1997, cuja sindicatura durou até 2004, quando ocorreu a segunda indicação também feita pelos próprios trabalhadores. Esta durou até 2009.

Unidades Territoriais Estatísticas (NUT's)

Estatisticamente, no final da década de 1980, o território nacional português passa a ser dividido por Unidades Territoriais Estatísticas, representadas pela abreviatura NUT's. Todo o território nacional está dividido em NUT's I, NUT's II e NUT's III. Para além dos estudos estatísticos, tal divisão serviu de suporte ao desenvolvimento de políticas regionais e intermunicipais e a uma ampliação mais eficaz dos fundos comunitários.

Usineiros

Designação, em geral, utilizada para todos os proprietários de usinas no Brasil. No caso da Usina Catende, refere-se aos ex-proprietários.

Vindimas

Consistem na colheita dos cachos de uvas destinados à produção de vinho. Elas têm lugar, habitualmente, em Setembro.

Referências Bibliográficas

Abramo, Laís (2011), “A I conferência nacional de emprego e trabalho decente: um amplo processo de diálogo social”, in Souza, Hamilton Octávio e Merlino, Tatiana [Orgs.], *Desenvolvimento do trabalho: 50 profissões de futuro*, São Paulo: Caros Amigos Editora, pp. 39-40.

Agência de Desenvolvimento Solidário (2002), *A comercialização na economia solidária*, São Paulo: Sebrae/ADS/CUT.

Agência de Desenvolvimento Solidário (2004), *Planejando Empreendimentos Solidários*, São Paulo: CUT.

Agência de Desenvolvimento Solidário (2005), *Prospecção, diagnóstico e sensibilização de empreendimentos econômicos solidários*, São Paulo: CUT/MTE.

Abendroth, Wolfgang (1977), *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Albornoz, Suzana (2000), *O que é trabalho*, São Paulo: Brasiliense, 4ª edição.

Aldeia, João; Estanque, Elísio (2011), “Os sujeitos que nunca foram históricos – uma crítica do marxismo eurocêntrico”, *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*, vl. 8, nº 1, jan/jul, p. 34-59.

Alves, Luiz Roberto (2008), *Trabalho, cultura e bem-comum: leitura crítica internacional*, São Paulo: Annablume; Fapesp.

Andrade, Manuel Correa de (2001), “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco, Estudo Av., vol.15, n.43, pp. 267-280. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S01, acessado em 16 de Dezembro de 2010.

Animar (2009), “A Manifesta – Feira e Assembleia do Desenvolvimento Local. O caso de Peniche 2009 (VII Manifesta) Inovação Social na Resposta à Crise?”, *Revista Vez e Voz*, nº 4, 2, junho, Lisboa: Animar.

Anjos, Eliene Gomes dos (2008), “Cooperativas de trabalho: constituição do trabalho associado ou precarização do trabalho assalariado?”, *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Disponível em

http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_iii.html, acessado em 06 de outubro de 2011.

Anteag e Projeto Harmonia (2005), “Projeto de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende”, *Projeto Harmonia*. Catende: Anteag (policopiado)

Antunes, Ricardo; Nogueira, Arnaldo (1982), *O que são Comissões de Fábrica*, São Paulo: Brasiliense.

Antunes, Ricardo (2000), *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2005a), *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2005b), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.

Antunes, Ricardo [Org.] (2007), *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2009), “O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural”, *Revista Theomai*, nº 19, 1º semestre, pp. 47-57. Disponível em <http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>, acedido em 22 de novembro de 2011.

Antunes, Ricardo; Braga, Ruy (2009), *Infroproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, Ricardo (2011a), “As desconstruções do trabalho, sua nova morfologia e a era das rebeliões”, in Souza, Hamilton Octávio e Merlino, Tatiana [Orgs.], *Desenvolvimento do trabalho: 50 profissões de futuro*, São Paulo: Caros Amigos Editora, pp. 29-31.

Antunes, Ricardo (2011b), *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo.

Azevedo, J. Lúcio de (1973), *Épocas de Portugal Económico – Esboços de história*, Lisboa: Livraria Clássica Editora.

Barea, José; Monzón, José Luis (2002), “La Economía Social en España en el año 2000”, *Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Fomento de*

la Economía Social y del FSE, CIRIEC, España.

Batalha, Claudio H. M. *et al* (2004), “Apresentação”, in Batalha, Claudio H. M. *et al*, [Orgs.], *Culturas de Classe: identidades e diversidade na formação do operariado*, Campinas:Editora da Unicamp, pp. 11-22.

Baum, Michael (1998), “Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois”, *Revista Análise Social*, vol. 23 (4º), nº 148, pp. 709-740. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/?no=101000100037>, acessado em 11 de Janeiro de 2010.

Bernardo, João (2004), *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*, São Paulo: Cortez.

Biavaschi, Magda Barros (2005), “O direito do trabalho no Brasil – 1930/1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas”, *Tese* (Doutoramento em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia.

Bioni Lima, Antônio Almerico (2011), “Educação profissional para quê? Construindo a formação dos trabalhadores para além do falso consenso”, in Souza, Hamilton Octávio e Merlino, Tatiana [Orgs.], *Desenvolvimento do trabalho: 50 profissões de futuro*, São Paulo: Caros Amigos Editora, pp. 32-35.

Bochenek, Giorgia E. Bin (2010), “Trabalho e Escravidão na região Norte do Brasil: Velha e novas formas de exploração no mundo laboral”, *Dissertação* (Mestrado em Relações de Trabalho), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Bourdieu, Pierre (1997), “Compreender”, in Bourdieu, P., *A miséria do mundo*, Petrópolis, Vozes.

Bourdieu, Pierre (1999), *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª edição.

Bourdieu, Pierre (2001), *Para uma Sociologia da Ciência*, Lisboa:Edições 70.

Bourdieu, Pierre (2003a), *A Dominação Masculina*, Rio de Janeiro:Editora Bertrand Brasil.

Bourdieu, Pierre (2003b), *Razões Práticas*, São Paulo: Editora Papirus.

Bourdieu, Pierre (2004), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo: Perspectiva.

- Bourdieu, Pierre (2007), *Razones prácticas*, Barcelona: Editorial Anagrama.
- Braga, Ruy (2012), “Condições de trabalho estão muito precárias”, *Revista Caros Amigos*, ano XVI, nº 182, pp. 20-22.
- Braverman, H. (1981), *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro: Zahar. 3ª edição.
- Bruno, Lúcia Barreto (1990), *O que é Autonomia Operária*, São Paulo: Brasiliense, 3ª edição.
- Burawoy, Michael (1979), *Manufacturing Consent*, Chicago: University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael (1985), *The politics of production*, Londres, Verso.
- Burawoy, Michael (1990), “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1, n. 13, V, pp. 29-50.
- Burawoy, Michael (1991), “The Extended Case Method”, in *Ethnography Unbound*, Berkelçey, University of Calofornia Press.
- Burawoy, Michael *et al.* (2000), *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Kerveley: Berkeley University.
- Burawoy, Michael (2003), “Revisits: An Outline of a Theory of Reflexive Ethnography”, *American Sociological Review*, nº 68, pp. 645-679.
- Burawoy, Michael (2005), “For Public Sociology”, in *American Sociological Review*, nº 70, pp.4-28.
- Cabral, Manuel Villaverde (1976), “Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo”, in *Análise Social*, vol. 12 (45), pp. 106-126. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/.../1223913439J8oEO0ws9Bm37Ql9.pdf>, acedido em 10 de Outubro de 2011.
- Cabral, Manuel Villaverde (1981), *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, 3ª ed. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Mobilidade Social e Atitudes de Classe em Portugal”, in *Análise Social*, vol. 13, (146-147), ICS, Lisboa, pp. 381-414.
- Cabral, Manuel Villaverde (1999), “Classes Sociais em Portugal, 1930-1970”, in A. Barreto e Mª. F. Mónica [Orgs.], *Dicionário de História de Portugal – Suplemento*,

Porto: Livraria Figueirinhas.

Canabrava, Alice (1995), “A grande lavoura”, in Holanda, Sérgio Buarque de (1995), *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico – Declínio e queda do Império*, Tomo II, vol. 6, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Castro, Armando (1978), *A Revolução industrial em Portugal no século XIX*, 4ª ed. Porto: Limiar.

Chanial, P., Laville, J.L., (2001), *Économie sociale et solidaire: le modèle français: projet de coopération en économie sociale et solidaire*. Disponível em <http://www.unites.ugam.ca/econos/>, acessado em 16 de Janeiro de 2010.

Chaves, Rafael (1998), “La Economía Social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica”, *CIRIEC-España*, nº 33, pp. 115-140.

Chomsky, Noan (1997), “Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia”, *Estudos Avançados*, vol. II, nº 29, São Paulo, Jan/Abr.

Castells, Manuel (1977), *Sociología del espacio industrial*, Madrid: Ayuso.

Castells, Manuel (2003), *A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura – O poder da identidade*, vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis: Vozes.

Castelo, Rodrigo [Org.] (2010), *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas.

Castoriadis, Cornelius (1983), *Socialismo ou barbárie: o conteúdo do socialismo*, São Paulo: Brasiliense.

Cardoso, Fernando Henrique; Faletto, Enzo (1981), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Carneiro, Vanderson Gonçalves (2007), “O movimento social da economia solidária”, *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, UFSC, Florianópolis.

Carpi, Juan T. (1997), “La Economía Social en un mundo em transformación”, *CIRIEC-España*, nº 20, Abril, pp. 83-115.

Carvalho, Horacio Martins de (2010), “Na sombra da imaginação – O camponês e a superação de um “destino medíocre”, *Direitos Humanos no Brasil 2010 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Carvalho, José Murilo de (1995), *Desenvolvimento da la ciudadanía em Brasil*. México: Fondo de Cultura Económica.

Cattani, A. D., et al [Orgs.] (2009), *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Almedina/CES.

CIRIEC (2000). *As Empresas e Organizações do Terceiro Sector – um desafio estratégico para o emprego*. Lisboa: Instituto António Sérgio Cooperativo.

CIRIEC (2007). *A Economia Social na União Europeia – Síntese do relatório elaborado a pedido do Comité Económico e Social Europeu*. Comité Económico e Social Europeu.

Cole, Gorge Douglas H. (1918), *Labour in the Commonwealth*, Londres: Headley Brothers.

Comin, Alvaro Augusto; Guimarães, Nadya Araújo (2002), “Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade social, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego”, in *Revista Série Políticas Sociais*, vol. 2, nº 60, pp. 11-32.

CONAB (2008), *Perfil do Setor do Açúcar e do Alcool no Brasil*. Brasília: CONAB.

Costa, António Firmino da (1986), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”, in J. M. Pinto/A. S. Silva (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, pp. 129-148.

Coriat, B. (1976), *Ciência, técnica y capital*, Madrid: H. Blume.

Cornforth, Chris (2007), “Alguns fatores que afetam o sucesso ou o fracasso de cooperativas de trabalho: uma revisão das pesquisas empíricas no Reino Unido”, in Lima, Jacob Carlos (2007), *Ligações Perigosas: Trabalho Flexível e Trabalho Associado*, São Paulo: Annablume, pp. 19-54.

Dagnino, Renato (1999), “O cenário da democratização e a inovação: uma proposta de política para o século XXI”, in Weigert, S. [Org.] *Ciência e Tecnologia para o Século XXI – desenvolvimento científico e tecnológico para o Mercosul*. Porto

Alegre: Governo do Rio Grande do Sul, pp. 57-90.

Dagnino, Renato (2007), *Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Editora Unicamp.

Dagnino, R; Novaes, H.T. (2007), “As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros”. *Revista Organizações & Democracia*, vol. 7. Marília: UNESP.

Dé Carli, Glieno (1942), *O processo histórico da usina em Pernambuco*, Rio de Janeiro: Pongetti.

Decca, Edgar de (2004), *O nascimento das fábricas*, São Paulo: Brasiliense.

Defourny, Jacques, Fravreau, Louis, Laville, Jean-Louis. (1997), “Inserción y nueva economía social”, *CIRIEC-España*, Valência: IUDESCOOP.

Defourny, Jacques [dir.] (2001). *L'économie sociale: enjeux conceptuels, insertion par le travail et services de proximité*. Bruxelles:De Boeck & Larcier s.a.

Dias, Marli Barros (2010), “Crítica da Crítica da Consciência de Classe em Rosa Luxemburgo”, *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, ano 2, n. 2. Disponível em <http://www.armadacritica.ufc.br/> , acessado em 20 de Janeiro de 2011.

Díaz Bordaneve, Juan E. (2007), *O que é participação*, São Paulo: Brasiliense, 8ª edição.

Dickson, D. (1980), *Tecnología alternativa y políticas del cambio tecnológico*, Madrid: Blumes Ediciones.

DIEESE (2007), “Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores”, *Estudos e Pesquisas*, nº 30 [3], São Paulo: DIEESE.

DIEESE (2011), *Anuário das Mulheres Brasileiras*, São Paulo: DIEESE. Disponível em

http://www.sepm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/07/spm-e-diesse-lancam-anuario-das-mulheres-brasileiras, acessado em 11 de setembro de 2011.

Dubet, François, (2003), *Desigualdades Multiplicadas*, Ijuí: Editora Unijuí.

Dussel, Enrique (2005), “Europa, modernidade e eurocentrismo”, in Lander, Edgardo [org.], *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 24-32.

Elisenberg, Peter L. (1977), *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*, Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, pp.260-261.

Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto: Afrontamento.

Estanque, Elísio (1999), “Classe e Comunidade num Contexto em Mudança – Práticas e Subjectividades de uma Classe em Recomposição: o caso do operariado do calçado em S. João da Madeira”. *Tese de Doutoramento*. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Estanque, Elísio (2003), “Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social”, in Caria, Telmo H. (Org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto: Afrontamentos, pp. 61-76.

Estanque, Elísio (2005), “Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva”, in *Oficinas do CES*, nº 221, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2659>, acessado em 05 de Maio de 2009.

Estanque, Elísio (2005), “A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios emancipatórios: do despotismo local à mobilização global”, in Santos, Boaventura de Sousa [Org.], *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 357-398.

Estanque, Elísio (2011). “Informalidades, precariedades e ação colectiva: luta sindical ou novos movimentos sociolaborais?”, in Oliveira, Roberto Verás de; Gomes, Darcilene; Targino, Ivan [Orgs.], *Marchas e Contramarcas da Informalidade no Trabalho: das origens às novas abordagens*. Recife: Editora Massangana. (no prelo).

Estanque, Elísio (2012), “O Estado social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu”, in Silva, Filipe Carreira da [Org.], *Os Portugueses e o Estado Providência*. Lisboa: ICS.

Estanque, Elísio; Costa, Hermes A. (2012), “Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais”, in Casaca, Sara Falcão [Org.], *Mudanças Laborais e Relações de*

Género: novos vetores de (des)igualdade. Lisboa/Coimbra: Almedina. (no prelo).

Eurostat (2010), *Relatório Labour Force Survey*, nº 117/2010.

Fajn, Gabriel (2009), “Empresas Recuperadas”, in Cattani, A.D.; Laville *et al*, *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra:CES/Almedina.

Faria, José Henrique (1987), *Comissões de Fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas*, Curitiba: Criar Edições.

Faria, José Henrique (2004), *Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração*, Curitiba: Juruá, vol. II.

Faria, Maurício Sardá (2005), *Autogestão, cooperativa, economia solidária: Avatares do trabalho e do capital*, Tese (Doutoramento em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina.

Fayol, Henri (1981), *Administração industrial e geral*, São Paulo: Atlas.

FBES (2011a), *Fortalecimento das políticas públicas de economia solidária no governo Dilma Rousseff*, Brasília. Disponível em http://www.fbes.org.br/?option=com_docman&task=doc_download&gid=1452, acessado em 26 de Setembro de 2011.

FBES (2011b), *Governo revê posição e retira atribuições da Economia Solidária do PL 865*, Disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_conten&task=view&id=6374&Itemid=62, acessado em 30 de Setembro de 2011.

Fernandes, António Teixeira (2001), “O Socialismo Proudhoniano na Escola Portuense”, *Anais do Congresso Internacional Pensadores Portuenses Contemporâneos*, Centro Regional do Norte da Universidade Católica Portuguesa, pp. 123-161. Disponível em <http://www.ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1485.pdf>, acessado em 12 de setembro de 2012.

Fernandes, Florestan (1949), *Organização social dos Tupinambás*, São Paulo: Instituto Progresso Editorial.

Fernandes, Florestan (1979), *Mudanças sociais no Brasil*, São Paulo: Difel.

Fernandes, Luís (2003), “Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica”, in Caria, Telmo H. [Org.], *Experiência Etnográfica em*

Ciências Sociais, Porto: Afrontamento, pp. 23-40.

Fernandes, Lúcia de Oliveira (2011), *Complexidade, incertezas e vulnerabilidades: estudo de áreas contaminadas habitadas em Portugal e no Brasil*. Tese de Doutorado. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais.

FESETE (2003), “As mutações nas Indústrias Têxtil, do Vestuário e do Calçado em Portugal – 1990/Abril de 2003”, in *FESETE*, Porto:FESETE.

FESETE (2009), *Programa de Acção 2009-2013*, Porto: FESETE.

França Filho, Genauto Carvalho de; Laville, Jean-Louis (2004), *Economia Solidária uma abordagem internacional*, Porto Alegre: UFRGS.

França Filho, Genauto Carvalho; Laville, Jean-Louis (2004), *Economia Solidária: uma abordagem internacional*, Porto Alegre: UFEGS.Raposo

França Lima, Cristiano de (2008), *Das Lacunas entre o velho e o novo: sobre o “trabalho”, um olhar diferente*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fraser, Nancy (2007), “Reconhecimento sem Ética?”, *Revista Lua Nova*, n° 70, São Paulo, pp. 101-138.

Freire, Paulo (1983), *Educação e mudança*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6ª edição.

Freire, Paulo (1987), *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª edição.

Freire, Paulo (1996), *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.

Freitas, Manuel A. T. (2009), *As mutações entre 1996 e 2007 e as novas configurações das relações laborais nas indústrias têxteis, vestuário e calçado*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Freyre, Gilberto (2002), *Casa-grande & senzala*, São Paulo: Record.

Frigotto, Gaudêncio (2001), “Prefácio”, in Tiriba, Lia (2001), *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*, Ijuí: UNIJUÍ.

Furtado, Celso (2000), *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

Gadotti, M. (1983), *Concepção dialética da educação*. São Paulo: Autores Associados.

Gaiger, Luiz Inácio (2004a), *Sentidos e viabilidades das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil*. Disponível em [http://www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd\[223\]=x-223-e04560adadd83a4195ca75f5e2be8d0f](http://www.riless.org/biblioteca_desarrollo.shtml?cmd[223]=x-223-e04560adadd83a4195ca75f5e2be8d0f), acessado em 10 de Janeiro de 2011.

Gaiger, Luiz Inácio (2004b), “A economia solidária e o projeto de outra mundialização” in *Revista de Ciências Sociais*, v. 47, n° 4, pp. 799-834.

Gaiger, Luiz Inácio (2007), “A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 79, pp. 57-77.

Galvão, Carlos Fernando; Meffe, Corinto (2010), *Democracia: do conceito à prática; da representação à participação*, São Paulo: Editora Claridade.

Gama, Paula Werner da (2006), “O trabalho rural no Brasil e o trabalho decente”, *Dissertação* (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo.

Gennari, Emílio (1997), *Automação, Terceirização e Programas de Qualidade Total: os fatos e a lógica das mudanças nos processos de trabalho*, São Paulo: CPV.

Gerhardt, Cleyton Henrique (2008), *Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre as instabilidades dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”*, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Germer, C. M. (2006), “A economia solidária: uma crítica marxista”, *Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, n. 14, 2º semestre, pp. 193-214.

Gitman, L. J. (2004), *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Pearson Addison Wesley.

Gorz, André (1974), “Divisão do trabalho, hierarquia e luta de classes”, in *Divisão social do trabalho, ciência, técnica e modo de produção capitalista*, Porto: Publicações Escorpião.

Gorz, André (1982), *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Gorz, André (2003), *Metamorfoses do Trabalho: Crítica da razão econômica*, São Paulo: Annablume.

Goulart, Serge. *Entrevista*. Concedida a Giane Maria de Souza. Joinville: s.ed., maio de 2006.

Green, Brian (2006), “Classing Identity, Identifying Class: Locating Materialist/Deconstructionist Convergence”, in *Critical Sociology*, vl. 32, n° 4. Disponível em <http://crs.sagepub.com/cgi/content/abstract/32/4/603>, acessado em 20 de Outubro de 2008.

Guattari, Felix; Rolnik, Sueli (2005), *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Gugliano, Alfredo (2004), “Democracia, participação e deliberação. Contribuições ao debate sobre possíveis transformações”, in *Revista Civitas*, vl. 4, n° 2, jul.-dez., pp. 257-283.

Guillerm, Alain; Bourdet, Yvon (1976), *Autogestão: uma mudança radical*, Rio de Janeiro: Zahar.

Guimarães, Valeska Nahas (1995), “Novas Tecnologias de Produção de Base Microeletrônica e Democracia Industrial: estudo comparativo de casos na Indústria mecânica de Santa Catarina”, *Tese* (Doutorado em Engenharia), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://www.eps.ufsc.br/teses/valeska/index/>, acessado em 05 de Janeiro de 2011.

Guimarães, V. N., Korosue, A., & Corrêa, F. Z. M. (2006), “Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção”, in Piccinini, Valmíria *et al* [Orgs.], *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*, Porto Alegre: UFRGS.

Harvey, David (2006), *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.

Hespanha, Pedro (2009), “Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 84, pp. 49-63.

- Hirata, Helena (1990), “Transferência de tecnologia de gestão: o caso dos sistemas participativos”, in Soares, R.M., *Automação e Competitividade*, Brasília: IPEA, pp. 135-148.
- Hoffman, Kurt (1985), *Clothing, chips and competitive advantage: the impact of microelectronics on trade and production in the garment industry*, World Development, vol.13, n. 3, pp.371-392.
- Holzmann, Lorena (2001), *Operário sem patrão: gestão cooperativista e dilemas da democracia*. São Carlos: UFSCAR.
- IAPMEI (2008), *Sobre as PME em Portugal – 2008*. Disponível em http://www.iapmei.pt/resources/download/sobre_pme_2008.pdf, acessado em 25 de maio de 2012.
- INE (2011), *Anuário Estatístico da Região Norte – 2010*, Lisboa: INE. Disponível em <http://www.ine.pt>, acessado em 21 de Novembro de 2011.
- Jones, Stedman Gareth (1989), *Lenguajes de clase. Estudios sobre la historia de clase obrera inglesa (1832-1982)*. Madrid: Siglo Vinte e Uno.
- Kasmir, Sharryn (2007), “O modelo Mondragón como discurso pós-fordista”, in Lima, Jacob Carlos (2007), *Ligações Perigosas: Trabalho Flexível e Trabalho Associado*, São Paulo: Annablume, pp. 55-91.
- Kauppi, Mark V.; Viotti, Paul R. (1999), *International Relations: Realism, Pluralism and Beyond*, Boston: Allyn and Bacon.
- Kleiman, Fernando (2008), *Ligações de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco*, Recife: Fetape; Brasília: Contag.
- Kirk, Neville (2004), “Cultura: costume, comercialização e classe”, in Batalha, Claudio H. M. et al [orgs.], *Culturas de Classe: identidades e diversidade na formação do operariado*, Campinas: Editora da Unicamp, pp. 49-70.
- Kovács, Ilona; Castilho, Juan Jose (1998), *Novos Modelos de Produção*, Oeiras: Celta.
- Kovács, Ilona (2004), “Emprego flexível em Portugal”, *Revista Sociologia* [online], ano 6, nº 12, Jul/dez, pp. 32-67. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1517-45222004000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt,

acedido em 30 de maio de 2012.

Kuenzer, Acácia Z. (2002), *Pedagogia da Fábrica. As relações de produção e a educação do trabalhador*, São Paulo: Cortez Editora.

Kuhn, Thomas S. (1970), *The Struture of Scientific Revolutions*, Chicago and Londo: University of Chicago Press.

Laclau, Ernest, Mouffe, Chantal (1985), *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*, London: Verso.

Langer, André (2004), *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*. Disponível em http://vinculando.org/brasil/conceito_trabalho/index.html18, acedido em 18 de Fevereiro de 2007.

Lapassade, G. (1991), *L' Éthnosociologie*, Paris: Méridiens Klincksieck.

Lapassade, G. (2001), “L' Observation Participante”, in *Revista Europeia de Etnografia da Educação*, nº 1, pp. 9-26.

Latour, Bruno (2005), *Reassembling the Social: an introduction to actor-Network Theory*. New York: Osford.

Laville, Jean-Louis (Org.) (2004), *Economia social y solidaria. Una visión europea*, Buenos Aires: Altamira.

Laville, Jean-Louis (2009), “Economia Plural”, in Cattani *at el, Dicionário Internacional da Outra Economia*,Coimbra: Almedinha/CES, pp.145-149.

Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio (2009), “Economia Solidária”, in Cattani *at el, Dicionário Internacional da Outra Economia*,Coimbra: Almedinha/CES, pp.162-168.

Lazzarato, Maurizio (2006), “Capitalismo cognitivo e trabalho imaterial”, entrevista à *Revista Carta Maior*. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaImprimir.cfm?materia_id=13020, acedido em 10 de Outubro de 2011.

Lazzarato, Maurizio (2007), *As Revoluções do Capitalismo*, São Paulo: Record.

Leão, Carolina *et al* (2012), “Como viver a participação política? Os desafios de novas democracias e economias na redefinição da esfera pública”, no prelo.

Leite Lopes, José Sérgio (1976), *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lessard-Hebert, M; Goyette, G.; Boutin, G. (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

Lima, Jacob Carlos (2004), “Trabalho, autogestão e mercado: como ficam os trabalhadores”, *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/JacobLima.pdf>, acessado em 21 de Maio de 2010.

Lima, Jacob Carlos (2002), *As Artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem.

Lima, Jacob Carlos (2007), *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*, São Paulo: Annablume.

Lima, Jacob Carlos (2008), “Paradoxos do trabalho associado”, in *Revista de Sociologia da USP, Tempo Social*, vl. 21, nº 1, pp. 113-132.

Lima, Marinús Pires de; Lino, Marta Sofia (2009), “O desemprego em Portugal: Alguns exemplos para reflexão”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Disponível em http://www.aps.pt/Index.php?area=001&marea=003&id_pub=PUB460D42061fd7a&id_tema=TEM43a0493f0b518, acessado em 10 de Setembro de 2010.

Lippmann, Walter (1922), *Public Opinim*, Nova Iorque, Free Press.

Magalhães, Eloi dos Santos; Cover, Maciel (2011), “Uma análise da exploração dos trabalhadores migrantes no agronegócio canavieiro”, *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Disponível em http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=192&Itemid=171, acessado em 23 de Novembro de 2011.

Mance, Euclides André (1999), *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*, Petrópolis: Vozes.

Mance, Euclides André (2004), *A colaboração solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe*. Disponível em

- <http://www.milenio.com.br/mance/colaboracao.htm>, acessado em 05 de maio de 2009.
- Manzagol, Claude (1985), *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: DIFEL.
- Marcuse, Herbet (1987), *El hombre unidimensional*, Barcelona: Ariel.
- Marglin, Stephen (2001), “Origem e funções do parcelamento das tarefas – Para que servem os Padrões”, in Gorz, André, *Crítica da divisão do trabalho*, São Paulo: Martins Fontes.
- Marini, Ruy Mauro (2000), *Dialética da Dependência*, Petrópolis: Vozes.
- Marques, Helder (1994), “Agricultura a tempo parcial e agricultores pluriactivos no Noroeste de Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Série Geografia I*, vol. 11/12, pp. 39-104.
- Marx, Karl ([1859] 2004), *Crítica da economia política*, vl. 1, vol. 1 São Paulo: Civilização Brasileira.
- Marx, Karl (1978), “Introdução à crítica da economia política”, in *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, Karl (1985), *Capítulo IV inédito de o Capital*, São Paulo: Editora Moraes.
- Marx, Roberto (1997), “Trabalho em grupo, polivalência e controle”, In De JK a FHC, a reinvenção dos carros. Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius. São Paulo, Scritta, 1997.
- Matais, Andreza (2001), “Severino: Maciel e Jorge são contra os produtores”, Folha de Pernambuco, Recife, 21 de novembro de 2011. Caderno de política, p. 7.
- Mattoso, José (1985), *Identificação de um País – Ensaio sobre as Origens de Portugal*, Lisboa: Estampa.
- Mattoso, José (1993), *História de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mattoso, Jorge (1995), *A Desordem do Trabalho*, São Paulo: Scritta.
- Méda, Dominique (1999), *O trabalho, um valor em via de extinção*, Lisboa: Fim de Século.
- Medeiros, Fernando (1994), “A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização”, *Revista Análise Social*, vl. 29 (125-126), pp. 81-119.
- Meira, Fabio Bittencourt (2011), “Entre Modelos e Figuras: o Problema da

Transição nas Empresas “Recuperadas””, in *Anais do V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*. Disponível em <http://www.anaisenapegs2011.cariri.ufc.br/dmdocuments/p50.pdf>, acessado em 04 de Setembro de 2011.

Melucci, A. (1988), “Getting involved: identity and mobilization in social movements”. *International Social Movements Research*, vol. 1

Melucci, A. (1989), “Social movements and the democratization of everyday life”, in Keane, John [ed.], *Civil society and the state*. London: Verso, pp. 245-260.

Melo, Carla (2008), “Atividade económica e nível de vida das famílias na Região Norte”, in Carlos Manuel, Gonçalves [Org.], *A Região Norte de Portugal: Mudanças e Continuidades na Contemporaneidade*, Publicações do Observatório das Desigualdades, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&id=57>, acessado em 11 de Novembro de 2010.

Melo Neto, José Francisco de (2002), *Usina Catende – entre a doçura e a harmonia*, Relatório de Pesquisa de Extensão Universitária. Catende.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003a), “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”, in *Oficinas do CES*, nº 194, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2720>, acessado em 23 de Maio de 2009.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003b), “Uma localidade da Beira em protesto: memória, populismo e democracia”, in Santos, Boaventura de Sousa[Org.], *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 203-247.

Mendonça, Maria Luisa (2010), “Monopólio da terra e produção de agrocombustíveis”, *Direitos Humanos no Brasil 2010 – Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Menezes, Maria Thereza Candido Gomes de (2006), *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*, Tese (Doutoramento em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Mészáros, István (1981), *Marx: a teoria da alienação*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Mészáros, István (2002), *Para Além do Capital*, São Paulo: Boitempo/Unicamp.
- Mignolo, Walter D. (2005), “A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade”, in Lander, Edgardo [org.], *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 33-49.
- Mónica, Maria Filomena (1986), *Artesãos e operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Monzón, José Luis (2006), “Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector”, *CIRIEC-España*, n° 56, noviembre, pp.9-24.
- Morais, Clodomir Santos de (2002), “História das Ligas Camponesas no Brasil”, in Stedili, João Pedro [org.], *História e Natureza das ligas camponesas*, São Paulo: Expressão Popular.
- Moreno, Antonia Sarjado (1996), *Análisis económica del sector no lucrativo*. Valénci: Tirant lo Blanc.
- Moreno, Antonia Sarjado; Chaves, Rafael (2006), “Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo. Especial referencia al caso español”, *CIRIEC-España*, n° 56, noviembre, pp. 87-116.
- Motta, Fernando C. Prestes, (1981), *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*, São Paulo: Brasiliense.
- Motta, Fernando C. Prestes, (1986), *Teoria das organizações: evolução e crítica*, São Paulo: Pioneira.
- Mouffe, Chantal (1992), *Dimensions of Radical Democracy – Pluralism, Citizenship, Community*. London: Verso.
- Mouffe, Chantal (1996), *O Regresso do Político*, Lisboa: Gradiva.
- Mouffe, Chantal (1999), “Por uma política da identidade nômade”, in *Debate Feminista*, n° 14 (7), São Paulo: Companhia Melhoramento, pp. 266-275.
- Namorado, Rui (2004), “A Economia Social – Uma constelação de esperança”, in

Oficina do CES, nº 213, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2474>, acessado 03 de Março de 2010.

Namorado, Rui (2006), “Os quadros jurídicos da economia social – uma introdução ao caso português”, in *Oficina do CES*, nº 251, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2495>, acessado em 20 de Fevereiro de 2011.

Namorado, Rui (2007), “Cooperativismo – história e horizontes”, in *Oficina do CES*, nº 278, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2519>, acessado em 20 de Fevereiro de 2011.

Namorado, Rui (2009), “Para uma economia solidária – a partir do caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 84, pp. 65-80.

Nascimento, Cláudio (1986), *As lutas operárias autônomas e autogestionárias*, Rio de Janeiro: CEDAC.

Nascimento, Cláudio (2000), “Autogestão e Economia Solidária”, in *Cadernos Outros Valores*, nº 2, Florianópolis: Editora Cidade Futura.

Novaes, Henrique Tahan (2004), *Os Simões Bacamarte da Economia Solidária*. Campinas. Disponível em <http://www.itcp.unicamp.br>, acessado em 10 de abril de 2011.

Novaes, Henrique Tahan (2007), *O Fetiche da Tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*, São Paulo: Expressão Popular.

Novaes, Henrique T.; Filho Lima, Paulo A. De (2006), “O que fazer quando as fábricas não fecham? Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela”, *Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Disponível em http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/simposio_ii.html, acessado em 11 de junho de 2010.

Oliveira, Francisco de (2001), *Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* Disponível em <http://www.polis.org.br/tematicas5.asp>, acessado em 22 de Outubro de 2007.

Oliveira, Francisco de (2003), *O elo perdido: classe e identidade de classe na Bahia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

OIT (2011), *Igualdade no trabalho: Um desafio contínuo*. Relatório Global no quadro do seguimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Disponível em <http://www.oitbrasil.org.br>, acessado em 07 de Junho de 2012.

OIT (2012a), *World of Work Report 2012 – Better jobs for a better economy*. International Labour Office/International Institute for Labour Studies, Geneva:ILO. Disponível em [http://www.ilo.org/global/publications/books/world-of-work/WCMS_179553/lang—es/index.htm](http://www.ilo.org/global/publications/books/world-of-work/WCMS_179553/lang-es/index.htm), acessado em 05 de junho de 2012.

OIT (2012b), *Global Employment Trends for Youth 2012*, International Labour Office, Geneva: ILO. Disponível em http://www.ilo.org/global/publications/books/global-employment/youth/2012/WCMS_181091/lang-es/index.htm, acessado em 05 de junho de 2012.

Olson, Mancur (1999), *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: Edusp.

Parente, Cristina (2008), “Estrutura empresarial: perfis de especialização sectorial e da mão-de-obra”, in Carlos Manuel, Gonçalves [Org.], *A Região Norte de Portugal: Mudanças e Continuidades na Contemporaneidade*, Publicações do Observatório das Desigualdades, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&id=57>, acessado em 11 de Novembro de 2010.

Pateman, Carole (1992), *Participação e teoria democrática*, São Paulo: Paz e Terra.

Paula, Eduardo Coutinho de (2004). “Economia solidária: a cooperação nas relações de trabalho, na geração de renda e na construção da cidadania, in *Economia Solidária*, Revista Thot nº 81, pp.22-29, São Paulo: Associação Palas Athen do Brasil.

Paula, Luiz Fernando de; Filho, Fernando Ferrari (2011), “Desdobramentos da crise financeira internacional”, in *Revista de Economia Política*, vl. 31, nº 2 (122), pp. 315-335. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/09.pdf>, acessado em 02

de fevereiro de 2012.

Pedreira Filho, V. (1997), *Comissões de fábrica: um claro enigma*, São Paulo: Entrelinhas/Cooperativa Cultural da UFRN.

Pereira, António Eduardo (1985), “Emprego e deslocações casa-trabalho na região Norte”, *Estudos do INE*. Disponível em <http://www.ine.pt>, acessido em 21 de Outubro de 2011.

Perista, Helóisa; Nogueira, Susana (2004), “Empresas sociais em Portugal: Uma breve análise com base em estudos de caso”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, Disponível em http://www.aps.pt/Index.php?area=001&marea=003&id_pub=PUB460D42061fd7a&id_tema=TEM43a0493f0b509, acessido em 24 de Setembro de 2011.

Pimentel, Duarte *et al* (1977), “Fábrica Simões: autogestão ou delegação de poderes? Estudo de caso numa empresa intervencionada”, *Revista Análise Social*, vol. 13 (50), 2º semestre, pp. 355 – 418. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223915617S4kEZ5wh3Vs91IB3.pdf>, acessido em 11 de Janeiro de 2010.

Pinassi, Maria Orlanda (2012), Exploração do neoliberalismo cria novas formas de luta”, in *Revista Caros Amigos*, nº 178, 15, pp.18-22.

Pinheiro, Luísa (2008) “Principais transformações nas condições e na qualidade de vida na Região Norte”, in Carlos Manuel, Gonçalves [Org.], *A Região Norte de Portugal: Mudanças e Continuidades na Contemporaneidade*, Publicações do Observatório das Desigualdades, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=publications&id=57>, acessido em 11 de Novembro de 2010.

Pinto, João Roberto Lopes (2006), *Economia solidária: de volta à arte da associação*, Porto Alegre: UFRGS.

Pires, Rui Pena (1990), “Semiperiferia versus polarização? Os equívocos do modelo trimodial”, in *Revista Sociologia -Problemas e Práticas*, nº 8, pp. 81 – 90. Disponível em <http://www.sociologiapp.iscte.pt/pdfs/32/353.pdf>, acessido em 14 de Setembro de 2011.

- Pochmann, Márcio (1999), *O fenômeno do desemprego no Brasil: diagnóstico e perspectiva*, Brasília: CRUB.
- Prado Júnior, Caio (1989), *História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento brasileiro*, São Paulo: Brasiliense.
- Prado Júnior, Caio (1998), *História econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense.
- Projeto Harmonia (2005), *Plano de Gestão de Sustentabilidade Autogestionária para a Usina Catende – Projeto Harmonia*, Catende.
- Quijano, Aníbal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in Lander, Edgardo [org.], *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 107-130.
- Quijano, Aníbal (2009), “Colonialidade do Poder e Classificação Social”, in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula [Org.], *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, p. 73-117.
- Quintão, Carlota (2004), “Empresas de Inserção e renovação do terceiro sector – notas em torno das problemáticas e desafios no contexto da União Europeia”, comunicação apresentada no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Disponível em <http://www.lettras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working6.pdf>, acessado em 27 de Setembro de 2011.
- Quintas, Maria da Conceição (1998), *Sétubal: Economia, Sociedade e Cultura Operária*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ragin, Charles C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*, Berkeley: University of California Press.
- Raposo, Paulo (2003), “A construção antropológica de um terreno: performances culturais”, in Caria, Telmo H. [Org.], *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, pp. 41-60, Porto: Afrontamento.
- Reis, Jaime (1984), “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, in *Análise Social*, vol. 20 (80), pp. 7-28. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/.../1223472983X6iYR2re6Rj50YV5.pdf>, acessado em 10

de Outubro de 2011.

Reis, Jaime (1987), “A industrialização num país de desenvolvimento tardio: Portugal, 1870-1913”, in *Análise Social*, vol 23 (96), pp. 207-227. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/.../1223486204E9wNP8ed3Ez05AO7.pdf>, acedido em 10 de Outubro de 2011.

Reis, José (2001), “Globalização como metáfora da perplexidade: Os processos geo-económicos e o 'simples' funcionamento dos sistemas complexos”, in Santos, Boaventura de Sousa [org.], *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento, pp. 109-134.

Reis, José (2004), “Governança e Territórios na Europa: hipóteses sobre um sub-federalismo europeu”, in Tavares Ribeiro, Maria Manuela [org.], *Ideias de Europa: Que fronteiras?*. Coimbra: Quarteto Editora, pp. 13-27.

Reis, José (2005), “Uma epistemologia do território”, *Oficinas do CES*, n° 226, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2599>, acedido em 07 de Setembro de 2012.

Ricard, David ([1817] 1982), *Princípios de economia política e tributação*, São Paulo: Abril Cultural.

Rifkin, J. (1997), *El fin del trabajo social. Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era*, Paidós: Argentina.

Rodrigues, Lúcia (2010), “Agronegócio escraviza milhares de trabalhadores no campo”, in *Revista Caros Amigos*, n° 160, pp. 26-29.

Rodrigues, Lúcia (2011), “Desnacionalização do etanol põe em risco soberania energética”, in *Revista Caros Amigos*, n° 172, pp. 10-14.

Rodrigues, Roney (2011), “ Os contrastes da Indústria da Cana”, in *Revista Caros Amigos*, n° 168, pp. 36-40.

Ruivo, Fernando (2000), *O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes locais e central em Portugal*, Porto: Afrontamento.

Sainsaulieu, Renaud L. (1988), *L'identité au travail*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Santos, Boaventura de Sousa (1991), “Ciência”, in M. M. Carrilho [org.], *Dicionário do pensamento contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 23-43.

Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1985), “Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português”, *Revista Análise Social*, vol. XXI (87-88-89), pp.869-901. Disponível em

<http://analisesocial.ics.ul.pt/.../1223479107H2nRJ8ke6Mb18LZ3.pdf>, acessado em 27 de Março de 2009.

Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa [Org.] (1993), *Portugal: um retrato singular*, Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1984), “O Estado, o Direito e a Questão Urbana”, in Falcão, Joaquim de Arruda (org.), *Conflito de Direito de Propriedade: Invasões Urbanas*. Rio de Janeiro: Editora Forense, pp. 1-78.

Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (1998), “Reinventar a Democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo”, *Oficinas do CES*, nº 107, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2742>, acessado em 22 de Março de 2009.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), “The Welfare State in Portugal: Between Conflicting Globalizations”, *Oficina do CES*, nº 140, Coimbra: CES/FEUC/UC. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2541>, acessado em 03 de Junho de 2011.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa [Org.] (2001), *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa [Org.] (2002), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), “Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, in Sousa Santos, Boaventura de, *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto: Afrontamento, pp. 87-126.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002), Para ampliara o cânone democrático”, in Santos, Boaventura de Sousa [org.], *Democratizar a Democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.

Santos, Milton (1979), *Espaço e Método*, São Paulo: Nobel, 4ª edição.

Santos, Milton (1994), *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Milton (1996a), *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo Hucitec.

Santos, Milton (1996b), *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec.

Santos, Milton (2003), *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro: Record.

Santos, Milton (2004), *A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção*, São Paulo: USP, 4ª edição.

Santos, Theotonio dos (2000), *A Teoria da dependência: balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Sartori, Giovanni (2008), *¿Qué es la democracia?*, México: Taurus.

Savage, Mike; Milles, Andrew (1994), *The Remaking of the British Working Class. 1840-1940*, Londres: Routledge.

Savage, Mike (2011), “Espaço, redes e formação de classe”, *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 3, nº 5, pp. 06-33.

Saviani, Demerval (1993), *Escola e Democracia*, Campinas: Editora Associados.

Schaff, Adam (1993), *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: Brasiliense.

Schmitt, Carl (2007), *The Concept of Political*, Chicago: Chicago University Press.

SEBRAE (2008), *Cadeia produtiva da indústria sucroalcooleira: Cenários*

econômicos e estudos setoriais, Recife: SEBRAE.

Secco, Lincoln (2003), “Cooperativas e Conselhos Operários”, in *Lutas Sociais (PUCSP)*, vl. 9 (10), pp. 169-178. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_lincoln_secco.pdf, acessado 21 de agosto de 2012.

Serva, M., Andión, C. (2006), “A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção”, in Uralde, J.M., *La Economía Social en Iberoamérica: un acercamiento a su realidad*, Madrid: MTAS/FUNDIBES, pp. 39-86.

Segabinazzi, Catia (2007) “Identidade e trabalho na sociedade capitalista”, *Revista Textos & Contextos*, vl. 6, nº 1, Jan/Jun. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1042>, acessado em 25 de Outubro de 2009.

Sennett, Richard (2001), *A Corrosão do Caráter – as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Terramar: Lisboa.

Silva, Mara Carneira (1999), *Um Islão Prático*, Oeiras: Celta.

Silva, Marcello Ribeiro (2010), “Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema”, *Dissertação* (Mestrado em Direito Agrário), Universidade Federal de Goiás. Disponível em <http://portal.mpt.gov.br/wps/wcm/connect/891076004718e581a769b7d4a4a2297f/Dissertação+Trabalho+Análogo+ao+de+escravo.pdf>, acessado em 21 de Novembro de 2011.

Silva, Marcos Aurélio da (2010), “A crise mundial e a indústria brasileira”, *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Disponível em <http://www.agb.org.br/xvieng/anais/esc.php?orderBy=inscricoes.nome>, acessado em 20 de maio de 2012.

Singer, Paul (2000), *Globalização e desemprego: diagnostico e alternativas*, São Paulo: Contexto.

Singer, Paul (2004), *Introdução à Economia Solidária*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Smith, Adam ([1776] 1958), *Investigación sobre la naturaleza y las causas de la*

riqueza de las naciones, México: Fondo de Cultura.

Sousa, Daniela Neves de (2008), “Reestruturação capitalista e trabalho: notas críticas acerca da economia solidária”, *Revista Katálisis*, Florianópolis, Jan/Jun, vl. 11, nº 1, pp. 53-60.

Sousa, Henrique José Carvalho de Sousa (2011), “Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas. Alguns problemas metodológicos”. *Projecto Sociedade Civil e Democracia – Working Paper*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em http://www.fcsh.unl.pt/scd/extra/pdf/wp_hs_2011.pdf, acessado em 27 de setembro de 2012.

Souza-Lobo, Elisabeth, (2011), *A classe operaria tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Standing, Guy (2011), *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Academic.

Stedile, João Pedro [Org.] (2002), *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular.

Storch, Sérgio. (1985), “Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa”, in Fleury, M. T. e Fischer, R.M. [Orgs.], *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*, São Paulo: Editora Atlas.

Polanyi, Karl (1977), “The two meanings of economic”, in *The livelihood of Man*, pp. 19-34, coletânea de textos de Karl Polanyi editados por Harry W. Pearson, Academic Press: New York.

Polanyi, Karl (2000), *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro: Campus.

Przeworsky, Adam (1989), “A organização do proletariado em classe: o processo de formação de classes”, in: *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Taylor, Frederick Winslow (1982), *Princípios de administração científica*, São Paulo: Atlas.

Tavares, Maria (2005), *Os fios (in)visíveis da produção*, São Paulo: Cortez.

- Teixeira, Elenaldo Celso (2001), *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez.
- Thompson, Edward P. (1967), “Time, Work discipline and Industrial Capitalism”, in *Past & Present*, 38, pp.57-97.
- Thompson, Edward P. (1981), *A miséria da teoria*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Thompson, Edward P. (1987), *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Thompson, Edward P. (2001) , *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Tilly, Charles (1978), *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publishing Co.
- Tilly, Charles (1995), “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”, in Traugott, Mark [org.], *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, pp. 15-42.
- Tiriba, Lia (2001a), *Educación popular y Cultura del trabajo: pedagogía(s) de la calle y pedagogía(s) de la producción asociada*, Disponível em http://www.riless.org/investigadores_desarrollo.shtml?x=24601, acessado em 14 de Dezembro de 2006.
- Tiriba. Lia (2001b), *Economia popular e Cultura do trabalho. Pedagogia(s) da produção associada*, Rio Grande do Sul: UNIJUÍ.
- Tiriba, Lia (2008), “Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa”, *Revista Perspectiva*, vl. 26, nº 1, Florianópolis: UFSC, pp.69-94. Disponível em www.periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/.../9566, acessado em 14 de Outubro de 2010.
- Toledo, Enrique de la Garza *et al* (2009), “Hacia un concepto ampliado de control y relación laboral”, *Revista de Ciencias Sociales y Humanidades – Iztapalapa*, nº 66, México: Universidad Autónoma Metropolitana, pp. 17-52.
- Touraine, Alain (2000), *¿Qué es la democracia?*, México: fundo de Cultura Económica.

- Touraine, Alain (1989), “Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos”, *Lua Nova*, n° 17, junho, pp. 5-18.
- Tragtenberg, Maurício (1986), *Reflexões sobre o socialismo*, São Paulo: Moderna.
- Tragtenberg, Maurício (1987), “Uma prática de participação: as coletivizações na Espanha (1936/1939)”, in Venosa, R. (Org.), *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*, São Paulo: Babel Cultural.
- Tragtenberg, Maurício (2005), *Administração, poder e ideologia*, São Paulo: Unesp, 3ª edição.
- Vainer, Carlos (2000), “Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?”. *Unitrabalho informa*, São Paulo: Rede Unitrabalho, Ano 3, n° 10, p. 10-11.
- Vidal, Maria de Fátima *et al* (2006) “Setor sucroalcooleiro no Nordeste brasileiro: estruturação da cadeia produtiva, produção e mercado”, in *XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Disponível em http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Cadeia_produtiva_cana_Nordeste_000fizv2wf_h02wyiv802hvm3jme55p60.pdf, acessado em 23 de Novembro de 2011.
- Vieitez, Candido Giraldez; Dal Ri, Neusa Maria (2001), *Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão*, Rio de Janeiro: DP&A.
- Vieitez, Candido Giraldez; Dal Ri, Neusa Maria (2009), *Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação*, São Paulo: Junqueira & Martin; Grupo O&D.
- Wagner, Eugênia Sales (2002), *Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Wautier, Anne Marie (2001), *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*, Ijuí: Editora UNIJUÍ.
- Weber, Marx ([1920] 1991), *Economia e Sociedade: os fundamentos da sociologia compreensiva*. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Weber, Max ([1904/1905] 2005), *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Wellen, Henrique André Ramos (2008), “Contribuição à crítica da 'economia solidária'”, in *Revista Katálysis*, Florianópolis, Jan/Jun, vl. 11, n° 1, pp. 105-115.

Wright, Erik Olin (1978), "Race, Class, and Income Inequality", in *American Journal of Sociology*, vl. 83, n° 6, pp. 1368-1297.

Revistas e Jornais impressos

Jornal de Notícias, "Afonso" poderá encerrar em Janeiro", 14 de Dezembro de 2004, n° 147, ano 146.

Jornal de Notícias, "Comprar fábrica por um euro", 4 de Março de 2005, n°150, ano 118, p. 25.

Jornal de Notícias, "Gerente garante viabilidade de fábrica têxtil abandonada", 5 de Março de 2005, n° 151, ano 118, p. 21

Jornal de Notícias, "Fecho de fábrica centenária põe mais 50 no desemprego", 05 de Março de 2005, n° 151, ano 118, p. 22

Jornal de Notícias, "Trabalhadores da "Afonso" já compraram a empresa", 13 de Outubro de 2005, n°157, ano 118, p. 28

Jornal de Notícias, "Comprou empresa por um euro – Grupo de operárias manteve fábrica após fuga dos patrões e agroa procura sócio", 19 de Janeiro de 2006, n° 232, ano 118, Seção Emprego, p. 26

Jornal de Notícias, " Fábrica que custou um euro factura mais de meio milhão", 29 de Novembro de 2006, p.4.

Jornal de Notícias, "Fábrica salva por um euro já dá lucro – Funcionárias que viabilizam Confecções Afonso pagaram dívidas de 250 mil euros e fazem investimentos", 30 de Novembro de 2007, n° 182, ano 120, p. 28

Semanário Notícias dos Arcos, "As empregadas da Confecções "Afonso" em Paçô, continuam a resistir à ameaça de deslocalização e procuram uma solução pacífica", 21 de Abril de 2005, p. 5.

Semanário Notícias dos Arcos, "Fábrica Afonso comprada pelos trabalhadores", 20 de Outubro de 2005, n° 145, ano LXXV.

Semanário Notícias dos Arcos, "Fábrica Afonso venceu", 31 de Janeiro de 2008, p. 5.

Revista Visão, "Somos mulheres de guerra", 24 de Fevereiro a 2 de Março de 2005.

nº 625, p. 108-110.

Revista Domingo, Suplemento do Jornal Correio da Manhã, nº 9771, “Empresária por um euro” (Matéria de Capa), 26 de Fevereiro de 2006, p. 20-25.

Legislação

Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, Revisão do Código do Trabalho. Diário da República, 1ª série, nº30, 12 de fevereiro de 2009, pp. 926-1029.

Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de setembro, Diário da República, 1ª série, nº 187, 25 de setembro de 2009. pp. 6915-6925.

Sites

ALEPE - Assembleia Legislativa do Estado, <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/noticias/?arquivo=noticia.php&id=13496>,
acedido em 11 de Agosto de 2011.

ALEPE – Assembleia Legislativa do Estado, <http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/?d=3620&dep=4434&paginapai=3596&doc=B3E4B8E2DA76B3EC8325783A0078D04D&>,
acedido em 02 de Março de 2011.

APIM, Portal da Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção, <http://www.atp.pt/gca/index.php?id=16>,
acedido em 21 de Novembro de 2011.

BNDES, Fundo de Amparo ao Trabalhador, http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Fundos/Fat/,
acedido em 02 de Fevereiro de 2012.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Imagem da zona Norte de Portugal, <http://www.ccdm.pt/>,
acedido em 30 de Janeiro de 2012

CPT, Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, 2008, http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=195:campanha-de-prevencao-e-combate-ao-t

[rabalho-escravo&catid=49:trabalho-escravo](#), acessido em 08 de Janeiro de 2011.

Correio da Manhã, “Fecho de fábrica têxtil lança 47 mulheres no desemprego”, 29 de Abril de 2011, <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/fecho-de-fabrica-textil-lanca-47-mulheres-no-desemprego>, acessido em 22 de Outubro de 2009.

Diário de Pernambuco, 07 de Maio de 2011, <http://ww.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.ap?ateria=20110507170355>, acessido em 20 de Maio de 2011.

Diário Digital, 28 de Novembro de 2009, http://diariodigital.sapo.pt/dinheiro_digital/news.asp?section_id=&id_news=127940&page=0, acessido em 20 de Outubro de 2009.

DN Económico, http://dn.sapo.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=1433603, acessido em 21 de Outubro de 2009.

EditValue – Consultoria Empresarial Lda., “Análise da Industria Têxtil e do Vestuário”, 2006, <http://foreigners.textovirtual.com/.../analise-da-industria-textil-do-vestuario.pdf>, 21 de Outubro de 2009._

EFTA (*European Free Trade Association*), <http://www.efta.int/>, acessido em 09 de Janeiro de 2012.

EUROPA – Sínteses da legislação da UE, http://europa.eu/legislition_summaries/enterprise/business_environment/n26026_pt.htm, acessido em 26 de Janeiro de 2012.

FESETE (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, <http://www.feset.pt?sinpicvat>, acessido em 04 de Janeiro de 2012.

Foutation European, European Restructuring Monitoring, <http://www.euofound.europa.eu/areas/industrialrelations/dictionary/definitions/europeanrestructuringmonitor.htm>, acessido em 04 de Dezembro de 2010.

FUNDAJ, Usina de cana no estado de Pernambuco, <http://www.fundaj.gov.br/docs/pe/pe0115.html>, acessido em 11 de Março de 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), www.ibge.gov.br, acessido em 03 de Dezembro de 2011.

INE (Instituto Nacional de Estatística), www.ine.pt/, acessido em 21 de Novembro de 2011.

Jornal do Comércio, “Trabalhadores da Usina Catende bloqueiam BR-101 Sul”, 08 de Agosto de 2009, <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/peernambuco/noticia/2009/09/08/trabalhadores-da-usina-catende-bloqueiam-br101-sul-198937.php>, acessido em 02 de Março de 2011.

Jornal do Comércio, “Trabalhadores da Usina Catende cruzam os braços e protestam”, 28 de Setembro de 2010, <http://ne.10.uol.com.br/canal/interior/zona-da-mata/noticia/2010/09/08/video-trabalhadores-da-usina-catende-cruzam-os-bracos-e-protestam>, acessido em 02 de Março de 2011.

Jornal do Comércio, 24 de Setembro de 2010, <http://ne10.uol.com.br/canal/interior/zona-da-mata/noticia/2010/09/24/usina-catende-perde-moagem-237514.php>, acessido em 02 de Março de 2011.

Jornal de Notícias, “Afonso” poderá encerrar em Janeiro”, 14 de Dezembro de 2004, <http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?contentid=472338>, acessido em 10 de Outubro de 2009.

Jornal de Notícias, “Aumento do desemprego acentua-se durante os primeiros dez anos”, 15 de Dezembro de 2004, http://jn.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=472338, acessido em 10 de Outubro de 2009.

Jornal de Notícias, “Fecho de fábricas agrava crise social no Cávado”, 21 de Outubro de 2008, http://www.jn.pt/PaginaInicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Braga&Concelho=Barcelos&Option=Interior&content_id=103179, acessido em 10 de Outubro de 2009.

Jornal de Notícias, “Portugal entre os países com baixo custo salarial”, 25 de Maio de 2008, http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=943873, acessido em 10 de Outubro de 2009.

Massímo Dutti, <http://www.massimodutti.com/Dutti/es/massimo-dutti-es>, acessido em 04 de Setembro de 2009.

MPT – Ministério Público do Trabalho, http://portal.mpt.gov.br/wps/portal_do_mpt/comunicacao/noticias/conteudo_noticia/2009/03/19/, acessido em 19 de Março de 2009.

Observatório do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), “Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social”, Volume 3, Julho/2005, http://www.observatorio.pt/item1.php?lang=0&id_channel=17&id_page=73, acessido em 09 de Setembro de 2010.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development, http://oecd.org/document/18/0,3746,en_2649_33733_20347538_1_1_1_1,00.html, acessido em 07 de Junho de 2012.

Parlamento Europeu – Relatório sobre economia social, <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?ubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2009-0015+0+DOC+XML+V0//PT>

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), <http://www.pnud.org.br>, acessido em 20 de Fevereiro de 2012.

RTP Notícias, <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=386124&visual=26&tema=4>, acessido em 21 de Outubro de 2009.

UOL – Portal da UOL, Fiscalização do Ministério Público do Trabalho na Usina Catende, <http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2009/03/19/ministerio-publico-do-trabalho-quer-que-usina-catende-pague-multa-de-r-10-milhoes-182234.php>, acessido em 21 de Abril de 2010.

Wikipedia, Lista de estados do Brasil por incidência da pobreza, http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por_incidência_da_pobreza, acessido em 20 de Fevereiro de 2012.

Material Visual

SIC (2005), *A Fábrica*, programa de jornalismo de investigação.

Anexo – Imagens



Pátio da Fábrica Afonso



Operárias no labor cotidiano



Usina Catende



Operários no labor cotidiano